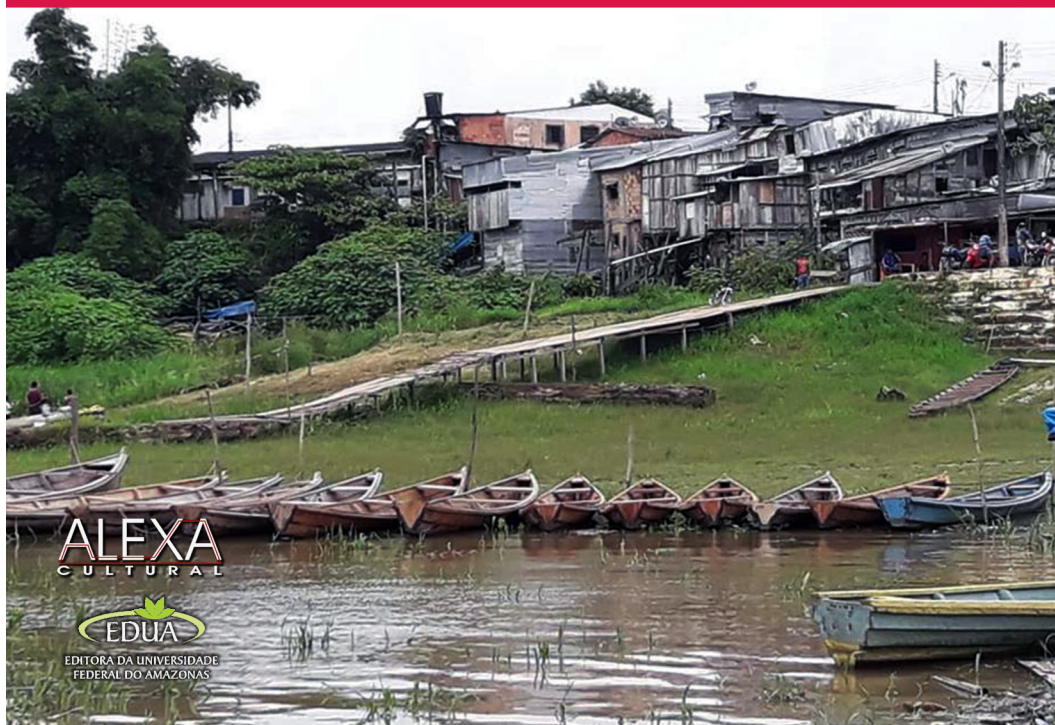




JOÃO BOSCO LADISLAU DE ANDRADE
MICHEL JUSTAMAND
THARCÍSIO SANTIAGO CRUZ
(ORGS.)

faas 19

Fazendo Antropologia
NO ALTO SOLIMÕES



ALEXA
CULTURAL



EDITORA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAZONAS

COMITÊ CIENTÍFICO ALEXA CULTURAL

Presidente

Yvone Dias Avelino (PUC/SP)

Vice-presidente

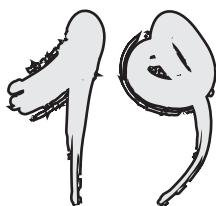
Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP)

Membros

Adailton da Silva (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Alfredo González-Ruibal (Universidade Complutense de Madrid - Espanha)
Ana Cristina Alves Balbino (UNIP – São Paulo/SP)
Ana Paula Nunes Chaves (UDESC – Florianópolis/SC)
Arlete Assumpção Monteiro (PUC/SP - São Paulo/SP)
Barbara M. Arisi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Benedicto Anselmo Domingos Vitoriano (Anhanguera – Osasco/SP)
Carmen Sylvia de Alvarenga Junqueira (PUC/SP – São Paulo/SP)
Claudio Carlan (UNIFAL – Alfenas/MG)
Denia Roman Solano (Universidade da Costa Rica - Costa Rica)
Débora Cristina Goulart (UNIFESP – Guarulhos/SP)
Diana Sandra Tamburini (UNR – Rosário/Santa Fé – Argentina)
Edgard de Assis Carvalho (PUC/SP – São Paulo/SP)
Estevão Rafael Fernandes (UNIR – Porto Velho/RO)
Evandro Luiz Guedin (UFAM – Itaqui/AM)
Fábia Barbosa Ribeiro (UNILAB – São Francisco do Conde/BA)
Fabiano de Souza Gontijo (UFPA – Belém/PA)
Gilson Rambelli (UFS – São Cristóvão/SE)
Graziele Acçolini (UFGD – Dourados/MS)
Iraíldes Caldas Torres (UFAM – Manaus/AM)
José Geraldo Costa Grillo (UNIFESP – Guarulhos/SP)
Juan Álvaro Echeverri Restrepo (UNAL – Leticia/Amazonas – Colômbia)
Júlio Cesar Machado de Paula (UFF – Niterói/RJ)
Karel Henricus Langermans (Anhanguera – Campo Limpo - São Paulo/SP)
Kelly Ludkiewicz Alves (UFBA – Salvador/BA)
Leandro Colling (UFBA – Salvador/BA)
Lilian Marta Grisólio (UFG – Catalão/GO)
Lucia Helena Vitalli Rangel (PUC/SP – São Paulo/SP)
Luciane Soares da Silva (UENF – Campos de Goitacazes/RJ)
Mabel M. Fernández (UNLPam – Santa Rosa/La Pampa – Argentina)
Marilene Corrêa da Silva Freitas (UFAM – Manaus/AM)
María Teresa Boschín (UNLu – Luján/Buenos Aires – Argentina)
Marlon Borges Pestana (FURG – Universidade Federal do Rio Grande/RS)
Michel Justamand (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Miguel Angelo Silva de Melo - (UPE - Recife/PE)
Odenei de Souza Ribeiro (UFAM – Manaus/AM)
Patricia Sposito Mechi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Paulo Alves Junior (FMU – São Paulo/SP)
Raquel dos Santos Funari (UNICAMP – Campinas/SP)
Renata Senna Garraffoni (UFPR – Curitiba/PR)
Renilda Aparecida Costa (UFAM – Manaus/AM)
Rita de Cassia Andrade Martins (UFG – Jataí/GO)
Sebastião Rocha de Sousa (UEA – Tabatinga/AM)
Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ – Rio de Janeiro/RJ)
Vanderlei Elias Neri (UNICSUL – São Paulo/SP)
Vera Lúcia Vieira (PUC – São Paulo/SP)
Wanderson Fabio Melo (UFF – Rio das Ostras/RJ)

João Bosco Ladislau de Andrade
Michel Justamand
Tharcísio Santiago Cruz
(Organizadores)

**Fazendo
Antropologia no
Alto Solimões**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Henrique dos Santos Pereira

Membros

Antônio Carlos Witkoski
Domingos Sávio Nunes de Lima
Edleno Silva de Moura
Elizabeth Ferreira Cartaxo
Spartaco Astolfi Filho
Valeria Augusta Cerqueira Medeiros Weigel

COMITÊ EDITORIAL DA EDUA

Louis Marmoz Université de Versailles
Antônio Cattani UFRGS
Alfredo Bosi USP
Arminda Mourão Botelho Ufam
Spartacus Astolfi Ufam
Boaventura Sousa Santos Universidade de Coimbra
Bernard Emery Université Stendhal-Grenoble 3
Cesar Barreira UFC
Conceição Almeida UFRN
Edgard de Assis Carvalho PUC/SP
Gabriel Conh USP
Geresa Ferreira PUC/SP
José Vicente Tavares UFRGS
José Paulo Netto UFRJ
Paulo Emílio FGV/RJ
Élide Rugai Bastos Unicamp
Renan Freitas Pinto Ufam
Renato Ortiz Unicamp
Rosa Ester Rossini USP
Renato Tribuzy Ufam

Reitor

Sylvio Mário Puga Ferreira

Vice-Reitor

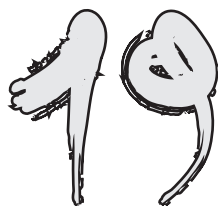
Jacob Moysés Cohen

Editor

Sérgio Augusto Freire de Souza

João Bosco Ladislau de Andrade
Michel Justamand
Tharcísio Santiago Cruz
(Organizadores)

Fazendo Antropologia no Alto Solimões



ALEXA
Embu das Artes - SP
2019



© by Alexa Cultural

Direção

Gladys Corcione Amaro Langermans

Nathasha Amaro Langermans

Editor

Karel Langermans

Capa

K Langer

Foto de capa

Josenildo Santos de Souza

Revisão Técnica

Adailton da Silva, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz

Revisão de língua

Joaquim Onéssimo F. Barbosa

Editoração Eletrônica

Alexa Cultural

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A421j - ANDRADE, J. B. L.

J276m - JUSTAMAND, Michel

C379t - CRUZ, T. S.

Fazendo Antropologia no Alto Solimões 19, João Bosco Ladislau de Andrade, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz, Alexa Cultural: São Paulo, 2019

14x21cm -266 páginas

ISBN -978-85-5467-062-7

1. Antropologia - 2. Estudos de casos - 3. Solimões (AM) - I. Índice - II Bibliografia

CDD - 300

Índices para catálogo sistemático:

Antropologia

Solimões (AM)

Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da editora e dos organizadores

Alexa Cultural Ltda

Rua Henrique Franchini, 256
Embu das Artes/SP - CEP: 06844-140
alexa@alexacultural.com.br
alexacultural@terra.com.br
www.alexacultural.com.br
www.alexaloja.com

Editora da Universidade Federal do Amazonas

Avenida Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos,
n. 6200 - Coroado I, Manaus/AM
Campus Universitário Senador Arthur Virgílio
Filho, Centro de Convivência – Setor Norte
Fone: (92) 3305-4291 e 3305-4290
E-mail: ufam.editora@gmail.com



Xilogravura: Teti Belém/2017
Stephanie Belém

Fazendo a diferença e fortalecendo a pesquisa no Alto Solimões – FAAS 19

João Bosco Ladislau de Andrade

Michel Justamand

Tharcísio Santiago Cruz

Nós, João Bosco Ladislau, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz, organizadores da edição 19 da Coleção Fazendo Antropologia no Alto Solimões – FAAS, temos o prazer de tornar pública mais esta edição. Depois de oito (08) anos de produções livrescas, como esta, sendo que as duas primeiras foram produzidas em 2012, ainda sem grandes pretensões. Assim, nesses oito anos apresentamos para o público, em geral, uma média de um pouco mais do que duas produções por ano.

Parece-nos, que para a região, é uma façanha a ser valorizada e incentivada. E é o que temos feito, enquanto organizadores deste número, os já citados acima, e ou idealizadores, (Adailton da Silva, Gilse Elisa Rodrigues, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz), dessa multifacetada, conhecida e citada coleção de Antropologia do Alto Solimões.

É sempre pertinente lembrar que essa coleção teve seu início em encontros informais, na região fronteira de Brasil, Colômbia e Peru, entre alguns dos docentes do Curso de Antropologia, localizado no Instituto de Natureza e Cultura – INC, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, na unidade acadêmica do Alto Solimões, em Benjamin Constant. Esses que passaram num concurso realizado em maio de 2009, na cidade de Manaus, nas dependências da sede da instituição. Desde então atuam em conjunto e coletivamente na instituição, tendo passado por alegrias e tristezas, demonstradas juntos, mas também choramos, mas nos mantemos unidos em prol de um outro mundo, um mundo mais justo, igualitário e onde caibam muitos mundos!

A atual edição conta com uma gama de autores e pesquisadores, mais de 30, alguns contribuíram como autores, ou coautores, outros com gravura, ou ainda com a foto da capa, alguns apresentaram mais de uma colaboração nos textos que seguem.

Nos é interessante e salutar lembrar que a formação desses autores é bem variada, e parece-nos que esse aspecto valoriza a coletânea, por-

que amplifica os olhares para essa edição e possibilita a maior divulgação das ideias e reflexões contidas nas linhas dos, a princípio, artigos, mas agora já capítulos de livro, desenvolvidas nas próximas linhas. Enriquecendo, ampliando e amplificando as ciências e suas relações inter-multi-poli-trans-disciplinares.

A coleção FAAS tem se disposto a demonstrar que é possível investir na multiplicidade de focos de conhecimentos, e consequentemente, na sua complementaridade para a ciência, no sentido mais amplo do termo ciência. Acreditamos que não se produz conhecimento somente com conteúdos disciplinares. Se fazem necessários os diálogos, e por que não os intercâmbios com outras áreas dos saberes humanos. Assim, é para nós, organizadores e idealizadores, que se compõem a ciências e, em especial, a Antropologia. Somos abertamente adeptos da produção multidisciplinar!

Nessa edição também participam com suas pesquisas autores não só do Alto Solimões, mas de outras partes do país. Evidente que a região amazônica tem grande participação. Mas textos de colegas do Sul do Brasil também completam conosco a edição. Algo que para nós é também muito salutar. Temos também a certeza da importância do diálogo entre as mais diversas instituições e locais de produção.

Feita este breve preambulo daquilo que já foi feito antes, julgamos importante tratar, como se fosse um aperitivo inicial, dos textos que compõem a presente coletânea...

Assim, vejamos...

O primeiro capítulo leva o nome de Notas de Viagem. Ele é de coautoria de Andreza da Silva Dorzania e Michel Justamand. Os autores relatam a experiência de uma viagem entre Manaus, Parintins e Barreirinha, tendo como objetivo a visita a três comunidades indígenas Sateré-Mawé do rio Andirá. Para se aprofundar no conhecimento sobre Os indígenas Sateré-Mawé, que são alunos de graduação do Curso Formação de Professores Indígenas da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas.

O próximo trabalho é intitulado de ***Identidade, território, territorialidade e relações sociais em Assentamentos Rurais no Alto Solimões***. O autor é Elenilson Silva de Oliveira. Nesses escritos, Oliveira apresenta como são Os assentamentos rurais no Brasil e o seu ordenamento territorial rural. Trata das interferências, dos efeitos nas famílias, nas identidades, nos sentimentos, nos trabalhos, envolvidos pela ausência de políticas educacional, fundiária, de saúde, bem-estar social, de cidadania, dentre outras.

Enquanto que o terceiro texto é de autoria de dois engenheiros, Ellem Cristiane Moraes de Sousa Contente e João Bosco Ladislau de Andrade. Tratam em seus escritos sobre as relações entre as cidades e o seu saneamento. Contente e Andrade intitulam seus escritos de ***As cidades e o saneamento, a anatomia de uma simbiose em funcionamento***. Ali abordam os mais variados aspectos humanos, tais como a questão dos recursos, da sobrevivência e do saneamento, dentre outros que enfim, ligam-se indelivelmente à formação das cidades.

O quarto trabalho desta obra é escrito por Francisco de Assis Coelho e Pinho. O autor desenvolve uma análise do processo sócio-histórico de surgimento do homem amazônida, considerando as suas especificidades etnoculturais no decorrer do processo civilizador implantado pelo projeto lusitano de colonização da Amazônia. Esse texto leva o nome de ***Identidade e autoimagem do amazônida: uma análise sob a perspectiva eliasiana***.

Já o quinto capítulo é de autoria dupla, João Clovis de Oliveira Costa e Kamilla Ingrid Loureiro e Silva. Os autores adotam o nome de ***Amazonas: renda atrelada ao meio ambiente*** para o seu trabalho. Buscam demonstrar quais são os meios de renda do ribeirinho e/ou daqueles que precisam usar o meio em que vivem para sobreviver de extrativismo. Lembram a importância da ideia de “sustentabilidade” sobre a Renda das famílias que dependem do Meio Ambiente para sobreviver.

José Lino do Nascimento Marinho e Iraíldes Caldas Torres são os autores do subsequente escrito. Os autores nomeiam sua produção de ***Seringueiros do Médio Solimões: fragmentos e memórias de vida e trabalho***. Lembram que este estudo assenta-se num tema pouco explorado pelas ciências sociais que é a subjetividade e o imaginário dos seringueiros da Amazônia, em especial os da cidade de Tefé.

Os próximos escritos são de autoria múltipla, são eles Judilene Andrade Barbosa, Sebastião Melo Campos, Gilvânia Plácido Braule e Ana Maria de Mello Campos. Os articulistas intitulam esses anotados de ***As práticas pedagógicas do I Segmento da Educação de Jovens e Adultos***. Lembram, em suas linhas, que a educação de jovens e adultos (EJA) é considerada uma modalidade de ensino pela Lei De Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN 9394/96).

O oitavo capítulo da obra leva o nome de ***O serviço social na educação: um estudo sobre a importância da atuação do Assistente Social***

na escola. Esse capítulo é de autoria múltipla também, as autoras são Márcia do Carmo das Chagas de Castro Guimarães, Maria Auralice Cavalcante, Ivanete Ferreira dos Santos, Nilza Maria de Souza Araújo, Rita Ferreira da Silva, Vina Souza dos Santos e Sílvia Bezerra da Silva. Elas analisam as contribuições e a importância da presença dos profissionais do Assistente Social no espaço escolar.

Uma das autoras do capítulo anterior é também coautora do próximo, que é a Márcia do Carmo das Chagas de Castro Guimarães, que divide seus escritos agora com Marluce de Amorim Filipe. Elas indicam o nome de ***O espaço da mulher nas atividades agrícolas e em feiras livres: da comunidade Francisca Mendes, município de Rio Preto da Eva – 2017***. Abordam o feminino na produção e vendas de produtos agrícolas. Buscam compreender o contexto histórico das mulheres e apontam os desafios e perspectivas encontrados tanto no contexto social, econômico e familiar.

A próxima contribuição escrita é de Mariane Júlia dos Santos. A autora emprega o seguinte nome para seus escritos ***Projeto Escolas na Ilha do Campeche: Educação Patrimonial na formação de conceitos e noções de alunos sobre patrimônio cultural e desenvolvimento da cidadania***. A autora apresenta o resultado parcial do seu mestrado realizado no ano de 2016, trazendo reflexões acerca das narrativas dos estudantes participantes desse Projeto.

Mérlin Gomes Cavalcanti e Iraildes Caldas Torres são as autoras da produção intitulada ***Mulheres de camadas médias e altas que sofrem violência doméstica em Manaus: um estudo das denúncias feitas ao Serviço de Apoio Emergencial à Mulher – SAPEM***. Identificam a violência doméstica como um dos principais fatores de interferência na saúde da mulher. Elegem como categoria de análise as relações de gênero, dominação masculina e violência doméstica, que iluminarão as suas análises.

O décimo segundo capítulo é nominado de ***Condutas pedagógicas nas relações de gêneros na sala de aula***. Esses escritos são de autoria de Nelly Mary Oliveira de Souza. A autora faz sua reflexão a respeito das condutas metodológicas e, por que não, pedagógicas dos professores nas suas relações de gêneros na sala de aula. Souza procura refletir de forma crítica sobre família e gênero, enfatizando os processos históricos dos conceitos como patriarcado, opressão das mulheres e os papéis de homens e mulheres na família e na sociedade.

Já o seguinte capítulo é de Norma Carvalho Facchini e Ana Carolina Pais. As autoras o nominam de ***Acronotopia e a Exotopia no enun-***

ciado verbo-visual da “tourada”, de Kobra, e da “Gloriosa Victoria”, de Rivera. As autoras buscam identificar as especificidades das construções de mundo ficcionais do grafite “Tourada”, de Kobra, e do mural “Gloriosa Victoria”, de Rivera, por meio da linguagem verbo-visual e verbal, e investigar o que há de comum entre as construções composicionais das obras.

A sequência textual é de Artur de Souza Moret e Rafael Ademir Oliveira de Andrade. O nome desse trabalho é ***Impactos dos projetos de infraestrutura na Amazônia Brasileira: Desenvolvimento, conflitos no campo e desmatamento.*** Os autores refletem sobre a ocupação do espaço amazônico, os seus processos de colonização, os projetos de infraestrutura, conflitos no campo e o desmatamento como cenário de transformação da região amazônica.

Allan Soljenítsin Barreto Rodrigues, Gleilson Medins de Menezes e Rafael de Figueiredo Lopes são os autores do texto subsequente. Nele os autores fazem um estudo exploratório e bibliográfico, de cunho qualitativo, apoiado em estudos de autores amazônicos e aportes semióticos, sociológicos e das ciências do ambiente. Eles intitulam seu trabalho de ***Percepções do ambiente amazônico: sociedade e cultura nos fluxos da natureza.***

O último capítulo da obra é de autoria de Tharcísio Santiago Cruz, que também é organizador. Cruz é um dos idealizadores da coleção FAAS e frequentemente contribui com seus escritos e na organização das edições. Dessa vez o autor nos brinda com o texto ***A capoeira em uma dimensão de linguagem e performance.*** Cruz discute a prática cultural da capoeira, abordando as dimensões de linguagem e performance. Apresenta ao leitor a capoeira por uma possibilidade de compreensão muito além da perspectiva de arte, luta ou educação.

Dessa forma, feitas as devidas apresentações, dos artigos que se transformaram em capítulos dessa obra, desejamos bons momentos de análises, reflexões e, talvez, por que não, construções de novas ideias e ideais aos nossos leitores!

Esses são os votos dos organizadores...

Desde a Amazônia profunda para o mundo!

Os organizadores

Novembro de 2018

Sumário

Fazendo a diferença e fortalecendo a pesquisa no Alto Solimões – FAAS 19

João Bosco Ladislau de Andrade, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz

- 9 -

Notas de viagem

Andreza da Silva Dorzanio e Michel Justamand

- 19 -

Identidade, território, territorialidade e relações sociais em
Assentamentos Rurais no Alto Solimões

Elenilson Silva de Oliveira

- 27 -

As cidades e o saneamento, a anatomia de uma simbiose em
funcionamento

Ellem Cristiane Moraes de Sousa Contente e João Bosco Ladislau de Andrade

- 37 -

Identidade e autoimagem do amazônida: uma análise sob a perspectiva
eliasiana

Francisco de Assis Coelho e Pinho

- 55 -

Amazonas: renda atrelada ao meio ambiente

João Clovis de Oliveira Costa e Kamilla Ingrid Loureiro e Silva

- 71 -

Seringueiros do Médio Solimões:

fragmentos e memórias de vida e trabalho

José Lino do Nascimento Marinho e Iraldes Caldas Torres

- 81 -

As práticas pedagógicas do 1º segmento da educação de jovens e adultos

Judilene Andrade Barbosa, Sebastião Melo Campos, Gilvânia Plácido Braule e Ana Maria de Mello Campos

- 103 -

O serviço social na educação: um estudo sobre a importância da atuação
do assistente social na escola

Márcia do Carmo das Chagas de Castro Guimarães, Maria Auralice Cavalcante, Ivanete Ferreira dos Santos, Nilza Maria de Souza Araújo, Rita Ferreira da Silva, Vina Souza dos Santos, Sílvia Bezerra da Silva

- 119 -

O espaço da mulher nas atividades agrícolas e em feiras livres:
da comunidade Francisca Mendes, município de Rio Preto da Eva – 2017
Márcia do Carmo das Chagas de Castro Guimarães e Marluce de Amorim Filipe

- 135 -

Projeto Escolas na Ilha do Campeche:
Educação Patrimonial na formação de conceitos e noções de alunos
sobre patrimônio cultural

Mariane Júlia dos Santos

- 147 -

Mulheres de camadas médias e altas que sofrem violência doméstica
em Manaus: um estudo das denúncias feitas ao Serviço de Apoio

Emergencial à Mulher - SAPEM

Mérlin Gomes Cavalcanti e Iraíldes Caldas Torres

- 161 -

Condutas pedagógicas nas relações de gêneros na sala de aula

Nelly Mary Oliveira de Souza

- 177 -

A cronotopia e a exotopia no enunciado verbo-visual da “tourada”, de
Kobra, e da “Gloriosa Victoria”, de Rivera

Norma Carvalho Facchini e Ana Carolina Pais

- 187 -

Impactos dos projetos de infraestrutura na Amazônia Brasileira:
Desenvolvimento, conflitos no campo e desmatamento

Artur de Souza Moret e Rafael Ademir Oliveira de Andrade

- 203 -

Percepções do ambiente amazônico:
sociedade e cultura nos fluxos da natureza

Allan Soljenitsin Barreto Rodrigues, Gleilson Medins de Menezes e Rafael de Figueiredo Lopes

- 219 -

A capoeira em uma dimensão de linguagem e performance

Tharcisio Santiago Cruz

- 237 -

Sobre os autores

- 251 -

Coleção FAAS

Fazendo Antropologia no Alto Solimões

Dirigida por Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand

- 259 -

Coleção FAAS TESES

Fazendo Antropologia no Alto Solimões - Teses

Dirigida por Adailton da Silva e Michel Justamand

- 261 -

Coleção Diálogos Interdisciplinares

Dirigida por Josenildo Santos de Souza e Michel Justamand

- 262 -

Coleção Arqueologia Rupestre

Dirigida por Gabriel Frechiani de Oliveira e Michel Justamand

- 264 -

Notas de viagem¹

Andreza da Silva Dorzanio

Michel Justamand

Introdução

A viagem à Barreirinha prometia ser longa e marcante, já que o trajeto também contemplava a cidade de Parintins, a terra do Boi-bumbá, que no mês de junho promove um dos festivais folclóricos mais conhecidos do Brasil. No entanto, o que mais teve expressividade na viagem foi a natureza e cultura encontradas na extensão do rio Andirá.

O início da viagem com saída do porto de Manaus às 6 horas de uma segunda-feira nublada a bordo de uma embarcação chamada lancha expresso, muito utilizada para quem precisa ganhar tempo nas viagens. Já que transporta passageiros em maior velocidade e por ser uma embarcação menor, proporciona uma significativa vantagem em relação ao barco comum (motor).

As comunidades ribeirinhas vão surgindo na paisagem e logo notamos alguns modos de vida do caboclo² da Amazônia, retratados nas obras de artes encontradas no comércio de Manaus, que imitam as palafitas, as casas flutuantes, a flora e a fauna características do lugar. Esse cenário se repetiria até a chegada a Parintins, mas eram incansáveis aos olhos, que a cada hora captava uma riqueza a mais, um comportamento diferente das águas, com a presença de barcos de recreio, barcos de carga, lanchas de diferentes tipos, canoas simples ou com motor de popa transportando as gentes do lugar.

A viagem teve continuidade no dia seguinte, despedia-nos de Parintins, a ilha Tupinambarana dos Bois Garantido e Caprichoso, cidade com um bom suporte para receber os visitantes e turistas brasileiros e estrangeiros. No porto, várias embarcações que surpreendentemente no primeiro mês do ano trabalhavam com o sistema de reservas de passagens.

O próximo destino, o município de Barreirinha, no Baixo Amazonas, também utilizamos a lancha expresso para que pudéssemos cumprir

1 Trabalho apresentado para a obtenção de nota final na Disciplina Tópicos Especiais I – Sob a orientação do Prof. Dr. Gláucio Matos, professor do Curso de Educação e Fisioterapia (FEFF) e do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA).

2 Homem característico da população rural da Amazônia. (Novos Cadernos NAEA vl. 2. nº 2 – dez 1999)

com o prazo de realização dos trabalhos e encontrarmos professor indígena Noberto Batista que nos acompanharia até as comunidades do Andirá. O percurso durou cerca de duas horas e meia, tempo suficiente para conhecer um pouco mais os modos de vida dos ribeirinhos que vivem nas comunidades entre Parintins e Barreirinha.

O ponto de encontro com o professor Sateré-Mawe e graduando do Curso Formação de Professores Indígenas (FACED/UFAM) foi a praça da cidade, que como de costume está localizada a igreja Católica. O professor Sateré quem nos guiaria até as comunidades Molongotuba, Simão e Fortaleza, onde desenvolveríamos o trabalho no rio Andirá, era quem conduziria a lancha, deixando-nos mais confiante para seguir viagem.

Contemplando a bordo as riquezas naturais

O segundo dia de viagem em direção às comunidades indígenas Sateré-Mawe do rio Andirá, proporcionou o início de maior contemplação das riquezas naturais e culturais do município de Barreirinha. Após a temerosa passagem por águas agitadas, entramos no principal rio que nos levaria às comunidades dos graduandos que defenderiam seus trabalhos.

Horas na lancha com mais dois professores componentes da Banca Examinadora de TCC do Curso Formação de Professores Indígenas/FACED/UFAM e dois professores indígenas, minha curiosidade só aumentava em conhecer de perto uma aldeia Sateré-Mawe, seus hábitos e costumes, sua língua ainda preservada, falada por todo o povo. Na lancha foi possível ouvir curtos diálogos dos professores indígenas na língua mãe, o que significava para mim um momento que poderia ser único na vida, testemunhar uma comunidade falante de uma língua indígena.

O rio Andirá em suas primeiras extensões parecia um espelho d'água ao refletir o céu, modificando aos nossos olhos a cor da água. O cansaço era evidente, mas cada quilômetro navegado revelava uma vegetação única, que nos fazia congelar a imagem buscando identificar as espécies de cada uma, ora conhecidas pelos colegas professores indígenas, ora nem mesmo eles conseguiam rapidamente identificar. Havia momentos que era necessário apenas observar em silêncio, ouvindo apenas o barulho do motor. Os olhos buscavam avistar algum animal nas copas das árvores como os macacos e espécies maiores de aves. O que infelizmente não conseguiram captar em momento algum.

As embarcações dos ribeirinhos eram constantes no trecho que o Andirá é mais estreito, levando geralmente um bom número de pessoas.

Eram em sua maioria canoas com motor de popa de menor potência, que deslizavam sobre o rio, fazendo pequenos banheiros³ que exigem de quem as conduz habilidade para não afundar a embarcação vizinha. Assim como as regras de trânsito e etiquetas são necessárias em ruas e avenidas das cidades, as regras de navegação e etiquetas também devem ser apreciadas nos rios da Amazônia.

A habilidade do condutor da lancha somava-se às regras, como por exemplo, diminuir a velocidade quando avistava uma embarcação se aproximando, ao fazer manobras para entrar em um braço de rio, manobrar com cuidado para não entrar água na lancha. Um erro pode levar a embarcação ao naufrágio e por muitas extensões a impressão que temos é de estarmos sozinhos em meio à floresta.

O contraste não saía de meus pensamentos e me questionava: como seria a vida do caboclo e dos indígenas se não existisse o motor de popa? Quanto a condição humana, busca desenvolver novas técnicas ou adapta para sua cultura, ferramentas e modos de vida de outras culturas buscando também o progresso, a otimização do tempo, a eficiência e a eficácia? O interesse pelas novas tecnologias também chama bastante atenção dos indígenas, que penso a principal razão de dominá-las é diminuir as dificuldades enfrentadas, como a escassez de alimento e a falta de assistência médica quando são acometidos por doenças comuns ao ⁴não-índigena, das quais não estão preparados para enfrentar.

Matos (2015, p. 148), ajuda-nos a compreender a realidade amazônica quanto ao desenvolvimento tecnológico:

O transporte fluvial, historicamente, foi o meio a permitir o povoamento, desenvolvimento e integração do Amazonas, assim, como foi ele a fazer escoar da região seus produtos. O transporte fluvial é o meio pelo qual chegamos à área pesquisada. Da mesma forma, é ele um dos elementos a proporcionar a compreensão da dimensão crescente de interdependência de moradores de comunidades com os outros centros urbanos. [...]

A escassez de alimentos, a falta de tratamentos de saúde e de outras necessidades sociais e políticas, são algumas situações que os indígenas Sateré-Mawe buscam também sanar com a apropriação das tecnologias, como o uso do motor de popa para um transporte mais rápido, para escoar

3 *Brasileirismo Amazônia* Sucessão de ondas provocadas por uma embarcação em deslocamento. (Dicionário Aurélio Júnior, 2011)

4 Expressão utilizada em referência a qualquer pessoa não-pertencente a uma etnia indígena. (Grifo meu)

os produtos de suas plantações, o celular como ferramenta para uma comunicação rápida e que evite deslocamentos desnecessários e outras utilidades que tornam suas vidas mais dignas.

Por que apenas conseguimos ver o caboclo e o indígena morando na floresta, se eles possuem as mesmas formas de vestir, estão nas escolas, nas universidades e repartições públicas? Será que conseguiriam viver na área urbana? Quem consegue hoje identificar facilmente na multidão quem é indígena ou não?

São questionamentos que para mim não os diferenciam e sim os igualam como cidadãos, pois são política e socialmente organizados. Ainda mais, são responsáveis em preservar a expressividade cultural amazônica ao mesmo tempo. As novas gerações da cidade, já não apreciam a culinária tradicional como o tacacá, a tapioca, o guaraná natural, o vinho do açaí, a pupunha, o tucumã e outros produtos da região.

Após quatro horas de viagem chegamos à Molongotuba, primeira comunidade indígena Sateré-Mawe do Andirá. Foi um momento que ainda à luz do dia foi possível avistar as árvores frutíferas como mangueiras, cajueiros, bananeiras, goiabeiras e outras que não conhecíamos. A grama alta que parecia proteger a entrada da comunidade. Na margem um barco atracado, que mais tarde nos serviria de abrigo, pois passaríamos à noite ali, já que não poderíamos seguir viagem, pois as próximas extensões eram de braços do Andirá mais estreitos e a mata mais próxima, não recomendável viajar à noite.

A extensão de terra da aldeia impressionava, e como são terras bastante altas, ficou a curiosidade de conhecer melhor o modo de vida e a estrutura de Molongotuba, o que plantam, se produzem artesanato, a educação escolar e ouvir o povo conversando em Sateré. Os visitantes buscam sentir as raízes do povo, e o povo, conforme o TCC do graduando Atacil Trindade Freitas do Curso FPI/FACED/UFAM, buscando o equilíbrio da natureza pelos caminhos da Ciência, já que os produtos industrializados (enlatados e engarrafados) e tecnológicos (celulares, computadores e outros) também fazem parte da vida dos indígenas dentro de um processo civilizatório.

A riqueza cultural do povo Sateré-Mawe do rio Andirá

Foi nas comunidades de Simão e Fortaleza que podemos compreender melhor a luta pelo povo Sateré-Mawe em preservar seus saberes,

sua língua-mãe, sua cultura. Em Simão, tivemos a oportunidade de caminhar pelas ruas principais e observar um pouco as moradias tradicionais cobertas com palhas, as em madeira, e outras em alvenaria. Construções como a escola, as igrejas católicas e evangélicas localizadas na entrada. A comunidade recebe a energia elétrica pelo ⁵⁴“Programa a Luz para Todos”, uma rede elétrica de postes de ferro bastante altos e com uma extensão aproximadamente de 250 metros.

Por volta das 09h30 da manhã aconteceu a defesa de TCC “Brincadeiras e músicas Tradicionais”, apresentado à comunidade em Sateré-Mawé e à Banca Examinadora com alguma tradução em Português, quando o graduando acrescentava alguma explicação que não estava contemplada no trabalho escrito. A apresentação na língua era importante para que dessa forma a comunidade tomasse ciência das etapas da qual os estudantes passaram, e que justificaram suas ausências em momentos muito importantes para o povo que indicou cada indígena para compor a turma no curso de licenciatura.

O trabalho do aluno José de Oliveira nos fez compreender o Ritual da Tucandeira, sem precisarmos assistir à cerimônia. Já que para esta se realizar, o jovem passa por vários momentos, não é um ritual de um único dia, de uma única vez. Há toda uma preparação especial, não apenas do jovem que vai receber as mordidas das Tucandeiras, mas até mesmo de quem as colhe. O homem que faz a coleta das formigas deve possuir muitas qualidades, como por exemplo, ser um bom caçador, um bom pescador, agricultor. Mas, também os valores pessoais são muito importantes, pois toda a energia e valores de quem preparou as formigas, serão repassados nos momentos das mordidas ao jovem, sob cantos educativos dos mais velhos para a valorização da cultura Sateré-Mawé.

Após a explanação do graduando na língua-mãe, o mesmo fez algumas explicações à Banca em português e iniciou um diálogo com a comunidade que fazia algum comentário, pois, foram participantes da pesquisa. O que tornou o momento muito bonito e interessante de testemunhar, uma forma de inovar e respeitar o modo coletivo de vivências do índio. A formação foi num curso intercultural, que se preocupa em oferecer trocas de formas de aprendizado, e sem dúvida, que nós não-índios é quem aprendemos mais.

A terceira e última comunidade foi Fortaleza, situada após a comunidade do Torrado, fronteira do Estado do Amazonas com o Pará, tota-

54 Para saber mais acesse: <http://www.pac.gov.br/infraestrutura-social-e-urbana/luz-para-todos>

lizando do ponto onde estávamos mais cinco horas de viagem. O cenário mudava mais uma vez, agora com braços de rios muito estreitos, com a necessidade de realizar curvas bastantes sinuosas, dando a sensação de um rali fluvial, pois toda a atenção do condutor era em entrar pelos caminhos corretos, que somente quem é morador da região é capaz de reconhecer suas entradas.

A paisagem lembra muito bem o filme - *A missão* (1986), com imagens dos rios e igarapés e da mata fechada, cheia de cipós e troncos de árvores nas margens. A beleza é impressionante, as águas transparentes e o cenário preservado, onde pouco penetravam os raios solares. Deixando todo o caminho com baixas temperaturas, o que tornava mais emocionante adentrar à floresta.

O professor indígena condutor é um homem bem preparado para guiar a lancha, conhecedor de cada metro quadrado daquela localidade do rio Andirá. Com sua habilidade conseguimos chegar por volta das 16 horas, conhecer o local onde se realizam as reuniões e celebrações da comunidade, situada logo na entrada. Também onde passaríamos à noite para descansar e retornar para a sede do município de Barreirinha logo pela manhã do dia seguinte.

Retomando o trabalho da Banca Examinadora, reunimos os graduandos que no total eram três e a comunidade que acompanhou as defesas até o final. A primeira defesa foi do professor Noberto Batista com o TCC “A origem do guaraná⁶”, pesquisa realizada na escola, que envolveu pais e alunos com o objetivo de conscientizar as crianças e jovens a importância de tomar nos momentos de reunião a bebida guaraná, momentos de espiritualidade do ato de tomar a bebida.

Dois graduandos Sateré-Mawe também realizaram suas defesas. Anézio Barroso defendeu o Trabalho: “Variedades de mandioca da aldeia do rio Mamuru – Barreirinha”, que apontou a existência de 26 tipos. A cultura do povo é muito forte quando se trata da alimentação. Foi nesta comunidade que tivemos a oportunidade de conhecer de perto um pouco da cultura do povo. E o professor Elinaldo Nisquiel Pereira Batista defendeu “Aprendendo a matemática e a operação da adição com material didático”, que tem como objetivo utilizar as sementes e caroços para que o aprendizado da adição favoreça o manuseio do dinheiro nos momentos de comercialização de seus produtos.

6 Nome científico: *Paullinia cupana* var. *Sorbilis*. (Embrapa Amazônia Ocidental, 2005)

O tempo que tínhamos era limitado para que conhecêssemos toda a aldeia, o espaço onde foram realizadas as defesas, era uma espécie de centro social, lugar de reuniões e comemorações. Não possuía paredes, era de chão batido, com bancos ao seu redor e algumas cadeiras escolares, que pareciam ser de confecção própria dos Sateré-Mawe. A iluminação noturna era por gerador de energia, assim como nas outras duas comunidades, o que foi possível registrar o momento com filmagem e fotos feitas por nossos celulares.

Próximo ao centro social havia algumas casas, que também possuíam poucas paredes ou nenhuma e eram cobertas de palhas. Vivem de forma mais simples que as outras duas comunidades. Era comum vê-los em grupo, os adultos e as crianças. Os momentos de banho reúnem sempre um grupo no rio, parece ser um costume essa comunidade realizar tudo em coletividade.

Conclusão

Viajar pelos rios da Amazônia exige paciência aos passageiros e muita habilidade em guiar as embarcações, pois, não é apenas possuir um bom barco e combustível, é compreender a natureza, perceber os sinais que a floresta dá, o clima que muda repentinamente. Por esta razão, que os indígenas Sateré-Mawe do rio Andirá parecem ser tão íntimos do lugar, agem de forma tão natural que parecem comandar a floresta. Mas, é o respeito e o pertencimento que os faz grande num lugar tão afastando das cidades.

Os transportes fluviais movidos a motor são uma inovação do processo civilizatório, que certamente abriu portas tanto para os ribeirinhos, como para todos que desejam desbravar a Amazônia e conhecer esse outro universo que tanto chama à atenção do mundo, não pela curiosidade de saber como vive sua população, mas pelo interesse em seus recursos naturais, a água doce que é abundante, as frutas e plantas que delas se extrai óleos e insumos para a produção de medicamentos e cosméticos.

O futuro é incerto para a povo Sateré-Mawe, mas em seus discursos está sempre presente à valorização de sua cultura, a preservação da fauna e flora em favor de uma utilização dos recursos de forma sustentável que venha beneficiar seu povo e toda a nação brasileira. O que falta para que se concretize os ideais desses homens da floresta, é a humildade, o respeito e o reconhecimento do não-indígena de que possuem conhecimentos que precisam ser levados em consideração e que suas lideranças também ocupem lugares de poder de participação nas decisões políticas e sociais.

Referências

BARROSO, Anézio. (2018). Variedades de mandioca da aldeia do rio Mamuru – Barreirinha/AM. Barreirinha: UFAM (Trabalho de Conclusão de Curso).

BATISTA, Elinaldo Nisquiel Pereira. (2018). Aprendendo a matemática e a operação da adição com material didático. Barreirinha: UFAM (Trabalho de Conclusão de Curso).

BATISTA, Noberto. (2018). A origem do guaraná. Barreirinha: UFAM (Trabalho de Conclusão de Curso).

BRASIL. Ministério do Planejamento. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/infraestrutura-social-e-urbana/luz-para-todos>>. Acesso em 6 set. 2018.

FREITAS, Atacil Trindade. (2018). Resíduos sólidos na comunidade Molongotuba. Barreirinha: UFAM (Trabalho de Conclusão de Curso).

HOLANDA, Aurélio Buarque de. Aurélio Júnior: dicionário escolar da língua portuguesa. Ed. Positivo. ed. 2ª. Curitiba, 2011.

JOFFÉ, Roland. A missão (1986). Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/A_Missão> Acesso em: 6 set 2018.

LIMA, Débora de Magalhães. A construção histórica do temo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural Amazônico: Disponível em: < http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/3125/1/Artigo_ConstrucaoHistoricaTermo.pdf>. Acesso em: 5 out 2018.

MATOS, Gláucio Campos Gomes de. Ethos e figurações na hinterlândia amazônica. Valer. Manaus, 2015.

OLIVEIRA, José de. (2018). Brincadeiras e músicas tradicionais. Barreirinha: UFAM (Trabalho de Conclusão de Curso).

TAVARES, Adalto Maurício. Cultura do guaranazeiro no Amazonas. Em: brapa Amazônia Ocidental [et. al.]. Manaus, 2005.

Identidade, território, territorialidade e relações sociais em Assentamentos Rurais no Alto Solimões

Elenilson Silva de Oliveira

Introdução

Os assentamentos rurais no Brasil representam mais que simplesmente espaços geográficos planejados para o bem do ordenamento territorial rural. Modestamente, são eles que cumprem um papel importante na contribuição de uma produção agropecuária, e mais além, da manutenção em maior escala da reprodução social e dos modos de vida dos povos do campo.

Desde a criação dos primeiros assentamentos rurais a partir de 1970 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA vem se discutindo o desencadeamento das políticas públicas, trazendo um novo rumo dessa temática no sentido de refletir sobre o real papel da reforma agrária dentro desses projetos institucionais.

A compreensão de que a política de reforma agrária no Brasil não deve ser engessada, pensando principalmente no público beneficiário, frequentemente passa despercebida pelos agentes públicos, que visam considerar, na maioria das vezes, os povos do campo como iguais, ou melhor, dentro de uma só categoria. O que se contesta, principalmente via movimentos sociais do campo é que a falta de estrutura dos assentamentos rurais não condiz com o que de fato o governo chama de reforma agrária.

Sparovek (2003, p.182) *apud* Oliveira (2016, p. 9) traz para a reflexão questionamentos acerca da qualidade dos assentamentos rurais em cinco perspectivas: eficácia de reorganização fundiária, qualidade de vida, articulação e organização social, ação operacional e qualidade ambiental.

O objetivo não é colocar o dedo na ferida, mas ressaltar que toda essa problemática que envolve os assentamentos rurais traz consigo interferências nas relações sociais de milhares de famílias que dependem dos processos de desenvolvimento rural sustentável. Quando nos referimos em interferências, consideramos que os efeitos chegam às residências, nas famílias, nas identidades, nos sentimentos, nos trabalhos, desprovidos de

políticas educacional, fundiária, de saúde, bem-estar social, de cidadania, dentre outras.

Para muitos, tem parecido que as políticas públicas para assentamentos rurais se resumem na criação, ou melhor, da oficialização desses espaços, a identidade territorial das populações nos neoassentamentos está intimamente ligada à garantia da qualidade de vida sociocultural, ambiental, política e cultural.

Nesse sentido, este trabalho traz para a luz da reflexão, olhares acerca dessas nuances que permeiam a identidade dos assentados multifuncionais (ao mesmo tempo em que são agricultores, pescadores, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, trabalhadores rurais, posseiros) e suas relações com o território, bem como a importância das territorialidades, como elementos de construção e manutenção dos assentamentos rurais.

A referência deste trabalho foi o Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS Rio Tacana, no município de Tabatinga – AM. Esse projeto de assentamentos rural foi criado pelo INCRA, atendendo as normas e legislação da entidade.

Antes de tratarmos dos territórios em questão, torna-se importante a compreensão de alguns conceitos tratados aqui, como assentamento rural, comunidade rural, território, territorialidade, dada a importância nas relações sociais dos povos do campo, das águas e da floresta.

Assentamentos rurais como conceito, podem ser definidos de acordo com Bergamasco & Norder (1996, p. 10) como:

a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais, visando o reordenamento do uso da terra; ou a busca de novos padrões sociais na organização do processo de produção agrícola: (a) projetos de colonização; (b) reassentamento de populações atingidas por barragens; (c) planos estaduais de valorização das terras públicas e de regularização possessória; (d) programas de reforma agrária; e (e) criação de reservas extrativistas.

O INCRA¹ define assentamento rural basicamente como “um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo Incra onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário.”

Dentro dos assentamentos rurais podem existir uma ou mais comunidades rurais. Na Amazônia estão presentes, na sua grande maioria, em

¹ Informações obtidas no endereço: <http://www.incra.gov.br/assentamento>.

áreas fora dos assentamentos rurais, chamadas de comunidades rurais amazônicas, comunidades tradicionais, comunidades tradicionais ribeirinhas, comunidades locais, sociedades tradicionais, comunidades florestinas.

Diegues e Arruda (2001, p.27) utilizam num estudo o termo sociedades tradicionais:

para definir grupos humanos diferenciados sob o ponto de vista cultural, que reproduzem historicamente seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base na cooperação social e relações próprias com a natureza. Essa noção refere-se tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional, que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos.

As comunidades florestinas, conforme Gasché Suess & Vela Mendoza (2011):

são compostas por grupos de pessoas ligadas por laços de parentesco consanguíneo e de aliança matrimonial, eventualmente por pseudo-parentesco (compadrio) e amizade (vizinhança). Os termos de parentesco significam relações sociais e comportamentos interpessoais entre parentes (ou com pessoas amigáveis assimiladas a parentes, por exemplo, os termos usados para “tio” e “avô” até mesmo quando o laço de relação familiar não existe). (GARSCHÉ SUESS & VELA MENDOZA, 2011, p.51, tradução nossa)

As comunidades fazem parte de um território, que de acordo com o Haesbaert (2004), pode ser funcional ou simbólico. O território como funcional ocorre processo de dominação, há um princípio de exclusividade em relação ao uso, podendo ser utilizado como recurso, valor de troca, ele existe sem territorialidade. O território como símbolo há processos de apropriação pelas pessoas, a multiplicidade de identidades simboliza os valores e as relações do território como abrigo, lar, segurança afetiva. Aqui o autor esclarece que há territorialidade sem que haja território. O território como conceito vem sendo discutido em diversos olhares, desde Lefebvre Saque (2009), Becker (2010), Almeida (2012), Raffestin (1993), dentre outros.

Acerca de território, Saquet (2009, p.81) o considera como um “produto histórico de mudanças e permanências ocorridas no ambiente no qual se desenvolve uma sociedade”. O indivíduo se apropria socialmente do ambiente natural, passando a “habitar, produzir e viver, objetiva e subjetivamente”.

Nos territórios rurais são abordados vários temas, como destaca SILVA (2015, p.31):

mão de obra, seja ela familiar ou contratada; as relações com o mercado consumidor, venda dos produtos, sua comercialização direto ao consumidor ou atravessadores, e também aspectos de outras atividades desenvolvidas, como a pecuária e a pesca. São abordados os vários usos do território, assim como a sua importância para a reprodução social e cultural dos grupos sociais nele estabelecidos.

No território há um sentimento de pertencimento, fazer parte daquele sistema, da estreita relação homem natureza, “não é apenas um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de coisas criadas pelo homem.” (SANTOS, 2000, p. 96). O autor ainda destaca que:

[...] O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. (SANTOS, 2000, p. 96)

São nesses territórios que se constroem as novas territorialidades rurais, entremeadas nas relações de poder, nos símbolos, mitos, dos saberes, dos modos de vida, da cultura, nas memórias, nas lutas sociais, na resistência, nas estratégias de reprodução social. Para Raffestin (1993, p.160) a territorialidade pode ser definida como:

um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade – espaço – tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema. Mas, essa territorialidade é dinâmica, pois, os elementos que a constituem são suscetíveis de variações no tempo. É útil dizer, nesse caso, que as variações que podem afetar cada um dos elementos não obedecem às mesmas escalas de tempo. (RAFFESTIN, 1993, p.160)

Sociedade – espaço – tempo configura-se como o tripé da dinâmica de territorialidades, somados ao que Almeida (1989) chama de identificação, defesa e força. Para o autor:

[...] Laços solidários de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalie-

nável, não obstante, disposições sucessórias, porventura existentes. De maneira genérica, estas extensões são representadas por seus ocupantes e por aqueles de áreas lindeiras sob aceção corrente de terra comum. (ALMEIDA, 1989, p.163).

As territorialidades rurais na Amazônia se manifestam nas relações com a terra, com as águas e com a floresta. A agricultura, a pesca e o extrativismo (inter-relacionadas) contribuem significativamente a construção das identidades dos povos. O entendimento coletivo sobre o uso das terras nas várzeas, o período de reprodução dos peixes e busca de alternativas para a manutenção das famílias, a preocupação com a manutenção de estoques de árvores, e de produtos florestais não madeireiros, são exemplos que regulam as territorialidades.

Ressaltamos que em vez de utilizar ‘povos do campo’, como já vem sendo citado por diversos autores, buscaremos dar preferência ao termo ‘povos do campo, das águas e da floresta’ como categoria de sujeitos que tem o campo, as águas e a floresta como espaços de reprodução social, onde a vida contempla processos indititários como cultura, trabalho, saberes, resistências, memórias, construção e lutas, localizados na Amazônia, chamados de “camponês amazônico” por Witikoski² (2006) e de “florestinos” por Jorge Garsché (2011). Outros autores como Cruz³ (2007) os denomina de “caboclo-ribeirinhos”, Castro (1997) o reconhece como “ribeirinhos”, Fraxe⁴ (2000) os identifica como “homens anfíbios”, Benchimol⁵ (2009) os chama de “povos ribeirinhos”, Noda⁶ (2007) os reconhece de “povos das águas”, todos na tentativa de compreender a complexidade do homem amazônico e suas relações. Para termos uma ideia, o termo caboclo (amazônico) de acordo com um mapeamento realizado por Castro⁷ (2013) é discutido até hoje por mais de 15 autores brasileiros, em diversas variações da pesquisa etnográfica.

2 WITKOSKI, A. C.. Terra , floresta e água: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus: Edua, 2006.

3 CRUZ, M. J. M.. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia**. 274 p. (Tese de doutorado. Doutorado em Geografia Humana da Universidade de São Paulo). São Paulo: USP, 2007.

4 FRAXE, T. J. P. **Homens anfíbios**: etnografia de um campesinato das águas. São Paulo: Annablume, 2000.

5 BENCHIMOL, S.. **Amazônia**: Formação Social e Cultural. 3. ed. Manaus: Editora Valer, 2009.

6 NODA, S. do N. Org. **Agricultura Familiar na Amazônia das Águas**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

7 CASTRO, F. F. **A identidade denegada**. Discutindo as representações e a autorrepresentação dos caboclos da Amazônia. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2013, v. 56 nº 2.

Trabalho e vida no PDS Rio Tacana

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS Rio Tacana está localizado no município de Tabatinga, foi criado pelo INCRA no ano de 2007. Com capacidade para assentar 140 famílias obteve praticamente toda essa totalidade atendendo no início 137 famílias. Na sua grande maioria, trabalhadores rurais, agricultores da região.

O PDS Rio Tacana limita-se com terras do Projeto de Assentamento Urumutum e terras do Exército Brasileiro. O acesso é realizado exclusivamente por duas vias, a terrestre que passa pelas estradas de barro do PA Urumutum e a outra via Igarapé Urumutum, que também é acessado via PA.

A vida comunitária no PDS Rio Tacana é caracterizada por encontros e desencontros. Há uma década de existir oficialmente o assentamento carrega ao longo de sua história uma dinâmica natural que influencia o contexto das relações sociais, onde a adaptação das famílias é parte componente do processo (re) construção dos modos de vida.

A população do PDS Rio Tacana é influenciada pela dinâmica do Rio Solimões, pois quando as águas estão nos períodos de cheia e enchente, as famílias dão preferência para acessar seus lotes de terra pelo igarapé Urumutum. É por ali, que trafegam canoas com motores de popa tipo rabeta, levando trazendo famílias, produtos agrícolas para comercialização nas feiras e mercados, estudantes, produtos do extrativismo como madeira, dentre outras ‘coisas’ de importância.

Geralmente, os homens operam canoas, por conta da força excessiva e necessária para operá-la de modo a evitar e colisão no estreito igarapé. Em último caso, quando não há disponibilidade de homens, as mulheres sentem-se na necessidade de realizar esta tarefa. Essa condição de gênero não implica na superioridade do homem em detrimento da mulher, pois essas atividades são típicas dos papéis de gênero, e estão no cotidiano desse grupo social, construídas sociocultural e historicamente.

Aliás, gênero é uma categoria que sempre esteve presente na divisão do trabalho social e na organização produtiva no PDS Rio Tacana. Como em qualquer comunidade rural, podemos considerar problemáticas que contribuem para as nuances dessas relações sociais de gênero, como a agricultura, a pesca, o extrativismo, as atividades domésticas, educação, transporte. Destacamos as problemáticas dentro dessas atividades por se tratarem como mobilizadoras da necessidade de conviver no PDS sob con-

dições criadas pelos próprios sujeitos dentro do território. Na verdade, essas territorialidades fazem sentido quando entrelaçam sobre si e é daí que o camponês, o assentado, emancipa-se, se reproduz socioculturalmente.

No tocante a educação, a escola (somada a outros meios) é preponderante para a permanência da população no campo. No PDS Rio Tacana não há escola, os filhos, principalmente jovens, são obrigados a migrar para a cidade ou para escolas mais próximas dependendo se lá tem a série equivalente para atender os alunos. A escola da comunidade de São João, no PA Urumutum acaba atendendo parte da demanda de alunos que moram nas proximidades.

No âmbito do território do PDS Rio Tacana, infelizmente não se tem notado uma condição do meio rural específica, assim como destaca Aguiar & Stropasolas (2010, p.163), que “está relacionada à sua capacidade de oferecer oportunidades de obtenção de renda, acesso a infraestruturas e serviços [...]”. Permanecer vivendo no PDS é uma questão de “vida ou morte” para os líderes das famílias, mas especificamente para os jovens e crianças, que buscam na educação da cidade uma forma de construir novos caminhos. Viver entre dois mundos acaba sendo aos poucos incoerente, tendenciando ao abandono do campo futuramente.

Essa realidade afeta diretamente na divisão do trabalho no PDS, as ausências dos jovens na condição de um trabalho familiar faz pesar literalmente para o lado dos pais. Somada a necessidade de acompanhar os filhos durante o período escolar, as atividades produtivas são planejadas e replanejadas conforme cada situação. O papel feminino centra-se no cuidado da família no rural e no urbano, no acompanhamento nas atividades produtivas, na responsabilidade de prover o cotidiano escolar. O homem é o responsável pela roça, com a manutenção das canoas e dos motores rabeta, do transporte das famílias, do escoamento e comercialização da produção, o cuidado geral da família. A mulher, mesmo exercendo muitas atividades não produtivas, considera-se importante no contexto social, onde a “diversificação de estratégias de sustento tem sido uma das tendências dominantes no meio rural, aumentando a participação econômica das mulheres e sua inserção em atividades não agrícolas.” (CARMEM DIANA DEERE, 2006 *apud* SILVA & SCHNEIDER, 2010, p.189).

Os autores ainda destacam um fator relevante que acontece no meio rural, na qual não é diferente no PDS Rio Tacana, o que torna suas características geográficas ligadas ao que já comentamos sobre a condição

do meio rural, inevitáveis ao surgimento de gargalos que impedem um desenvolvimento.

A herança no meio rural se baseia na tradição, em detrimento das leis, e visa à manutenção da propriedade, já que as divisões podem torná-la insuficiente para o sustento familiar. Mas outra questão relevante nos dias atuais é o desinteresse pela sucessão da terra, devido a diversos fatores, entre os quais a penosidade do trabalho e o pouco rendimento obtido. (SILVA & SCHNEIDER, 2010, p. 190)

Atualmente, em meio a promessas eleitoreiras, institucionais, e a falta de políticas públicas o PDS Rio Tacana está em crise. Trabalhar na terra significa manter as condições necessárias para não perdê-la. O trabalho árduo na atividade agrícola não é compensado, por exemplo, pela comercialização dos produtos, que para chegar à cidade é um verdadeiro trajeto hostil. Não há incentivos para a agregação de valor dos produtos que saem do PDS, o pouco rendimento é convertido em gastos para o retorno à casa. O agricultor-assentado tem um custo muito alto para viver no território. O que lhe faz viver é o sentimento de pertencimento e sua história de vida naquele lugar, o valor cultural e simbólico é mais alto, e isso explica a propósito das territorialidades no PDS.

Inclusive, essas e outras problemáticas vão de encontro as própria natureza geográfica do PDS. Quando falamos em comunidade pensamos logo na referência de casas próximas, uma do lado das outras, posto de saúde, escola, casa de reunião, claro que nem sempre é assim. Mas, se compararmos com outras formas de assentamentos rurais, como no caso do Projeto Agroextrativista Lago São Rafael (Atalaia do Norte – AM), apesar de ter características incomuns ao PDS Rio Tacana, podemos observar que há proximidades das casas (uma do lado das outras) é inevitável para que a comunidade rural se consolide, pois a coletividade se desdobra em diversas relações sociais.

No PDS não se tem observado casas próximas. Esse isolamento é característico, pois o acesso via Igarapé Urumutum provoca esse distanciamento, que se enquadra entre 3 a 10 minutos de distância de uma propriedade para a outra. No PA Urumutum as casas geralmente ficam na frente das propriedades, no caso do PDS a família se instala em local alto e seguro.

Considerações finais

Ser do campo significa ainda nos dias de hoje carregar um fardo de preconceitos e estereótipos concebidos por gerações. Viver e trabalhar no campo não tem o reconhecimento social devido, o home do campo vive em crise de identidade.

Uma ressignificação em relação à postura acerca desses povos torna-se inevitável para que as políticas públicas de desenvolvimento rural transcendam dos planos para a prática no cotidiano.

Novas territorialidades estão surgindo. As instituições públicas (ou as pessoas que as compõe), principalmente aquelas desligadas da produção agropecuária enxergam exatamente os povos do campo, as águas e das florestas, ligados a lógica do capital, e não mais que isso, ou seja, infelizmente constroem ideias de que as comunidades rurais devem ser produtivas, precisam atender a demanda de hortifrutigranjeiros da cidade, só assim terão direito as políticas públicas. Aos cidadãos, aqueles que escolhem reproduzir-se nos territórios rurais e viver de uma maneira desligada dessa lógica, lhes é dado uma partilha de esquecimento.

Cabe ressaltar que as políticas públicas para os povos do campo, das águas e da floresta devem necessariamente olhar para o viés das territorialidades rurais (específicas ou não), não mais *a priori* o espaço, apenas. Compreender quais os sujeitos, suas origens, suas raízes, seus modos de vida é fundamental para o desenvolvimento de políticas integradoras que visem o talvez, utópico, desenvolvimento rural sustentável.

Referências

AGUIAR, V. V. P., STROPASOLAS, V. L.. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M.. (Orgs.) Gênero e Geração em contextos rurais. Ilha de Santa Catarina. Editora Mulheres. 2010. p.157-182.

ALMEIDA, A. W. B.. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. In: CASTRO, Edna Maria Ramos; HÉBETTE, Jean (Org.). Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 1989.

BERGAMASCO, S.M., NORDER, L.A.C.. O que são assentamentos rurais. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CRUZ, R. A.; BATISTA, E. E. K.. Onde está o problema em ser sujeito do

campo?. In: II Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas sobre Educação do Campo e IV Jornada de Educação Especial no Campo. 2013, São Carlos. II Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas sobre Educação do Campo e IV Jornada de Educação Especial no Campo, 2013.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S.V. (Orgs.). Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

GASCHÈ SUESS, J.; VELA MENDOZA, N.. Sociedad Bosquesina. Tomo I. Ensayo de antropología rural amazónica, acompañado de una crítica y propuesta alternativa de proyectos de desarrollo, Instituto de Investigaciones de la Amazonía Peruana (IIAP), Iquitos. Consorcio de Investigaciones Económicas y Sociales (CIES. Lima Center for Integrated Area Studies, Kyoto University (CIAS), Japón. Lima- Peru. 2011.

HAESBAERT, R.. O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro, Editora Bertrand, 2004.

OLIVEIRA, E. S.. Educação e os currículos escolares: um olhar sobre a importância do ensino agrícola nas escolas do campo do município de Tabatinga, AM. Dissertação de Mestrado – PPGA/UFRRJ. Seropédica. Rio de Janeiro 2016.

RAFFESTIN, C.. Por uma geografia do poder. São Paulo, SP: Ática. 1993.

SANTOS, M.. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro, RJ: Record. 2000.

SAQUET, M. A.; Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S.. (Orgs.) Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1ª ed. São Paulo; Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SILVA, C. B. C.; SCHNEIDER, S.. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M.. (Orgs.) Gênero e Geração em contextos rurais. Ilha de Santa Catarina. Editora Mulheres. 2010. p. 183-208.

SILVA, C. M. M.. Territorialidades rurais no município de Parintins: habitus, circularidade da cultura e ethos ambiental na localidade do Zé Açú. Tese de Doutorado. PPGCASA/UFAM. 2015.

SPAROVEK, G.. A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira. São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica, 2003.

As cidades e o saneamento, a anatomia de uma simbiose em funcionamento

Ellem Cristiane Moraes de Sousa Contente

João Bosco Ladislau de Andrade

O começo antes do começo

Toda e qualquer abordagem que se pretenda sobre a relação cidade-saneamento sempre fará surgir, digamos assim, uma falha original que tende a gerar em nós a compreensão (equivocada ou, no mínimo, parcial) de que tal relação é aquela que, mesmo a despeito da profusão de informações atualmente vigentes, ainda nos é massivamente apresentada, sobretudo, pela literatura circulante entre nós. Dir-se-á, portanto, que a história do saneamento em relação à cidade, inclusive sob seu aspecto simbólico, é para nós uma história do ocidente, ou, mais precisamente, é uma representação do olhar ocidental. Algo mais clamorosamente parcial é impossível.

Parte da justificativa para essa ocorrência, ousamos dizer, está no alcance do olhar que exercitamos a partir de nossa geografia. Nossa latitudinidade tende, na maior parte das vezes, a olhar para a América e, indo além, para a Europa ao atravessar o Oceano Atlântico. Algo diverso do que se passa neste último e cognominado Velho Continente, cujo olhar se volta para nós (é bem verdade que com relativa intensidade) tanto quanto se dirige à Ásia, neste caso de modo bem mais ativo. Outra justificativa plausível deve-se, é bem verdade, ao nosso quase inexistente acesso a textos, à literatura e à cultura em geral do lado Oriental do planeta. Portanto, ao tratar de uma história que envolve aspectos simbólicos, mitos, crenças, costumes etc., melhor seria se nos fosse possível ter uma visão completa do assunto, haja vista que as realizações e a história humana formam um todo.

Dado este esclarecimento inicial, importante para a compreensão do contexto no qual nos assentamos, ainda assim cabe buscar resposta à seguinte indagação: Qual um percurso histórico possibilita expor a original abordagem entre saneamento e cidade naquilo que ele teve como influência na formação da mesma? Em decorrência desta pergunta o objetivo geral aqui é, portanto, registrar a presença do saneamento ao longo da história

humana, desde a Idade Antiga até os tempos atuais de nossa Idade Contemporânea, pontuando acontecimentos no *modus vivendi* humano e nas cidades e que se fizeram (ou que ainda se fazem) presentes quer seja no âmbito alienígena quanto autóctone. O percurso, digamos desde já, é longínquo e, em geral, nele sobressaindo mais a importância da cidade quando posta ao lado do saneamento. Em geral, também, com tal relação encontrada muito mais na literatura médica voltada à saúde pública que em outras literaturas.

Quando o mundo não era imundo

Sabendo o perigo que é estabelecer data específica para o início e o fim das divisões da história, pois suas idades não passam de uma para outra de repente, e, mais ainda, se esquivando de um olhar sobre ela que signifique tão somente dela recolher e colecionar acontecimentos, adentremos pois na Idade Antiga. Tal idade, compreendida como o período de tempo entre o aparecimento da escrita (aproximadamente 4.000 anos antes de Cristo, a.C.) e a queda do Império Romano (no ano 476 depois de Cristo, d.C.), já permite entrever que as bacias hidrográficas exerceram considerável influência no desenvolvimento das civilizações. A presença das primeiras comunidades nos vales dos rios Tigre e Eufrates são exemplos disto.

Nesses tempos longínquos Rezende e Heller (2002), embora sem apresentar maiores detalhes que nos levem para além da data, registram que 4.000 anos antes de Cristo algumas cidades já possuíam infraestrutura sanitária. Portanto, podemos inferir que o que hoje chamamos de saneamento se faz presente entre nós, no mínimo, há cerca de seis mil anos. Do acesso direto à utilização dos rios, lagos e lagoas, da captação das fontes e sua condução especial pelos aquedutos (ou pelas canalizações subterrâneas, das quais nos fala Roche, 2000) e do recurso ao lençol freático com a escavação de poços na antiguidade resulta, também, a ligação arquetípica sujeira e culpa, entre asseio e inocência, onde banhos e imersões, ao lado de outras práticas, também ganham a dimensão de ritos.

Os leitores de *A cidade antiga*, de Fustel de Coulanges (2007), sabem que na Roma antiga o fosso no qual eram lançados torrões de terra da antiga pátria era chamado *mundus*. A intenção era nele perpetuar as almas dos antepassados. Nesse lugar, portanto, definiram a função simbólica do *mundus* como sendo sagrada, fonte de pureza e purificação, no qual se comunicavam os três domínios da realidade: céu, terra e inferno. Tudo que era concêntrico ao *mundus* era considerado sagrado. Profano, sacrílego, im-

puro, sujo, em outras palavras, *immundus* era tudo que gravitava fora da órbita do *mundus*. Os torrões lançados no *mundus* e os banhos, terra e água, portanto, marcam esse tempo no qual estavam enraizadas as forças simbólicas destes elementos. Um tempo no qual “o mundo não era imundo”. Tinha a intenção de não ser!

Gregos e romanos tinham relação estreita com a água, contudo, se os gregos apreciavam a água, os romanos a adoravam. E ambos ficaram em evidência também por isso. Tinham a intenção de não serem *immundus*. Os gregos se limpavam pelas mesmas razões que nós: para sentirem-se mais confortáveis e atraentes. Também se banhavam por motivos de saúde, já que permanecer de molho na água era um dos mais importantes tratamentos do limitado arsenal dos médicos. Hipócrates, o grande médico do século V a.C., era adepto dos banhos: acreditava que uma combinação criteriosa de imersões em água fria e quente podia proporcionar equilíbrio saudável de todos os humores importantes – ou líquidos constitutivos – do corpo (ASHENBURG, 2008).

Os romanos inverteram as prioridades: eles se exercitavam porque isso tornava seu banho ainda mais agradável e assim o típico banho romano – aquecido e comunitário - chegou à inspiração de suas luxuosas termas (figura 1).

À medida que os costumes romanos se infiltraram no mundo helenístico, o banho romano triunfou se tornando algo corriqueiro e previsível no cotidiano. Se antes o grande desinfetante era o fogo, maneira (ao



Figura 1 - Terma romana (vista interior, ilustração).

Fonte: Google, 2016.

menos simbólica) de impedir circulação de ares e água, como argumenta Rodrigues (1995), agora, no entanto, já principiava acreditar nas virtudes desinfetantes da água (um dos principais itens do saneamento, portanto).

Três inovações tecnológicas resultaram desse processo de higienização. As primeiras casas de banho (termas) obtinham água de poços, cisternas e fontes, mas depois vieram os aquedutos (figura 2). Por volta do ano 100 a.C., aquedutos abasteciam Roma com 1.100 litros de água por habitante por dia, quatro vezes mais do que a média consumida por um norte-americano moderno (ASHENBURG, 2008). As termas estavam entre as maiores e mais privilegiadas usuárias dos aquedutos: eram abastecidas por encanamentos conectados ao fundo dos reservatórios, pelos quais a água fluía com maior pressão.

A partir do reservatório da casa de banho, a água seguia, por meio de bombas e canos de chumbo, para a caldeira de calefação e então para as várias salas de banho. As piscinas e salas, descreve esta última fonte supracitada, eram aquecidas por uma segunda inovação, um sistema chamado hipocausto (sistema de calefação formado por tubulação situada no piso ou nas paredes de construções ou de aposentos que recebia e distribuía o calor de uma fornalha), desenvolvido no final do século II a.C. Sendo assim:

O hipocausto aquecia um espaço vazio sob o pavimento e por detrás das paredes com ar quente da fornalha. O chão, sustentado por pequenas colunas de tijolos, chegava a ficar tão quente que os banhistas tinham de usar sandálias para proteger os pés. As salas mais quentes ficavam acima da fornalha e as de banho frio, assim como os vestiários, mais distantes (ASHENBURG, 2008, p.39).



Figura 2 – Aqueduto na Roma antiga.

Fonte: Google, 2016.

Uma casa de banho dessa época podia ser feita com pedras retangulares. No século I a.C., a invenção do concreto romano, um amálgama de fragmentos de tijolos e pedras em uma argamassa de cal, areia e poeira vulcânica viabilizou a construção de edifícios cada vez maiores e mais sofisticados. O desenvolvimento do teto de concreto abobadado, em particular, levou à criação de espaços livres maiores, e estes fizeram da visita às casas de banho uma experiência marcante.

Vemos, então, que por trás das grandes termas sucedem várias outras histórias que perpassam, mas que também afirmam, além de outras, a religiosidade (banhar-se era um prelúdio necessário nos ritos de passagem e para as preces), a vivência em comunidade e a limpeza. Em suma, a água (uma das componentes básicas do que hoje denominamos saneamento) apresenta-se como inseparável das representações que estão enraizadas há milênios na força simbólica dos elementos. E também se apresenta, pelo viés da limpeza, intervindo em primeiro lugar na formação das cidades e na construção de seus espaços.

Ruas, restos, ratos e riscos

Com o declínio e queda do Império Romano do Ocidente, em 476 d.C., e indo até 1453, ano em que a cidade de Constantinopla foi dominada pelos turcos e marco final do antigo Império Romano do Oriente, tivemos o período normalmente aceito pelos historiadores, a Idade Média. Uma era que cobre um lapso de tempo de cerca de mil anos e marcada, dentre outras, por grande efervescência cultural, pelo feudalismo, pelo papel da igreja e por novas invasões. Uma era na qual o processo de desintegração do mundo romano coloca-o à vista de todos, em muito, como destruído. Os aquedutos foram danificados, não receberam reparos e decaíram. O destino das instalações de higiene nas cidades provinciais não foi diferente: acabaram destruídas, ou se arruinaram pouco a pouco. Um retrocesso sanitário, portanto.

Nesse cenário, diz Rosen (1994), as cidades medievais variaram. Umas se desenvolveram de antigas colônias romanas, outras se ergueram nos vaus de rios ou em importantes rotas comerciais. Outras, ainda, floresceram em torno de sés episcopais fortificadas, ou castelos de senhores feudais, poderosos o suficiente para protegê-los contra inimigos. Contudo, muitos problemas de saúde pública resultavam da circunstância de ser a

cidade incapaz de acomodar, no interior de suas paredes fortificadas, uma população crescente. As fortificações, necessárias para proteger a vida, deram como resultado a aglomeração característica das cidades medievais. Além disso, a maioria dos habitantes das cidades conservou por um longo tempo hábitos da vida rural. Por exemplo, mantinham dentro da cidade animais grandes e pequenos e se ajuntavam excrementos onde houvesse espaço. Por muito tempo, continua dizendo este mesmo último autor, “*as ruas não tiveram calçamento e receberam toda sorte de refugos e imundícies*” (p.54).

Lepra (a grande praga sobre a vida diária da humanidade medieval), peste bubônica, varíola, difteria, sarampo, influenza, ergotismo, tuberculose, escabiose, erisipela, antraz, tracoma, malária e duas epidemias: a peste de Justiniano (em 543) e a peste Negra (em 1348) - que, como uma espada de Dâmocles, marcaram o começo e o ocaso da Idade Média -, estavam entre os maiores e menores surtos que visitaram ou arruinaram o homem medieval (ROSEN, 1994; MARTINS, 1997; REZENDE e HELLER, 2002). O medo da pestilência não abandonava a mente do homem daquele período, e até mesmo verberava (e ainda verbera) no homem já em outro período. A figura 3 é uma confirmação disto, pois ela é um olhar centenário sobre o medievo, um tempo no qual a morte segue seu caminho levando embora com ela todos os personagens da paisagem.

Como aconteceu nas primeiras comunidades, oferecer aos habitantes um suprimento adequado de água se apresentou como tarefa urgente da cidade medieval. De início, cisternas, fontes naturais, poços cavados, representaram as únicas fontes. Quando o suprimento se mostrou insuficiente, tornou-se indispensável assegurar novas, mesmo à distância. Garantir a pureza da água necessária para beber e cozinhar se revelou um constante problema das autoridades municipais. Quando se colhia água de rios, frequentemente pedia-se aos cidadãos para não lançar animais mortos, ou refugos, na corrente. Aqui a administração municipal precisava prestar atenção constante ao problema da poluição.



Figura 3 – O triunfo da morte (Pintura de Peter Bruegel, O Velho).

Fonte: Google, 2016.

Outros problemas eram a limpeza das ruas e o destino do lixo. Remover o lixo revelou-se desafio importante de higiene, de difícil solução técnica no período medieval. Não se deve esquecer, expõe Rosen (1994), que “nas casas medievais se ajuntavam muito mais refugos do que numa casa moderna” (p.55). O modo de vida na cidade ainda não se afastava muito da vida no campo e, no começo, as casas urbanas se assemelhavam às da aldeia. Além da abundância de restos, o fato de muitos habitantes criarem grandes quantidades de animais – como porcos, gansos e patos – representava outra causa relevante do aumento de sujeiras nas ruas. Os ratos eram, então, uma presença constante nos mais variados ambientes. Ao lado de tudo isso, palácios, e também inúmeras casa particulares, tinham estábulos, construções tinham chiqueiros de porcos de frente para as ruas. A imundície assumia proporções tamanhas que padres não conseguiam officiar cerimônias e funcionários municipais não podiam comparecer a reuniões. As ruas, os restos e os ratos ofereciam risco. Um grande e avassalador risco!

A luta das autoridades municipais contra essa situação se refletiu no grande número de regulamentos e editos, e, também, nos repetidos avisos, ameaças e apelos dirigidos aos cidadãos. Então, visando à saúde pública e a eliminação ou a redução dos riscos, cidades criaram matadouros municipais; foi introduzida a pavimentação nas ruas, com a finalidade de mantê-las limpas; dejetos foram canalizados e escoados para poços cobertos; esgotos e cloacas passaram a merecer atenção, ao serem construídos em locais aprovados pelas autoridades e cavados até uma profundidade que não emitissem o mínimo odor; cuidados médicos e assistência social foram oferecidos; e o hospital e medidas administrativas (como a quarentena) foram criados também.

Diante desse e de outros empreendimentos da saúde pública e do saneamento medieval, vemos os esforços para lidar com os problemas sanitários da vida urbana daquele período. Todas as instituições necessárias a um modo de vida higiênico precisaram ser recriadas pelas municipalidades medievais. Nesse meio urbano a saúde pública e o saneamento, na teoria e na prática, reviveram. E evoluíram. No caso particular do saneamento este não somente evoluiu como também tornou indelével pelos séculos seguintes, na formação das cidades, as suas marcas. A pavimentação das vias públicas, a construção das calçadas, sarjetas e bueiros, a destinação de locais apropriados para o lançamento de canalizações e outros, a coleta do lixo e, ainda, a construção de locais apropriados para o enfrentamento de questões sanitárias (hospital, aterro sanitário etc.) são hoje exemplos resultantes daquele tempo.

Olá, seja bem-vindo saneamento!

Os historiadores costumam definir como Idade Moderna o período demarcado por dois acontecimentos históricos particularmente importantes: a tomada de Constantinopla pelos turcos, em 1453, e a Revolução Francesa, em 1789. Nos 336 anos que transcorreram entre essas duas datas, o mundo ocidental passou por transformações importantes e, assim, no curso desses anos desenvolveu-se a ciência moderna, que foi associada à tecnologia, trazendo mudanças significativas, inclusive no campo conceitual e prático do saneamento.

Foi período no qual a sociedade inteira mudou face ao surgimento da economia de mercado e da burguesia, uma classe social dinâmica, empreendedora e aberta a mudanças, como nunca a história tinha conheci-

do. O ritmo dos acontecimentos tornou-se cada vez mais rápido. A própria noção de tempo mudou, deixando de se basear na observação das estações do ano e com o tempo agora controlado pelo relógio. O dinheiro, e não mais a terra, as relações de parentesco ou a honra, passou a ser o valor determinante. O impacto foi tão forte que o conceito de *modernidade*, originado na Revolução Francesa, marco histórico do término da Idade Moderna, se projetou por toda a história contemporânea, chegando a nós até os dias de hoje.

Rezende e Heller (2002) citam que os pontos de destaque que apresentam relação com o saneamento nesse período são: a invenção do microscópio (no século XVI), possibilitando melhor conhecimento sobre as enfermidades infecciosas; em 1546, o trabalho do médico Francastoro (1478 – 1553) que considerava a doença como a passagem de pequeníssimos corpos infecciosos ao indivíduo sadio; a codificação, em 1597 – 1598, na Inglaterra, da Lei dos Pobres – um sistema de assistência administrado pelas freguesias e mantido até depois da II Guerra Mundial; de 1623 a 1687, a emergência dos métodos experimentais e da utilização de cálculos matemáticos voltados à saúde pública, com destaque para os trabalhos desenvolvidos por William Petty e John Graunt; entre 1500 e 1750, a expansão do *mercantilismo*, período no qual as autoridades públicas podiam impedir a entrada de pessoas infectadas em suas jurisdições; do século XV ao XVIII, os habitantes eram os responsáveis pela limpeza das ruas, a preocupação com a água para o abastecimento era cada vez mais evidente e os causadores da poluição em cursos d'água de abastecimento ou ruas eram punidos [Roche (2000) nos assegura que a Idade Moderna era a época da água rara, pois a Antiguidade e a Idade Média conheceram uma outra relação hidráulica]; por fim, no século XVIII, a Revolução Industrial (nesse período em seu primeiro momento, denominado de Primeira Revolução Industrial ou *Era do carvão e do ferro*, que foi de 1760 a 1860). Uma revolução tão marcante pelo que influenciou e foi influenciada, também, pelo saneamento que merece ser vista à parte, ainda que de modo breve.

Na Revolução Industrial o processo de migração do campo para a cidade intensificou o crescimento da população urbana. Assim resultando no desenvolvimento das grandes cidades, com um novo cenário dominado por chaminés (figura 4) e por multidões de trabalhadores, agora formadores de uma nova classe social, a operária. A essa classe, destituída dos instrumentos de trabalho (ferramentas e utensílios) e da propriedade dos meios de produção (fábricas e máquinas), não bastava tão somente subme-

tê-la a extensas jornadas de trabalho, baixos salários e ao desemprego para pôr as máquinas em funcionamento, era necessário fazê-la converter-se em parte delas. Era necessário a elas submeter-se como já houvera sido a natureza, resultando, também, em sério desequilíbrio ambiental. E resultando, ainda, ao menos por suas expressões domiciliares, comerciais e industriais, na intensificação da problemática do lixo, conforme diz Andrade (2014).

Só para enfatizar o quanto este momento foi marcante no que se refere ao agravamento da problemática do lixo, lembremos o que se deu a partir do início do século XVIII, em Londres, quando uma grande quantidade de Leis de Benfeitorias foi redigida. A partir desse instante, sob os cuidados de várias comissões encarregadas de realizar tais benfeitorias, ainda que o lixo continuasse a ser esvaziado nas vias públicas, o aspecto de Londres começou a mudar, pois agora havia um serviço para recolhê-lo (A EVOLUÇÃO DAS CIDADES, [1991]).



Figura 4 – Chaminés em cidade na Revolução Industrial.

Fonte: Google, 2017.

A limpeza em Londres nos primeiros anos do século XVIII também se deu em outras localidades. Prova é que nessa época o escritor Daniel Defoe descreveu Glasgow como “uma das cidades mais limpas, mais belas e mais bem construídas da Grã-Bretanha”. Essas mudanças, um desdobramento daquela supracitada relação de acontecimentos, dentre outros, com o saneamento na Idade Moderna, foram notáveis e refletiram na formação

das cidades por meio da demolição de prédios deteriorados ou que impediam a circulação, pelos serviços de drenagem e pela iluminação das ruas. Vias estreitas e tortuosas foram alargadas e tornadas planas. Muitos cortiços desapareceram. Surgiram novos bairros. O suprimento de água e o cuidado com os esgotos passaram a ser admirados. Assim, principalmente o exemplo de Londres se espalhou e outras cidades empreenderam melhorias. Não obstante, para além desse desenvolvimento e afirmação do sanitarismo, mais importante que tudo foi vê-lo afirmar-se conceitualmente como sendo “um conjunto de planos e de serviços com a finalidade de assegurar saúde e qualidade de vida à população”. É neste élan que está a origem de todos aqueles acontecimentos.

Nós, os sobreviventes!

De 1789 (o ano da Revolução Francesa, considerada pelos historiadores o marco que assinala o fim da Idade Média) aos dias de hoje encontramos na Idade Contemporânea, uma era intensamente profusa de fatos a gerar revoluções e renovações nos mais variados campos da existência humana, aqui e alhures. A independência das colônias da América espanhola, a vinda da família real para o Brasil, o liberalismo, o nacionalismo, o socialismo na Europa, a Primeira Guerra Mundial, a Segunda Guerra Mundial, a predominância da vida urbana nas cidades, a guerra fria, o acentuado desenvolvimento científico e tecnológico, a queda do império soviético, as questões ambientais, o mundo globalizado e um mundo dividido entre países ricos e países pobres são marcas densas deste tempo.

Porém, não é possível olvidar que no campo do saneamento trata-se de um tempo de clara afirmação do que ele, o saneamento, seja. Assim é que na esteira da saúde pública, apresentada em 1920 por Winslow (1877-1957), é dito que:

Saúde pública é a ciência e a arte de prevenir a doença, prolongar a vida e promover a saúde e a eficiência física e mental, através de esforços organizados da comunidade no sentido de realizar o saneamento do meio e o controle de doenças infectocontagiosas; promover a educação do indivíduo baseada em princípios de higiene pessoal; organizar serviços médicos e de enfermagem para o diagnóstico precoce e tratamento preventivo das doenças; assim como desenvolver a maquinaria social de modo a assegurar, a cada indivíduo da comunidade, um padrão de vida adequado à manutenção da saúde (DACACH, 1984, p. 1-2);

Em consonância com a definição de saúde apresentada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como sendo “*um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade*”, o saneamento se apresenta como uma das armas da saúde pública, ou seja, como um conjunto de medidas relacionadas, principalmente, ao solo, à água, ao ar, à habitação e aos alimentos, nas quais se destaca a ação do Engenheiro, visando quebrar os elos das cadeias de transmissão das doenças. Em suma, o saneamento se consolida como sendo “*o controle de todos os fatores do meio físico do homem que exercem ou podem exercer efeito deletério sobre seu bem-estar físico, mental ou social*”, sendo esta a definição dele apresentada pela OMS e que nos permite inferir que, em maior ou menor intensidade pelo que a história mostrou, se chegamos até aqui é porque, de certo modo, o saneamento em sua evolução muito nos ajudou. Sob tal ponto de vista, graças a ele somos, portanto, sobreviventes.

Para reafirmar o que dissemos acerca de nossa condição de sobreviventes graças à contribuição do saneamento, voltemos o olhar para a cidade. Lembremo-nos que a cidade é, segundo Toledo (2012), a maior das invenções humanas. Elas estão aí há tanto tempo que até parecem ter nascido por si sós, brotadas na superfície do planeta como acidentes geográficos. Mas são invenções, surgidas no momento da aventura humana em que se concluiu pelas vantagens de viver junto, com relação à vida isolada no campo. Mas cidades, diz Andrade (2014), também metabolizam. E também excretam seus resíduos líquidos, gasosos e sólidos. O que também termina por colocar-nos diante de sérios problemas relacionados à qualidade de vida. Portanto, a cidade, tão perfectível como o homem e por isso mesmo tão necessitada de ser cuidada bem, não seria o que é se não fosse, também, o saneamento. Assim como há identidade, na perfectibilidade, do homem e da cidade; há simbiose entre cidade e saneamento quando o foco é a anatomia de seus funcionamentos!

Todo este relato com foco na relação saneamento-cidade (ou vice-versa) expõe-nos à vista, hoje, avanços e recuos, portanto. E, a depender da parte do mundo a ser focada, a visão da cidade pela lupa do saneamento pode nos ser ou não inquietante (figura 5).

Fonte: Google, 2017.

O saneamento básico foi colocado entre as metas do desenvolvimento do milênio, estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), que propõem que até 2015 mais 2 bilhões de pessoas tenham acesso à água tratada e rede de coleta de esgoto. Hoje, mais de 1,5 milhões de pessoas morrem anualmente pela falta de água potável e saneamento básico. Essas mortes estão relacionadas às doenças causadas pelo baixo índice de saneamento, como a malária, a cólera, as verminoses, a diarreia, entre outras enfermidades.

- 49 -

Se outrora o saneamento em sua relação com a cidade nos pareceu um pequeno passo para o homem, a história mostrou ter sido tal relação um salto gigantesco para a humanidade. E mais, se dessa relação - ora simbiótica, ora parasitária, ora conflituosa ou pacificada -, num momento ganhou a cidade, se noutro ganhou o saneamento, em outro ganharam ambos ou, noutro momento ainda, ambos perderam, fato é que por tal relação, (pelo menos até aqui) nós sobrevivemos. Nós sobrevivemos!

Boa prática e final feliz?

A esta altura, resta-nos ainda mirar a questão sanitária em sua relação com a cidade no contexto brasileiro e amazônico. Uma boa fotografia a respeito quem nos apresenta é o Instituto Trata Brasil (figura 6). Seus dados são preocupantes quando tratamos da questão em âmbito nacional. Existem 34 milhões de brasileiros que não têm acesso a água encanada; 103 milhões de pessoas não estão conectadas às redes de esgoto; 38,7% dos esgotos gerados são tratados; em 2013 foram notificadas mais de 340 mil internações por infecções gastrointestinais no país; o custo de uma internação por infecção gastrointestinal no Sistema Único de Saúde (SUS) foi de cerca de R\$ 355,71 por paciente na média nacional; em 2013, morreram 2.135 pessoas no hospital por causa das infecções gastrointestinais. Se todos tivessem saneamento básico haveria redução de 329 mortes (15,5%); em 2012, cerca de 300 mil trabalhadores se afastaram do trabalho por diarreias e perderam 900 mil dias de trabalho; no turismo, estima-se que a universalização criaria quase 500 mil postos de trabalho (hotéis, pousadas, restaurantes, agências de turismo, empresas de transportes de passageiros, etc.); a valorização dos imóveis chegaria a R\$ 178,3 bilhões, portanto, sozinha, compensaria parcialmente o custo da universalização do saneamento para o Brasil, estimado em R\$ 313,2 bilhões (INSTITUTO TRATA BRASIL, 2015).

Os números apresentados nos mostram que no Brasil ainda falta muito para avançar na questão do saneamento básico. O levantamento demonstra que o país não conseguirá alcançar a universalização do sistema nos próximos 20 anos se o trabalho de implantar serviços de abastecimento de água, tratamento de esgoto e de coleta e disposição final do lixo continuar no ritmo observado. A conclusão aponta para uma lentidão nos investimentos no saneamento por parte das três esferas de governo: nacional, estadual e municipal. Um projeto que intencione contemplar 100% das localidades brasileiras com saneamento básico nos próximos 20 anos, portanto, já está comprometido.

Na Região Amazônica brasileira (conhecida como Região Norte, formada pelos estados do Amazonas, Acre, Pará, Amapá, Roraima, Rondônia e Tocantins) a realidade sanitária (que se reflete nas suas cidades e vice-versa) não é diferente. Antes, é muito pior. Prova é que um de seus Estados, o Amazonas, é o que mais sofre com a problemática do sanea-



Figura 6 – Mapa do saneamento básico com os 20 melhores e os 10 piores municípios brasileiros.

Fonte: Instituto Trata Brasil, 2015, p.54

mento básico, conforme diz o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em sua publicação “Atlas do Saneamento Básico” do, ainda recente, ano de 2011. Nesse Estado, que tem 62 municípios, apenas onze possuem sistema de coleta da rede de esgoto. Destes, seis realizam a coleta de forma mista, para coletar outros resíduos, e os demais cinco utilizam sistema separador exclusivo.

O referido Atlas do IBGE identificou que apenas 33.443 casas possuíam ligação com rede de esgoto, o que representa apenas 4,6%, dos 714.957 domicílios cadastrados em 2008 no Amazonas. Nesse panorama, apenas vinte e dois municípios possuíam sistema de drenagem urbana, o que agrava ainda mais o problema de inundações de causas não natural. No Amazonas os casos se agravam mais ainda, quando a maioria das cidades fica às margens dos rios da região.

Em relação à disposição final do lixo houve um aumento de 33% nos municípios da Região Norte (juntamente com a Região Nordeste) na utilização de aterros sanitários e aterros controlados como disposição final para o lixo coletado. Apesar disso, mais de 50% dos municípios ainda utilizam os lixões como meio para a disposição final dos resíduos. Nesses locais não há tratamento de efluentes líquidos derivados da decomposição do lixo, o que polui e contamina o solo e também os lençóis freáticos que possam existir no local.

Em síntese, no contexto amazônico, no qual os municípios são separados por grandes distâncias e, segundo dados censitários, apresentam pequenas e médias populações, na maioria dos casos as baixas porcentagens de ofertas de serviços que se voltam à água, esgoto e lixo, põem em evidência as características regionais. Em outras palavras, aspectos tais como a história, a geografia, a antropologia e a etnologia, dentre outros, devem ser considerados, a fim de gerar soluções sanitárias e citadinas autóctones. Meio eficiente e eficaz, portanto, para assegurar que aquilo que ainda não é, de modo muito rápido, venha a ser, ou seja: a relação saneamento-cidade (ou vice-versa) como boa prática e com final feliz na vida de seus cidadãos.

O futuro é hoje, assim podemos concluir

Com o intuito de apresentar resposta ao problema que é dar a conhecer o percurso histórico da relação saneamento-cidade naquilo que o primeiro elemento do binômio influenciou no segundo (mas, também, vice-versa) e tendo como objetivo registrar a presença do saneamento ao longo da história humana em sua influência sobre o homem e a cidade, vimos que um marco inicial pôde ser encontrado nos banhos greco-romanos que modelaram o imaginário coletivo e resultaram avanços construtivos úteis à formação das cidades.

Mais adiante, num contexto de descabros com epidemias, endemias e pandemias que assinalaram o período medieval, a relação saneamento-cidade apresentou-se como momento inaugural à saúde pública e à redução de riscos. Obviamente, isso trouxe à tona, dentre outros, a necessidade de criar certos dispositivos. A pavimentação das vias públicas e a construção das calçadas, por exemplo, estão entre estes e se fazem presentes até hoje no traçado da maioria das cidades.

Aproximando-se mais dos tempos recentes, vimos que no período moderno - quando o ciclo completo das águas já era referenciado -,

o que caracterizou a relação saneamento-cidade foi, acima de tudo, o desenvolvimento e a afirmação do conceito de *sanitarismo*. Uma concepção prevalecente nas idéias e nos modos de vida. Um caminho, portanto, a nos acenar para um futuro com a garantia da saúde e da qualidade de vida.

Contemporaneamente, aqui e alhures, apesar do tanto que a relação saneamento-cidade (ou cidade-saneamento) consolidou, temos um mundo ainda com altos e baixos (neste caso com toda a ordem de prejuízos que tal situação representa) quando focada esta relação. No caso particular do Brasil e, nele, de modo especial na Amazônia, vale lembrar que a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), no dia 28.7.2010, editou a Resolução n.º 64/292 na qual reconhece que o direito à água potável e ao saneamento é um direito humano essencial para a plena fruição da vida e de todos os outros direitos humanos. Dito por outras palavras: trata-se de um *direito* que se enquadra na categoria dos *direitos econômicos, sociais e culturais*. Momento histórico, sem dúvida, é esse o da declaração, mas fica a pergunta: qual o alcance da mesma? Produzirá ela algum resultado prático na vida das pessoas, ou se trata de um mero exercício de retórica? Responder a tais questões, inexoravelmente, significa trazer-nos até o presente aquele futuro para o qual, outrora, o sanitarismo nos acenava. Significa dizer que o futuro é hoje, assim podemos concluir.

Referências

A Evolução das cidades. Editores de *Times-Life* Livros. Fergus Fleming (Editor). Rio de Janeiro, Abril Livros, [1991].

ANDRADE, João Bosco Ladislau de. Indicadores de Sustentabilidade Aplicáveis à Gestão e Políticas Públicas para os Resíduos Sólidos Industriais: uma contribuição com foco no Polo Industrial de Manaus. Manaus, EDUA, 2014.

ASHENBURG, Katherine. Passando a limpo: o banho da Roma antiga até hoje. Tradução de Débora Ginza e Luís Fragoso. São Paulo, Larousse do Brasil, 2008.

COULANGES, Fustel de. A Cidade Antiga. São Paulo, Martin Claret, 2007.

DACACH, Nelson Gandur. Saneamento Básico. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1984.

INSTITUTO TRATA BRASIL. Ranking do Saneamento – Instituto Trata

Brasil: Resultados com base no SNIS 2013. São Paulo, Instituto Trata Brasil, 2015.

INSTITUTO TRATA BRASIL. Ranking do Saneamento das 100 Maiores Cidades – 2017. Disponível em:<<http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/estudos/ranking/2017/press-release.pdf>> Acesso em: 1 dez. 2017.

MARTINS, Roberto de Andrade. Contágio: história da prevenção das doenças transmissíveis. Colaboração de Lilian Al-Chueyr Pereira Martins, Maria Cristina Ferraz de Toledo e Renata Rivera Ferreira. São Paulo, Moderna, 1997.

REZENDE, Sonaly Cristina; HELLER, Léo. O saneamento no Brasil: políticas e interfaces. Belo Horizonte, Editora UFMG : Escola de Engenharia da UFMG, 2002.

ROCHE, Daniel. História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX. Tradução de Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro, Rocco, 2000.

RODRIGUES, José Carlos. Higiene e ilusão: o lixo como invento social. Rio de Janeiro, NAU Editora, 1995.

ROSEN, George. Uma história da saúde pública. Tradução de Marcos Fernando da Silva Moreira com a colaboração de José Rubem de Alcântara Bonfim. São Paulo, Hucitec : Editora da Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1994.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. Eleição e cidades. Revista Veja. Edição 2259. Ano 45, n.10, 7 mar. 2012.

Identidade e autoimagem do amazônida: uma análise sob a perspectiva eliasiana

Francisco de Assis Coelho e Pinho

Introdução

De certa forma o homem amazônida é um ser ausente nos grandes relatos da história brasileira, inclusive amazônica, a despeito de ser, contraditoriamente, o ator principal do processo de formação de uma sociedade não indígena presente no vasto espaço da Amazônia brasileira.

Esse tratamento é contraditório quando se observa o discurso expresso em diferentes obras antropológicas e sociais, as quais retratam o brasileiro como um ser essencialmente mestiço.

Neste artigo procura-se refletir sobre essas questões, tomando-se como referência a teoria de Norbert Elias. Essa referência avança sobre concepções sociológicas reducionistas. Uma tarefa cognitiva necessária para compreender a posição e o papel do homem amazônida ou indíodescendente nas configurações e relações interpessoais nascidas do projeto colonizador lusitano na Amazônia.

Este trabalho está ancorado no entrelaçamento entre a teoria eliasiana, visando ao adensamento do conhecimento acerca das repercussões do processo civilizador para a definição de uma identidade e da autoconfiança do homem amazônida, tendo como substrato uma reflexão sobre como surgiram e se desenvolveram modos de ser e de pensar que configuraram a sociedade amazônica, os quais, por sua vez, serviram de parâmetros de aceitação ou rejeição dos traços culturais não europeus, refletindo-se no *modus vivendi* dos indíodescendentes.

A identidade no pensamento de Norbert Elias

Tratando da identidade, D'Adesky (2001) entende que ela somente se firma se existe uma interação, entendida no sentido de construção de uma compreensão de si e da ação para ser reconhecido, que se reflete na compreensão e visibilidade que o outro passa a ter dele.

Compreende-se assim a importância da identidade, quando se fala do homem amazônida, no sentido de um resgate da sua condição no

conjunto da diversidade da população brasileira, e não como um conceito fluido, um produto de definições idealizadas ou marcadas por adjetivações que não foram por ele construídas e tampouco lhe servem para garantir o reconhecimento pela sociedade e pelo Estado. Ela só pode se firmar quando os próprios indivíduos reivindicam um *status* próprio no conjunto da população à qual pertencem.

Como expõe Novaes (1993, p. 25), a identidade, essencialmente, é invocada quando “[...] um grupo reivindica uma maior visibilidade social face ao apagamento a que foi, historicamente, submetido”.

No caso do amazônida, ele se reconhece enquanto ser que faz parte do mundo amazônico, mas nem por isso diferente de outros homens que vivem em outros espaços deste planeta. Todavia, existe uma outra identidade, aquela reconhecida pela cultura dominante, que não corresponde a essa percepção, porque construída a partir de um olhar e de uma outra forma de pensar essa condição humana na Amazônia.

É nesse sentido que o amazônida precisa afirmar (ou reafirmar) a sua identidade, com base na forma como vê a si mesmo, percepção essa presente em toda a sua produção cultural (práticas, valores, crenças, hábitos alimentares, modos de ser e de se relacionar com o mundo natural e tradições construídas ao longo do tempo), mas que também abrange outras referências igualmente importantes, no plano sociopolítico.

Em todas essas referências, fica evidente uma perspectiva biopsíquica da identidade como algo inerente ao indivíduo enquanto Ser-em-si. Mas é preciso considerar, também, que esse sujeito não nasce e vive isolado do mundo, separado de referências culturais que nem sempre são aquelas que ele produz, pois também reproduz outras, construídas por sociedades e grupos com os quais mantém alguma relação.

É nesse sentido que Norbert Elias entende que a identidade não é algo que nasce de dentro para fora, não é algo abstrato que toma forma no plano subjetivo, e não existe a priori como algo inato; pelo contrário, ela se constitui a partir de uma compreensão individual aprendida na relação com outros indivíduos e definida a partir de referências culturais que não foram por ele elaboradas.

Essa contribuição do pensamento eliasiano sobre o que é a identidade possibilita uma mudança importante de visão acerca da sua essência, que ele atribui à necessidade de se compreender o “eu” não como ente-em-si-mesmo, mas como ser-no-mundo que existe sempre em relação aos outros.

É na trama de relações, na configuração (sociedade), que se encontra a base de formação da identidade, e não há como compreendê-la se não for considerada a indissociabilidade entre o indivíduo e o grupo social ao qual pertence, ou seja, o conceito de indivíduo ultrapassa a singularidade para abarcar uma ideia de unicidade entre sujeito e grupo, cuja conexão define o sentido da própria individualidade.

Nesse contexto, a autopercepção ou imagem de si, que tem relação também com a autoestima, está atrelada às configurações (interrelações ou teias de interdependência entre os indivíduos), de modo que

[] nunca podemos considerar as pessoas como seres singulares e isolados; temos sempre que as encarar inseridas em configurações. Um dos aspectos mais elementares e universais de todas as configurações humanas é o de que cada ser é interdependente [] A concepção que cada um de nós tem destas configurações é uma condição básica para a concepção que cada um tem de si próprio, como pessoa isolada. O sentido que cada um tem da sua identidade está estreitamente relacionado com as 'relações de nós' e de 'eles' no nosso próprio grupo e com nossa posição dentro dessas unidades que designamos por "nós" e "eles". (ELIAS, 1980, p. 139)

O sentido que cada um tem de sua identidade está estreitamente relacionado com as relações de "nós" e de "eles" no nosso próprio grupo e com a nossa posição dentro dessas unidades que designamos "nós" e "eles". (ELIAS, 1991, p. 139).

Portanto, na concepção eliasiana, existe uma interrelação indissociável entre o indivíduo e a sociedade, não sendo adequado procurar entendê-lo isoladamente, e tampouco analisar a sociedade como algo separado dos indivíduos que a integram. A sociedade existe porque

[...] existe um grande número de pessoas, só continua a funcionar porque muitas pessoas, isoladamente, querem e fazem certas coisas, e no entanto sua estrutura e suas grandes transformações históricas independem, claramente, das intenções de qualquer pessoa em particular (ELIAS, 1994b, p. 13).

Elias (1994) refuta a perspectiva do senso comum sobre sociedade, como algo que se explica por si mesmo e prescinde de maiores análises, colocando que esse é um conceito dado que, todavia, não pode ser considerado preciso justamente pelo fato de que a sociedade não é algo objetivo, que tem existência independente dos homens que a integram. Não há uma dualidade que permita separá-los.

Essa concepção eliasiana fornece um conceito fundamental, que é a configuração, entendida como uma situação de dependência mútua entre os indivíduos no interior da sociedade.

Nesse sentido, os indivíduos não são unidades estanques, fechadas em si mesmo como entes subjetivamente considerados, mas assumem sua condição de pessoas no mundo a partir das experiências vividas no interior da sociedade. O indivíduo assume sua condição de Ser-em-si não porque simplesmente nasce e é inserido numa estrutura social pré-determinada que com ele não se confunde, mas porque faz parte de um grupo social historicamente formatado, no interior do qual processos de diferenciação estabeleceram as bases que permitem a identificação de uns em relação aos outros e ao mesmo tempo delimitam sua interdependência.

Dessa forma, quando se fala em relações de poder, como é o caso da análise da condição histórica de surgimento e condição social do homem amazônida em face do processo civilizador europeu, é preciso considerar que tal poder não é algo estranho e exterior à sociedade e aos indivíduos que a integram. O poder é uma questão de relações que configuraram todas as figuras.

Esse poder não é, pois, um conceito abstrato, objetivamente situado fora da sociedade e que serve para descrever diferenciações ou assimetrias relacionais que colocam uns em posição superior aos outros porque certas situações ou fatores exógenos ao grupo apareceram e favoreceram tratamentos diferenciados entre os seus membros.

Para Elias, o poder é algo concreto e imediato, intrínseco à vida em sociedade, pois está imbricado no cotidiano de cada um na medida em que ele toma forma nas redes ou teias de interdependência que embasam a existência da sociedade. Como expõe o autor, essas redes “[...] formam o nexo do que é aqui chamado configuração, ou seja, uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes” (ELIAS, 1994, p. 249).

A identidade pode ser considerada, portanto, como um produto de configurações, por meio das quais o controle social leva os indivíduos a buscarem uma adequação a exigências coletivamente postas, as quais se tornam referências para o controle dos próprios comportamentos e tendências, introjetando a tal ponto essas exigências que perde parte da estrutura da sua personalidade.

A formação de uma estrutura social da personalidade dá embasamento ao *habitus*, que pode ser entendido como um traço básico na

definição da individualidade como algo que não se refere apenas ao sujeito em si mesmo, mas a sua condição de ente que faz parte de um grupo social.

O *habitus* serve, portanto, para definir o sentido do “eu” e do “nós”, mas não como uma forma se separá-los de forma estanque, porém de vinculá-los estreitamente a ponto do indivíduo compreender a si mesmo em sua singularidade apenas quando se percebe como parte do grupo ou sociedade à qual está ligado.

Como exemplifica Elias (1994b, p. 135),

[...] enquanto, de um lado, o nome dá a cada pessoa um símbolo de sua singularidade e uma resposta à pergunta sobre quem ela é a seus próprios olhos, ele também serve de cartão de visita. Indica quem se é aos olhos dos outros. Também por esse prisma, vemos o quanto a existência da pessoa como ser individual é indissociável de sua existência como ser social. Já assinalei, em muitas ocasiões, que a palavra “eu” careceria de sentido se, ao proferi-la, não tivéssemos em mente os pronomes pessoais referentes também às outras pessoas. A forma dupla do nome próprio explicita o que, por sinal, é óbvio: que cada pessoa emerge de um grupo de outras cujo sobrenome ela carrega, em combinação com o prenome individualizante. Não há identidade-eu sem identidade-nós. Tudo o que varia é a ponderação dos termos na balança eu-nós, o padrão da relação eu-nós.

A integração do indivíduo ao grupo processa-se desde os primeiros anos, e é por meio dela que se estabelecem as bases dos mecanismos de controle, atuando a partir do próprio indivíduo que tem sua personalidade formatada no *habitus* social. Como explica Elias (1994a, p. 202):

Esse autocontrole é instilado tão profundamente desde essa tenra idade que, como se fosse uma estação de retransmissão de padrões sociais, desenvolve-se nele uma auto-supervisão automática de paixões, um “superego” mais diferenciado e estável, e uma parte dos impulsos emocionais e inclinações afetivas sai por completo do alcance direto do nível da consciência.

Por outro lado, a formação de uma identidade social também está vinculada a situações que alteram e reconfiguram a sociedade como grupo, de forma que é influenciada por um processo histórico de mudanças. Nesse sentido, os indivíduos podem mudar a forma como veem a si mesmos, na medida em que novas experiências coletivas dão origem a novas configurações, mais complexas.

Nesse processo, além da possibilidade de uma mudança de perspectiva que envolve toda a rede de interdependência e acaba sendo proje-

tada no “eu” do sujeito, na forma de uma nova identidade social, também podem se estabelecer as condições para que ele supere essas interferências, resgatando a sua identidade singular.

Reflexões sobre a perspectiva eliasiana do processo civilizador

A ideia de redes é essencial na teoria eliasiana pelo fato de que não se pode analisar determinadas situações sociais a partir de um foco limitado a determinadas estruturas, sendo assim indispensável uma apreensão das teias de interdependências inerentes à dinâmica da vida social como produto ou síntese de oposições e convergências:

A fim de entender estruturas e processos sociais, nunca é suficiente estudar um único estrato funcional no campo social. Para serem realmente entendidas, essas estruturas e processo exigem um estudo das relações entre os diferentes estratos funcionais que convivem juntos no campo social e que, com a mais rápida ou mais lenta mudança nas relações de poder provocada por uma estrutura específica desse campo, são no curso do tempo reproduzidas sucessivas vezes (ELIAS, 1993, p. 239).

Na interpretação eliasiana, portanto, o processo civilizador consiste em um conjunto de mudanças, as quais passam a operar em determinada sociedade não no sentido de um poder externo, mas como um produto da teia de relações entre os indivíduos, as quais assumem uma nova configuração na medida em que aumenta a complexidade dessas redes de interdependência funcionais.

Uma formação social é substituída por outra em razão desse aumento da complexidade, e como tal se trata de um adensamento de certas condições que passam a ter a força modificadora tendo origem em situações e acontecimentos não planejados, não intencionais, no decorrer da construção e reconstrução constante de processos de interação e relação, mas que acabam, por fim, se transformando num processo global de mudanças que define uma nova configuração da sociedade e das relações entre os indivíduos que a integram.

A ideia de campo social de Bourdieu, se aproxima do conceito de configuração de Elias:

[...] a rede de ligações é o produto de estratégias de investimento social consciente ou inconscientemente orientadas para a instituição ou a reprodução de relações sociais diretamente utilizáveis, a curto ou longo prazo, isto é, orientadas para a transformação de relações contingentes,

como as relações de vizinhança, de trabalho ou mesmo de parentesco, em relações ao mesmo tempo, necessárias e eletivas, que implicam obrigações duráveis subjetivamente sentidas (sentimentos de reconhecimento, de respeito, de amizade, etc.) ou institucionalmente garantidas (direitos) (NOGUEIRA; CATANI, 1998, p. 68).

Nesse cenário, o processo civilizador envolve uma mudança de hábitos ou costumes, que inicialmente são desenvolvidos como novas formas de existir e se comportar adotados pela classe dominante como uma forma de se distinguir dos demais e de se apresentar como “superior”, “melhor” ou mais “refinada”, mas que, com o tempo, acabam sendo incorporados ao viver das demais classes.

A processualidade das mudanças dos padrões de comportamento é uma característica inerente ao processo civilizador naquilo que ele tem de mais essencial, que é desenvolver-se a partir de relações entre grupos dentro da sociedade e redefinir práticas, hábitos, modos de ser e de se apresentar que podem servir de elemento distintivo entre eles (BOURDIEU, 2007, p. 101), mas também podem em certo momento se transformar em referências comuns a todos quanto ao modo de ser e pensar coletivamente, o que corresponde à configuração no sentido dado por Elias, como uma estrutura de pessoas orientadas entre si e dependentes (ELIAS, 2000, p. 481-482).

Tanto Elias como Bourdieu reconhecem, pois, interferências na formação da personalidade que estão atreladas a processo definidores da amplitude a natureza das relações do indivíduo com os demais num determinado grupo, o que pode mudar ao longo do tempo e alterar, igualmente, o sentido ou a natureza desse vínculo social para a vida de cada sujeito.

Na medida em que o meio social difunde e torna indispensáveis certas condutas ou costumes como “adequados”, criam-se, por oposição, aqueles considerados “impróprios”, o que também serve para classificar as pessoas segundo o *habitus*, e por extensão rejeitá-las ou aceitá-las. Esse é um processo essencialmente violento, como uma forma de exercício do poder, institucionalizado e sutil, mas dotado de força para tornar imperativas ideias e conceitos sobre o modo de viver e se relacionar no interior da sociedade.

Essa é a violência simbólica referida por Bourdieu (2007, p. 54), alicerçada “[...] nas disposições modeladas pelas estruturas de dominação que a produzem”.

No pensamento eliasiano, o processo civilizador não ocorre sem que algum tipo de violência ocorra também, pois o *habitus* implica em adotar padrões de comportamento ou costumes que sejam legitimados ou socialmente reconhecidos e valorizados. Na busca dessa “adequação”, o indivíduo se vê defrontado com a “pressão social”, e a sua existência vive as tensões entre a sua subjetividade e desejos e aquilo que é exterior a ele, apresentando-se como um condicionamento social.

Há que se distinguir, porém, entre a perspectiva de Bourdieu, que enfatiza mais o poder como algo distribuído de maneira desigual entre os grupos sociais, e a concepção eliasiana, que se volta para a processualidade no sentido de compreender o devir histórico com base na compreensão das relações entre pessoas e grupos, porém de longo prazo.

A partir dessas ideias fundamentais do pensamento eliasiano, definem-se as possibilidades de abordar a questão da identidade e autoestima do homem amazônida, considerando-se o processo histórico no qual surgiu e hoje se apresenta como ser-no-mundo e parte da sociedade amazônica.

A identidade e a autoimagem do homem amazônida: uma compreensão a partir das referências do pensamento eliasiano

O indíodessendente tem sido genericamente designado como “caboclo”, um ente concreto, dotado de certas características físicas e portador de tradições ou valores culturais que permitem delinear um tipo específico que constitui a marca do povoamento na Amazônia enquanto produto sócio-histórico e político.

Mas existe uma diferença entre o discurso coloquial, e uma perspectiva centrada numa representação social sobre o que é o ser-amazônida, como aponta Lima-Ayres (1999). O primeiro refere-se a uma concepção dissociada da ideia de grupo social ou étnico, mas simplesmente faz referência a quem não é da cidade, todavia impõe-se, por outro lado, uma representação social de viés nitidamente excludente no sentido de negar uma identidade própria ao homem amazônida, limitando o termo a uma referência sem qualquer sentido étnico que permita estabelecer uma distinção fundamental como ponto de partida para reivindicar o reconhecimento desse indivíduo como um ente distinto e, ao mesmo tempo, importante como sujeito na sociedade.

Nessa linha de interpretação sobre o homem amazônida, o termo serve como elemento distintivo no conjunto populacional amazônico, quase como uma categoria social específica, mas não ao ponto de aceitá-lo como Ser-para-o mundo, como ente concreto e, portanto, alguém com identidade a ser reconhecida e valorizada.

O processo de integração trouxe consequências nesse entendimento. Assim, tal categoria existe, mas apenas até certo ponto, sendo, como coloca Oliveira (1976), uma contradição em si mesma na medida em que o Ser aparece como alguém deslocado, uma figura fora do lugar na modernidade, que não existe por si, mas como representação construída a partir do olhar dos outros.

O termo “caboclo” transforma o homem amazônida em um sujeito concreto, portador de certas características, as quais servem tanto para distingui-lo e designá-lo na tessitura social amazônica, como também, paradoxalmente, para ignorá-lo e excluí-lo. Assim, aquele que vive no espaço rural ou na hinterlândia amazônica, reconhecido genericamente como “caboclo”, deixa de sê-lo quando muda para o mundo urbano.

Por outro lado, o termo “caboclo” como designação serve para identificar o homem típico da Amazônia sem, todavia, reconhecer-lhe um valor e importância no processo histórico de construção da sociedade amazônica, enquanto elemento humano responsável pela fixação das bases de povoamento do projeto de colonização implantado pelo processo civilizador europeu nessa parte do mundo.

O desvalor social do homem amazônida tem sido interpretado como o resultado de relações de poder que demarcaram a fronteira entre grupos sociais segundo uma hierarquia específica, formatada pelo projeto lusitano de colonização, e no qual ele aparece apenas como um sujeito periférico e sem expressão ou maior importância.

No pensamento eliasiano, porém, uma análise dessa condição do homem amazônida pode ser melhor compreendida, a partir de conceitos fundamentais: *habitus*, configuração e de rede ou teia de interdependência.

O que emerge como relevante por essa via de entendimento é a existência de uma tessitura na qual as configurações são essencialmente marcadas por conflitos, na medida em que grupos em ascensão ou situação de superioridade lutam para se manter acima dos demais, por uma diferenciação ou pela manutenção de redes de relações que possibilitem algum tipo de controle social.

Do outro lado, os grupos “inferiores” tendem a se ajustar a essas configurações, aceitando rotulações ou as imagens que os que estão “em cima” fazem deles, transformando assim sua autoimagem, mas em um sentido negativo, ao mesmo tempo em que se reforça a imagem de “superioridade” já construída pelo processo civilizador, presente no *habitus* social e nas diferentes configurações. Integração e desintegração aparecem assim como duas faces desse processo.

Quanto mais fortes forem esses sentimentos, em uma perspectiva comum de grupo, maior será a influência sobre a autopercepção dos demais, levando à acomodação e à aceitação de estereótipos de identidade. Como consequência, a autoimagem do indivíduo reflete aquilo que lhe é atribuído como característica essencial, repercutindo fortemente nos seus sentimentos, atitudes e na sua personalidade. Nem sempre, porém, a aceitação é o caminho escolhido. Os “inferiorizados” podem adotar um comportamento de não aceitação ou resistência.

A maneira como essa resistência irá operar, todavia, depende de um espaço de possibilidades de autoconstrução e autocontrole sobre a própria identidade. E isso, por sua vez, está condicionado a outra questão fundamental: o poder.

Elias identifica sistemas de poder atrelados a configurações específicas no decorrer da história, as quais também podem ser associadas a processos civilizadores. No caso da Amazônia, o projeto colonial português instalou um sistema político opressivo, no qual estavam presentes mecanismos garantidores de uma condição superior dos dominadores, não essencialmente baseada na força, mas em meios sutis de controle social bastante eficazes: a catequização dos indígenas, os aldeamentos, a cristianização forçada criando os contingentes de novos súditos do reino português, integrando-os à configuração colonial de maneira a atribuir, na rede de relações derivada das mudanças operadas nesse processo histórico, uma identidade aos “silvícolas”.

A imposição do modelo de civilização europeu passou pela educação, introjeção forçada de novos hábitos, costumes e crenças, bem como pela criação de um senso de “civilidade ” por oposição ao que era considerado “a barbárie e o atraso”, essencialmente tudo o que estava ligado ao modo originário de vida dos índios.

Num segundo momento, os amazônidas nascidos da miscigenação entre índios e não indígenas (europeus, asiáticos, negros), também integraram novas configurações, sendo então moldados por elas.

A marca da herança indígena foi um critério de diferenciação, mas não até o ponto de conferir uma identidade capaz de congregar e estabelecer um senso de grupo e de pertencimento forte que permitiria identificar uma nova classe social.

Isso porque, no processo civilizador dos colonizadores, os detentores do poder, difundiram conceitos depreciativos sobre os que estavam em situação de inferioridade em relação a eles e, com isso, alimentaram nos próprios depreciados uma autoidentificação com esses valores negativos: é assim que os homens amazônidas foram e ainda são considerados pela sociedade que se diz “evoluída” como representantes do atraso, como um elo, pela sua herança de sangue, com a rudeza, os costumes primitivos, a incivilidade.

Em uma reflexão fenomenológica, Souza; Sadala-Pinto; Souza (2010, p. 5) observam que:

[...] a identidade do homem da Amazônia precisa ser compreendida fenomenologicamente. É sabido que essa identidade ao longo do tempo sofreu influências que danificaram a coisa em si. Influências essas presentes no jogo ideológico criado para justificar uma moral opressora, que confunde a consciência do homem amazônico, descontextualizando sua existência e marginalizando sua própria cultura, cujo resultado materializa-se na percepção de autoinferioridade em relação às outras culturas.

Mas as configurações que difundem essas classificações também servem para fazer com que muitos amazônidas vejam a si mesmos como “inferiores”, na medida em que aprendem a valorizar ou superestimar o *habitus* dos que se dizem superiores: é o fascínio por tudo o que é associado aos membros das classes superiores, e urbanas - capacidade de consumo, estilo de vestimenta, hábitos alimentares refinados, acesso a uma boa educação, entre outras condições asseguradas por sua posição na sociedade. Há aqui um processo de integração, evidenciado pela forma como a identidade passa a tomar por referência aquilo que é posto como *habitus* social no sentido do *nós* e não do *eu*.

A força da imagem construída em torno do homem amazônida legitima a sua invisibilidade como grupo ou classe, na medida em que, na rede de relações, ele próprio se reconhece como inferior ou não merecedor de um papel relevante na sociedade por conta da sua herança indígena.

Em sentido oposto, desvaloriza essa herança cultural, substituindo práticas e costumes desenvolvidos na sua relação com o ambiente amazônico, fruto da sua adaptação para sobreviver e se aproveitar daquilo que a floresta oferece, por novos comportamentos que se ajustam de alguma forma àquilo que a sociedade urbana e o processo civilizador na modernidade oferecem como modelo.

Essa integração não se faz apenas por força do *habitus*, mas também em razão dos mecanismos de poder citados por Elias, os quais influenciam a mudança das condutas e a forma como o indivíduo passa a ver a si mesmo enquanto parte de um mundo maior, aquele da sociedade e do meio em que está inserido.

Como ressalta Matos (2016, p. 102) “É também notório, ao observar as comunidades, como o poder chegou em muitas comunidades indígenas e não indígenas, não só ditando regras de comportamento, mas direcionou suas ações para com o ambiente”.

A escola é hoje por excelência o instrumento do processo civilizador que contribui para essa mudança de comportamentos e, contraditoriamente, reforça os mecanismos de controle, e autocontrole, que incidem sobre os homens amazônidas. Seja no meio urbano, ou nas áreas rurais, as crianças vão internalizando os costumes e valores associados à modernidade, muitas vezes em sentido inverso a muitas práticas e comportamentos ainda prevaletentes em seus lares.

Como relata Matos (2016, p. 39-41):

A escola, no Amazonas, independentemente do espaço situado é, antes de tudo, modeladora de comportamento. Fixados em quadros ou em paredes, palavras de boas maneiras são destacadas: bom dia, boa tarde, boa noite; com licença; obrigado; por favor. Espera-se que a escola eduque o indivíduo, pois nos dias atuais a identidade *nós* família, a ideia, comunidade, quase perdeu essa função, diferentemente do que ocorria nos tempos anteriores [...]. Quando a escola chega em comunidades amazônicas, traz consigo a concepção civilizatória ocidental.

A escola hoje continua o que foi iniciado pelos jesuítas no passado, voltado para a introdução e manutenção do substrato cultural inerente ao modelo civilizador europeu em terras amazônicas:

O princípio salesiano da persuasão, formar o bom cidadão e de uma educação assistida, nos faz compreender o sentido do vigiar e do inibir manifestações socioculturais. É pertinente conceber de como o proces-

so civilizador abafou, se assim pode ser entendido, a cultura local, mas desencadeou comportamentos civilizatórios ao molde ocidental (MATOS, 2016, p. 42).

O processo civilizador nesse contexto estabeleceu configurações que desde então (dos tempos da colonização na Amazônia) instituem as bases da ocupação territorial e o tipo de organização social. Embora mais presente, ou onipresente, no meio urbano, as suas marcas se fizeram mais e mais fortes na hinterlândia, e isso é hoje mais visível em razão de mudanças profundas: melhoria dos transportes, da comunicação, maior presença das instituições socializadoras (escolas) no vasto espaço amazônico.

Retratando essa processualidade histórica, Matos (2016, p. 43) descreve o processo civilizador:

No início, foi conferido ao Amazonas uma “invasão”, ou melhor, a colonização por homens ditos “civilizados”. Homens e mulheres, primeiramente do Velho Mundo, que trouxeram consigo níveis de autocontrole, regras de boas maneiras, níveis diferenciados de vergonha e higiene, diferenciação e individualização de uma época; homens e mulheres que traziam consigo a concepção de civilização a ponto de se mostrarem superiores daqueles representados pelos grupos étnicos da região.

Rodrigues (2006, p. 126) traça uma perspectiva sobre como o processo civilizador cria e firma a imagem do homem amazônida, atrelada à designação de “caboclo”, a qual assume várias conotações, essencialmente legitimadoras da exclusão como parte da diferenciação que ocorre com as categorias introduzidas pelos ditos “civilizadores”:

Podemos também pensar essa categoria como um lugar de representação, ao mesmo tempo um lugar residual e uma fronteira móvel, que avança e recua. Uma cultura cabocla, vista sempre como um lugar residual, não existiria como cultura própria; afirmar-se-ia pela negação; seria então um espaço marcado por um duplo discurso de exclusão: de quem olha e fala do exterior, o caboclo é aquele que está fora da modernidade. De quem olha do interior, e vê o outro como espelho - ao mesmo tempo em que se vê pelos olhos do outro - o caboclo é aquele que deseja ser o outro de si mesmo.

Há, portanto, uma carga negativa associada ao termo “caboclo” tradicionalmente utilizado para designar genericamente o homem amazônida, e isso impregna não somente as relações sociais na Amazônia, mas também o processo de construção da sua autoimagem.

Sobre o tema, Rodrigues (2006, p. 123) comenta que o termo “caboclo” remete ao indivíduo ou grupo que

[...] ocupa uma posição social inferior. Embora haja também uma valorização positiva - no folclore (homem da terra) e em cultos de possessão em que aparece como “espírito forte” - o estereótipo predominante é negativo; [...] não há uma identidade clara, forte e socialmente valorizada relacionada ao termo.

Ao incorporar a perspectiva negativa sobre si como ser-no-mundo, o homem amazônida também contribui para sua própria exclusão ou não-reconhecimento social. Para superar isso é, é fundamental que ele compreenda como o controle social, os mecanismos de autocontrole, contribuem para isso. Só assim poderá reconhecer a si mesmo como ente com valor.

Essa mudança na definição de si é fundamental para construir uma identidade efetiva, na medida em que ela torna possível distinguir o “nós” dos “outros” de maneira afirmativa e positiva, assegurando, como entende Munanga (1994) a unidade do grupo.

Conclusão

A teoria eliasiana fornece elementos importantes para compreender que a perspectiva que o homem amazônida desenvolveu de si mesmo, do ponto de vista da construção de uma identidade e da sua autoestima, não pode ser interpretada por uma abordagem simplificadora do processo histórico.

Com base nessa teoria, são fundamentais os conceitos eliasianos de redes de interdependência e configurações, dos quais emerge uma visão mais clara e objetiva de como se configuraram as bases de poder e controle social, muitas não explícitas nem no sentido de uso da força, mas por meio de instrumentos mais sutis e não menos eficazes, como a educação escolar, a definição de *habitus* e costumes associados ao processo civilizador e incorporados como referências fundamentais para uma mudança que redefiniu o modo de ser e pensar do homem amazônida, mesmo sendo impossível apagar sua herança indígena.

Uma conclusão fundamental, que pode ser extraída dessa análise alcançada a partir da teoria eliasiana, é que, se a identidade pressupõe sempre um olhar sobre si a partir dos outros, uma mudança na forma como essa

perspectiva é elaborada pelos homens amazônidas também lhes permitirá reconhecer-se positivamente e, por extensão, afirmar-se perante os outros.

Esse é o dever de novas configurações, nas quais o homem amazônida deixará de ser mero expectador ou coadjuvante da história amazônica, para se revelar como ator ativo no processo civilizador em curso, conferindo-lhe um novo sentido.

Referências

BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP, 2007.

_____. A dominação masculina. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. O capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio Mendes. Escritos de Educação. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

D'ADESKY, J. Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador: uma história dos costumes. V. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. O processo civilizador: formação do estado e civilização. V. 2. Volume 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.

_____. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994b.

_____. Introdução à Sociologia. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1991.

_____. The civilizing process: sociogenetic and psychogenetic investigations. Massachusetts: Blackwell, 2000.

_____. Introdução à Sociologia. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1980.

LIMA-AYRES, D. A construção histórica da categoria caboclo. Sobre estruturas e representações sociais no meio rural. In: Novos Cadernos NAEA, v. 2, nº NAEA 2, UFPA. 1999.

MATOS, Gláucio Campos Gomes de. Ethos e figurações na hinterlândia amazônica. Manaus: Valer, 2016.

MUNANGA, K. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. In: SPINK, M. J. P. (Org.) A cidade-

nia em construção: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994.

NOVAES, S. Jogos de espelhos. São Paulo: Edusp, 1993.

OLIVEIRA, R. C. Identidade, etnia e estrutura social. São Paulo: Livraria Pioneira, 1976.

RODRIGUES, C. I. Caboclos na Amazônia: a identidade na diferença. Novos Cadernos NAEA, v. 9, n. 1, p. 119-130, jun. 2006.

SOUZA, Fabricio Filizola de; SADALLA-PINTO, Elson Antonio; SOUZA, Heliamara. Compreensão fenomenológica da identidade do homem da Amazônia e a crise como possibilidade de resgate do ethos amazônico. Pub. 2010. Disponível em: <<http://congressos.ifal.edu.br/index.php/connepi/CONNEPI2010/paper/view/412/268>>. Acesso em: 23 jul. 2017.

Amazonas: renda atrelada ao meio ambiente

*João Clovis de Oliveira Costa
Kamilla Ingrid Loureiro e Silva*

Introdução

O momento atual nos permite lembrar que em dado tempo não muito distante da nossa história, não havia qualquer pensamento sobre preservação dos mananciais existentes, seja da qualidade do ar, da água, da terra ou de nossos minerais. Acreditava-se que estes recursos eram infinitos.

Naquele período, não havia compreensão do termo sustentável e nem a necessidade de se atribuir um valor específico para os recursos naturais. Hoje, a demanda de consumo só aumenta e, com ela, a escassez dos mais diversos elementos, a poluição destes, e mesmo seu fim em um tempo não muito distante. Benakouche e Cruz, faz a seguinte afirmação;

...pode-se sintetizar essa discussão da Economia ambiental assim: recentemente, o Meio Ambiente assumia apenas dois valores: zero ou infinito. Só que atribuir um valor zero aos recursos naturais consiste, em última instância, em afirmar que não tem preço. Se assim for, eles são duplamente gratuitos. De um lado, eles são usados na produção de bens e serviços, mas não entram na contabilidade econômica porque são considerados bens gratuitos, de outro, não são mensurados por serem bens protegidos ou patrimoniais. Consequentemente, passa-se a custear o Meio Ambiente, atribuindo-lhe um preço (BENAKOUCHE e CRUZ, 1994, p. 88).

Na medida em que tomamos consciência dos mecanismos que nos circundam, começamos a compreender e a nos conscientizar da responsabilidade que temos em tornar possível obter renda a partir do meio ambiente e, também para a sociedade corporativa, industriais ou não, tornar o assunto presente. Para Nilsson (1998, p. 134):

Gestão ambiental envolve planejamento, organização, e orienta a empresa a alcançar metas [ambientais] específicas, em uma analogia, por exemplo, com o que ocorre com a gestão de qualidade. Um aspecto relevante da gestão ambiental é que sua introdução requer decisões nos ní-

veis mais elevados da administração e, portanto, envia uma clara mensagem à organização de que se trata de um compromisso corporativo. A gestão ambiental pode se tornar também um importante instrumento para as organizações em suas relações com consumidores, o público em geral, companhias de seguro, agências governamentais, etc. (NILSSON, 1998, p. 134).

O desenvolvimento desta atividade não depende apenas da sobrevivência humana, mas da sobrevivência do planeta. Atribuir valores ao Meio Ambiente e administrar economicamente seus recursos é um trabalho que exige, sobretudo, planejamento e objetivos de médio e longo prazo que abranjam uma diversidade de discussões e que determinem com exatidão os reflexos, seus impactos com renda atribuída sem resíduos polutivos e sem esgotar os mananciais ora existentes, atendendo sobretudo, as comunidades que dependem do extrativismo subsistencial para sobreviver.

Para entendermos mais sobre o assunto, é importante lembrarmos que o Meio Ambiente é uma coleção de coisas naturais, o que significa dizer que é um conjunto de fatores físicos, biológicos e químicos que envolvem todos os seres vivos no planeta. Quando se fala de Meio Ambiente, nos vem à cabeça um “mundo” de ideias referentes ao ecossistema, no entanto, a exploração da terra, está ligada à “fome” humana de não se contentar com pouco e querer sempre mais. Na Carta do Chefe Seattle (Duwamish), há uma referência às práticas do “homem branco” aqui representadas como a Economia/Renda e o “homem vermelho” neste contexto representando a Terra e seus Recursos Naturais:

De uma coisa sabemos. A terra não pertence, ao homem: é o homem que pertence a terra, disso temos certeza. Como o sangue que une uma família. Tudo está relacionado entre si. Tudo quanto agrade a terra, agrade os filhos da terra.

... se todos os animais acabassem, o homem morreria de uma grande solidão de espírito. Porque tudo quanto acontece aos animais, logo acontece ao homem. Tudo está relacionado entre si. (Fonte: Carta do Chefe Seattle Duwamish)

A abrangência do assunto é quase que totalmente plena, se pararmos para pensar que, dentre os sistemas, também existem aqueles que nos permitem alcançar um fim. E é neste contexto que, na atualidade, incluímos a Renda, que atrelada ao Meio Ambiente constitui o objeto de estudo deste artigo, ficando a questão: **Como integrar dois fatores distintos?**

Metodologia

O dimensionamento contextual que foi utilizado no trabalho é o método dedutivo de cunho exploratório/qualitativo bibliográfico e documental, propondo o esclarecimento do temático e destacando uma discussão das questões apresentadas. Segundo Gil (1988, p.45) pode-se afirmar que:

[...] estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições, seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: a) levantamento bibliográfico; [...] c) análise de exemplos que “estimulem a compreensão” (Selltiz et al., 1967, p.63).

O procedimento metodológico utilizado foi de pesquisa descritiva e exploratória, pois seu objetivo foi definir um problema específico, identificando soluções, descrevendo comportamento e alguns fenômenos, definições e classificação de fatos e variáveis (SALOMON, 1999). A pesquisa se caracteriza como exploratória, porque é o passo inicial no processo de pesquisa pela experiência e um auxílio que traz a formulação de hipóteses significativas para posteriores pesquisas (CERVO, 2007).

Os dados trabalhados neste artigo foram pesquisados através de revisões bibliográficas, artigos científicos, sites específicos como o IBGE¹, SUFRAMA², ZFV³, dando uma ênfase de condicional importância para a apresentação e o desenvolvimento do trabalho, buscando todos os enfoques na questão renda/ambiental referentes ao Estado do Amazonas.

Gil (1988, p 48), ressalva ainda que:

pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõe a análise das diversas posições a cerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase que exclusivamente a partir de fontes bibliográficas e constituídos de livros a artigos científicos.

Por tanto, define-se este trabalho por método com procedimento técnico, dado através de revisão bibliográfica.

1 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

2 Superintendência da Zona Franca de Manaus

3 Zona Franca Verde (Programa Federal)

O Estado do Amazonas

O Estado do Amazonas é o maior em território no Brasil com área de aproximadamente 1.559.146.876km², com população de aproximadamente 4.063614hab em 2017 e densidade demográfica de cerca de 2,61hab/km². PIB⁴ em 2015 ficou em R\$ 86 bilhões (oitenta e seis bilhões de reais) com renda per capita acima de R\$ 21 (vinte e um) mil reais/hab. A área média de seus 62 municípios é de mais de 25 (vinte e cinco) mil km², segundo os dados do IBGE – *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*.

Ainda segundo o IBGE, a área total do Amazonas é coberta pela maior floresta tropical do mundo e, conta com 98% de sua área preservada, aliando seu potencial ecológico a uma política de negócios embasada na sustentabilidade.

Com a criação de UCs⁵ os recursos naturais ora utilizados pelo Estado, sofre uma política de “integração” elaborada à sua realidade. O objetivo é caracterizar e fomentar a rentabilização dos mananciais sem destruí-los e/ou, exauri-los. De modo que aja interação entre rentabilidade e meio ambiente para as comunidades ribeirinhas que dependem desses territórios ou, que subsistem dos mesmos.

Aspectos de conservação

Um aspecto da estratégia de conservação implementada pelo Estado é que 80% das Unidades de Conservação criadas até 2005 são reservas de uso sustentável. Esta categoria de conservação contribui para aumentar a popularidade das UCs⁶ entre a população rural e estimula os agentes locais a proteger os recursos naturais. Além disso, contribui para a integração das políticas de produção, desenvolvimento sustentável e preservação da biodiversidade. Como mostra os dados da CEPAL – Organização das Nações Unidas entre os anos de 2003 a 2006:

...grandes esforços para combater o desmatamento e preservar a biodiversidade. Entre 2003 e 2006 houve um aumento de quase 128% na superfície das Unidades de Conservação (UCs) estaduais, passando de 7,4 milhões de hectares até 2002 para 16,9 milhões de hectares em 2006. Esses esforços estão sendo desenvolvidos em um contexto no qual aproximadamente 98% da floresta continuam conservados e as taxas de desmatamento decresceram de 12,1% (2003) e 8,2% (2004) para 4,7% em 2005. Atualmente as UCs estaduais somadas às federais correspondem

4 Produto Interno Bruto

5 Unidades de Conservação

6 Unidades de Conservação

a mais de 22% da superfície total do estado. Além disso, há 45,7 milhões de hectares de terras indígenas, das quais mais de 85% já foram demarcadas. Fonte: (CEPAL, p. 21-22)

O Estado possui a ZFM⁷ que está diretamente ligada a isenção de tributos de cunho estadual e ao compromisso de cumprimento da Legislação Ambiental vigente no país. No sentido Econômico, há um condicionamento dos incentivos voltados ao Meio Ambiente (com Valor Verde agregado – Lema: Conheça a Amazônia) assim como o ICMS⁸ que aparece na produção extrativista de produtos florestais não madeireiros, e para pagamento de serviços ambientais oriundos das Unidades de Conservação.

Embora o Estado disponha de uma política ambiental promissora como o Programa Zona Franca Verde, tem a missão é reverter o quadro socioambiental e promover o desenvolvimento sustentável, sua orientação ainda não é produtiva, exemplo disso, é a migração das populações ribeirinhas para as zonas urbanas, falta de transporte e meios de escoação da produção e alternativas de venda dos produtos com valor condizente com o esperado pelos produtores nas localidades rurais do estado. Como diz, VIANA (2005, p. 3), “[...] o programa Zona Franca Verde foi concebido com a missão de enfrentar os descaminhos sociais e ambientais que acompanham o Amazonas desde o pós-ciclo da borracha [...]. O objetivo maior da ZFV é melhorar a qualidade de vida, gerar emprego e promover a conservação da natureza”.

Renda e meio ambiente

Aliar rentabilidade econômica e sustentabilidade é meta presente das iniciativas dos líderes mundiais em todos os países do planeta. O investimento em projetos com características socioambientais que trazem renda preservam o meio ambiente, melhoram a vida das pessoas no campo e na cidade devem ser levados em consideração nos campos: Agropecuário, Florestal, Pesqueiro e Aquícola, evitar a ocupação ilegal de terras e promover o manejo de florestas assim como a extração legal de madeira, é o que sugere o convênio firmado entre SDS⁹ e o IBAMA¹⁰ sobre os licenciamentos no caso de Recursos Naturais, reduzindo a burocracia e facilitando o cumprimento das disposições legais por parte dos produtores, como diz Borger:

A economia ambiental estabelece uma ponte entre a economia e a eco-

7 Zona Franca de Manaus

8 Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

9 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável

10 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

logia internalizando os custos e os benefícios proporcionados pelo meio ambiente, para uma melhor alocação dos recursos disponíveis e para mostrar que o meio ambiente é importante tanto na análise econômica de investimentos (nível microeconômico) e planejamento das políticas públicas (nível macroeconômico) quanto no processo de tomada de decisões econômicas (BORGER, 1998).

Já a contabilização de valor a nível microeconômico dos recursos ambientais está sendo estudada no sentido de valorar culturas em agrossistemas considerando suas implicações ambientais e o uso dos recursos naturais em sua produção. Ainda nesse contexto, se assumirmos a postura de crescimento sustentável é possível que a valoração destes recursos se dê mais eficazmente e acabe por nos propiciar o equilíbrio que tanto buscamos. Segundo (LEFF, 2001, p. 60), “o desenvolvimento sustentável converte-se num projeto destinado a erradicar a pobreza, satisfazer as necessidades básicas e melhorar a qualidade de vida da população”.

Sobretudo se, o que se busca é uma forma de trabalhar todas as fontes e prioridades, quando falamos dessas questões, surgem o planejamento do sistema de Gestão Ambiental com os seus aspectos em uma organização ou em um agronegócio, depois a identificação dos impactos, negativos ou positivos associados, basicamente, uma maneira de integração entre ambos. A proposta aqui é tornar o produto produzido pelo ribeirinho ou por comunidades ribeirinhas, valorado. O extrativismo da flora no Amazonas é forte e depende exclusivamente da floresta, ou seja, o caboclo depende exclusivamente do seu esforço físico para fazer o aproveitamento dos frutos que o ecossistema que o circunda, lhe proporciona.

Ainda em vista desses processos, a pesca representa uma das formas de aproveitamento dos rios e também garante a vida dos ribeirinhos no interior do Estado. Nesse setor, a ZFV¹¹ vem incorporando mecanismos de apoio e incentivos ao longo de toda a cadeia produtiva. Nos últimos cinco anos, a produção pesqueira aumentou e a piscicultura duplicou sua produção, fato este, que exige do governo, políticas públicas voltadas para o interior visando o fomento de recursos para as comunidades ribeirinhas assim como para aqueles que têm a pretensão de fazer investimentos no setor, uma vez que o Estado tem em sua geografia distâncias únicas e custos altos.

A renda atual da Zona Rural se baseia no extrativismo dos produtos da floresta e dos rios, uma vez que esta parcela da população, em quase toda sua totalidade, não tem condições reais de pagar taxas aos órgãos

11 Zona Franca Verde

competentes como o IBAMA e, lhe falta informações precisas para entendimento a cerca do exposto, por exemplo, para tirar as licenças que permitiriam seu investimento na terra. Em outras palavras, apenas grandes empresários detém esse capital e constitui projeto para tal, dos quais, a grande maioria se quer tomam forma como estão descritos no papel. Assim sendo, quem sofre com esse descaso, é a população ribeirinha que, por sua vez, trabalha de sol a sol em busca de melhores condições de vida e ao mesmo tempo, não pode fazer as modificações que gostaria em suas propriedades rurais.

Doutra forma, para potencializar as ações, o Estado terá que ter planos para organizar e criar meios de estruturar seus modais de escoamento, dando condições para a população e investidores, enfrentando os desafios que ainda travam o desenvolvimento sustentável, uma vez que o Estado tem uma situação geográfica que impõe uma série de dificuldades das políticas governamentais no suporte de comunicações e transporte.

Conclusão

Conclui-se por tanto que o processo, não chega a ser totalmente complexo, uma vez que essa interação pode se manifestar de diversas formas. Por exemplo, a água é um recurso natural, abundante no mundo mais nem por isso inesgotável, enquanto produto, pagamos não exatamente por ela, mas pelo Serviço de Abastecimento ou Envasamento que nos proporciona sua distribuição em nossas residências ou a venda em Supermercados respectivamente, para Benakouche e CRUZ, os:

...bens ou mercadorias são objetos suscetíveis de serem produzidos, re-produzidos e comercializados. Esses bens são ordenados em três classes: a dos bens mercantis, a dos bens não mercantis e a dos bens coletivos. ... A natureza dos bens naturais impede que sejam colocados em uma destas classes. Isto porque alguns bens (lagos, florestas, rios) podem ser considerados mercantis por serem utilizados e utilizáveis como tais, embora eles tenham características próprias. Outros (água, ar...) não podem ser classificados desse modo. Além disso, eles não tem preço, fora de seu custo de transformação em bens destinados a satisfazer necessidades humanas; são em geral, abundantes e apropriados de modo destrutivo. (BENAKOUCHE e CRUZ, 1994, p. 183).

Assim sendo a Renda e o Meio Ambiente, na concepção atual estão atrelados, ambos com importância real no planeta, em especial no Estado do Amazonas, onde a biodiversidade exuberante e uma colossal vas-

tidão verde distinguem seu território. As modalidades de proteção quer seja de Unidades de Conservação ou Áreas Indígenas. Dão a este estado notória visão sobre sua diversidade de fauna e flora, com tudo, o contraste entre preservação e exploração sustentável ainda causa preocupação para o mundo ao passo que precisa de modelos de eco negócios precisos para melhorar a vida de quem mais precisa.

Referências

AMAZONAS. Sistema Estadual de Unidades de Conservação. Manaus -AM. 31 p., 2007.

BENAKOUCHE, R. e CRUZ, R. S. “Avaliação monetária do meio ambiente.” Mc graw-hill ltda, São Paulo, 1.994.

BORGER, F. G. In VEIGA, J E. da (org.) “Valoração econômica do meio ambiente: aplicação da técnica Avaliação contingente no caso da bacia do Guarapiranga.” Annablume/FAPESP/USP: São Paulo, 1.998.

CEPAL, Organização das Nações Unidas. Colección Documentos de proyectos Análise Ambiental e de Sustentabilidade do Estado do Amazonas. Publicação das Nações Unidas LC/W.126, 2007.

CERVO, Amado Luiz. Metodologia científica / Amado Luiz Cervo, Pedro Alcino Bervian, Roberto da Silva. – 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

DONAIRE, D. Gestão ambiental na empresa. São Paulo: Ed. Atlas, 2 ed., 1999.

DUWAMISH, Carta do Chefe Seattle. Apostila do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA – Seminário Temático III – Os Divergentes e a Amazônia. Prof. Dr. Michel Justamand.

GIL. Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. São Paulo: Atlas, 1988.

IBGE.<http://www.cidades.ibge.gov.br/amazonas>. Acesso em: 01 maio 2015.

LEFF, Enrique. Democracia ambiental e desenvolvimento sustentável. In: _____. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Tradução de Lúcia M. Orth. Petrópolis: Vozes, 2001.

NILSSON, W. R. Services instead of products: experiences from energy markets - examples from Sweden. In: MEYER-KRAHMER, F. (Ed.). Inno-

vation and sustainable development: lessons for innovation policies. Heidelberg: Physica-Verlag, 1998.

SALOMON, D. V. Como fazer uma monografia. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SUFRAMA, Superintendência da Zona Franca de Manaus. Disponível em: <<http://www.suframa.gov.br>>. Acesso em: 01 out 2017

VIANA, Virgílio. O marco conceitual do programa Zona Franca Verde. In: AMAZONAS. Governo do Estado. Programa Zona Franca Verde. 2. ed. Manaus: SDS/Sepror/Agecom, 2005.

Seringueiros do Médio Solimões: fragmentos e memórias de vida e trabalho

José Lino do Nascimento Marinho

Iraíldes Caldas Torres

Introdução

A realidade adora retrair-se, esconder-se. (Confúcio)

Este estudo assenta-se num tema pouco explorado pelas ciências sociais que é a subjetividade e o imaginário dos seringueiros da Amazônia. As narrativas de suas experiências vividas, como diz Thompson (1997, p. 9), pode constituir-se num elemento candente para compreendermos o fazer-se classe desses trabalhadores.

O nosso propósito neste estudo consiste em perceber o espaço simbólico do seringal como manifestação de sociabilidade e de cultura imaterial, tendo na memória a ferramenta basilar de construção do vivido e da experiência dos seringueiros na Amazônia, fundamentalmente daqueles que vivem no município de Tefé, interior do Amazonas.

O nosso olhar se volta para percebermos em que sentido os seringueiros expressam e vivem a sua subjetividade no espaço do seringal, procurando descobrir a alegria e o lúdico como recriação do humano em meio à sevicia e exploração destes trabalhadores. As pesquisas tradicionais, tão fixadas em padrões socioeconômicos como as relações de aviamento, desconsideraram esses elementos ou os trataram como secundários quando na verdade eles são imprescindíveis para se entender a vida de pessoas comuns nos seringais da Amazônia. Trata-se de pesquisas do ponto de vista político, econômico e social centradas na produção material da vida. Seus autores expuseram a trajetória dos migrantes nordestinos para a Amazônia, analisando as consequências dessa migração e discutindo o papel do Estado como indutor da política gomífera. São estudos direcionados para afirmar algum dado histórico social, econômico, político e geográfico, dificultando a possibilidade de o sujeito que viveu a experiência no seringal dizer como se sente nesse processo.

O Seringal é tomado neste estudo não só como o lugar de exploração econômica, mas e sobretudo, como o lugar da experiência vivida,

das festas, do imaginário, do cenário de pessoas que fazem história nesse território das águas. O vivido é percebido por meio das narrações dos sujeitos da pesquisa como o lugar onde se constituiu a experiência individual e coletiva envolvendo as festas, as crenças, as emoções da vida, o trabalho. A memória a que nos referimos é a memória construída na relação com a experiência vivida no seringal e na cidade de Tefé, tendo em vista o processo de deslocamento geográfico. Essa memória é tecida por lembranças, esquecimentos, sonhos, devaneios, tal como pensa Bachelard (2005). Para Halbwachs (2004), a memória coletiva só se mantém quando os indivíduos que compartilharam uma experiência se sentem parte de uma mesma comunidade afetiva.

É a memória que nos permite mergulhar no imaginário assimilando tanto a imagem percebida como a imagem criada. Torna-se, ao mesmo tempo, uma expressão do realizado, do irreal e daquilo que ainda está por realizar-se. A imaginação, em seu caráter primitivo, atende aos devaneios da vontade. Antecipa-se ao realismo petrificante na aventura dinâmica da percepção. A constatação empírica se apoia no forjamento criativo. As imagens formadas derivam de sublimações de arquétipos inconscientes. Os devaneios decorrem de uma imaginação ativista ou de uma “vontade que sonha e que, ao sonhar, dá um futuro à ação” (BACHELARD, 1990, p. 1).

Malinowski (1976), considera que devemos priorizar a descrição em “carne” e “osso” do nativo, sem necessariamente esquecer de pôr o “sangue” nele, uma vez que seria impossível discorrer sobre as experiências e o cotidiano dos seringueiros no interior da Amazônia, sem atentar para os seus sentimentos e impressões, suas agruras, fantasia e utopias, suas festas e seus desejos. Para Le Goff (1990 p. 70) “cultura popular, simples, obliterada, revestida de tradição é uma espécie de anti-história no sentido de oposição à história metódica oficial”. É uma versão contada e construída por pessoas comuns, velhos seringueiros, ex-soldados da borracha.

Ricoeur (2007) nos lembra que toda consciência é consciência de alguma coisa e que nada temos de melhor que a memória para garantir que algo ocorreu antes de formarmos nossa lembrança. Não há nada melhor do que a memória para significar algo que aconteceu, ocorreu, se passou, antes que declarássemos nos lembrar dela.

No processo de quase isolamento do seringueiro na colocação do seringal não resta outra maneira de suportar a sua situação de semies-

cravidão, senão por intermédio da recriação de sua subjetividade. A produção e vivência da alegria e positividade da vida se dá, então, através das cantorias, das ladainhas, dos causos contados, das danças de forró, enfim, das festas como realização da existência.

Se há produção da vida nos seringais amazônicos por intermédio das festas e de outros elementos constitutivos do lúdico e da alegria, podemos dizer que o trabalhador seringueiro vive no confinamento a sua hominização como constructo humano. Procuramos saber neste estudo de que forma ocorreu a subjetivação do seringueiro em meio às agruras opressivas do seringal.

Foucault (2004) lembra que, depois da 2ª Guerra Mundial, diante dos massacres e do despotismo promovidos pelos Estados, surgiu a ideia de que cabia ao sujeito dar um sentido às suas escolhas existenciais e que estas deveriam libertar-se do modelo de “homem” da racionalidade moderna, marcado pela disciplina.

Desvendar o espaço simbólico do seringal enquanto expressão da sociabilidade e representação imaterial do cotidiano vivido, sem deixar de fazer o registro da resistência política dos seringueiros na Amazônia, é o nosso maior desafio. Ou seja, apreender aspectos de significação da experiência vivida no cotidiano das relações sociais dos seringueiros na Amazônia, buscando perceber em que sentido as festas e os forrós, as cantorias, os causos e os rituais religiosos contribuíram para organizar a resistência política nos seringais.

A trilha metodológica que seguimos no estudo assume o aporte das abordagens qualitativas, especialmente no que diz respeito à narrativa, em que o narrador é convidado a falar sobre sua experiência de vida, vivida no seringal amazônico. O trabalho de campo foi realizado através de entrevista aberta com o uso autorizado de áudio e vídeo. A amostra é composta por oito (08) seringueiros, dois (02) seringalistas ex-donos de seringal, um (01) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e um (01) representante da Justiça Federal que foram ouvidos sob a técnica da entrevista semiestruturada.

As narrativas dos seringueiros como experiências vividas no cotidiano da colocação no seringal como testemunhas ainda vivas remanescentes da batalha da borracha, constituíram-se no ponto alto deste estudo. Instigamos o Estado brasileiro a respeito da indenização dos seringueiros, esta dívida histórica, que nunca saiu do papel destinada a reparar os danos

causados à saúde destes bravos guerreiros. Nenhum seringueiro entrevistado nesta pesquisa recebe o benefício de aposentadoria como soldado da borracha. Atualmente eles moram na periferia da cidade de Tefé alguns na mais absoluta pobreza, agravado pela escuridão da cegueira adquirida com a defumação da borracha e utilização de certas madeiras venenosas que produzem fumaça venenosa que cega à pessoa.

Este estudo de pesquisa é parte de minha dissertação de mestrado do Sociedade e Cultura na Amazônia, realizado em 2013 pela Universidade Federal do Amazonas, com o título: Seringueiros do Médio Solimões, fragmentos e memórias de vida e trabalho. E este primeiro artigo versa sobre o deslocamento dos trabalhadores de seus locais de origem até ao seringal, expondo os problemas relacionados à dívida, adaptação ao novo habitat e a luta diária pela sobrevivência em meio à generosidade e hostilidade da selva amazônica.

É assim que este estudo assume fundamental importância não só não âmbito da interdisciplinaridade e dos processos socioculturais na Amazônia, mas, sobretudo porque poderá constituir-se num documento importante para contribuir no reconhecimento dos seringueiros pelo Estado brasileiro que possui uma dívida indenizatória para com esses trabalhadores.

O seringal, sua formação social e simbologia

O Rei é o depositário fiel dos direitos e deveres de todos os cidadãos, tendo poder sobre a vida e a morte de todos os seus súditos. (Jean Bodin).

Uma etnografia da viagem dos retirantes até o seringal

O Brasil! São muitos os brasis, que se encontra em cada canto, em cada setor da sociedade, da cultura e da economia, como reconhece Ribeiro (1995). Não dá para contar, dá apenas para, de vez em quando, constatar, em um campo qualquer, aquela porção de diferenças abissais, conhecida e reconhecida como Brasil.

Quando se chama por Brasil, são muitas as vozes em diferentes tons que atendem. Quando se olha ao redor, são muitos olhos, muitos rostos, com diferentes expressões que se veem e cantam.

A região amazônica é imensa, mas só uma parte interessa a este estudo. Como tudo na Amazônia é muito grande, é enorme, ao se falar em

uma parte não significa que se vai encontrar poucos fatos, pouco tempo e pequeno espaço de terra ou de água. Nada disso, são dias e dias de barco, são horas e horas de avião às vezes sem poder descer, apenas circular, lançar a carga e voltar.

Moraes (2001) reforça este raciocínio dizendo que a Amazônia é um inigualável repositório de águas doces, vivas, candentes, que salta a deslizar, sob a luz crua do equador, desde as cachoeiras rugidas nas escadas de pedras aos lagos serenos nas várzeas vicejantes. Entrelaçado à bacia imensa retalhada de rios, recortada de angras, listada de furos, paranás e igapós navega o homem amazônico no mais complicado e bizarro aranhol fluvial do planeta. O quadro hidrográfico, extraordinário, original, sobreleva certamente ao da própria terra que o envolve na molduragem recortada de serras e cordilheiras. Não admira, pois, que os primeiros navegantes estrangeiros, alheios ao surpreendente labirinto, depois de uma viagem, confundissem as entradas deste grande continente das águas.

Os almirantes, exploradores, piratas, sequiosos de glórias e ambiciosos de riquezas, empolgados pela notícia do continente recém “descoberto” nas cercanias do Eldorado de Manoa, lançavam-se no mundo das águas amazônicas – mundo misterioso, lendário, quase virgem e sagrado – em busca de animais exóticos, vegetais com madeira de lei e metais preciosos. Ao retornar a Europa levavam a boa nova ao rei que enviava um corpo técnico formado por biólogos, botânicos, geógrafos, cronistas para pesquisar, documentar e tomar posse da nova terra e suas riquezas no território que hoje se chama Amazônia.

As notícias fantasiosas, desmensuradas e inverossímeis sobre a Amazônia propaladas além-mar, antes mesmo dos instrumentos científicos, sumiram tragadas pela vingança e volúpia dos deuses regionais. Muitos destes viajantes regressaram desolados à sua pátria, quando não findavam no encalhe, no naufrágio, no assalto do índio, no suplício e na morte. A história da Amazônia, ensanguentada, trágica, movimentada na fábula, escreve-se com tinta dramática e pitoresca de lances cômicos e de lutas épicas.

A única matéria que é veloz nesta região é o pensamento, é o sonho, são as ilusões e as decepções que vão à frete¹ dos rios e pelo interior da mata, acompanhando os 31 (trinta e um) mil seringueiros, dos 55 (cin-

¹ Frete: remuneração devida pelo fretador ou expedidor de mercadorias em consequência do transporte por navio, carro, avião ou qualquer outro veículo. Fazer (um) frete, desempenhar uma incumbência ou fazer entrega de alguma coisa. Frete a pagar, quando o expedidor deixa o pagamento do transporte por conta de quem vai receber o que é transportado. Disponível em <http://www.dicio.com.br/frete/>. Acessado em 20/06/2013.

quenta e cinco) mil recrutados, que fugiam da seca, da guerra e vinham em busca de riqueza nestas paragens. Esses homens nordestinos ficaram por aqui mesmo, derrubados pela então desconhecida malária, hepatite, febre amarela, beribéri, lepra e uma dezena de outras doenças, somadas a aparições de onças, cobras e jacarés, além do caldo letal da floresta que ainda contava com o Mapinguari, a Mãe da Seringueira em fúria e a vingança do Curupira nos poucos anos que durou o sonho. A presença deste exército de banidos composto por senis pobres e analfabetos é testemunho vivo do abandono, do descaso e da falta de proteção do Estado brasileiro.

Se o tema é o látex da seringueira, convém admitir que o ambiente que foi favorável ao seu aparecimento, a quentura e a umidade da quase infundável floresta Amazônica, não surgiu em um dia, por um sopro mágico, essa árvore foi construída pela paciência da natureza que gestou a sua evolução por milênios de anos.

A busca pelos fatos dos tempos idos, tão antigos, é difícil, é quase impossível encontrar uma referência imaginável e os pesquisadores concordam e discordam em vários pontos sobre a sua origem. A investigação das origens de tudo o que está na Amazônia ficou, por tão longo tempo, no campo do desinteresse ou das histórias fantásticas que só agora vem à tona nos estudos brasileiros que passam a compreendê-la de forma real.

O desenvolvimento da indústria de artefatos da borracha desencadeou uma acelerada corrida às fontes supridoras de matéria-prima, como parte do processo de expansão imperialista da segunda metade do século XIX. Esse processo determinou a manifestação, por um lado, da dependência econômica da Amazônia de um único produto de exportação: a borracha nativa. E, por outro lado, o desenvolvimento acelerado da indústria de artefatos da borracha das economias centrais.

O desenvolvimento² deste setor desencadeia, em meados do século XIX, uma forte e constante pressão sobre as fontes supridoras de borracha. Para responder a essas demandas, as classes dominantes locais – seringalistas e donos de casas aviadoras – promoveram uma sistemática espoliação dos trabalhadores via sistema de aviamento. É assim que a Amazônia se constitui na fonte primeira de produção de borracha para os países centrais.

Na primeira metade do século XIX, a Amazônia com uma infraestrutura incipiente possuía uma economia praticamente de subsistên-

cia, com restritos recursos econômicos. Somente quando o monopólio foi superado pelos produtos do Sudeste asiático é que foram tomadas as primeiras providências de cunho político-econômico. Até o início da década de 1940 a ausência de uma alternativa econômica configurava-se num quadro em que o extrativismo, como atividade produtiva, não deixou de existir, mas, manteve-se de forma inexpressiva na economia da região e do país.

Em 1942, o Estado criou uma nova agência para atuar na regulamentação das relações de trabalho entre os seringueiros e seringalistas: o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA). As relações de trabalho passaram a ser regidas por um contrato-padrão aprovado pelo Banco de Crédito da Borracha (BCB).

No entanto, inúmeras são as condições que tornavam tais medidas utópicas, vão desde a peculiaridade geográfica da região até a proposição de que o BCB fizesse a fiscalização do trabalho de seus clientes, numa região tão vasta e de difícil acesso. Os seringueiros situados à grandes distâncias dos centros urbanos mais próximos – Manaus e Belém – em sua maioria, não conheciam nenhum núcleo habitacional além de vilarejos.

O papel do Estado neste contexto só contribuiu para ampliar a dominação de aviadores (casas comerciais e regatões), e dos seringalistas sobre a mão de obra nativa e de migrantes, assegurando a continuação do sistema de aviamento.

Com o encerramento do conflito da Segunda Guerra Mundial, as prerrogativas do extrativismo esfacelam-se, a política econômica do governo entre as décadas de 60 e 70, paulatinamente foi cortando os privilégios e incentivos fiscais dos segmentos dominantes vinculados à produção extrativista.

A política de diversificação das atividades produtivas, como parte do processo de expansão do capital na Amazônia, propiciou a redistribuição da mão de obra por outras atividades econômicas no interior da região. É a Zona Franca de Manaus que vai contribuir, bem mais tarde, para a desarticulação econômica no interior do Estado do Amazonas.

A cidade de Manaus, plantada bem no centro do comércio brasileiro da borracha, transformou-se, em poucos anos, de um modesto vilarejo à beira do rio numa próspera cidade centro econômico do país. Como tal, ganhou sistemas de abastecimento d'água, luz elétrica, telefone, grandes construções como o Teatro Amazonas, tombado pelo Patrimônio Histórico e símbolo da riqueza advinda da borracha no final do século XIX.

A essa Manaus dos trópicos vieram juntar-se outros brasileiros retirantes, principalmente nordestinos, fugidos da seca, todos desbravando a floresta para recolher o látex e transformá-lo em borracha.

De acordo como Carneiro e Carli (2011, p. 3³),

A riqueza individual da época atingia níveis bizarros com os barões da borracha saciando a sede dos seus cavalos em baldes de prata cheios de champagne francesa gelada; as senhoras mandavam suas roupas de linho a Portugal para serem lavadas, prostitutas de Tangiers e de São Petesburgo chegavam a ganhar 8.000 dólares por uma noite de trabalho, pagamento feito, muitas vezes com tiaras e joias justificando a posição dos cidadãos de Manaus serem os maiores consumidores *per capita* de diamantes do mundo.

Se na cidade de Manaus estava esse Brasil próspero com homens endinheirados e de procedimentos exagerados, a história, registrada por Carneiro e Carli (2011), mostra o outro lado da realidade consignado na disparidade social de grandes contingentes de pobres que não se via igual desde a conquista espanhola. Os seringueiros escravizados, vivendo na pobreza, na miséria, consumidos pela fome e pelas doenças iam sendo dizimados sem que alguém se preocupasse com eles. A partir do momento em que as sementes da seringueira são levadas pelos ingleses para a Europa reproduzidas e cultivadas em suas colônias na Ásia em escala intensiva com um látex de melhor qualidade (ação posteriormente definida no século XX como ato de biopirataria⁴ pela Convenção da Biodiversidade Biológica como prática recorrente na Amazônia). Esse evento marca a inflexão da economia gomífera brasileira na primeira década do século XX.

O caminho percorrido pelos nordestinos até a chegada aos seringais amazônicos era longo e difícil. Os navios do Loyd saíam dos portos nordestinos abarrotados de homens, mulheres e crianças de todas as partes do Brasil. A primeira escala era em São Luís no Maranhão e depois rumava-se para Belém, Manaus, Rio Branco e outras cidades menores onde as levas de trabalhadores seriam entregues aos patrões (seringalistas) que deveriam conduzi-los até os seringais onde seriam mantidos sobre o cárcere do sistema de aviamento⁵.

3 Ver a esse respeito MORALES, Lúcia Arraes. As rotas dos soldados da borracha. Ed. Annablume (2007).

4 Biopirataria é o ato de ceder ou transferir recurso genético (animal ou vegetal) e/ou conhecimento tradicional associado à biodiversidade, sem a expressa autorização do Estado de onde fora extraído o recurso ou da comunidade tradicional que desenvolveu e manteve determinado conhecimento ao longo dos tempos (prática esta que infringe as disposições da Convenção das Organizações das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica) Disponível em <http://www.amazonlink.org/biopirataria/biopirataria_facq.htm>. Acesso em 15 de nov. 2011.

5 No sistema de aviamento o comerciante ou aviador adianta bens de consumo e alguns instrumentos de

Aparentemente tudo era muito organizado, pelo menos frente aos olhos dos americanos que forneciam ao Amazonas centenas de embarcações e caminhões, toneladas de suprimentos e outros recursos.

O caminho até o “eldorado” amazônico era muito mais longo e difícil do que poderiam imaginar tanto os americanos quanto os nordestinos futuros seringueiros. Aos poucos o medo foi se impondo a começar pelo ataque dos submarinos alemães que se espalhavam entre as famílias amontoadas a bordo dos Loyd comboiados por caça-minas e aviões de guerra. Memórias marcadas por aqueles momentos em que era proibido acender fósforos ou mesmo falar. Tempos de medo que estavam só começando. O relato de Ana Ursulino Alves de Lima, 97 anos, sobre as noites de pavor em um desses navios é ilustrativo dessa situação de medo. Nas palavras desta senhora seringueira de idade bastante avançada, percebe-se que mesmo passado mais de cinquenta anos os fatos estão vivos para serem contados com a emoção do momento vivido, a saber:

A ordem era manter a boca fechada literalmente, falar era proibido porque o ataque de submarinos alemães era realidade. O navio navegava com as luzes externas apagadas. As horas pareciam passar mais lentamente. Naquele momento tive a certeza de que fui enganada. Antes do embarque, ninguém falava de submarino. Foram momentos de medo, pavor e terror, nunca vou esquecer aquela noite. A preocupação com o ataque de bombas inimigas só acabou quando o navio saiu do mar e entrou no rio e o comandante confirmou: ‘aqui não entra submarino, aí podemos respirar aliviados (Entrevista/2012).

A partir do Maranhão não havia um fluxo organizado de encaminhamento de trabalhadores para os seringais. Frequentemente era preciso esperar muito antes que as turmas tivessem oportunidade para seguir viagem. Os alojamentos que recebiam os migrantes em trânsito eram verdadeiros campos de concentração, pois as péssimas condições de alimentação

trabalho ao produtor, e este restitui a dívida contraída com produtos extrativos e agrícolas. O aviamento, termo cunhado na Amazônia, é um sistema de adiantamento de mercadorias a crédito. Começou a ser usado na região na época colonial, mas foi no ciclo da borracha que se consolidou como sistema de comercialização e se constituiu em senha de identidade da sociedade amazônica. Depois do ciclo da borracha, o aviamento passou a ser reformulado em termos menos policiais, mas continuou sendo igualmente dominante em todas as esferas da produção. Miyazaki e Ono (1958, p. 269) foram contundentes nesse sentido: “não existe nenhuma produção no Amazonas que não tenha alguma relação com o sistema de aviamento”. Charles Wagley (1957, p. 146) dizia nos anos 50 que o aviamento era o principal elemento estrutural que regulava as relações sociais na Amazônia. Disponível em <http://www.amazonlink.org/biopirataria/biopirataria_facq.htm>. Acesso em 15 de nov. 2011

e higiene comprometiam a saúde dos trabalhadores antes mesmo que fizessem o primeiro corte nas seringueiras⁶.

Não que não houvesse alimentação. Havia, e muita. Mas era tão ruim, tão malfeita, que era comum ver as lixeiras dos alojamentos entulhadas de alimentos enquanto as pessoas adoeciam com fome. Muitos alojamentos foram construídos em lugares infestados pela malária, febre amarela e icterícia. Surtos epidêmicos matavam esses trabalhadores e seus familiares nos pousos de Belém, Manaus e outros portos amazônicos. O atendimento médico inexistia. E os conflitos se espalhavam entre os soldados já quase derrotados.

A desordem era tanta que muitos abandonaram os alojamentos e passaram a perambular pelas ruas de Manaus e outras cidades procurando meios para retornar à sua terra de origem ou de pelo menos sobreviver. Outras tantas revoltas paralisaram os navios gaiolas, no meio da viagem diante das alarmantes notícias sobre a vida nos seringais. Pequenos motins eram rapidamente abafados pelos funcionários da SNAPP - Serviço de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará ou da SAVA - Superintendência do Abastecimento do Vale Amazônico. Esse parecia ser então um caminho sem volta.

Aqueles que conseguiam chegar aos seringais depois de três ou mais meses de viagem já sabiam que suas dificuldades estavam apenas começando. Os recém-chegados eram tratados como brabos. Designava-se brabo o seringueiro que ainda não sabia cortar seringa cuja produção no primeiro ano era sempre muito pequena. Só a partir do segundo ano de trabalho é que o seringueiro era considerado manso. Desde o momento em que era escolhido e embarcado para o seringal o brabo já começava a acumular dívida com o patrão. Enrique Rodrigues, de 89 anos, seringueiro do seringal Igarapé do Palhal no Médio Solimões, em entrevista em 2012, relata a chegada ao seringal da seguinte forma:

A casa éramos nós que fazíamos. O patrão mandava nós fazermos. Casa não, tapiri. O senhor sabe como é casa de índio. Na colocação, nós fazíamos nossa moradia de madeira, paxiúba batida e palha. As casas ficavam longe uma das outras e o Barracão do patrão distante umas três horas, distância que nós enfrentávamos a cada quinze dias com uma borracha de até cinquenta quilos nas costas (entrevista/2012).

6 Vide Revista História Viva, nº 8 - junho de 2004. Disponível em <http://www2.uol.com.br/pagina20/01042007/historia.htm>. Acessado em 29/01/2013.

A dívida crescia rapidamente porque tudo que o seringueiro recebia era cobrado: mantimentos, ferramentas, tigelas, roupas, armas, munição, remédios, tudo enfim, era anotado na sua conta devedora. O valor da dívida era abatido no final da safra da borracha de cada seringueiro. O valor de sua produção era, quase sempre, inferior a quantia devida ao patrão. E não adiantava argumentar que o valor cobrado pelas mercadorias no barracão do seringalista era cinco ou mais vezes maior do que aquele praticado nas cidades. Some-se a isto o fato de que os seringueiros eram proibidos de vender ou comprar em outro lugar. Cedo os seringueiros descobriam que no seringal a palavra do patrão era lei naquelas paragens. A análise reflexiva de Thompson (1997, p. 13), é essencial para o entendimento do fazer-se classe desses trabalhadores quando ele argumenta que em sua gênese, “seus ofícios e tradições podiam estar desaparecendo, sua hostilidade frente ao novo industrialismo podia ser retrógrada, seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos, suas conspirações insurrecionais podiam ser temerárias”. Mas eles viveram nesse tempo de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência; se foram vítimas accidentais da história, continuam a ser condenados em vida, vítimas accidentais.

E João de Lima Soares, 87 anos, seringueiro do seringal Caititu no Médio Solimões, reforça este dado ao dizer que,

O seringal era uma coisa boa e ruim, porque nós não tínhamos licença de vender nosso produto para outro regatão. Se o patrão soubesse que a agente vendeu alguma coisa, nos jogava para fora e nós não queríamos sair. Eles usaram e abusaram de nós. Nós enriquecemos aquele pessoal todinho desse seringal, os Lifáiff, madeira, a borracha, nós entregávamos tudo na mão deles e não tínhamos direito a nada. Entrevista/2012.

Os financiadores americanos recomendavam aos patrões para não repetirem os abusos do sistema de aviamento utilizado na primeira atividade da borracha. Na prática, entretanto, o contrato de trabalho assinado entre seringalista e seringueiro quase nunca foi respeitado. A não ser para assegurar os direitos dos seringalistas como no caso da cláusula que impedia o seringueiro de abandonar o seringal enquanto não saldasse sua dívida com o patrão, que o aprisionava nas colocações de seringa.

Antonia Damasceno Soares, 82 anos, seringueira do seringal Caititu no Médio Solimões, ao relatar sobre a vida no seringal, diz o seguinte:

O seringal era muito farto, tinha toda qualidade de peixe, pirarucu, caça, tracajá, tartaruga, ovos, mais se a gente fosse atrás. O trabalho de corte, retirada do látex e confecção da borracha tomava o tempo todo durante a semana. O patrão dava um tambor para se colocar o leite. Era o mês todinho para encher aquele tambor e levar de volta para ele, se não pegava carão. O seringal não era muito bom porque o patrão queria fazer a gente de escravo. Levava aqueles tambores de leite, as borrachas imensas, ele recebia e dizia, só dá para vender esse tantinho, um pouquinho de açúcar, de café, de sabão, era só isso. E o produto entregue ao patrão ainda era descontado. Se uma borracha pesava 50 quilos, ele descontava 20 quilos dizendo que a mesma ia murchar e só pagava os 30 quilos restantes. O preço da mercadoria era muito caro e da borracha muito barato, ainda tinha esse desconto e nunca se tirava saldo. Eu nunca vi dinheiro na mão durante esses longos anos no seringal. Mais a gente não se conformava e dizia: Poxa, trabalhamos todos esses anos, e nunca vimos dinheiro, não se anda bem vestido, nem bem calçado, não se alimenta bem e chegávamos até conversar com os outros seringueiros sobre essa situação visando criar uma organização nossa mais ficava só na conversa (entrevista/2012).

A análise de Thompson (1997, p. 271) neste sentido é fundamental, considerando a crítica que ele faz ao marxismo ortodoxo (na verdade a Marx), de que os indivíduos, na verdade, não atuam no quadro das relações históricas dadas, mas sim sobre as *condições construídas* pelos diferentes sujeitos históricos, com diferentes experiências, num jogo de relações entre indivíduos e/ou grupos com recursos (econômicos, simbólicos etc.) desiguais. E em relação à afirmação de Marx de que “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem segundo sua vontade ou *não sabem que a fazem*” (MARX e ENGELS, 1982, p. 417), Thompson, responde dizendo que os indivíduos, além de fazerem *sim* sua história, têm consciência de que a fazem, pois, ninguém melhor do que o próprio explorado para saber o que a exploração (horas intermináveis de trabalho, dificuldades econômicas e sociais.) Acarreta de prejuízo ao seu próprio corpo, às suas relações sociais e à sua vida. Querer imputar uma ideologia e uma consciência sobre este indivíduo, além de ser falta de alteridade, é idealizar uma consciência que não existe *a priori*, ou seja, é cair no mesmo dilema que Marx tanto criticou em Hegel e Feuerbach: idealizar algo que não condiz com a realidade.

Para Thompson (2001, p 272) não há um modelo estático de relações capitalistas de produção. Elas são constituídas ou extraídas das classes que lhes devem corresponder e a consciência que deve corresponder às classes. Não considera haver uma vanguarda intelectual que diz como deve

ser a consciência de um indivíduo ou de um grupo de pessoas. Thompson refuta esse processo exógeno de formação da classe porque resulta numa falsa consciência. Dizer que uma classe, em seu conjunto, tem uma consciência verdadeira ou falsa é historicamente sem sentido.

A maior contribuição de Thompson não foi a revisão marxista do conceito de *classe*, como ocorre a sua formação. Esta foi fundamental (frutífera, poderíamos dizer) para o debate interno do marxismo porque Thompson oxigenou o conceito de classe com as novas correntes historiográficas da segunda metade do século XX. O que nos parece ter sido a sua maior contribuição é o *tipo* de história que construiu e *como* a fez. Primeiro ele colocou os holofotes do historiador sobre *os de baixo*, mostrando que estes também são agentes históricos e não apenas vítimas passivas dos acontecimentos e das vontades das elites (econômicas, simbólicas, militares etc.). Demonstrou que os populares ou trabalhadores têm sua própria cultura, seus próprios propósitos objetivos, problemas, sonhos, dificuldades, e que respondem às demandas do meio social no qual estão inseridos a partir dos elementos que estão presentes nos seus costumes e tradições, (re) elaborando-os de acordo com as suas necessidades, seus objetivos e limitações que o contexto histórico lhes impõe.

Em *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1992) Thompson dá uma aula de como o historiador deve compreender e construir a história. Especialmente a história dos de baixo. Em primeiro lugar o historiador deve perceber estes indivíduos como agentes históricos dotados de razão, sonhos, problemas, interesses, que são os mais diversos possíveis. Só podemos entender suas atitudes à luz de seu tempo e de sua cultura que é construída na sua experiência cotidiana, no espaço e no tempo. A teoria só tem legitimidade quando auxilia no entendimento da realidade através de um processo metodológico rigoroso e de boa argumentação, não podendo esta última ter que se ajustar à primeira para validá-la. Como salienta Sharpe (1992, p. 58), “o estudo destes indivíduos, *dos de baixo*, enriquece a síntese histórica possibilitando uma compreensão mais profunda da realidade”.

O pensador discorda de quem entende os trabalhadores como vítimas passivas ou como dados de séries estatísticas (ou apenas como força de trabalho). Discorda daqueles que não veem a atuação histórica dos trabalhadores. E de igual forma de quem *procura* em determinado período como as coisas aconteceram e, deste modo, só vê a atuação dos agentes vencedores, negligenciando e/ou esquecendo os *perdedores*, os becos sem saída,

as causas perdidas. Isso faz com que o historiador deixe de registrar e analisar o legado e a importância de uma causa e/ou batalha perdida, (como no caso dos seringueiros) que pode, e muito, influenciar o processo histórico, pois, muito provavelmente, nunca as coisas serão mais da mesma maneira. Interessante que aqui, o pensamento de Thompson vai ao encontro de uma passagem, embora esta tenha um sentido um pouco diferente, de Marx e Engels quando estes afirmam “que, de vez em quando, as vitórias dos operários são passageiras, mas que servem como elemento para uma união maior no futuro e, em consequência, para maiores lutas e reivindicações” (MARX e ENGELS, 1982, p. 39).

Não podemos esquecer que esta é uma história de imensos sacrifícios que envolvem milhares de brasileiros que foram mandados aos seringais amazônicos para “salvar” a economia gomífera, e assim, reabilitar e aquecer a economia brasileira nos mercados internacionais da borracha. Um capítulo obscuro e sem glórias de nossa história que só permanece vivo na memória e no abandono dos últimos seringueiros ainda vivos. As partes interessadas na coleta e na utilização do látex da seringueira consideraram conveniente a presença de um pacto para firmar o compromisso sobre o fornecimento e a recepção do material.

O governo brasileiro, pelos *Acordos de Washington*, devia fornecer o máximo de borracha em um mínimo de tempo. Conforme Neves (2004) o Presidente brasileiro sabia que o alcance desse objetivo exigia providências em relação à mão de obra, uma vez que a região estava, no máximo, com trinta e cinco mil seringueiros ativos, produzindo dezoito mil toneladas de látex/ano. Para vencer a Batalha da Borracha, atendendo as necessidades dos aliados, seria importante e necessário aumentar o contingente já existente no local pelo recrutamento de novos contingentes humanos para a Batalha da Borracha, como era exigido para o front na Itália. As conversas durante as negociações giraram em torno da expectativa de que a implementação do projeto apresentasse resultados consideráveis ainda na safra daquele ano, 1942.

A resistência dos índios associada à insuficiência populacional na região constituiu-se no fator determinante à importação de outros braços suplementares para realizar tais tarefas. Tem início, então, o maior movimento migratório ocorrido na Amazônia pós-conquista. De todos os componentes sociais de diferentes regiões do Brasil e do mundo, o que mais contribuiu em número para formar o exército de seringueiros foi o nordestino cearense.

O apogeu da era da borracha na Amazônia, segundo Figueiredo (2002, p. 81) permitiu um notável aumento na arrecadação de tributos e chegou a contribuir com 50% do PIB Nacional. Criou um comércio interno muito ativo, baseado na importação de artigos de luxo vindos da Europa e Estados Unidos, consumidos pela elite extrativista que aqui se formou. Entretanto, essa soma imensa de dinheiro circulante, nunca chegou às mãos de quem produzia a riqueza, especificamente o seringueiro que seguia seu calvário de sacrifícios diariamente no trabalho de exploração da borracha em sua colocação. De acordo com esse autor,

A colocação era o lugar onde o seringueiro morava no meio da floresta, no seu tapiri (barraco de varas e palhas). Na colocação ficavam as estradas de seringa que podiam ser em número de 10 ou 30, eram as picadas feitas no meio da selva e que era trabalhada por um mesmo homem. As estradas possuíam determinado número de seringueiras, geralmente contendo nada menos que 50 árvores. Os seringueiros novatos que ainda estavam no processo de aprendizagem eram chamados de brabos, os mais experientes, com anos de lida na extração da borracha, eram chamados de mansos. O dono do seringal era chamado de patrão e depois evoluiu para seringalista (FIGUEIREDO 2002, p. 87).

O seringueiro compunha, como nomeia Figueiredo (2002), a força de trabalho. Eram espoliados pelos patrões “coronéis”, presos a estes por um sistema de dependência baseado numa relação de endividamento do qual dificilmente conseguiam se livrar. Em caso de tentativa de fuga, o destino era a morte. Vivendo uma dura vida na selva o seringueiro enfrentava a subnutrição, as doenças letais, como: paludismo, beribéri, malária, tifo, varíola, lepra, tuberculose, tétano, erisipela, serpentes venenosas, uma infinidade de insetos, onças, jacarés, a Mãe d’água, a cobra grande, o Mapinguari, índios que defendiam suas terras e o Curupira, além do desconforto das barracas miseráveis sem saneamento, a ganância descomedida dos “coronéis de barranco”, enfim, toda a sorte de opressão. A rara diversão que tinham, consistia nas bebedeiras nos barracões ou nas vilas próximas quando estavam de folga, o que dilapidava ainda mais seus poucos ganhos.

O SEMTA – Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia, órgão que tratava diretamente com a população promovendo os recursos de aliciamento⁷ das pessoas foi criado, em 1942, e teve sua sede financeira instalada no Rio de Janeiro. As atividades de recruta-

7 Ato de aliciar, promovido por um aliciador geralmente pessoa com muito interesse em algo ou alguma coisa. Disponível em <http://www.dicionarioinformal.com.br/aliciamento/>. Acesso em 19/01/2013.

mento começaram em São Luís e se fixaram, em 1943, em Fortaleza. A razão dessa prioridade se prende ao fato de que a migração cearense para a Amazônia não se constituía em uma novidade. O primeiro ciclo da borracha levou muito migrante do Ceará para o Amazonas em busca de trabalho e riqueza. No início dos anos de 1930, “tangidos” por uma seca com a mesma intensidade, os cearenses se dispuseram a procurar trabalho e acolhida na Amazônia. Esses fatos deixavam supor que a Amazônia e o trabalho com a colheita e o beneficiamento da borracha, talvez não fossem situações tão estranhas aos desalojados da seca.

Em 1942, os retirantes já tinham sido enviados, não como soldados, pois não foram convocados, foram inscritos pelo SEMTA – Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia. Partiam como aventureiros em busca de riquezas e a propaganda não deixava dúvidas de que havia fortuna para todos e apoio do governo. Essa enganação, no entanto, só viria à tona dezenas de anos mais tarde. Apesar de as propagandas disseminarem a ideia de que a Amazônia não era mais o inferno verde, mas um paraíso de oportunidades, dos quinze mil que partiram na primeira leva, muitos foram ficando pelo caminho, mortos por doenças, acidentes, fome, inexperiência, falta de assistência, pois as promessas começavam a falhar: faltavam alimentos, escolas e assistência médica.

A escolha do Nordeste como sede prioritária da convocação/apresentação voluntária dos jovens para a Batalha da Borracha teve como objetivo levar grande parte da população cearense para longe da seca devastadora que gerava uma crise sem precedentes para os camponeses da região, atingindo inclusive os jovens.

Os nordestinos com suas famílias já tinham seguido viagem. E os retirantes de 1943 eram justamente os jovens. Estavam sendo incentivados pelo governo com a promessa de que seriam soldados com direitos à convocação, glórias e reconhecimento da nação. Seriam heróis de guerra tão importantes quanto os pracinhas (soldados) que estavam nas frentes de combates na Itália. Sob essa ideia foi construído o discurso e a propaganda de governo para sensibilizar a opinião pública nacional e motivar os sertanejos jovens para o recrutamento, missão vital de salvar a Pátria e os países aliados.

Morales (2002) assinala que entre os membros do SEMTA - Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia estava, na Divisão de Propaganda, o suíço Jean-Pierre Chabloz, (1910–1984) contra-

tado na Europa. Esse artista produziu uma série de material de propaganda em forma de cartilhas, opúsculos, brochuras e grandes cartazes impressos em litogravura. Esse material era apresentado em vitrines ou exposto em marchas cívicas no centro da cidade de Fortaleza, justificando nos conteúdos simbólicos, a importância do alistamento e a participação de trabalhadores na Batalha da Borracha na região amazônica.

Nas promessas, muitas vezes, misturavam-se os retirantes e os convocados, pois para a convocação era necessário que o jovem tivesse na faixa etária de 18 a 24 anos, deveria ser solteiro, sem filhos, gozasse de boa saúde e estivesse apto para o trabalho. Além disso, no encaminhamento dos 30 mil cearenses “havia uma política racial no Governo Vargas, diferentemente da Bahia e de Pernambuco, o Ceará não recebeu muitos negros. Isso garantia a manutenção de certo perfil étnico na Amazônia” (MORALES, 2002, p. 15).

Os retirantes estavam distantes cinco mil quilômetros da região extrativista, as dificuldades estavam sob controle porque na estada temporária, nas hospedarias governamentais, todos receberiam assistência alimentar e médica intensivas. Teriam todas as despesas pagas e às suas famílias seriam assegurados recursos para que pudessem sobreviver durante as ausências dos filhos ou maridos. Havia, ainda, a previsão de assinatura de contratos legais com os trabalhadores e de assentamento posterior com suas famílias, para efeito de povoamento da Amazônia.

Mageste (2004) ouviu a narrativa de Lupércio Freire Maia, nascido em Morada Nova, no Ceará, com dezoito anos na época do recrutamento. Ele relata sua ida para a Amazônia nos seguintes termos:

Estava no roçado com papai e chegou um soldado que me mandou subir no caminhão para ir para a guerra. Eu queria só pedir a bênção à mãe, mas o soldado disse que não tinha esse negócio, não. O caminhão estava apinhado de homem. Nunca mais vi a mãe, a mulher grávida e o filho pequeno. Só recebeu algum tipo de explicação sobre o ‘recrutamento’ e a batalha alguns meses depois, às vésperas de embarcar para a Amazônia (MAGESTE, 2004, p. 1).

Algumas considerações

Além da propaganda visual havia aliciadores profissionais a mando dos patrões, donos de seringais no Amazonas. E dentre estes constavam padres, médicos e professores envolvidos no convencimento de que servir à Pátria era nobre. Segundo Neves (2004), essas pessoas faziam correr

de boca a boca as notícias sobre um lugar onde se ‘juntava dinheiro a rodo’. Prometiam também, um pequeno salário para o trabalhador durante a viagem até a Amazônia e, lá chegando, remuneração correspondente a 60% do que fosse obtido com a borracha. Mais, ainda, todo o trabalho transcorreria sob total apoio do Governo Federal e ficariam ricos na extração da borracha. Quando esses trabalhadores recrutados ficavam sabendo da enganação já era tarde demais para a volta às suas terras. De homens livres passaram a escravos e pauperizados. No coração da selva, dívida, isolamento e solidão. Eles trabalhariam infinitamente para pagar uma dívida econômica ao patrão que nunca acabava. De lá, não se podia escapar.

A viagem avançava e a notícia das dificuldades chegava aos ouvidos dos retirantes em viagem. Alguns queriam interromper a viagem para não passar pelo sofrimento que agora se alardeava, revoltavam-se, paravam os navios gaiolas e tentavam voltar, mas os funcionários da SNAPP - Serviço de Navegação da Amazônia e da Administração do Porto do Pará ou da SAVA - Superintendência do Abastecimento do Vale Amazônico, sempre por perto, abafavam o movimento e os recrutas iam se convencendo de que o caminho era sem volta. Às vezes, alguns rapazes conseguiam abandonar os acampamentos em busca de uma volta solitária para as ruas de Manaus e outras cidades do Norte que ficavam cheias de pessoas perambulando e mendigando.

A situação vivida pelos retirantes nordestinos da batalha da borracha, no contexto da viagem, apresentava-se como uma nova forma de escravidão. Os que conseguiam chegar aos seringais depois de meses de viagem, já sabiam que suas dificuldades estavam apenas iniciando.

Referências

BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. São Paulo: Martins fontes, 2005/1997 p.11.

BRASIL. Decreto nº 10.385 de 31 de agosto de 1942. Estabelece Estado de Guerra em todo o território nacional. Publicação Original Diário Oficial da União - Seção 1 – 31/08/1942 Legislação Informatizada.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.166, de 11 de março de 1942. Dispõe sobre as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado Brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil. Publicação Original Diário Oficial da União - Seção 1 - 12/03/1942, Página

3918. Legislação Informatizada.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 5.813 - de 14 de setembro de 1943. Pub. Clbr 1943. Aprova o acordo relativo ao recrutamento, encaminhamento e colocação de trabalhadores para a Amazônia, e dá outras providências. Disponível em <<http://www.010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/24/1943/5813.htm>>. Acesso em 01 de nov. 2011.

BRASIL. Fundação Getúlio Vargas. Conferências interamericanas: a Conferência de Havana. Disponível em <<http://www.cpdoc.fgv.br/produção/dossies/>>. Acesso em 01 de nov. 2011.

CARNEIRO, Eduardo; CARLI, Egina. O primeiro ciclo da borracha. Disponível em <<http://www.scribd.com/doc/4245301/primeirociclodaborracha>>. Acesso em 01 de nov. 2011.

CENTRO INTERNACIONAL DE INVESTIGAÇÃO E INFORMAÇÃO PARA A PAZ. A conceituação da paz e da violência. In: _____. O Estado da paz e a evolução da violência: a situação da América Latina. Campinas: UNICAMP, 2002. Cap. 1, p. 21-36; cap. 2, p. 37-68; cap. 3, p. 69-83; cap. 6, p. 125-146.

FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. Vigiar e Punir. 24ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

_____. Sexualidade e solidão. In: MOTTA, M.B. (Org.). Ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a. p.92-103. (Ditos e escritos, 5).

_____. O uso dos prazeres e as técnicas de si. In: MOTTA, M.B. (Org.). Ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004b. p.192-217. (Ditos e escritos, 5).

_____. O retorno da moral. In: MOTTA, M.B. (Org.). Ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004c. p.252-63. (Ditos e escritos, 5).

_____. Ética, sexualidade, política. In: MOTTA, M.B. (Org.). Ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004d. p.234-9. (Ditos e escritos, 5).

_____. A governamentalidade. In: MACHADO, R. (Org.). Microfísica do

poder. Rio de Janeiro: Graal, 1999a. p.277-93.

_____. La ética del cuidado de sí como práctica de la libertad. In: Estética, ética e hermenêutica: obras esenciales. Barcelona: Paidós, 1999b. v.3. p.393-415.

_____. Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982). Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. (Orgs.). Michel Foucault: uma trajetória filosófica - para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p.231-49.

_____. Verité, pouvoir et soi. In: DEFERT, D.; EWALD, F. (Orgs.). Dits et écrits. Paris:

FIGUEIREDO, R. E. D. A cooperação entre Brasil e Estados Unidos no campo da saúde: o Serviço Especial de Saúde Pública e a política sanitária no governo Vargas. v.14, n. 4, p.1429-1434, 2007. Disponível em: <https://www.google.com.br> Acesso em: 04 nov. 2012.

HALBWACHS, Maurice. (Trad.) Beatriz Sidou. A Memória Coletiva. São Paulo: Centauro, 2007.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Trad. Bernardo Leitão [et al]. Campinas, SP. Editora da UNICAMPI, 1990 (Coleção Repertórios).

MAGESTE, Paula. Exército da borracha. Revista Isto É. Ed. 306. 29/03/04. Vida brasileira. Depoimentos. <http://www.revista_epoca.com/epoca/0,6993,ept703947_1664,00.html>. Acesso em 05 dez.2011.

MALINOWSKI, Bronislaw C. Argonautas do Pacífico Ocidental: Trad. Anton P, Carr. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MARX, Karl. Fundamentos da história. In Marx – Sociologia (org.) Otávio Ianni. São Paulo: Ática 1979.

MORAES, Raymundo. Na Planície Amazônica. 8ª. Edição. Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto, 2001.

MORALES, Lúcia Arrais. Vai e vem, vira e volta. As rotas dos Soldados da Borracha. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2002.

NEVES Marcus Vinicius. A heróica e desprezada batalha da borracha, 2004.

Disponível em <<http://www.2uol.com.br/históriaviva/reportagem/>>. Acesso em 01 de nov. 2004.

RICOUER, P. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Unicamp, 2007.

THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade.(trad.).

As práticas pedagógicas do 1º segmento da educação de jovens e adultos

Judilene Andrade Barbosa

Sebastião Melo Campos

Gilvânia Plácido Braule

Ana Maria de Mello Campos

Introdução

A educação de jovens e adultos (EJA) é considerada uma modalidade de ensino pela Lei De Diretrizes e base da Educação Nacional. (LDBEN 9394/96), mas muitas vezes recebe tratamento inferior por parte das esferas públicas: união, estado e município. EJA é tratada simplesmente como um ensino fundamental e médio regular, mudando apenas o turno de aulas. Necessita-se refletir a EJA para além de uma garantia de direitos de estar na escola, necessita-se pensar nesta como uma modalidade de fato, sendo que atende um público diferenciado, não podemos tratar o diferente como igual na sua forma de aprender, pensar e crescer intelectualmente.

Os pontos aqui discutidos são oriundos de uma pesquisa acadêmica realizada numa escola municipal de Benjamin Constant. Buscou-se *investigar os aspectos positivos e negativos das práticas pedagógicas no I Segmento da Educação de Jovens e Adultos de uma escola pública de Benjamin Constant*. O estudo surgiu da percepção de que existem muitos jovens e adultos estudantes na EJA que conseguem realizar seus sonhos e garantir seus direitos, enquanto outros não. Dentre vários fatores destaca-se a importância da prática pedagógica eficaz e favorecedora da permanência destes educandos na escola. O ensino deve ser pautado em visões educacionais adequadas a este tipo de aluno. Além disso, sabe-se que os discentes da EJA necessitam de mais estímulos para estudar considerando os desgastes físicos e mentais sofridos no dia-a-dia.

O interesse dos discentes da EJA pelos estudos escolares

A escola é um ambiente privilegiado de ensino/aprendizagem. Tende a estar comprometida com o desenvolvimento do raciocínio, da cria-

tividade e do pensamento crítico das pessoas. Instrumentos importantes para a construção do conhecimento significativo, no qual, o sujeito tornar-se livre para sonhar e concretizar esses sonhos.

Segundo Vesentini (1996) a importância da escola na sociedade moderna, assim como a importância da educação, está em instruir as novas gerações, adaptando-as a hábitos e valores constitutivos da sociedade. Para isto deve despertar nos educandos a vontade de aprender, de emancipar-se, de exercer a cidadania.

A escola para muitos jovens e adultos com direitos negados na idade própria para ingressar na escola é um sonho para muitos. E o fato de muitos chegarem até ela não significa que frequentarão como estudantes, alguns se conformam a frequentar como pais, avós, tios e comunitários. Diante de inúmeras dificuldades, não conseguem concluir, e uma delas é a adaptação do ensino. Este precisa despertar o interesse pelos estudos escolares, considerando que muitos saberes já foram e são construídos ao longo da vida de cada indivíduo.

Em relação ao interesse dos discentes, indagou-se aos educandos da EJA: Você gosta de estudar? Por quê? Todos disseram que sim e deram as seguintes justificativas: *porque quero aprender muitas coisas, porque quero conseguir um trabalho e ajudar meus filhos na tarefa, porque quero aprender ler e escrever e porque me sinto bem.*

As respostas dos sujeitos demonstram que gostam da escola, sentem interesse pelo aprender, sobretudo, o aprender a ler e escrever. Destaca-se a vontade de se preparar para novas oportunidades no mercado de trabalho e o aprender para ajudar os filhos nas tarefas escolares. O estudante da EJA vê a escola como um meio do mesmo crescer profissionalmente e melhor conviver na sociedade exercendo a sua cidadania, pois ler e escrever é um direito que os assiste.

Desta forma, percebemos que a escola é essência na vida do aluno, possibilitando novas descobertas e novos desafios. A leitura é uma atividade que proporciona ao homem adquirir novos conhecimentos e comunicar-se com o mundo. Segundo Yunes (2003, p.18),

[...] ler significa uma descoberta, mudar de horizontes, interagir com o real, interpretá-lo e decidir sobre ele. Ler é, pois interrogar as palavras, duvidar delas; ampliá-las. Deste contato, desta troca nasce o prazer de conhecer, de imaginar, de inventar a vida. O ato de ler é um ato de sensibilidade e de inteligência, de compreensão e de comunhão com o mundo.

Um dos educandos afirma que gosta da escola porque quer conseguir um trabalho e ajudar seus filhos nas tarefas escolares. Percebemos que as respostas dos sujeitos são parecidas onde todos retornam a estudar na vida adulta porque querem aprender a ler e escrever.

Os sujeitos pesquisados vêm a escola como uma porta de entrada para concluir os seus estudos e a oportunidade de adquirirem aptidão para o mercado de trabalho. Ao aplicar os questionários aos alunos obtive as seguintes informações ao perguntar: por qual motivo iniciou os estudos na idade Adulta?

- **A1, A3:** *Porque não tive oportunidade de estudar devido meus pais morarem no alto¹;*
- **A2:** *Porque eu comecei a trabalhar cedo na roça pra ajudar minha mãe que eu era a filha mais velha da família;*
- **A4:** *Porque meus pais não tinha condições e por ter engravidado cedo.*
- **A5, A6:** *Porque não tiveram oportunidade quando adulta e de morar no alto com os meus pais e meu pai dizia pra que estudar que você vai morrer burra como eu.*

Na entrevista com duas alunas da EJA, constatou-se nas suas falas e nos seus gestos que ambas possuem um interesse pelos estudos e estão determinadas, apesar das dificuldades. E ambas disseram:

- *Não existia escola onde morava. Morava no interior, por isso não pude estudar quando criança. E agora depois de adulta fui para escola.*
- *Eu vim estudar depois de adulta, que foi uma atitude minha que eu tomei, uma atitude própria, nunca tive um incentivo de ninguém.*

Percebemos nas respostas dos sujeitos da pesquisa que os motivos que os levaram a estudar na vida adulta são parecidos, sendo que alguns moravam em região longínqua da Amazônia, longe da cidade, zona rural bem distante. Quando sentiram necessidade tomaram iniciativa pelos estudos.

A Educação de Jovens e Adultos tem como objetivo dar oportunidades para aquelas pessoas que de alguma forma tiveram seus estudos interrompidos, assim oportunizando aos educandos novas perspectivas de uma vida melhor e um conhecimento mais amplo diante do mundo em que vivem.

1 O termo ALTO é utilizado pelos indivíduos ao se referirem a localidade distante da sede do município na região do Vale do JAVARI no município de Atalaia do Norte. Região pouco habitada e que atualmente possui uma maioria de moradores indígenas.

Indagamos a estes alunos: O que mais chama sua atenção durante as aulas?

- A1 leitura de textos de matemática,
- A2 na hora da explicação,
- A3 e A4 responderam que “nada” chama a atenção deles,
- A5 A dificuldade na matemática porquê e a disciplina que ele mais usa,
- A6 A vontade de aprender ler e escrever.
-

Percebe-se nas respostas dos sujeitos que a leitura é essencial no ambiente escolar. A prática de leitura na sala de aula deve ser realizada com diversos gêneros textuais, para que assim o aluno não possa ficar preso aos mesmos livros durante todo ano letivo.

Costa (2009, p. 136) esclarece que: “Para que as práticas de leitura se efetivem com qualidade e eficiência, os alunos devem realizar uma ampla gama de tarefas com diferentes tipos de textos.”

Sabe-se que muitos pais não sabem ler, mas nem por isso deixam de incentivar seus filhos a fazer leitura, enquanto que os pais que sabem ler, não motivam e nem incentivam seus filhos a ler, é preciso tanto o empenho dos pais quanto dos alunos e dos professores para que juntos possam contribuir para uma aprendizagem de qualidade e formar leitores.

Indagou-se ao professor: Quais materiais são utilizados durante as aulas?

Televisão	Data-show	Microsystem	Livro didático	Jogos. De que tipos?
A1	-	-	X	-
A2	-	-	X	-
A3	-	-	X	-
A4	-	-	X	-
A5	-	-	X	-
A6	-	-	X	-

Tabela 2: Materiais utilizados pelo professor

Fonte:Secretária Municipal de Educação-SEMED. Pesquisa de Campo-Benjamin Constant-AM, 2017.

Em relação à metodologia do professor os sujeitos da pesquisa A1, A2, A3, A4, A5, A6 nos mostram que a metodologia utilizada pelo

professor é apenas o livro didático. Isso é um fator negativo para o ensino-aprendizagem dos educandos, tornando assim a aula mais cansativa. Salientamos que o referido professor precisa participar de formação continuada, minicursos, palestras, inovar a sua metodologia da prática docente.

Também se indagou ao aluno: Que tipo de atividade gostaria de desenvolver na escola?

- *A1: Uma aula expositiva com data show, televisão;*
- *A2: Um melhor tratamento com o público da EJA, a presença do Gestor na escola e merenda;*
- *A3: Português*
- *A4: Português*
- *A5: Gostaria que tivesse mais português e a merenda que não tem todos os dias e que a EJA tenha um acompanhamento do Gestor como de todos os outros turnos*
- *A6: Leitura*

As respostas dos sujeitos nos mostram que há muito que melhorar e inovar no Ensino de Jovens e Adultos. O A1: sugere que tenha aula com data show e televisão. Desta forma, o professor tem que trabalhar com as novas tecnologias da informação e comunicação possibilitando um ensino-aprendizagem mais significativo para os educandos.

A escola deve propiciar e estimular situações concretas que provoque nos educandos a reflexão crítica e criativa pra transformar informações em aprendizagem e atribuir significados, interconectando outros conhecimentos e promovendo a construção de novos saberes.

O educador ao articular as novas tecnologias da informação e comunicação no processo ensino e aprendizagem, propicia e estimula situações concretas que provoquem nos educandos atitudes críticas frente à realidade da escola e comunidade. Ao fazer o uso de meios audiovisuais, como filmes, curtas e documentários que são instrumentos pertinentes e motivadores, acompanhado de exercícios práticos e atividades avaliativas, contextualizando a realidade escolar e comunitária os alunos podem se sentirem mais estimulados ao aprendizado.

Em relação às respostas do A2 e A5 solicitam a presença do gestor na escola, onde questionam a ausência do mesmo em seu ambiente de trabalho. Os sujeitos da pesquisa questionam a falta de merenda na escola. Já o A3, A4 e A6 solicitam que seja trabalhada com frequência a disciplina

de português para os mesmos realizarem leituras em sala de aula. De acordo com Silva (1998, p. 19):

[...] a leitura é um componente da educação e a educação, sendo um processo, aponta para a necessidade de buscas constantes de conhecimento. Porém para que estas buscas se efetivem na prática e gerem benefícios sociais, precisamos de condições concretas para produzir diferentes tipos de leitura.

Sabe-se que dentre outras, a principal meta de um educador é possibilitar ao aluno o prazer em ler, e conseqüentemente, compreender a importância que esta lhe proporcionará mediante desafios que lhe serão apresentados no decorrer de sua vida escolar e pessoal.

Quanto ao prazer de estudar e participar das aulas, indagou-se dos alunos: **O que você não gosta da aula do professor?**

Em relação às respostas dos sujeitos da pesquisa o A1, A2, A3, A4, A5, A6 foram unânimes nas respostas que não gostam é da disciplina “Matemática”. Constatou-se durante o Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do 1º ao 5º Segmento da modalidade EJA que o professor só trabalha com o livro didático da disciplina Matemática.

Na entrevista a aluna A ao se referir se gosta das aulas do professor diz:

- *Tem dias que sim e tem dias que não, é que tem dia que o professor não está de bom humor, tem dia que ele não tem paciência.*
- *O professor não tem paciência de animar os alunos, os alunos estão ali para aprender e o professor está lá pra ganhar, porque se não tem aluno para estudar ele não estaria trabalhando ela fala no seu relato que o professor está sendo pago para ensinar. Se todo mundo sabido não existia professor.*
- *Ao responder a mesma pergunta, a aluna B disse:*
- *O professor tinha que ser mais atencioso com os alunos, o professor tinha que ser mais alegre mais popular, com os alunos.*
- *Os adultos estão lá pra aprender ler e escrever e também querem ter uma brincadeira, uma aula diferenciada.*

Constata-se que os alunos gostam de algumas aulas, mas precisam serem mais estimulados com novas metodologias. As metodologias do ensino na EJA precisam ser mais dinâmicas, pois os adultos chegam na escola cansados.

A aluna A afirmou que:

O professor não tem um diálogo com os alunos, não se preocupa se elas tem algum problema ou não, como foi o seu dia. Assim o aluno vai abrir um espaço de diálogo com o professor.

O professor só quer julgar o aluno quando ele não faz o trabalho que ele manda, sendo que **não se preocupa se o aluno sabe fazer ou não**, o professor ta lá pra ensinar e pra aprender com os alunos.

“A figura atrativa do educador e a relação afetiva com os educandos podem influenciar na formação de atitudes. O educador é um exemplo de conduta e é o comunicador ou transmissor de atitudes, normas e valores”. (DURANTE, 1998, p. 40). Quando um professor é motivador e mantém um bom diálogo com os alunos, ajuda-os a tomarem atitudes positivas em relação aos estudos.

Prática pedagógica: teoria e prática

Não se podem usar as mesmas metodologias da educação regular na EJA, sem passar pelo crivo do pensar crítico, ético e plural. É preciso que o Projeto Pedagógico e a Proposta Curricular sejam seguidas. Entretanto o que se vê são práticas em sala de aula dissociadas da EJA.

O professor não ensinará para crianças em processo de desenvolvimento cognitivo; ensinará para pessoas já formadas. Como professor de qualquer modalidade de ensino terá que se atualizar e refletir constantemente sobre sua prática. Tem que ter a habilidade de ensinar não para uma turma, mas para alunos com idades, necessidades e objetivos diferentes; assim terá que dominar teoricamente e praticamente as metodologias e técnicas de ensino. RIBEIRO et al, p. 24

É especialmente importante, no trabalho com jovens e adultos, favorecer a autonomia dos educandos, estimulá-los a avaliar constantemente seus progressos e suas carências, ajudá-los a tomar consciência de como a aprendizagem se realiza. Compreendendo seu próprio processo de aprendizagem, os jovens e adultos estão mais aptos a ajudar outras pessoas a aprender, e isso é essencial para pessoas que, como muitos deles, já desempenham o papel de educadores na família, no trabalho e na comunidade. (Proposta curricular para EJA, RIBEIRO et al, 1997, p. 17)

Outro ponto importante diz respeito à formação do professor devido a sua importância no processo de construção do saber como salienta Arbache, 2001, p. 19. A educação de jovens e adultos requer do educador

conhecimentos específicos no que diz respeito ao conteúdo, metodologia, avaliação, atendimento, entre outros, para trabalhar com essa clientela heterogênea e tão diversificada culturalmente. ***Que metodologias de ensino desenvolve na sala de aula? Quais os recursos utilizados para aplicar a metodologia em sala de aula?***

Refletindo valor, construindo leitura, trabalhando com as palavras. Essas metodologias foi tomada para que os alunos venham desenvolver seu valor e autonomia para estudar e aprender. Os recursos utilizados nas metodologias são livros, quadro, cadernos, jogos variados.

Destacamos que o professor possa ajudar o aluno a construir conhecimentos relacionados à leitura e escrita é necessário que ele compreenda o processo de construção de alfabetização, uma vez que a qualidade do ensino da alfabetização é de suma importância no desenvolvimento do hábito da leitura e da escrita. Para tanto existem os métodos de ensino da leitura e da escrita, classificados como sintéticos e analíticos.

As metodologias comumente usadas pouco exploram a capacidade demonstrada pelos auto-alfabetizados de extrair significados dos estímulos disponíveis. A escrita e a leitura são vistas como um processo ativo, mas meramente receptivo. Todavia, se observamos as crianças no início do aprendizado, verificamos que elas fazem uso bastante regular de estratégias de inferência e muitas já demonstram uma boa consciência metalinguísticas. (BORGES, 2010, p. 01)

Percebesse que os métodos de ensino são ferramentas de aprendizagem utilizada pelo educador, no propósito de alcançar o objetivo educacional da instituição de ensino. Dessa forma os métodos são caminhos que o professor usa para estimular o aluno a se desenvolver plenamente durante as atividades de sala de aula, tanto na leitura quanto na escrita.

A leitura é fundamental em toda área de conhecimento científico, pois é através dela que buscamos informações para aprimorar nossos conhecimentos e ajudar na construção de novas idéias.

Para Freire (1982, p.35) “a leitura do mundo precede a leitura da palavra, que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura, da linguagem e realidade que se prendem dinamicamente as compreensões do texto a ser alcançado por sua leitura crítica, implica na percepção das relações entre o texto e o contexto”. Concorda – se com as idéias de Cagliari (1998, p. 148), quando este declara que:

A leitura é uma atividade fundamental que deve ser desenvolvida na escola e fora dela, existem vários tipos de leitura algumas pessoas leem para buscar informações, satisfazer curiosidades, saber o que está acontecendo no mundo ou para aprender e conhecer outras pessoas.

Seja qual for o tipo de leitura, ela possui uma finalidade, seja para adquirir novos conhecimentos e obter informações sobre determinados conteúdos. Sendo assim, ler é uma das formas de comunicar-se com o restante da humanidade. Nesse aspecto, por meio da leitura podem-se conhecer outras culturas. É por essa razão que, a escola deve desenvolver nos alunos o gosto pela leitura. Diante do contexto foi realizada a seguinte pergunta: Para você, o que significa prática pedagógica? E quais as práticas pedagógicas favorecem a maior parte dos alunos?

Desempenhar e acreditar no seu potencial, buscar novas metodologias, saber ouvir e da autonomia aos educandos, ser criativo, comprometido com o processo educacional e com esperança de mudança que se faz necessária na formação e atuação do educador. As atividades que envolva todos porque alguns são tímidos e outros não.

Diante do exposto, constatou-se durante o Estágio Supervisionado na nos Anos Iniciais na turma do 1º ao 5º seguimento da modalidade EJA o referido sujeito da pesquisa o P1 se contradiz em sua fala, pelo motivo que o mesmo apenas utiliza o livro didático trabalhando com conteúdos de matemática, destacamos que o mesmo não é criativo e utiliza apenas uma metodologia que é o livro didático. Segundo Vasconcellos (2008, p.126), afirma que:

O educador pode colaborar para a ação significativa do educando, procurando interagir com ele tanto na criação da necessidade, na geração da finalidade, com na elaboração do plano de ação. Em cada realidade, o professor poderá avaliar quais são as suas possibilidades específicas de interação com cada dessas dimensões.

Desta forma percebe-se que para esses alunos se sintam seguros e motivados, permaneçam na escola cabem a cada educador da Educação de Jovens e Adultos motivar esses alunos e fazer com que eles se sintam sujeitos ativos, aptos a adquirir conhecimentos no decorrer da vida na escola. Em relação ao sujeito da pesquisa quando questionado. Como você relaciona os conteúdos ensinados com o contexto dos alunos? E de que tipo de atividade estimula um maior desenvolvimento da aprendizagem dos jovens e adultos?

O trabalho diversificado em sala de aula constitui-se uma alternativa capaz de atender as diferenças individuais, envolvendo os alunos em diversas atividades criando um ambiente de trabalho amistoso e atraente. As atividades que estimula um maior desenvolvimento é trabalhar em grupos pelos quais os mais desenvolvidos ensinam os outros. De acordo com Freire (1979):

Um educador precisa sempre, renovar sua forma pedagógica para, da melhor maneira, atender a seus alunos, pois é por meio do comprometimento e da paixão pela profissão e pela educação que o educador pode, verdadeiramente, assumir o seu papel e se interessar em realmente aprender a ensinar. (FREIRE, 1979)

Percebesse que o educador é o responsável pela transmissão do conhecimento, e cabe a ele preparar o espaço, os métodos de ensino adequados às necessidades de seus alunos e os materiais didáticos tornando o ensino-aprendizagem mais dinâmico e flexível.

O papel do professor desponta como sendo o de facilitador da aprendizagem de seus alunos. Seu papel não é ensinar, mas ajudar o aluno a aprender; não é transmitir informações, mas criar condições para que o aluno adquira informações; não é fazer brilhantes preleções para divulgar a cultura, mas organizar estratégias para que o aluno conheça a cultura existente e crie cultura. (ABREU; MASETTO, 1980, p.11).

As dificuldades enfrentadas e a realidade sociocultural dos discentes da EJA

A realidade dos alunos da EJA do I Segmento é um retrato da realidade social do município de Benjamin Constant. Os discentes fazem parte de uma população que reside num bairro habitado por pessoas que vieram de outros municípios e países vizinhos, sobretudo de Atalaia do Norte, o maior município em área territorial da região. Muitos deles deixaram suas casas e plantações a beira dos rios que são afluentes do Solimões como rio Ituí, Javari, Itacoai, Curuçá e outros.

Com a determinação da Demarcação das Terras Indígenas muitas famílias foram expulsas das suas propriedades e tiveram que se adaptar nas sedes dos municípios da tríplice fronteira, principalmente em Benjamin Constant e Atalaia do Norte.

Muitos tiveram que trabalhar em áreas diferentes das que estavam acostumados. A maioria são agricultores, pescadores, caçadores, ou

seja, são pessoas que sobrevivem dos recursos naturais. Devido a densidade do espaço geográfico muitos tiveram opção de plantio para quem sobreviveu da agricultura. Alguns plantam na várzea e outros na terra firme.

Devido à necessidade de renda e emprego, muitos se submetem ao trabalho braçal, sendo ajudantes de pedreiros, carpinteiros, auxiliar de serviços gerais, garis, merendeiros, cozinheiros e até churrasqueiros. Todos buscam a sobrevivência. A maioria reside em áreas alagadiças com o mínimo de saneamento básico. No bairro onde estes alunos moram não tem Posto de Saúde e muitos sofrem no período da enchente.

No decorrer da observação, alguns alunos relataram que no período da enchente estes levavam seus filhos para a escola. E muitos desistiram porque estes não tinham como dar a merenda escolar aos seus filhos. Então se pergunta: Como uma mãe vai merendar, sem dar merenda para o seu filho? Essa é uma situação que precisa ser repensada pela escola. Foram poucos alunos que continuaram depois dessa situação relatada.

Foi indagado ao professor: Quais as dificuldades enfrentadas no ensino da Educação de Jovens e Adultos?

Evasão escolar e dificuldade de acesso a escola devido o trajeto quando chove. Pelo motivo de ter vários alunos que moram nos bairros onde as ruas não são asfaltadas.

Em uma pesquisa realizada por Meksenas (1998, p.98) sobre a evasão escolar dos alunos dos cursos noturnos aponta por sua vez que a evasão escolar de alunos se dá em virtude de estes serem “obrigados a trabalhar para sustento próprio e da família, exausta da maratona diária e desmotivada pela baixa qualidade do ensino, muitos adolescentes desistem dos estudos sem completar o curso”.

Nesse sentido, cabe à escola transformar parte da realidade que produz a evasão escolar, desenvolvendo estratégias que possam efetivamente transformá-la em instituição realmente preocupada com a educação e engajada na formação de cidadãos críticos, capazes de integrar dignamente o mundo globalizado atual.

Nesse contexto, a escola tem um papel crucial, o desafio de oferecer uma aprendizagem significativa, incentivando assim a participação e o interesse do aluno. De acordo com os dados acima podemos concluir que a evasão na EJA da turma do primeiro segmento é condizente com o que foi presenciado durante as observações, porque durante as 15 noites de estágios percebeu-se que muitos alunos deixavam de ir para a escola por

causa de vários desses problemas apresentados acima.

Também foi indagado ao professor: O que a escola vem desenvolvendo para melhorar o atendimento dos jovens e adultos e o que vem desenvolvendo para ampliar a oferta incentivando a educação escolar de pessoas que não estudaram em idade própria?

Reuniões, palestras, incentivando os alunos que o ensino-aprendizagem vai contribuir, favorecendo novos conhecimentos em sua prática.

A escola tem um papel fundamental na vida dos educandos. De acordo com Paro (1997, p.30):

[...] a escola deve utilizar todas as oportunidades de contato com os pais, para passar informações relevantes sobre seus objetivos, recursos, problemas e também sobre as questões pedagógicas. Só assim, a família irá se sentir comprometido com a melhoria da qualidade escolar e com o desenvolvimento de seu filho como ser humano.

A aluna A na sua entrevista afirma que deveria haver ampliação do número de vagas para EJA e a situação dos alunos deveria ser reconhecida. O depoimento da aluna nos faz refletir sobre a importância desta modalidade de ensino. Como disse Vera Capucho (2012, p. 70),

A precariedade com que a EJA é tratada no contexto escolar, aliada a um momento histórico no qual a gestão e os índices educacionais tornam-se mais relevantes do que os processos educativos, não se delineia um cenário promissor para essa modalidade. Porém, as lutas populares, suas conquistas e o fortalecimento do controle social vêm sendo campo de resistência, contribuindo para essa área a ser compreendida e respeitada em seu potencial.

Portanto, o ideal é que família e escola tracem as mesmas metas de forma simultânea, propiciando ao aluno uma segurança na aprendizagem de forma que venha criar cidadãos críticos capazes de enfrentar a complexidade de situações que surgem na sociedade, só dessa maneira para garantir uma educação com qualidade e um futuro com dignidade.

É importante lembrar que o fracasso ou o sucesso escolar de cada um é influenciado por diversos fatores, sendo o envolvimento da família com a escola apenas um deles, pois também contam a cultura familiar, as oportunidades vividas por estes alunos e alunas. A escola precisa promover o desenvolvimento intelectual do aluno, de modo que o cidadão saia da posição de oprimido, para viver plenamente em liberdade com responsabilidade.

Conclusão

A Educação de Jovens e Adultos é considerada uma modalidade de ensino, sendo que a mesma atende um tipo de aluno diferenciado. Mas esta diferenciação precisa ser considerada no currículo escolar e na prática pedagógica. Nota-se também uma necessidade de formação específica para o atendimento ao adulto. Necessita-se de uma pedagogia específica para o desenvolvimento da aprendizagem do jovem e do adulto. Além de uma metodologia adequada que complemente os saberes que os mesmos já possuem, também é preciso a manutenção de uma relação interpessoal entre professores e alunos, mantendo um diálogo pelo qual os mesmos se conheçam e aprendam.

O ensino na Educação de Jovens e Adultos, sobretudo no I Segmento, não é uma atividade fácil, exige um comprometimento na superação dos desafios, exige também que o professor considere o aluno como ser aprendiz e não como um adulto que aprende como uma criança.

No campo científico, sente-se que ainda temos pouco construído para ajudar nessa modalidade de ensino. Portanto, sugere-se que outras pesquisas sejam realizadas na tentativa de descobrir novas formas de ensinar jovens e adultos, aprendendo novos métodos e novas formas de interagir com esta população tão sofrida socialmente.

Referências

ANTUNES, Celso. Glossário para Educadores (as). 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n 9394/96.

BRASIL. Constituição: Fundação de assistência ao estudante. Rio de Janeiro, Ed.II título, 1988.

BARBOSA, Walmir Albuquerque; MIKI, Pérsida da Silva Ribeiro. Metodologia da Pesquisa. Manaus: Edições UEA, 2007.

CASTRO, Janderson Munuz de. Os desafios da prática do Educador da EJA e sua formação: Um olhar a partir de duas turmas do 1º segmento da Educação de Jovens e Adultos-EJA no município de Benjamin Constant-AM. 2013. Monografia apresentada ao curso de Pedagogia do INC.

CASTILLA, Sarita Claudia Ilucema. Relatos e vivências com Jovens e Adultos: um olhar a cerca da exclusão e retorno escolar a partir do 1º segmento

da EJA do município de Benjamin Constant-AM. 2014. Monografia apresentada ao curso de Pedagogia do INC.

CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetizando sem o ba- be- bi -bo - bu. - São Paulo: Scipione, 1998.

CAPUCHO, Vera. Educação de Jovens e Adultos: práticas pedagógicas e fortalecimento da cidadania. São Paulo: Cortez, 2012.

COSTA, Marta Moraes da. Sempre viva, a leitura. Curitiba: Aymará, 2009.

COSTA, Renato Pontes; TAMAROZZI, Edna. Educação de Jovens e Adultos. 2 ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2009.

CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CONTRERAS, José. A autonomia de professores. São Paulo: Cortez, 2002

DURANTE, Marta. A alfabetização de adultos - leitura e produção de textos. Porto Alegre: Artemed, 1998.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. SP: Cortez, 1982.

FREIRE, Paulo. Terceiro mundo e teologia carta a um jovem teólogo, in Carlos Alberto Torres, consciência e história: a práxis educativa de Paulo Freire, São Paulo: Cortez & Moraes. 1979.

GADOTTI, Moacir. A educação contra a Educação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GADOTTI, Moacir. Escola vivida, escola projetada. Campinas, Papirus, 1992.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

GRACINDO, Regina (orgs). Educação como exercício de diversidade. Brasília: Liber Livro, 2007.

GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro. Questões de Método na construção da pesquisa em educação. São Paulo: Cortez, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2009.

LIBANIO, José Carlos. Adeus Professor, adeus professora. Novas exigências educacionais e profissionais e profissão docente. 10. ed. São Paulo, Cortez, 2001.

LOCH, Jussara Margareth de Paula et al. EJA: Planejamento, metodologias e avaliação. Porto Alegre, RS: Editora Mediação, 2010.

LUDKE, Menga; ANDRE, Marli. Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas. São Paulo: 1986.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. 6. ed.- 7. reimpr.- São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS JÚNIOR, Joaquim. Como escrever trabalhos de Conclusão de Curso: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MEKSENAS, Paulo. Sociologia da Educação: uma introdução ao estudo da escola no processo de transformação social. São Paulo: Cortez, 1998.

MORAES, Salete Campos de (org.). Educação Especial na EJA: contemplando a diversidade. Porto Alegre: SEMED-RS, 2007.

PARO, Vitor Henrique. Qualidade do ensino: a contribuição dos pais, 1997.

PAIVA, Jane. Histórico da EJA no Brasil: Descontinuidade e Políticas Públicas Insuficientes. Salto para o futuro – Educação de Jovens e Adultos. Boletim 16. Brasília, MEC/ SEED, 2006.

PINTO, Alvaro Vieira. Sete lições sobre Educação de Adultos. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Ezequiel Teodoro da. Elementos de pedagogia da leitura. 3ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VASCONCELLO, Celso dos Santos. Planejamento: Projeto de ensino e aprendizagem e projeto político- pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. ed. São Paulo: Libertada Editora, 2000.

VESENTINI, J. W. O novo papel da escola e do ensino da Geografia na época da Terceira Revolução Industrial. In: Terra Livre. S. Paulo: AGB, 1996

YUNES, Eliana. Leitura, a complexidade do simples: do mundo a letra e de volta ao mundo. In:_(org.). Pensar a Leitura: complexidade. Rio de Janeiro: ed. PUC; São Paulo: Loyola, 2002.

O serviço social na educação: um estudo sobre a importância da atuação do assistente social na escola.

Márcia do Carmo das Chagas de Castro Guimarães

Maria Auralice Cavalcante

Ivanete Ferreira dos Santos

Nilza Maria de Souza Araújo

Rita Ferreira da Silva

Vina Souza dos Santos

Sílvia Bezerra da Silva

Introdução

A educação pública brasileira traz na historicidade um modelo de precarização e alienação, resultante do sistema capitalista que desencadeou na sociedade a desigualdade social, que submeteu a maioria da população a exclusão do sistema de proteção social; destacando-se assim as demandas emergentes e crescentes nas escolas, expressadas através da evasão escolar, violência, uso de drogas, entre outras problemáticas, complexas e que exigem a contribuição de equipes multiprofissionais, que dispõem ao assistente social capacidade para problematizar a questão social e engendrar formas de enfrentá-la e reduzir seu impacto na vida dos estudantes, na formação integral, com envolvimento da família, do poder público e de toda a sociedade.

O presente artigo apresenta um estudo sobre as contribuições profissionais do assistente social na escola, com ênfase nos atores sociais presentes na comunidade escolar. Tendo como objetivo geral analisar as contribuições profissionais do assistente social na escola, a partir dos ambientes formais de aprendizagem onde este profissional está inserido, contribuindo, na formação plena do aluno. Os objetivos específicos do referido artigo, são: refletir sobre o processo histórico da educação no Brasil; discutir sobre o espaço educacional e identificar as contribuições profissionais do Assistente Social na escola.

Este trabalho justifica-se na ampla discussão em torno da atuação do assistente social na escola, a partir das competências e atribuições, atuando na assistência aos alunos e famílias, sendo, portanto, um mediador entre a sociedade e escola.

A relevância deste, ancora-se em um tripé acadêmico, profissional e social, sendo ponto de referência às pesquisas futuras para outros acadêmicos e pesquisadores.

A metodologia utilizada é a bibliográfica, como instrumentos, o uso de referenciais livros, artigos científicos, teses, dissertações entre outros, que subsidiaram o debate e a reflexão para alcançar os objetivos propostos.

O artigo apresenta-se dividido em tópicos e subtópicos, que interligam e fomentam para o pleno desenvolvimento. Sendo que, o primeiro é constituído por um breve relato sobre a contextualização histórica, reformas e avanços ocorridos na educação brasileira. No segundo, o tema em debate é o espaço educacional, sinalizando para a importância dos três tipos de educação no processo de formação do indivíduo dentro da sociedade. No terceiro destaca-se o processo de constituição do serviço social brasileiro, as mudanças ocorridas em seu perfil, a partir da reformulação teórica e prática em seus procedimentos utilizados e atuação na contemporaneidade. Sendo que, no último, aborda-se a atuação do assistente social nas escolas, colaborando com o trabalho pedagógico dos professores e outros profissionais da área da educação, assim como, a luta pela efetivação e cumprimento das políticas educacionais e assistenciais.

Educação no Brasil: breve discussão histórica

A educação é um dos mais complexos processos constitutivos da vida social, no entanto, como qualquer outro setor da sociedade, vive em constante mudança, o qual para ser compreendida é necessário que o mesmo seja analisado conforme o contexto econômico, social e cultural vivenciado em cada período da história. Assim, para compreender a educação na atualidade, é preciso pontuar, dentro de uma conjuntura histórica, os vários contextos no qual a educação fora desempenhada. Desta forma, a Educação no Brasil, iniciou-se:

Com a chegada dos jesuítas, aportando em território brasileiro em março de 1549, comandado pelo padre Manoel de Nóbrega. Quinze dias após a sua chegada edificaram a primeira Escola elementar brasileira em Salvador, tendo como grandes proposições a pregação da fé católica e aos trabalhos educativos (PAIVA, 2010, p. 43).

Para tanto, no período do Brasil Colônia, os Jesuítas foram considerados os primeiros professores no país, posto que trouxessem consigo os métodos pedagógicos de ensino, os quais se baseavam na educação pela obediência, mansidão e servidão, porém, mascaradas com o ideal de alienação, transformando os indígenas e suas tribos, antes primitivos, agora catequizados pelo modelo colonizador da educação europeia, em especial a portuguesa, enquanto colonizadora e a catequética-religiosa.

Durante o Período Pombalino 1750-1777, as opiniões diversificadas entre os Jesuítas e a Corte Portuguesa sobre a Educação. O Marquês de Pombal pensava em reerguer Portugal do declínio que o mesmo encontrava-se diante das outras potências europeias da época, enquanto os Jesuítas se preocupavam somente com a vida religiosa, ou seja, o objetivo das escolas para os Jesuítas era “servir aos interesses da fé, o Marquês então pensou em organizar as escolas para servir aos interesses do Estado” (PAIVA e ALMEIDA, 2012, p. 33).

O Período Imperial 1822-1888, com a proclamação da Independência do Brasil por D. Pedro I, em 1824 outorga a 1ª Constituição Federativa do país. Com esta Carta Magna, percebeu-se a importância da instrução primária gratuitamente para todos os cidadãos. Com a 2ª Constituição Federativa do Brasil, 1934, vem afirmar que a educação é obrigatória, gratuita e de acesso a todos como primeiro direito natural do país, passa a ser um direito de todos, devendo ser aplicada pela família e também pelo Poder Público.

Em 1940, ocorreu um deslocamento do projeto político do Brasil, deixando de ser um modelo unicamente agrícola e rural para um modelo industrial urbano, gerando assim, uma necessidade de mão de obra não apenas alfabetizada, como também, qualificada. No entanto, em 1950, a sociedade brasileira ficou conhecida como um governo democrático, através de um pacote de metas que traria desenvolvimento ao país. Porém, neste período, a educação, não era direcionada para o desenvolvimento do ensino básico de qualidade, mas, somente a formação técnica da elite, pois “a escola reproduz desigualdade social, na medida em que contribui para a reprodução da ideologia das classes dominantes e mesmo para a reprodução das classes sociais” (SILVA, 2012, p. 34).

Em 1960, o Brasil vivenciava a Ditadura Militar, várias mudanças aconteceram em todos os setores da sociedade. No setor educacional, “surgiram movimentos de educação popular de ampla repercussão” (ARA-

NHA, 1996, p. 82) e para tentar solucionar os problemas do analfabetismo no Brasil, criou-se o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) o qual surgiu para minimizar os impactos desse problema educacional acumulado historicamente no país. De fato, a preocupação em alfabetizar tornou-se importante, para se criar uma consciência mais crítica em relação escola.

Neste sentido, em 1970, “o Estado cria uma escola pobre de cultura, tendo como finalidade a profissionalização e a busca de empregos para as classes menos favorecidas” (SILVA, 2012, p. 35). No final desta mesma década, a escola passa a ter uma nova visão a partir da pluralidade de discussões e opiniões acerca das novas aspirações em torno da educação.

Segundo, Damasceno (2010, p. 17, *apud* Mendes, 2012, p. 96) “as Legislações e reformas educacionais, em dados momentos históricos refletem a luta pela educação como direito”. Com a Constituição de 1988, o Brasil pode vivenciar vitórias em todos os setores, dentre eles, a educacional que vem preconizado no artigo 6º, e reafirmado no artigo 205 cap. III que a educação passa a ser um direito social, posto que, é um direito de extrema relevância do ser humano, conquistado através de reivindicações e lutas e, não um instrumento de bondade dos que detém o poder e atuam sempre em prol de seus próprios direitos e objetivos.

Na década de 1990, a educação deixa de ser somente um mecanismo para formação de força de trabalho como também de conhecimentos em virtudes das constantes mudanças, das novas tecnologias e da globalização. É evidente que a exigência de uma sociedade globalizada e competitiva, seja de profissionais qualificados e capacitados, porém, as oportunidades não são iguais para todos, sendo um diferencial para a entrada e permanência no mercado de trabalho.

Reformas, Avanços e Deficiências no Âmbito Educacional Brasileiro.

No dia 14 de novembro de 1930, com o Decreto Lei nº 19.444¹, teve-se a criação do Ministério da Educação e Cultura - MEC, o qual surgiu para gerenciar os processos educacionais do país. Ainda, em 1931, o governo provisório aprova decretos que organizam o ensino secundário e as universidades brasileiras ainda inexistentes, ficando conhecidos como

1 A instituição desenvolvia atividades impertinentes a vários Ministérios como saúde, educação e meio ambiente. Até então, os assuntos ligados á educação eram tratados pelo Departamento Nacional do Ensino, ligado ao Ministério da Justiça.

Reforma Francisco Campos².

O Ministro Raul Leitão da Cunha no ano de 1946 além de regulamentar o Ensino Primário e o Ensino Normal, também cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial -SENAC. Em 1953, o Ministério da Educação e Saúde Pública se modifica passando a ser chamado de Ministério da Educação e Cultura.

No dia 20 de dezembro de 1961, é sancionada a 1ª Lei de Diretrizes e Bases nº 4.024, a qual estabelecia que o ensino no Brasil pudesse ser ministrado tanto pelo setor público como pelo privado, em todos os níveis. No entanto, traz o incentivo ao crescimento das instituições privadas, direcionada ao momento econômico que a sociedade brasileira vivenciava, pois, como cita Simonsen (1996, p.222), “um dos defeitos da chamada tradição cultural brasileira é de sempre ter encarado a educação como um bem de consumo, muitas vezes até supérfluo, e não como matéria-prima básica de produção”.

Neste contexto, no dia 28 de novembro de 1968, ocorreu a Reforma Universitária Lei 5.540, o modelo organizacional único para as universidades públicas e privadas. Foi um avanço significativo, porém não alcançava a todos e ainda poderia ser visualizada como um mecanismo de dominação, direcionada apenas para atender à necessidade da indústria e não da população.

A LDB nº 5.692, sancionada em 11 de agosto de 1971, estabelecendo no Art. 21 (I e II), a educação escolar é composta da educação básica formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio e educação superior e os níveis da educação básica (creche ao ensino médio) passam a ser beneficiados por recursos federais. Em 1992 uma Lei Federal transformou Ministério da Educação e Desporto - MEC, o qual em 1995 passa a ser responsável apenas pela área da educação.

Com a Lei nº 9.394 é implantada no dia 20 de dezembro de 1996, o qual vem consolidar suas exigências, através de ações concretas do poder público, tendo como base uma educação básica de qualidade, com investimentos tanto na educação profissional quanto na superior, buscando estratégias que venham a assegurar o aluno na escola e, também ações que combatam as mazelas existentes que afetam o percurso do ensino-aprendizagem de qualidade.

2 A Reforma deu uma estrutura orgânica ao ensino secundário, comercial e superior. Estabeleceu definitivamente o currículo seriado, a frequência obrigatória, o ensino em dois ciclos: um fundamental, com duração de 5 anos e outro complementar, com 2 anos e, ainda exigência de habilitação neles para o ingresso ao ensino superior.

Fizemo-nos íntimos de nossos problemas, sobretudo de nossas causas e de seus efeitos, nem sempre iguais aos de outros espaços e de outros tempos, ao contrário, quase sempre diferentes, poderemos apresentar soluções para eles (NETTO, 2001, p. 9).

A escola diante das mudanças da sociedade precisa vincula-se a realidade social de cada aluno com suas potencialidades, fazendo com que o mesmo se sinta inserido e atuante no universo educacional.

Não é com essa escola, hoje mal preparada materialmente, sem equipamentos, sem adequado material didático, sem condições higiênicas sem vitalidade, sem verba, que poderemos ajudar o nosso educando a inserir-se no processo de democratização e de nosso desenvolvimento (FREIRE, 2001, p. 88).

Sobre a importância das reformas curriculares que atendam a real necessidade da população na atualidade, apesar das reformas e avanços, ainda persistem as deficiências no âmbito escolar, dentre eles, o analfabetismo, a evasão escolar, a constante reprovação, dentre outras.

O encara como uma “erva daninha” – daí a expressão corrente, “erradição do analfabetismo” – ora como uma “enfermidade” que passa de um a outro, quase por contágio, ora como uma “chaga” deprimente a ser “curada” e cujos índices, estampados nas estatísticas de organismos internacionais, dizem mal dos níveis de “civilização” de certas sociedades (FREIRE, 2001, p. 15).

O analfabetismo como problema social, limita-se a inserção social do indivíduo, causam transtornos, constrangimentos e faz com que o indivíduo se sinta inferior. Outro dado preocupante ainda seria a evasão e repetência escolar, como cita Gentili (2001, p. 61), “a qualidade do que é ensinado também tem a ver com a repetência e a desistência”, principalmente quando nos deparamos com um modelo educacional que não corresponde às expectativas, onde os profissionais, além de não receberem salários justos, ainda esbarram nos problemas existentes no sistema educacional, sem esquecer-se da falta de profissionalismo, a falta de dignidade dos profissionais da educação e melhoria da escola como um todo, almejando a partir deste contexto, o desenvolvimento de um espaço onde o indivíduo obtenha não somente qualificação e especialização como também os preparando para uma convivência social mais humana, dentro e fora

do âmbito educacional. A escola é um dos espaços onde há apropriação da cultura e de práticas sociais.

Constituição do Serviço Social no Brasil

O Serviço Social surge no Brasil a partir do processo de industrialização do país, na década de 30, momento em que a questão social passa a ser vista pelo governo como uma questão política, o que se dá a partir da pressão do operariado brasileiro que naquele momento já vivia sob exploração máxima da sua força de trabalho. Assim, pode-se afirmar que o Serviço Social surge das desigualdades sociais que dão origem a questão social:

É o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2007, p. 27).

Em conformidade a esta concepção, (Netto 2007, p. 17) frisa que, “a questão social é o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista”. Destaca-se que esta passa a fazer parte da cena política pela pressão da classe trabalhadora que exige do Estado uma intervenção com fins de garantir seus direitos.

No processo de desenvolvimento do Serviço Social brasileiro, conforme Iamamoto (2007, p.22) “é uma especialização do trabalho, uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo”, surgindo a partir da igreja católica, numa visão moral e de disciplinamento da força de trabalho. Nesse processo foi fundada a primeira escola em 1936, em São Paulo e em 1937 no Rio de Janeiro, o qual vinha atuar no contexto das relações de existência e de trabalho do proletariado industrial, o que perdura por longos anos.

Com o avanço do processo de industrialização no ano de 1943 é criado o Serviço Social da Indústria -SESI, tendo como objetivo de promover a integração e a solidariedade entre patrões e a classe trabalhadora. Podemos salientar que, essas instituições foram as primeiras incorporadas às teorias do Serviço Social, legitimando enquanto profissão baseando-se não apenas nas obras de caridade como na gênese de sua história, permeada por um aparato institucional, pondo em prática, as técnicas de caso e de grupo.

A prática profissional que tem operado as políticas sociais do Estado, caracterizada como uma ação profissional essencialmente burocrática, utilizando-se de velhos instrumentais; outra prática profissional emergente, que tenta colocar ligada aos movimentos populares. (SILVA, 1995, p. 15).

Em meados da década de 1960, em plena efervescência da ditadura militar no Brasil, eclode o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, sendo a base filantrópica questionada provocando a partir deste contexto, uma mudança em seu perfil, com reformulação teórica e prática em seus procedimentos utilizados e, ainda, questionando e criticando o capitalismo. Faleiros (2005, p. 22) ressalta que “para entender a Reconceituação não basta contrapor-se o novo ao velho Serviço Social, [...] é preciso ir aos fundamentos da Reconceituação como um paradigma crítico de análise e de estratégias socioprofissionais”.

Destaca-se, o Seminário realizado de Araxá (MG), organizado pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercambio de Serviços Sociais -CBCISS, ocorrido em 1967 que teve como pauta do debate às ações que se vinculassem a realidade brasileira, sendo considerado ponto fundamental para a reconceituação do Serviço Social brasileiro e produziu o Documento de Araxá. Para Netto (2001, p. 169) “o escopo do documento, todo ele, vai à direção desse “rompimento”, entendido aí como a ruptura com a exclusividade do “tradicionalismo”; realmente, não há rompimento: há a captura do “tradicional” sobre novas bases”. O autor afirma que embora a intenção do documento fosse romper com a atuação tradicional, percebe-se, porém que não rompeu definitivamente, mas, apenas adquiriu-se novas características na prática profissional.

Neste sentido, o Serviço Social, em 1970, começa a assumir uma perspectiva marxista, inicialmente expressa, sobretudo através da concepção das instituições como aparelhos ideológicos do Estado, surgindo um movimento, o qual negava a prática institucional e com maior ênfase na prática política. Com o seminário ocorrido em Teresópolis-RJ, analisa a metodologia do Serviço Social dentro da sociedade brasileira, assim como o de Sumaré-RJ ocorrido em 1978 e o do Auto da Boa Vista, em 1984. Estes seminários foram relevantes para o desenvolvimento de uma nova teoria e prática para a profissão, buscando novos conceitos em um processo de renovação que influenciou a massa da categoria profissional.

Com o “processo de redemocratização da sociedade brasileira, formaram o chão histórico para a transição para um Serviço Social renova-

do, através de um processo de ruptura teórica política” (TEIXEIRA, 2003, p. 194). Surge o III Congresso Brasileiro de Assistência Social (CBAS), denominado Congresso da Virada, esse foi o momento de ruptura da categoria com a ordem vigente, o que determinou uma mudança fundamental na profissão do Serviço Social, no trabalho dos assistentes sociais e na organização política da categoria.

O Serviço Social passa a produzir literaturas críticas, compreendendo o significativo real da profissão, como também valores, teorias que norteiam sua prática, rompendo com o tradicionalismo, tendo um amadurecimento político e ético, se comprometendo de fato, com a classe menos favorecida da sociedade, contribui-se com o debate crítico da maneira como o Serviço Social desenvolve sua participação no final da década de 70 e início de 80:

A consciência crítica da qual os agentes eram portadores e que se imaterializaram com a ruptura da alienação, com amplo assumir da contradição ensejada pelo Movimento de Reconceituação, intensificava-lhes o desejo e direcionava-lhes as ações no sentido de lutar continuamente por novas superações dialéticas (MARTINELLI, 2011, p.146).

Na década de 1980, as aspirações em torno da centralidade das políticas sociais e dos movimentos sociais, o Serviço Social se organizava também na construção de seu projeto profissional, fato este alcançado através da Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão do assistente social e de seu novo Código de Ética Profissional, passando a ter um novo ponto de ancoragem, construído com base nas alianças com a classe trabalhadora, um ponto de extrema relevância para a quebra da hegemonia do tradicionalismo.

Na perspectiva teórico-crítica adotada pelo Serviço Social que busca a politização e o acúmulo teórico, a sua vinculação com os movimentos populares, participação cívica e política no período que antecede o Golpe Militar de 1964, bem como na resistência à Ditadura e também no contexto que o Brasil vivenciava na década de 1980, em busca de sua redemocratização. Conforme Iamamoto (2008, p. 185), “foi este universo que presidiu a construção do novo Código de Ética profissional ora em vigor, como vem alicerçado o direcionamento do processo de formação profissional dos assistentes sociais”. É importante salientar que o novo Código de Ética agrega tanto compromisso profissional como também princípios

democráticos ligados aos direitos constitucionais fundamentais ao cidadão os quais são de suma importância para a construção de uma organização social, sem dominação, exploração de classes, gêneros e etnias, respeitando o pluralismo, tanto na sociedade como também no exercício profissional, frente aos dilemas impostos na atualidade.

Neste contexto, o assistente social “tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos” (IAMAMOTO, 2007, p. 21). De fato, o assistente social deve atuar de forma a romper com a perspectiva do trabalho meramente burocrático e cotidiano, passando a desenvolver estratégias de ações interventivas acerca do enfrentamento das desigualdades sociais e, atuando como mediador no enfrentamento das múltiplas expressões da questão social.

Nesse sentido, compreendeu-se que se fazia necessário, uma profunda revisão da formação profissional e um amplo processo de reavaliação do currículo vigente, a qual aconteceu a partir de encontros promovidos pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), em todo o Brasil. Nessa nova proposta de formação com base em um currículo mínimo para o curso de Serviço Social, foi elaborada e aprovada em Assembleia Nacional da ABEPSS e encaminhada ao Conselho Federal de Educação.

Assim, consolida-se o novo Projeto de Formação Profissional com base nas Diretrizes Curriculares da profissão, que se sustenta no tripé dos conhecimentos constituídos pelos núcleos que são os:

Fundamentos teórico-metodológico da vida social, fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e fundamento do trabalho profissional, posto que o objetivo do Serviço Social enquanto categoria é de preparar profissionais aptos para lidar com as contradições do presente, apresentadas pela ordem neoliberal e pelo neoconservadorismo (IAMAMOTO, 2007, p. 72).

Com a efetivação dos direitos sociais e ao enfrentamento das mazelas sociais produzidas pelo sistema capitalista em face às mudanças no cenário mundial, como o desemprego, o aprofundamento da desigualdade social, a globalização da economia, o aumento da exclusão social na sociedade, o neoliberalismo, causando assim, uma crescente precarização da qualidade de vida de vários segmentos da sociedade. Nessa perspectiva, os assistentes sociais:

São desafiados neste tempo de divisas, de gente cortada em suas possibilidades de trabalho e de obter meios de sobrevivência, ameaçada na própria vida. Tempo de crise, em que cresce o desemprego, o subemprego, a luta por meios para sobreviver no campo e na cidade (IAMAMOTO, 2007, p. 18).

Apesar das mudanças ocorridas no contexto sócio-histórico da profissão, o que se verifica é que este profissional encontra vários desafios em torno de sua relação de trabalho com os sujeitos que se encontram em vulnerabilidade social. No entanto, o compromisso com a definição dos direitos sociais renova e amplia a atuação do assistente social, através da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/93) e do novo Código de Ética (Resolução CFESS nº273/93) de 13/03/1993, na luta pela conquista da democracia e, pelos direitos de cidadania, liberdade, igualdade e justiça social, tornando-se parâmetros importantes na construção do Projeto Ético-Político.

[...] Pensar o Serviço Social na área da educação não como uma especulação sobre possibilidade de ampliação do mercado de trabalho, mas como uma reflexão de natureza política e profissional sobre a função social da profissão em relação às estratégias de luta pela conquista da cidadania, através da defesa dos direitos das políticas sociais. (ALMEIDA, 2003, p. 2).

Portanto, as perspectivas de atuação profissional do assistente social na escola, exigem novas habilidades e competências para compreender as particularidades que vem ocorrendo a cada momento, sendo que sua inserção no sistema educacional não é apenas mais um ramo de atuação e, sim uma necessidade de se intervir nas diferentes problemáticas existente no cotidiano dos alunos, dentro e fora do âmbito escolar. Para tanto, o assistente social, deve atuar baseado em seu Código de Ética, promovendo ações efetivas, o qual venha atender o aluno na sua integralidade, na efetivação e garantia de seus direitos enquanto cidadão.

Serviço social e escola

Acerca do contexto, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e o Conselho Regional do Serviço Social (CRESS), possibilitou a categoria um avanço importante na educação, advindo de Encontros Nacionais voltados para o Serviço Social na educação, onde se formaram Gru-

pos de Estudos e Trabalho sob a assessoria do Professor e Dr. Ney Luiz Almeida, especialista nesta temática juntamente com os demais representantes de cada região, onde foram elaborados os “subsídios para atuação dos assistentes sociais na política de Educação” e o “parecer sobre os projetos de lei que dispõe sobre a inserção do assistente social na educação”³ a fim de fundamentar e assegurar a importância deste profissional nas escolas públicas de educação básica, garantindo a assistência para minimizar as problemáticas sociais.

Desta maneira, foi por meio do parecer jurídico nº 23/2000 elaborado pela assessora jurídica do CFESS e aprovado em plenária em 02/11/2000, com o assunto “Implantação do Serviço Social nas Escolas de rede pública de Ensino Fundamental e Ensino Médio”, que normatiza o exercício profissional de acordo com as atribuições do assistente social, conforme, (CFESS 2001, p. 22) “a atribuição de analisar e diagnosticar as causas dos problemas sociais detectados em relação aos alunos, nas escolas frequentadas por estes, objetivando atuar nestas questões preventivamente, de forma a saná-las ou atenuá-las”⁴. De acordo com a autora, estes profissionais têm a possibilidade de orientar os alunos que se encontram em vulnerabilidade e risco social, encaminhando aos serviços públicos e assistenciais por meio de programas e projetos, o qual venha garantir tanto o acesso como também a permanência do aluno na escola.

Nesta circunstância, pode-se ainda acrescentar que através de seu caráter de cunho político-educativo, atua nas dimensões estruturais da realidade, o qual venha garantir dignidade não somente ao aluno como também para a família, minimizando a ideia de sujeito vulnerável que se iniciam a partir de normas seletivas que excluem ao invés de incluir.

Diante disso, o Código de Ética traz como um dos princípios fundamentais o “reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos (CFESS, 2012, p. 23)”⁵ e que deve ser baliza para o trabalho do assistente social no campo da educação e no âmbito escolar, tendo em vista sua compreensão crítica acerca das problemáticas vivenciadas na escola.

3 Documentos elaborados a partir de estudos realizados por Grupos de Estudos e Grupos de Trabalho no Conjunto CFESS e CRESS, desde 2000.

4 Anexo - Parecer aprovado em reunião plenária em 02/11/2000.

5 Código de Ética do/a Assistente Social (Lei nº 8662/93) – Conselho Federal de Serviço Social- CFESS. 10ª Edição Atualizada. Brasília, 2012

Portanto, o assistente social, contribui para o trabalho docente e pedagógico dos educadores, na orientação, supervisão e gestão escolar democrática e participativa, além de contribuir para o ciclo de discussão e efetivação das políticas públicas educacionais. Neste contexto, o trabalho do assistente social pode ser visualizado como um mecanismo que irá intervir nas diversas demandas encontradas no âmbito educacional e também nas relações familiares e sociais do aluno, com vistas a combater as desigualdades sociais e fomentar uma educação direcionada à cidadania.

Considerações finais

Partindo da proposta deste artigo conclui-se que os objetivos propostos, no que tange o estudo sobre as contribuições profissionais do assistente social na escola, percebeu-se a necessidade de compreender o espaço sócio educacional a partir da consolidação dos direitos sociais, enquanto profissional institucionalizado, num processo de reflexão, discussão e identificação a partir das demandas e perspectivas para o exercício mediante a formação teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo.

Neste sentido, as contribuições junto a equipe interdisciplinar nas ações e estratégias, no campo das políticas sócio assistenciais atuando por meio de uma visão crítica diante das problemáticas que os alunos vivenciam na escola e que, surgem no círculo social que estão inseridos, pois este profissional trabalha com o aluno além dos muros da escola, com base não somente nas políticas educacionais como também nos direitos que todo cidadão possui, e principalmente porque no interior da escola encontramos múltiplas expressões da questão social, com um público alvo em sua maioria constituído por sujeitos fragilizados, fruto das desigualdades sociais existentes no âmbito escolar, o que justifica a inserção do profissional do Serviço Social, que se insere neste espaço com o objetivo de receber e encaminhar essas demandas.

Mediante o exposto, é indispensável pontuar os problemas sociais enfrentados pelo assistente social no espaço educacional, enfatizando a contribuição feita pela identificação através dos fatores sociais, culturais e econômicos determinantes aos processos que afetam, e por fim, fortalecer a importância da hegemonia do projeto ético político no que se refere às lutas sociais por uma educação emancipadora, sendo este profissional dentro de suas competências e atribuições, balizado para realizar intervenções que possam contribuir na transformação social do aluno, contudo, mesmo

sendo o assistente social o profissional qualificado para fazer a leitura da realidade do aluno, este ainda encontrará limites para sua atuação no âmbito escolar.

Referências

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. O Serviço Social na Educação. Revista INSCRITA, nº6. Conselho Federal de Serviço Social, 2003.

_____. Apontamentos sobre a política de Educação no Brasil hoje e a inserção dos/as assistentes sociais. IN: CFESS. Subsídios para o debate sobre Serviço Social na Educação. Brasília: CFESS, 2011.

ARANHA, Maria Lúcia Arruda. História da educação. São Paulo: Moderna, 1996.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão n. 1 a 6/94.-Brasília: Senado Federal, Subsecretária de Edição Técnicas, 2008. Art. 6.

CFESS. Serviço Social na Educação. Grupo de estudos sobre o Serviço Social na Educação. Brasília: 2001.

CORTELLA, Mario Sérgio. A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos. 8ª ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004. (coleção prospectiva).

DAMASCENO, Chilrei Correia *et. al.* Serviço Social na educação: um olhar a partir daqueles que estão na formação profissional/ Cachoeira, Bahia: UFRB, 2012.

DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa. Campinas/SP. Ed. Autores Associados. 1996

FALEIROS, Vicente de Paula. Saber profissional e poder institucional. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FELDMANN, Marina Graziela. D'AGUA, Solange Vera Nunes de Lima. Escola e Inclusão Social: relato de experiência. In: FELDMANN, Marina Graziela (Org). Formação de Professores e Escola na Contemporaneidade. São Paulo: SENAC, 2009.

FREIRE, P. Ação cultural para a prática da liberdade e outros escritos. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GENTILI, P. (org.). Universidades na penumbra: neoliberalismo e reestruturação universidades na penumbra: neoliberalismo e reestruturação universitária. São Paulo: Cortez, 2001,

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, 2006, vol. 4, n. 50.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na contemporaneidade: Trabalho e formação profissional. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____; CARVALHO, Raul. Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. 6. ed. 4. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINELLI, Maria Lucia. Serviço Social: identidade e alienação. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In Serviço social e sociedade, nº 50. Ano XVII S P: Cortez, 1996.

_____. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64. São Paulo: Cortez, 2001.

PACHECO, Ricardo Gonçalves. Legislação Educacional. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

PAIVA, Eduardo Antônio Pedreira; ALMEIDA, Jonas da Silva. A educação reflexiva em uma escola de Feira de Santana. IN: SILVA, Marcela Mary José da. Serviço Social na educação: um olhar a partir daqueles que não estão na formação profissional. Cachoeira: UFRB, 2012.

PAIVA, José Maria de. Educação jesuítica no Brasil colonial. IN: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). 500 anos de educação no Brasil. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

PIANA, Maria Cristina. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SILVA, Marcela Mary José da Silva. Serviço Social na educação: Um olhar a partir daqueles que estão na formação profissional. Cachoeira, BA: UFRB, 2012, 1º edição.

SIMONSEN, Vera. A. Roberto. A formação da ideologia industrial no Brasil: limites e impasses. São Paulo: FFLCH/USP, 1996/ 2003.

TEIXEIRA, Anísio. Educação não é privilégio. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ,

TEIXEIRA, J. B. Serviço Social e projeto ético-político profissional no cenário atual. Belém: CRESS 1ª R. (mimeo), 2003.

O espaço da mulher nas atividades agrícolas e em feiras livres: da comunidade Francisca Mendes, município de Rio Preto da Eva – 2017

*Márcia do Carmo das Chagas de Castro Guimarães
Marluce de Amorim Filipe*

Introdução

A contribuição da mulher na agricultura familiar sempre foi no decorrer da história importante e sua inserção neste espaço significou uma coerência. Primeiro no aspecto familiar em acompanhar o marido e os filhos. Segundo na sensibilidade no sentido do desenvolvimento sustentável, com bases ecológica no que diz respeito aos modos de produção agrícolas a exemplo da economia solidária. Terceiro a busca da mulher pela sua autonomia no plantio e na venda dos produtos em feiras livres, do comércio informal.

Neste sentido, o presente tema do artigo sugere uma análise sobre o espaço ocupado por mulheres nas atividades agrícolas da Comunidade Francisca Mendes do Município de Rio Preto da Eva – 2017, na perspectiva de questionar: Como as mulheres da zona rural buscam o seu sustento? Que tipo de atividades desenvolvem no espaço rural, e como conseguem escoar a produção?

A metodologia adotada foi a pesquisa de campo, com base na pesquisa bibliográfica por meio da leitura de livros, artigos científicos, cartilhas e leis.

Neste sentido, o “empoderamento feminino” faz-se necessário, no aspecto da mulher diante dos estigmas e da desvalorização do trabalho feminino, romper com a ideia da submissão, garantindo maior interação nos ambientes construídos no mundo do trabalho rural, constituindo meios diante dos desafios da sociedade como o preconceito, dificuldades financeiras, na garantia dos direitos das mulheres. Assim como também, as perspectivas que seguem num compasso de protagonismo, liderança e autonomia.

Como ponto de partida na primeira seção encontram-se descrição sobre o Município de Rio Preto da Eva, seguido pela segunda seção a

contextualização sobre a mulher na agricultura, nas seguintes subseções: a dimensão do trabalho feminino no âmbito rural, o comércio informal e empreendedorismo feminino, na qual apontam-se os desafios e perspectivas encontrados tanto no contexto social, econômico e familiar. Sendo que, na terceira seção encontra-se a análise de dados da pesquisa.

Breve relato sobre o município de rio preto da eva

Definido o espaço

O Município de Rio Preto da Eva é um município brasileiro do Estado do Amazonas localizado na RMM¹, segundo a Revista *Aboré* (2007, p.6), relata que o Município possui uma população de aproximadamente 17.582 de habitantes, a partir do Censo Demográfico do IBGE (2000), com área de 5.813 km² representando 0.3701% do Estado, 0.1509% da Região e 0.0684% de todo o território brasileiro, com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), é 0.677, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000).

Os diversos pontos turísticos com balneários, cachoeiras, que são atrativos aos visitantes, meio de lazer, principalmente nos finais de semana e feriados, das pessoas oriundas de Manaus, Itacoatiara e Silves. A definição do nome Rio Preto da Eva, surgiu das águas escuras que banham o município e desembocam no Paraná da Eva.

Por ser considerado um Município turístico, a Prefeitura em parceria com o Governo do Estado do Amazonas juntamente com os órgãos (SEPROR, IDAM, ADAF, SEPA, ADS²), realizam eventos que ajudam a desenvolver e divulgar a produção agrícola, a piscicultura, entre outros programas e projetos de geração de renda ao pequeno produtor. Na festa da laranja, os agricultores e agricultoras aproveitam o evento para divulgar o trabalho e a colheita dos produtores, frisando principalmente o cultivo da laranja. Acontecem também outros eventos como o Carnaval, Aniversário do Município e a Festa de São Pedro, como a 1ª Feira de Piscicultura realizado no mês de março, Feira da banana e o Festival de Música Gospel, Feiras de produtos orgânicos, que movimentam a economia do Município, gerando renda aos produtores.

1 Região Metropolitana de Manaus.

2 Órgãos destinados ao investimento no campo rural: SEPROR- Secretaria de Estado de Produção Rural, IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal, ADAF- Agência de Defesa Agropecuária e florestal do Amazonas, SEPA- Secretaria Executiva de Pesca e Aquicultura do Amazonas, Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas.

Dados referentes a piscicultura indicam que o Município é um dos primeiro a nível de Brasil, pois o investimento neste setor é bem maior, pelo fato do recurso natural da água doce, proporcionando também interesse na construção de tanques para o cultivo dos principalmente dos seguintes peixes como: pirarucu (*arapaima gigas*), tambaqui(*colossoma macropomum*) e matrinxã (*brycon*), seguido pela agricultura com os produtos produzidos e vendidos como: banana, laranja, hortaliças, e outros, além da floricultura, que são de grande importância para movimentar a economia local.

Contextualização sobre a mulher na agricultura

A mulher na agricultura

Todo o processo histórico pelo qual a mulher encontra-se inserida constitui uma discussão de gênero sugeridos desde os primórdios da história, que sejam eles nas suas estruturas biológica, psicológica e social, considerando o ambiente familiar um dos principais ambientes em que a mulher culturalmente faz parte de maneira essencial.

Na idade da Pedra, quando a terra era comum a todos os membros do clã, o caráter rudimentar da pá, da enxada primitiva, limitava as possibilidades agrícolas: as forças femininas estavam na medida do trabalho exigido pelo cultivo dos jardins. Nessa divisão primitiva do trabalho, os dois sexos já constituem, até certo ponto, duas classes; entre elas há igualdade. Enquanto o homem caça e pesca, a mulher permanece no lar. Mas as tarefas domésticas comportam um trabalho produtivo : fabricação dos vasilhames, tecelagem, jardinagem, e com isso desempenha um papel importante na vida econômica (BEAUVIOR 1979, p.74).

Ao passo que, o ambiente rural para a mulher, encarado com a simplicidade do lar, de um lugar que por ser conceituado como espaço feminino, ao qual Beauvior (1979, p. 77) “descreve biologicamente, como os dois traços importantes, onde o primeiro é o fato da mulher ter um domínio sobre o mundo menor que o homem e o outro a submissão à espécie; seguem assim um valor diferente de acordo com o contexto econômico e social.”

Neste sentido, a mulher por gerações passou por estereótipos, sendo que, a imagem das mulheres mais pobres em suas atividades, dentro e fora do lar, constituem maior esforço físico e mental para então administrar o sustento da família e a educação dos filhos. No âmbito rural isso

ainda é muito frequente, pelo fato das condições econômicas e da disposição mulher em ajudar na agricultura familiar, retomando sempre ao papel tradicional:

As mulheres pobres não tinham outra escolha a não ser procurar garantir o sustento, [...], na enxada ao lado de irmãos, pais ou companheiros, fazia todo o trabalho considerado masculino, torrar paus, carregar feixes de lenha, cavoucar, semear, limpar a roça do mato e colher (DEL PRIORE 2004, p. 250).

Com relação a estas definições na zona rural isto amplia-se porque, além do cuidado com os filhos a agricultura exige conhecimento, dedicação e tempo. Principalmente ao conhecer as classificações da botânica, no momento em que a mulher passa a ser inserida num contexto de conhecimento eficaz através da sua classificação comercial para o consumo e venda das hortaliças, como por exemplo: os suportes onde colocam-se para fazer a sementeira, a proteção em caso de muita chuva ou sol, a irrigação, clima e época de plantio, preparo do solo e plantio, adubação e correção do solo, além disso, saber as principais doenças, pragas, os tratamentos culturais, como utilizar o inseticida, fungicida orgânicos que além de ser melhor para a saúde também tem por objetivo o uso mais prolongado da terra, com propriedades estáveis e sustentáveis.

Todo esse contexto faz parte do universo da mulher existentes nas atividades agrícolas, supostamente do trabalho manual de plantio, colheita e escolha dos melhores produtos para as vendas.

A dimensão do trabalho feminino no âmbito rural

As atividades de trabalho das mulheres na zona rural é amplamente destacado pelo espaço feminino definido pela forma como conduz : mãe, esposa e filha; pois nesta dimensão encontram-se uma vivência familiar num contexto de ser a dona do lar, a responsável pela cozinha, pelos afazeres domésticos, pelas crianças, enquanto o homem sendo o provedor da família traz o sustento ao lar.

Com a presença feminina na zona rural, busca-se compreender a diversidade de alimentos produzidos na:

Olericultura, termo técnico derivado do latim *oleris* significa hortaliça e colere, cultivar, referente a ciência aplicada. Quanto a classificação botânica das oleícolas plantadas encontram-se: cucurbitaceae (abóbora,

melancia, pepino), solanaceae (berinjela, pimentão, pimenta, tomate), brassicaceae (couve, couve-flor, repolho rúcula), alliaceae (alho, cebola, salsa, coentro) asteraceae (alface, chicória), chenopodiaceae (betraba, acelga, espinafre), fabaceae (vagem), convolvulaceae (batata-doce, madioquinha manteiga, macaxeira). O cultivo destes produtos vincula-se também a agricultura de subsistência que manteve-se na área rural por fazer parte do cotidiano das famílias, principalmente como alimentos orgânicos e saudáveis. (SENAR, 2012, p.22)

Constitui-se também como parte as políticas públicas voltadas ao incentivo as mulheres do campo, segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA e a Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais – DPMPR, criou-se a possibilidade das mulheres do campo através do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDR³, serem automaticamente asseguradas por meio do acesso à documentação civil básica, previdenciária e trabalhista, que são constantemente disponíveis através de mutirões itinerantes que percorrem todo o território nacional, como promoção principal aos direitos iguais a homens e mulheres.

Acerca das Declarações de Aptidões ao Pronaf - DAP, as mulheres tem acesso aos benefícios, aos cursos custeados pelo estado para promover a mulher rural com cursos de capacitação, na promoção aos direitos de chamamento público, desenvolvidos nas modalidades de redes, grupos produtivos de mulheres e feiras por meio do Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais- POPMR e a partir das demais assessoria como a Assistência Técnica e Extensão Rural para Mulher- ATER⁴, proporciona a mulher do campo maior efetivação dos direitos a utilizar por meio técnicos os recursos da terra com maior efetividade no trabalho do campo, evitando perder a produção.

Com relação as experiências a partir da economia solidária, afirma:

A Solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comercializar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre os iguais do contrato entre desiguais. Na cooperativa de produção, protótipo da empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela do capital, e por decorrência o mesmo direito de voto em todas as decisões. Este é o princípio básico. (SINGER, 2002, p.9)

3Os documentos adquiridos são: Carteira de Identidade, Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), Carteira de Trabalho, Inscrição para benefícios previdenciários, Inscrição no CadÚnico, Inscrição para Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), Registro para acesso à Carteira de Pescadora.

4 Necessário no Fomento da Mulher, com apoio aos créditos de instalação e na elaboração de projetos com investimento no campo.

O propósito da economia solidária é a igualdade social, onde todos passam a ser partícipes de todo o processo, diminuindo assim a desigualdade tão desenfreada no capitalismo.

No rastro deste pensamento, surge a discussão sobre a precarização do trabalho, na qual, contextualiza-se:

O exemplo das cooperativas talvez seja mais eloquente, uma vez que em sua origem elas nasceram da classe operária contra o desemprego e o despotismo do trabalho. Hoje contrariamente, os capitais vêm criando falsas cooperativas, como forma de precarizar ainda mais os direitos do trabalho (ANTUNES, 2002, p. 108).

Neste contexto, o aspecto do mercado de trabalho competitivo, seja no campo como na cidade intensifica-se a melhoria na qualidade da produção, propositalmente requerendo maior conhecimento e qualificação dos produtores rurais, onde a mulher encontra-se inserida, sem interromper o acesso as melhorias conquistadas e a capacidade de construir a autonomia financeira.

Análise de dados da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida com as mulheres agricultoras e moradoras da Comunidade Francisca Mendes, localizada no Município de Rio Preto da Eva, Estado do Amazonas. A metodologia utilizada durante o estudo, foi a base da coleta de dados, realizada através do levantamento bibliográfico para fundamentar a pesquisa e em seguida por um questionário elaborado por meio de uma pesquisa através de coleta direta com questões do tipo fechadas e abertas, com o intuito de responder as alternativas das respostas escolhidas para melhor apresentar o ponto de vista dos entrevistados e ao apresentar perguntas abertas com o objetivo de conhecer as mulheres que moram nesta comunidade intensificando seu papel como precursora no campo da agricultura familiar, dando ênfase ao empreendedorismo feminino.

Durante a pesquisa, na modalidade quantitativa e qualitativa por meio de amostragens no uso de gráficos com o objetivo trazer a teoria do assunto a respeito do que os entrevistados pensam sobre o tema pesquisado.

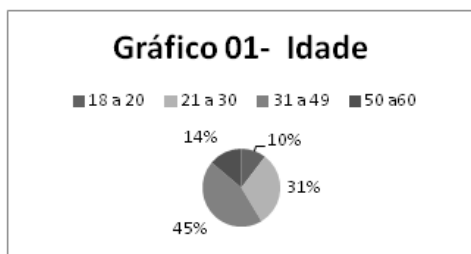
Após a coleta dos dados sob a forma de categoria, tabulação e processamento eletrônico por meio do programa Microsoft Office Excel 2010, os procedimentos metodológicos efetuado por meio do banco de da-

dos, foi elaborado por análise e interpretação de dados estatísticos descritivos com base nos objetivos traçados com referência no espaço ocupado por mulheres nas atividades agrícolas da Comunidade Francisca Mendes do Município de Rio Preto da Eva – 2017, destinados a mulheres agricultoras até 60 anos.

Os documentos analisados resultam na pesquisa realizada na Comunidade, dia 20 de agosto de 2017, no quantitativo de 30 mulheres que trabalham na zona rural a fim de fazer um levantamento quanto ao papel social da mulher tanto nos trabalhos rurais como nas feiras livres da região.

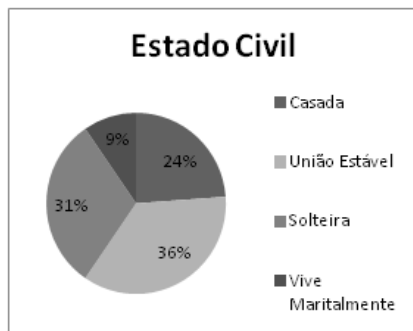
Baseado em um questionário com 10 perguntas fechadas e abertas. Sendo que, houve uma conversação inicial no aspecto da relevância do estudo realizado.

Conforme a primeira pergunta, obtivemos as idades das mulheres entrevistadas, cerca de 45% entre 31 a 49 anos.



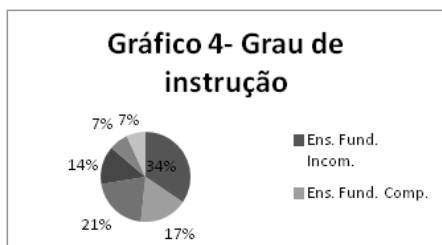
Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

No gráfico 2, dando continuidade foi perguntado sobre o estado civil, as mulheres com 36% em situação de união estável.



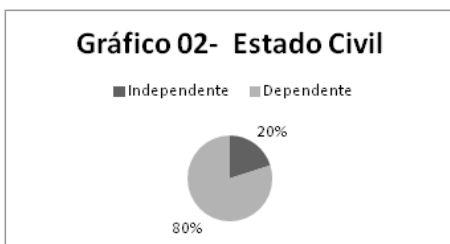
Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

Com base na terceira pergunta, sobre o grau de instrução foram detectados 34%, de mulheres com ensino fundamental incompleto. Sendo que, a educação ainda é uma das limitações de muitas mulheres que buscam nos cursos técnicos mais qualificação profissional, como o exemplo dos cursos oferecidos para as mulheres no campo da agroecologia.



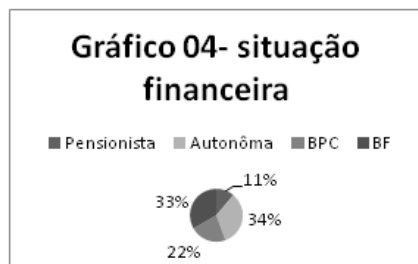
Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

Dando continuidade, na quarta pergunta, condições financeiras, na qual as mulheres ainda consideradas dependentes de seus maridos, com 80%.



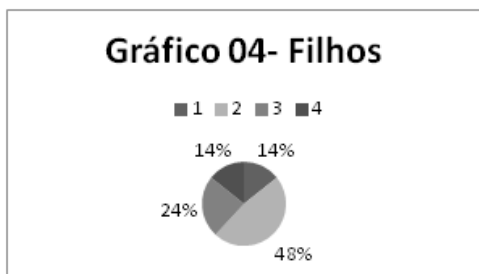
Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

Na pergunta a partir da situação financeira, quanto aos benefícios foi detectado, que 33% das mulheres possuem benefícios como o Bolsa Família, com uma contribuição do homem ainda como provedor do lar. Sendo que, a mulher busca também sua autonomia financeira.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

Quanto aos filhos, foi constatado que quase todas as mulheres têm filhos, cerca de 48% possuem 2 filhos.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

As duas últimas perguntas serviram como base nas dificuldades e desafios encontrados no escoamento dos produtos. Das respostas subjetivas coletadas foram propostos: Quais os produtos produzidos e como é feito o escoamento desses produtos?

Ao responder à pergunta sobre os produtos destacam-se todas as mulheres que plantam os alimentos como: banana, jerimum, macaxeira, mamão, farinha, assim como: flores, plantas ornamentais, e entre outras.

Em seguida, foi perguntado sobre o escoamento da produção encontram-se poucas mulheres, devido a dificuldade do trajeto e ao meio de transporte. Dessa forma, encontram-se as mulheres que se unem a uma Cooperativa juntamente com seus maridos, vizinhos, amigos e parentes, com a licença para venderem produtos orgânicos, disponibilizados através dos cursos realizados no Rio Preto por meio do PRONATEC⁵ e SENAR⁶, numa maneira de incluir as mulheres nas vendas e ajudar a todos os produtores. Há também aquelas independentes com veículos próprios e tem a possibilidades de trazer seus produtos para Manaus, como é o caso de uma senhora e sua filha que foram entrevistadas e conseguem vender seus produtos no Shopping Sumaúma, Feira do ASA, e entre outros locais.

⁵ Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

⁶ Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.



[https://www.facebook.com/ACAUFLAJU/Comunidade Francisca Mendes](https://www.facebook.com/ACAUFLAJU/Comunidade_Francisca_Mendes)

Discussão de resultados

Com a elaboração do questionário como síntese a fim de definir através dos resultados obtidos possíveis sugestões as futuras pesquisas e investigações sinalizando obter melhorias no conhecimento científico, destacando-se também, as limitações e dificuldades encontradas ao elaborar a pesquisa.

De acordo com os dados coletados e apresentados o resultado foi satisfatório, no que diz respeito ao critério adotado quanto a análise sobre o espaço da mulher que vive na zona rural e o espaço que busca com a venda de seus produtos como alimentos. Porém, quando aponta-se aos aspectos da promoção da mulher no acesso aos direitos e garantias para utilizar em benefício ao crescimento humano, não somente atender as necessidades básicas, mais as necessidades humanas direito a cidadania, direito a estar integrada a uma política que funcione com acesso aos programas que venham contribuir para melhoria no apoio as produções e qualificação pessoal e profissional.



<https://www.facebook.com/ACAUFLAJU/Comunidade Francisca Mendes>

Considerações gerais

A partir da análise feita sobre o espaço ocupado por mulheres na zona rural do Município de Rio Preto da Eva, constatou-se mais um campo de atuação da mulher, que tanto plantio, colheita e venda dos alimentos, a mulher atua junto ao seu companheiro que na maioria das vezes a constituição familiar faz parte das suas prioridades.

Dando-se importância a mulher na agricultura, numa discussão por meio dos espaços de conquista e da participação ativa na agricultura familiar, no decorrer da história, na sustentabilidade econômica e financeira. Consequentemente apresentam-se as dificuldades sobrepõe quase sempre pela falta de recursos próprio, de maior promoção humana e melhoria, como principalmente na falta de acesso a educação profissional com qualidade, pois constatou-se um grande número de mulheres sem ensino superior, o que mostra que a efetivação das técnicas ensinadas nos cursos técnicos seriam muito mais aproveitados e utilizados nas suas atividades agrícolas, se acompanhassem todo o processo de conhecimento intelectual proporcionado pelas universidades, onde é difícil dizer que infelizmente, as mulheres do campo não tem formação suficiente até mesmo garantir o aumento da renda familiar.

As políticas públicas que visam a garantia dos direitos como documentos que auxiliam as mulheres nesta busca pela sua autonomia como a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP, que pode ser conjunta, única feminina, única masculina, dando possibilidade a sua inserção na economia; tendem a contribuir, mas observa-se falta do investimento na orientação ao que realmente são direitos.

Sendo assim, o setor agrícola ainda, comporta um dos meios de sobrevivência humana, e busca-se na equidade social por meio da econo-

mia solidária alternativas conjunturais que encontram entraves, na classificação da sociedade frente ao sistema capitalista com desafios e possibilidades ao enfrentar a discriminação, o preconceito e as desigualdades sociais.

Referências

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez /UNICAMP, 1995, 8 ed. 2002.

Brasil. Constituição (1998). Constituição da República Federativa do Brasil. Imprensa Oficial, São Paulo, 2004.

Brasília. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Política Públicas para Mulheres Rurais no Brasil. Conferência Nacional. Disponível no Site: www.mda.gov.br.

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. 3.ed. Rio de Janeiro, RJ: NOVA FRONTEIRA, (1980)

DEL PRIORE, Mary. Conversas e histórias de mulher, ed São Paulo, planeta 2013

DEL PRIORE, Mary. História das mulheres no Brasil. 7 edição - São Paulo: Contexto, 2004. <https://www.facebook.com/ACAUFLAJU/ComunidadeFranciscaMendes>. Acessado em 26 de novembro de 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. 6. ed. 4. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

SENAR, Brasília. Hortaliças: cultivo de hortaliças raízes, tubérculos, rizomas e bolbos. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, Coleção SENAR, 2012.

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária, 1 edição -São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

Revista Eletrônica Aboré - Publicação da Escola Superior de Artes e Turismo Manaus - Edição 03/2007 ISSN 1980-6930

Projeto Escolas na Ilha do Campeche: Educação Patrimonial na formação de conceitos e noções de alunos sobre patrimônio cultural

Mariane Júlia dos Santos

A ilha do Campeche localiza-se a 1,4 km da praia do Campeche na costa sudeste da Ilha de Santa Catarina¹. É bastante circundada por costões rochosos, constituídos por rochas como granito e diabásio negro² (DA ROS, 2003), as quais serviram como suporte para as 167 gravuras rupestres lá existentes e também para suas oficinas líticas. Esses vestígios apontam para a ocorrência das primeiras ocupações humanas do local remontando ao período pré-cabralino³. A Ilha do Campeche possui a maior concentração de petroglifos⁴ do litoral brasileiro, os quais estão dispostos em dez sítios arqueológicos⁵ (COMERLATO, 2005).

Desde o ano 2000 é considerada patrimônio arqueológico e paisagístico nacional, por meio de processo de tombamento realizado pela 11ª Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - (IPHAN) em Santa Catarina. A patrimonialização da Ilha do Campeche se deu de acordo com a necessidade alarmante de preservação e proteção de suas paisagens, incluindo sua fauna, flora e sítios arqueológicos (SANTOS, 2014). O turismo que vinha sendo exercido de forma intensiva e desregulamentada anunciava a degradação local irreversível, sobretudo no que concerne aos sítios arqueológicos. Sendo assim, o Dossiê IPHAN de 1998 deu início ao seu processo de tombamento da Ilha do Campeche.

Atualmente a Ilha encontra-se fortemente marcada pelo turismo, que se dá especialmente durante a alta temporada turística⁶, porém está aberta à visitação durante todo o ano. Devido à regulamentação decorrente da patrimonialização, para se visitar a Ilha do Campeche paga-se o valor do

1 Cidade de Florianópolis.

2 Tipo específico de rocha.

3 Correspondente ao período anterior à chegada de Pedro Álvares Cabral em terras brasileiras.

4 Petroglifos (ou gravuras rupestres) são gravações de imagens geometrizadas, representações simbólicas e grafismos feitas em paredes rochosas ou cavernas por populações pré-coloniais.

5 São denominados: Ferro Elétrico; Pedra Preta do Norte; Pedra Fincada; Saco do Rosa; Conforto; Letreiro; Pedra Preta do Sul; Lageado e Triste (COMERLATO, 2005)

6 Ocorrida entre os meses de novembro e março.

transporte que leva os turistas ao local. As embarcações partem de diferentes pontos⁷, variando também seus valores e tempo de percurso.

Os turistas podem realizar trilhas terrestres que conduzem aos sítios arqueológicos de gravuras rupestres e também trilhas subaquáticas. Em ambas são cobradas taxas específicas e são realizadas somente com o acompanhamento de monitores locais, os quais são considerados “guardiões” desse patrimônio (SANTOS, 2014). Por se tratar de um bem patrimonial tombado há uma série de medidas a serem cumpridas, envolvendo, por exemplo, o controle do contingente diário de visitantes. A gestão da Ilha do Campeche é coordenada pelo IPHAN com apoio do Ministério Público Federal e outras instituições públicas, contando também com a participação de diversos grupos civis envolvidos (RELATÓRIO, 2016).

Um dos desdobramentos da patrimonialização se constitui no distanciamento das comunidades locais ao bem patrimonial em questão. Trata-se de uma das consequências dos aparatos burocráticos que regem um patrimônio tombado, porém que podem ser repensados e contornados por meio de medidas e precauções pertinentes, como é o caso de ações educativas que visem à reaproximação dos sujeitos com o bem cultural que lhes pertence. Um dos exemplos dessas iniciativas são ações educacionais como o “Projeto Escolas na Ilha do Campeche”, que é realizado pelo IPHAN em parceria com o Instituto Ilha do Campeche (IIC) e consiste numa medida de educação patrimonial pensada e elaborada no ano de 2006 pela 11ª Superintendência do IPHAN/SC, porém, iniciou, de fato, em 2012. Diante da ideia de se trabalhar com jovens, sobretudo crianças, e com a possibilidade de parceria com escolas da rede pública de ensino de Florianópolis, seu desenvolvimento pareceu viável, tornando-se efetivo. Desde então, estabeleceu-se parceria com a Escola Básica Municipal Dilma Lúcia dos Santos⁸, na qual se optou por trabalhar o “Projeto Escolas” com turmas de alunos dos 6ºs anos do Ensino Fundamental.

De acordo com Duarte e Delgado (2015), a referida instituição de ensino vem realizando, nos últimos anos, importantes ações educacionais e projetos relacionando o ambiente escolar, o meio acadêmico e as comunidades do sul da Ilha de Santa Catarina. Trata-se de iniciativas de educação patrimonial envolvendo o patrimônio histórico e arqueológico local e incluindo a Ilha do Campeche. Desse modo, os estudantes ao parti-

⁷ Embarcações provenientes do trapiche da Praia da Armação do Pântano do Sul, Barra da Lagoa e botes infláveis da Praia do Campeche.

⁸ Localizada em ao Sul da Ilha de Santa Catarina (Florianópolis), no bairro da Armação do Pântano do Sul.

cuparem do “Projeto Escolas” já se encontram familiarizados com práticas educacionais voltadas para o estudo do patrimônio cultural. Esse fato leva a pensar que as noções e concepções desses sujeitos acerca do que é patrimônio já vêm sendo desenvolvidas e construídas processualmente no decorrer de suas vidas, especialmente no âmbito escolar.

Na página oficial do IPHAN/SC⁹ constam informações pertinentes ao “Projeto Escolas na Ilha do Campeche”, explicando que trata-se de uma interação de ação educativa composta por três etapas: palestra aos alunos sobre bens patrimoniais locais e cultura local; visitação à Ilha do Campeche e, por fim, elaboração de trabalhos interdisciplinares pelas turmas de alunos participantes, tendo o patrimônio visitado como eixo temático norteador. De acordo com a página oficial do IPHAN, o objetivo desta prática é:

[...] proporcionar aos alunos e professores uma experiência de ensino-aprendizagem que busca fortalecer as relações afetivas dos alunos com a Ilha, favorecendo o potencial multiplicador que eles podem ter como agentes de preservação desse patrimônio cultural.

No “Projeto Escolas” o IPHAN apresenta aos alunos o conceito oficial e institucional de patrimônio. Explica-se no que consiste o tombamento e no que implica a patrimonialização de um bem. Do mesmo modo, discorre-se sobre o significado da sigla IPHAN e as funções da Instituição quanto aos bens culturais e patrimoniais a nível nacional. São problematizadas, junto aos alunos, as noções de patrimônio cultural e arqueológico. Essa abordagem é importante para que possam desenvolver seus próprios conceitos sobre bens patrimoniais e as políticas protetivas que os regem mediante reflexão e questionamento. O acesso a essas informações de forma didática pelo Projeto aos estudantes pode culminar em novas ideias, olhares, conceitos e no desenvolvimento de senso crítico desses sujeitos sobre si mesmos e sobre o espaço em que vivem. Mais do que informar, é preciso apresentar o patrimônio aos estudantes por meio de uma linguagem acessível à faixa etária dos mesmos (no caso, entre 11 e 12 anos de idade) e promover uma reflexão que permita que se sintam a ele conectados e responsáveis por sua proteção e preservação.

Nesse trâmite, os conceitos dos sujeitos que envolvem o patrimô-

9 Disponível em: << <http://portal.iphan.gov.br/sc/noticias/detalhes/3863/iphan-santa-catarina-realiza-o-projeto-escolas-na-ilha-do-campeche>>>. Acesso em 20. ag.2018.

nio precisam ser ouvidos e, assim, compreendidos e considerados nos modos de se pensar e se fazer educação patrimonial. Ou seja, é preciso considerar as concepções de patrimônio dos alunos como tão ou mais importantes que os conceitos patrimoniais institucionais apresentados pelo IPHAN aos estudantes no decorrer do Projeto. Correspondem aos modos de pensar e interagir bens patrimoniais, os quais estão sendo construídos, desenvolvidos por cidadãos em formação. Faz parte da cidadania que lhes é inerente e o conceito de cidadania passa pela posse do patrimônio público. Portanto, ser cidadão e pertencer a uma nação implica imbuir-se de um passado tangível, o qual se materializa na figura do patrimônio (FERREIRA, 2009). Em suma, a relação construída entre os sujeitos e os bens patrimoniais, como é o caso da Ilha do Campeche e seu patrimônio arqueológico e paisagístico encontra-se diretamente ligada ao exercício da cidadania.

De acordo com Delgado (2008), o termo patrimônio designa o conjunto de bens de valor cultural, legalmente protegidos pelo Estado, o qual, em nome do interesse público zela para que estes sejam preservados, protegidos, e legados às gerações posteriores. Em sua condição de representarem a nação são considerados propriedades de todos os cidadãos (DELGADO, 2008). Nesse sentido, os patrimônios tratados por meio da educação patrimonial são apresentados ao público alvo como bens que pertencem inerentemente a tais sujeitos, fortalecendo a condição de se constituírem em herança de um passado. Uma vez que se compreenda o grau de proximidade e pertencimento dos bens patrimoniais aos cidadãos, passa-se a compreender que há um elo entre ambos, o qual gera certos compromissos. O patrimônio é de todos, para todos e isso implica em responsabilidade acerca de sua preservação e proteção. Nessas condições, a educação patrimonial serve como ferramenta de auxílio na construção da relação dos sujeitos com esses bens. É ela que conduz a reflexão acerca das especificidades, valores, importância, finitude, dentre outras particularidades que regem o patrimônio cultural.

A visita das turmas de alunos participantes à Ilha do Campeche é o ponto máximo da realização do Projeto Escolas, pois se constitui no meio mais prático para que estes sujeitos tirem suas próprias conclusões a respeito, sobretudo, de acordo com sua condição de patrimônio. Essa etapa do Projeto se constitui em uma atividade que proporciona um novo sentido aos saberes adquiridos sobre esse lugar no decorrer de suas vidas e aos conhecimentos teóricos aprendidos nas etapas anteriores do mesmo Projeto.

A singularidade do patrimônio e a importância de sua proteção e preservação na medida em que são enfatizadas pela educação patrimonial passam a ser especialmente compreendidas por esses sujeitos ao conhecerem a Ilha do Campeche. Na medida em que se tornam “próximos” do patrimônio ele vai se tornando concreto e tangível. O que antes era imaginado, agora se torna “real”, “tocável” e é fundamental no processo de desenvolvimento de novos olhares e na construção de seus próprios conceitos acerca do que é patrimônio.

A educação patrimonial estabelecida pelo “Projeto Escolas” busca contribuir para o entendimento e apropriação dos alunos sobre a Ilha do Campeche, para que tenham conhecimentos específicos sobre esse patrimônio, mas que possam, sobretudo, estabelecer relações identitárias com esse bem na condição de membros das comunidades do seu entorno, como cidadãos (SANTOS, 2018). Uma ação educacional voltada para o patrimônio cultural visa o desenvolvimento de pertencimento e proximidade do público alvo com esse dado local, de acordo inclusive com os pressupostos desses sujeitos, com seus olhares acerca desses bens.

Foi aplicado nesta pesquisa um questionário investigativo às turmas de alunos da Escola Dilma Lúcia, participantes do “Projeto Escolas” no ano de 2016, totalizando 51 questionários. Dentre as 6 questões aplicadas, me utilizo da última: “De quem é a Ilha do Campeche?” para analisar noções e conceitos de patrimônio por parte dos alunos, os quais são os sujeitos desta pesquisa. As narrativas provenientes percorrem seus conceitos, olhares, percepções, emoções, sentidos, noções, interesses e identificação em relação aos bens patrimoniais, sobretudo, ao patrimônio que se constitui como foco do projeto de educação patrimonial em que participaram. Afirmativas, tais como, “a Ilha do Campeche é de todos nós” ou “é da comunidade” foram as que mais prevalecem entre as respostas, ocorrendo treze vezes num total de quarenta respostas. Ao responderem que “a Ilha é da prefeitura” é possível perceber novamente a apropriação do patrimônio como algo referente à esfera pública, assemelhando-se às respostas anteriormente citadas.

Suas narrativas apontam também para noções de patrimônio que podem simbolizá-lo como algo “intocável” ou que não cabe na categoria de propriedade privada, como é o caso da resposta dada por S. M. O¹⁰: “Eu aprendi que na Ilha não pode ter moradores porque ela é um patrimô-

10 São utilizadas abreviações dos nomes de modo a proteger a identidade dos sujeitos da pesquisa.

nio.” Essa afirmativa denota a percepção do sujeito de que patrimônio não é algo privado, mas sim que pertence à coletividade social. Já T. S. afirma que “A Ilha é de todos, mas principalmente dos quatis¹¹”.

É preciso refletir sobre os sentidos que esses alunos dão ao passado no presente. O patrimônio cultural precisa ser reconhecido por seus valores no tempo presente, mas representando seu próprio tempo. Ele representa a cultura, as técnicas do seu contexto de produção (MOSER, 2014). Assim, patrimônio cultural só o é pela atribuição de valores ao ontem a partir do hoje, o reconhecimento de seus preceitos e importância na atualidade. Para isso é preciso estabelecer uma leitura dos objetos do passado no presente, uma reflexão que leva a uma conexão entre diferentes tempos num mesmo espaço e isso se dá mediante um processo educacional voltado aos bens patrimoniais e culturais.

Por meio das narrativas dos estudantes, é possível notar que há entre eles uma alegação da concepção de patrimônio como algo que legalmente visa ser protegido, mas, ao mesmo tempo, requer mecanismos de controle para que isso se opere, de acordo com uma política de patrimonialização vigente. Essas evidências são encontradas em respostas como: “Eu aprendi que o patrimônio é tipo um protetor de antiguidades [...]” (L. M. O.). A mesma afirma que: “Em si, a Ilha é de todos, mas com a proteção do patrimônio arqueológico ela pode ser visitada por certo preço”, o que evidencia seu olhar sobre as burocracias que regem esse bem patrimonial e visam garantir sua salvaguarda e proteção, ainda que as perceba de maneira menos complexa.

Bastos (2003) defende que não há preservação do patrimônio arqueológico sem que a comunidade participe e ela só é possível de modo processual, por meio da aproximação, conhecimento e identificação dos sujeitos com esse bem. É preciso considerar os conceitos das comunidades locais sobre o que é para elas patrimônio, como se dá essa relação e a partir daí promover medidas que repercutam na proteção e preservação do bem patrimonial, contando com a participação desses sujeitos. Não se pode esperar desenvolvimento de consciência por parte de outros, como turistas, por exemplo, se não houver esforços para que isso se dê primeiramente nas localidades do entorno. Desse modo, as iniciativas de educação patrimonial

11 Animais que habitam a Ilha do Campeche desde que foram inseridos ao local na década de 1940 para fins de caça por parte da antiga Associação de Caça, Pesca e Tiro da Ilha do Campeche. Os alunos demonstraram bastante interesse e simpatia por esses animais durante a visita à Ilha e também nas narrativas dos questionários.

devem antes atender àqueles que pertencem ao referido lugar. É importante considerar que todos os sujeitos e órgãos ligados à Ilha do Campeche se fazem importantes pilares no que tange à interpretação de seu patrimônio e sua preservação (SANTOS, 2014). Os sujeitos participantes do “Projeto Escolas” não fogem a essa “regra” na condição de conhecedores e detentores desse bem patrimonial, já que fazem parte das comunidades locais.

É possível considerar que alguns alunos interpretam o patrimônio arqueológico da Ilha do Campeche como sinônimo de antiguidade, raridade e algo que necessita de cuidados especiais, dentre eles, que se evite tocá-lo a fim de evitar sua deterioração, o que pode ser percebido na seguinte afirmativa: “Falaram que quando se encosta nessa pedra¹², ela some”. Esse aluno, possivelmente estava se referindo aos riscos de deterioração dos painéis rupestres por meio da intervenção antrópica¹³ e, consequentemente, o desaparecimento da gravura, conforme as explicações dadas pelos monitores durante a visitação aos sítios arqueológicos. Sua narrativa evidencia o que aprendeu e assimilou a respeito e sobre suas lembranças acerca do patrimônio arqueológico visitado.

Um dos resultados da vivência do “Projeto Escolas” é o desenvolvimento de identificação e consciência dos educandos acerca do que é patrimônio. É válido lembrar que esses fins consistem em pretensões inerentes a esse tipo de iniciativa educacional. A educação patrimonial não pode garantir que um bem cultural seja mantido para e pelas próximas gerações. Entretanto, é preciso se utilizar mecanismos que possibilitem essa reflexão nos sujeitos, a fim de que se desenvolva uma preocupação e culmine em zelo ao patrimônio por parte dos cidadãos. Isso só se dá por meio da compreensão dos sujeitos quanto à importância na história local associada à singularidade dos bens patrimoniais.

Esse momento de reflexão e desenvolvimento acerca das relações estabelecidas com os bens patrimoniais parece marcar a trajetória estudantil e pessoal dos alunos, o que acentua o nível de importância de ações educacionais como o “Projeto Escolas” na contribuição de formação dos sujeitos. A experiência de visitação ao patrimônio estudado proporciona novos olhares desses sujeitos para com a escola, os professores e demais colegas e também consigo mesmos. O que fica da visita é o sentido atribuído a ela e

12 Refere-se à uma gravura rupestre específica, denominada popularmente de “máscara gêmea” produzida em um suporte de granito. Pertence ao sítio arqueológico Letreiro. É o grafismo rupestre mais famoso da Ilha do Campeche.

13 Proveniente de ações humanas.

representado em suas narrativas. Ou seja, não é a coisa em si, o patrimônio ou a saída de estudos à Ilha, mas sim, a construção da relação que está sendo por eles narrada e descrita nos questionários (SANTOS, 2018).

Ao dissertarem sobre o patrimônio arqueológico visitado comumente o descrevem como “pedras de antigamente” feitas por “povos de antigamente”. É notável a concordância entre os alunos sobre tal patrimônio ter sido produzido em um passado longínquo. Suas respostas evidenciam noções de temporalidade numa perspectiva de longa duração. É bastante representativo para a educação patrimonial que os educandos concebiam esse bem de acordo com suas condições de finitude e singularidade, as quais estão ligadas principalmente à temporalidade. Dessa forma, seja relacionado a um bem de um século ou de mais de um milênio, o que importa é se considerar que há aí o desenvolvimento de uma consciência pelos sujeitos acerca da necessidade de proteção e preservação do que é classificado como patrimônio, evidenciando suas concepções sobre tais bens (SANTOS, 2018).

Ainda que a educação formal tenha sua prática centralizada na instituição escolar, a qual é por excelência o espaço do saber sistematizado, a educação consiste numa prática social constante, complexa e multifacetada, podendo ocorrer além do ambiente escolar. Desse modo, a educação ocorre em outras instâncias culturais como na família, bairro, vizinhança, por meio da internet, cinema ou televisão (ARAÚJO, 2017). Diante dessa premissa, é possível afirmar que a educação voltada a esse bem patrimonial se faz constantemente, nos diferentes espaços, mediante as narrativas e ensinamentos advindos dos diferentes sujeitos e dos variados meios de comunicação. Portanto, essa configuração dos conceitos e relações com o patrimônio não pode ser delegado somente à educação patrimonial exercida. Então, é preciso considerar também as demais fontes de conhecimentos pelas quais os alunos conheceram indiretamente a Ilha do Campeche, especialmente anteriormente à participação dos mesmos no “Projeto Escolas”.

De acordo com as respostas do questionário, entre as fontes que proporcionaram aos estudantes prévios conhecimentos sobre a Ilha do Campeche, a mais recorrente foi a oralidade. Por meio do diálogo com seus parentes, familiares ou conhecidos, os alunos ouviram relatos sobre esse lugar e seu patrimônio arqueológico e paisagístico. O segundo maior meio de obtenção dessas informações apontado pelos estudantes foi a internet. Nesse ranking, posteriormente vem a escola, abarcando o “Projeto Escolas”

e professores. Apenas dois alunos apontaram a televisão como fonte de seus conhecimentos prévios acerca do tema. Nenhum deles considerou os livros como fontes responsáveis pelos saberes adquiridos sobre o bem patrimonial em questão. É preciso considerar que todas essas fontes de saberes contribuem para a construção do conceito de patrimônio os sujeitos no decorrer de suas vidas.

As narrativas em questão permitiram conhecer as concepções e aspectos identitários dos participantes do “Projeto Escolas” em relação ao patrimonial cultural. Suas respostas apontam para uma compreensão quanto a existência dos bens patrimoniais para além do espaço visitado, bem como o entendimento dos educandos sobre o que é patrimônio. É possível afirmar por meio de suas narrativas, que tais sujeitos, percebem que bens patrimoniais os cercam cotidianamente e fazem parte de suas vidas no presente, sendo ressignificados no mesmo espaço onde foram produzidos outrora. Patrimônio, para os alunos, parece estar ligado a algo abstrato. Nem sempre os concebem o patrimônio como algo materializado, concreto, parece uma ideia mais voltada a um lugar.

É preciso salientar também que na multiplicidade de perspectivas sobre patrimônio há variações de acordo com o contexto e as realidades de cada grupo. As relações identitárias das comunidades locais com esse dado bem patrimonial antes do tombamento eram bastante diferentes das atuais. O que os alunos dos sextos anos pensam sobre a Ilha do Campeche passa as multiplicidades interpretativas sobre patrimônio. É preciso, então, problematizar. Pelas narrativas dos alunos, é possível saber como se deu o processo de construção da imagem da Ilha do Campeche como um bem patrimonial a esses sujeitos e, por vezes, possibilita conhecimento dos conceitos existentes sobre ele nas comunidades locais.

É preciso sensibilizar os alunos para que haja uma transformação, no sentido de gerar resultados satisfatórios decorrentes do exercício da educação patrimonial (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2004). Suas questões de vida e o universo cultural a que cada discente pertence resultam em seus olhares e na relação com a Ilha; resultam em suas percepções. O que sabem sobre ela hoje não é resultante apenas do que aprenderam por meio do “Projeto Escolas”, mas sim a soma de suas vivências, experiências e apropriações de memórias, valores e sentidos de outros para si no processo de formação pessoal dos sujeitos e no processo construtivo de sua relação com o patrimônio cultural em questão.

Os resultados das narrativas dos questionários apontam para uma pluralidade de sentidos e definições acerca do conceito de patrimônio. Associaram-no ao passado, algo que necessita de preservação, pois pode desaparecer. Algumas respostas parecem abarcar uma ideia de patrimônio como algo abstrato, assim como um sentimento e também como sendo uma instituição. A antiguidade dos sítios arqueológicos visitados os leva a associá-los frequentemente à ideia de patrimônio como algo “velho”. Ainda que suas noções de temporalidade pareçam incongruentes em suas narrativas, elas são ponto central na justificativa dos sujeitos acerca dos motivos para se proteger e preservar esses bens.

Patrimônio cultural é uma construção resultante de um processo de atribuição de significados e sentidos (CHAGAS, 2002 apud FROTSCHER, 2006). A constituição da conexão dos sujeitos com a Ilha do Campeche e a consagração desse lugar como patrimônio se dá de forma processual e de acordo com as particularidades dos sujeitos. O que mais importa é o que perpetua, o produto da vivência da visita e de todas as etapas do Projeto, os quais são os conceitos desenvolvidos e constantemente reelaborados pelos alunos, suas memórias, lembranças, a identidade local que vem se constituindo e seguidamente se reformulando. As marcas da participação no “Projeto Escolas” são levadas adiante e vão além da vida escolar, sendo, portanto, um legado para suas vidas pessoais e se estendendo também às suas famílias e comunidade (SANTOS, 2018).

A educação patrimonial se apresenta como um dos possíveis caminhos para o desenvolvimento de atividades pedagógicas que objetivam a aproximação do conhecimento escolar e a vivência dos alunos. Diante da incorporação de diferentes propostas de pesquisas, ela busca reconhecimento e reflexão quanto aos bens patrimoniais e culturais que circundam o entorno escolar (DUARTE; DELGADO, 2015). É preciso considerar a construção histórica do reconhecimento sobre esse bem patrimonial, sendo necessário desnaturalizar a figura do tombamento aos discentes e considerar as diferentes representações sociais acerca do patrimônio.

Ações educativas que abarcam o patrimônio cultural fazem parte do cotidiano da Escola Dilma Lúcia dos Santos. Devido à familiarização do espaço escolar com esse tipo de iniciativa e temática há um preparo e noções prévias dos educandos a respeito disso. Assim, se evidencia o dinamismo das iniciativas voltadas ao patrimônio cultural nessa instituição de ensino. Daí se presume uma formação contínua sobre temas que ao serem

trabalhados contribuem em muito para uma formação que preza pelo desenvolvimento da cidadania e para a relação dos sujeitos com o patrimônio cultural. O “Projeto Escolas na Ilha do Campeche” é apenas um entre os pilares do desenvolvimento da educação patrimonial em uma instituição de ensino que cumpre seu papel auxiliador na formação dos sujeitos e na construção da cidadania, na medida em que promove uma interlocução entre escola e comunidades locais. Desse modo, os aproxima de seus bens culturais e patrimoniais.

A importância atribuída ao patrimônio é, comumente, resultante dos conceitos e sentidos dos sujeitos em relação às coisas e lugares ao seu redor, seus valores e os porquês dessa valorização. É preciso admitir que a relação com o patrimônio trata-se de um processo construtivo que necessita ser vivenciado e experimentado. O conceito dos alunos sobre patrimônio tem suas variáveis dentro do grupo, mesmo que todos tenham visitado a Ilha por meio da participação no “Projeto Escolas”. Mesmo partilhando de pontos em comum como, por exemplo, por estudarem na mesma instituição de ensino, frequentarem os arredores da escola ou residirem ao sul de Florianópolis e, portanto, próximos à Ilha do Campeche, cada sujeito tem suas peculiaridades nos modos de ver e pensar os bens patrimoniais locais e sobre os sentidos que lhes atribuem.

Dentre os resultados de suas narrativas foi possível perceber a influência dos discursos sobre patrimônio e como estes têm sido apropriados pelos alunos durante a participação no “Projeto Escolas” e, sobretudo, no decorrer de suas vidas. Considero que seja resultante de uma mescla entre o discurso obtido por meio da educação patrimonial aprendida na Escola, incluindo as demais práticas educacionais institucionais voltadas ao patrimônio. Do mesmo modo, não menos importante, considero as apropriações sobre patrimônio como advindas das influências das comunidades locais e dos sujeitos próximos como, por exemplo, seus familiares. Em suma, as respostas do questionário representam tais desdobramentos.

Agradecimentos

Agradeço ao professor Dr. Michel Justamand da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) pela oportunidade de divulgação deste trabalho. Agradeço também à minha orientadora de dissertação, Dra. Clárcia Otto (UFSC), bem como ao IPHAN, à E.B.M. Dilma Lúcia dos Santos e aos sujeitos participantes da pesquisa.

Bibliografia

ARAÚJO, H. M. M. Educar através da(s) memória(s). Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (Cap. UERJ), v. 6, n. 12, p. 214-225, ago. 2017.

BASTOS, R. Lopes. Patrimônio Arqueológico, preservação e representações sociais: uma proposta para o país através da análise da situação do litoral sul de Santa Catarina. Revista de Arqueologia, v. 14, n. 15, p. 141-142, 2003.

COMERLATO, 2005. As representações rupestres do estado de Santa Catarina, Brasil. Revista OHUN – Revista eletrônica do Programa de pós Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da UFBA. Ano 2. N. 2, outubro de 2005 (p.150-164).

DUARTE, A. F.; DELGADO, A. F. Patrimônio Cultural e formação de professores no PIBID História (UFSC)- Arqueologia e História da Ilha do Campeche. Revista Memore, Tubarão, SC, v. 2, n. 2, p. 85-106, jan./abr. 2015

DA ROS, J. P. Turismo: algumas memórias sobre a Ilha do Campeche/Florianópolis. 2003. Dissertação (Mestrado) - Pós-Graduação em Engenharia da Produção, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2003,127f

FROTSCHER, M. Memória oficial em sala de aula: percepções de alunos do ensino médio e fundamental de Marechal Cândido Rondon – PR sobre patrimônio e bens culturais locais. Revista História & Ensino, Londrina, v. 12, p. 169-186, ago. 2006.

FERREIRA, Lúcio M. Patrimônio arqueológico, pós colonialismo e leis de repatriação. p.77-96. Patrimônio cultural e ambiental: questões legais e conceituais. FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI, Sandra; RAMBELLI, Gilson. Patrimônio cultural e ambiental: questões legais e conceituais. São Paulo: Annablume; Campinas: NEPAM, 2009. V.1, 246 p

MOSER, G. O patrimônio cultural e histórico sob a égide do desenvolvimento sustentável e como oferta turística (p.15- 33). In: _____. Diálogos entre Patrimônio, Identidade, Sustentabilidade e Turismo. Blumenau: Le-gere, 2014. 131 p.

OLIVEIRA; L. M.; OLIVEIRA, A. P. de P. L. de. Educação patrimonial, memória e saberes coletivos. Revista de Arqueologia da Sociedade de Arqueo-

logia Brasileira (SAB), v. 17, n. 1, p. 75-84, 2004

RELATÓRIO do Projeto Escolas na Ilha do Campeche (2012-2016). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN/SC.

SANTOS, M. J. dos. Turismo e Patrimônio Arqueológico: um estudo sobre a Ilha do Campeche. Monografia. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.

SANTOS, M.J. “Projeto Escolas na Ilha do Campeche: interfaces entre Memória e Identidade”. Dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2018.

Mulheres de camadas médias e altas que sofrem violência doméstica em Manaus: um estudo das denúncias feitas ao Serviço de Apoio Emergencial à Mulher - SAPEM

Mérlin Gomes Cavalcanti

Iraildes Caldas Torres

Introdução

Este estudo busca verificar em que sentido a violência doméstica aparece como um dos fatores de interferência na saúde da mulher violentada, dando especial relevo às mulheres de camadas médias e altas que procuram o Serviço de Apoio Emergencial à Mulher (SAPEM), mesmo em face de seu *status* social. Trata-se de uma pesquisa de Iniciação Científica realizada no âmbito da Universidade Federal do Amazonas, com apoio da FAPEAM – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas.

Há um contingente incontrolável de mulheres em situação de violência doméstica. Atualmente o IPEA (2017), expõe o Atlas da Violência Doméstica dando conta de que, em 2015, 4.621 mulheres foram assassinadas no Brasil. O Amazonas teve o 4ª maior crescimento em feminicídio¹, aparecendo na 9ª colocação em assassinato de mulheres no Brasil, o que revela uma realidade praticamente fora do controle do poder público e da sociedade. O feminicídio é um termo “comumente utilizado na América Latina [...], referindo-se ao assassinato relacionado à questão de gênero, indicando que mulheres são mortas por serem mulheres” (PASINATO, 2011, p. 12). De acordo com o IPEA (2017) a Lei 13.104/15 é conhecida como a Lei do Feminicídio, a qual torna o homicídio de mulheres em crime hediondo quando envolve violência doméstica e familiar, e menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Algumas pesquisas como as de Silva (1992) mostram que o desemprego ou a dificuldade financeira, o uso excessivo de bebida alcoólica,

1 O termo feminicídio é usado pela primeira vez, em 1979, por Diana Russel no Tribunal Internacional de Crimes Contra Mulheres. Em meados da década de 1990 no México, ganhou espaço nos debates devido as práticas da violência sexual, tortura, desaparecimento e dos assassinatos de mulheres serem recorrentes, numa total omissão do Estado em relação a punição dos criminosos. (Ver. PASSINATO, 2011).

drogas ilícitas e o ciúme são fatores geradores desse tipo de violência. No caso de mulheres pertencentes às camadas médias e altas, o ciúme parece ser o fator principal da violência doméstica. Pode-se dizer que as raízes dessa violência estão no machismo construído pela sociedade patriarcal que firmou a ideia de dominação do homem sobre a mulher desde os tempos imemoriais (TORRES, 2005).

Em outras palavras, a violência doméstica decorre das desigualdades existentes nas relações de poder entre homens e mulheres para além das classes sociais, associada à discriminação de gênero presente na sociedade e na família. Outro problema que vem se somar à problemática da violência doméstica é a sua interferência na saúde da mulher. Mulheres violentadas tem sua saúde comprometida na medida em que passam a sentir sintomas como a síndrome do pânico, nervosismo acentuado, dores de cabeça dentre outras doenças (TORRES, 2012).

A pesquisa de campo foi realizada sob o aporte de entrevista semiestruturada junto a uma amostra de 07 mulheres, de camadas média e alta, vítimas de violência doméstica atendidas pelo SAPEM, somado a vozes de profissionais de Serviço Social e Psicologia, que desenvolvem trabalho junto a essas mulheres. Os dados secundários foram coletados junto a uma amostra de 30 prontuários de mulheres vítimas de violência doméstica, atendidas pelo SAPEM, relativos aos anos de 2015 e 2016, o que contribuiu para dar substancialidade ao relatório final desta pesquisa.

É assim que, este trabalho, assume fundamental importância não só no âmbito da temática de gênero que se depara com elementos novos para a sua explicação, mas também porque trará significativas contribuições às ações do ativismo feminista e da rede de enfrentamento da violência doméstica que se constitui numa expressão da questão social.

A situação da violência doméstica em Manaus

Há diversas causas da violência doméstica, mas quando se trata de uma questão socioeconômica percebemos que a “questão feminina” entra no universo das preocupações da luta de classes², como um tema subordinado às relações sociais de produção, tendo em vista a posição defendida da ‘determinação, em última ins-

2 “As classes sociais são uma consequência das desigualdades existentes na sociedade. Isto já permite uma rigorosa delimitação dos fenômenos que entram nos limites da aplicação do conceito de Classe, uma vez que: 1) torna possível excluir tudo o que entra na categoria das desigualdades naturais; 2) faz referência apenas às desigualdades que não são casuais e se revelam de modo sistemático e estruturado” (BOBBIO, 1998, 170).

tância, do econômico” (SILVA, 1992, p. 21). Ao fazer um recorte das camadas sociais afortunadas percebemos que atualmente as transformações socioeconômicas associadas ao processo de urbanização imprimiram um novo estilo de vida às mulheres de classe alta³. De acordo com Ferreira; Canuto e Nery (2012, p. 147),

Pela ordem patriarcal, o homem se vê na condição de proprietário da mulher e se acha no direito de exercer o poder sobre ela. A partir do momento que o homem perde o controle e o poder sobre a mulher, a violência apresenta-se como uma alternativa punitiva e educativa para colocar a mulher ‘em seu lugar’

A consciência de classe é um processo grupal e manifesta-se *quando os indivíduos, conscientes de si, percebem-se sujeitos das mesmas determinações históricas que os fizeram constitutivos de um mesmo grupo* (TORRES, 2002, p. 66). Para esta autora,

Uma das formas de construção da consciência de classe consiste em um processo sociopolítico de educação dos sujeitos históricos dentro da sociedade, que é o lugar da política em seu sentido pleno [...]. Entretanto, deve-se pensar no tipo de educação que as mulheres recebem historicamente, calcada em um substrato ideológico de dominação que passa a influenciar o seu desenvolvimento psíquico e social (TORRES, 2002, p. 66).

A luta social reflete-se em uma luta ideológica pela consciência, pela revelação ou dissimulação do caráter de classe da sociedade (LUKÁCS, 1989), em que a possibilidade dessa luta anuncia as contradições e dissolução interna da sociedade de classes. As mulheres historicamente compõem um segmento social que luta por seus direitos, elas compreenderam que o estopor dessa opressão consignada na violência contra a mulher, atinge mulheres de todas as classes como um problema social de grandes proporções.

A represália do conservadorismo evidencia como *a vida da mulher é construída socialmente como se fosse determinada pelo destino dela, como algo natural, sendo que essa vida de mulher varia de acordo com a situação econômica e sociocultural que ela vive* (SILVA, 1992, p. 61). Isso nos possibilita concluir que *apesar da conquista de novos espaços, no entanto, as mulheres ainda são discriminadas* (BRUSCHINI, 1994, p. 75).

Observe-se que a violência doméstica contra mulher, independente da classe social a qual essas vítimas pertencem, é uma expressão da

3 CF. Abrantes (2012)

questão social, pois *tornam-se desigualdades sociais, quando os papéis são distribuídos por diversos níveis da escala social* (BOBBIO, 1998, 170).

É importante compreendemos como as instituições de atendimento especializado à mulher podem contribuir para fortalecer a cidadania, pois *o debate contemporâneo e a política de gênero no Brasil devem ser estabelecidos com vias a conquistar o apoio de toda a sociedade civil* (CALDAS, 1997, p. 437). De acordo com a Pesquisa de Opinião Pública sobre Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Públicos e Privados, realizada pela Fundação Perseu Abramo (2010), os dados revelam que dentre as mulheres vítimas de alguma violência 56% são casadas, 28% solteiras, 8% separadas e 8% viúvas.

Constatamos neste trabalho que a violência doméstica é praticada majoritariamente por seus companheiros/maridos e ex-maridos, somente em dois casos específicos foi praticada pelo pai e irmão da vítima. Vejamos:

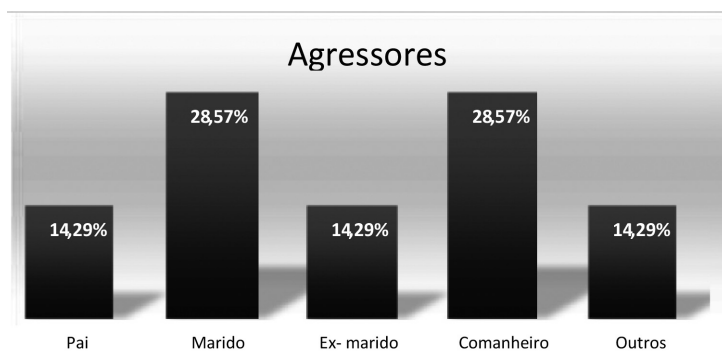


Gráfico 1 – Quem são os agressores?

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Saffioti (1994, p.166), alerta dizendo que em muitos locais públicos as mulheres encontram-se *(semi) interditadas, sofrem a violência masculina no seio da família. Seus agressores são, assim, via de regra, (ex) maridos, (ex)companheiros, (ex)namorados.*

A violência doméstica atinge todas as classes sociais. Trata-se de um fenômeno preocupante que saiu do controle do Estado e da própria sociedade. O homem oprime, deprecia e violenta a mulher para manter seu domínio sobre ela, ou melhor, para impor a dominação masculina sobre ela (BOURDIEU, 2009).

Observamos que nos últimos anos cresceram as notícias nas mídias e redes sociais referente às mulheres famosas vítimas desse tipo de violência. De acordo com portal UOL⁴ (2017), a apresentadora de TV e cozinheira Palmirinha revelou, em 2012, ter passado por um relacionamento abusivo com seu ex-marido. Não tinha apoio da família para sair da situação de violência, pois sua família reafirmava a ideia de que mulher que se separava do marido não “presta”.

A notícia do Portal UOL, também revelou que a atriz Luiza Brunet, em depoimento ao Ministério Público, afirmou que já havia sofrido outras agressões físicas e psicológicas durante o período em que ficou com o companheiro, o empresário Lirio Parisotto. E a cantora Gretchen desabafou em um vídeo em seu canal do *YouTube* sobre violência contra a mulher que era agredida e espancada todos os dias, por qualquer motivo, vivia em uma gaiola de ouro.

Em Manaus, a mídia divulgou um caso em 2006⁵, relativo ao espancamento que a deputada estadual pelo Amazonas, Vera Lúcia Castelo Branco, sofreu do seu marido Sabino Castelo Branco, no espaço doméstico. Este fato causou impacto a sociedade amazonense e revolta aos movimentos sociais de mulheres que organizaram manifestações populares para denunciar o agressor. Não obstante, a vítima da agressão negou a violência sofrida, talvez mediante a ameaça do seu agressor.

Um outro acontecimento de violência doméstica praticada contra mulher de classe alta ocorreu com a ex-primeira dama de Manaus, Goreth Garcia, em 2016. Blogs livres e populares noticiaram o seu espancamento, praticado por seu companheiro, fazendo exposição de fotografia do rosto da ex-mulher do prefeito Arthur Virgílio Neto, contendo lesões e escoriações. Do mesmo modo, também Goreth Garcia, negou as agressões sofridas, como podemos perceber na sua fala:

Não me calaria diante de qualquer agressão de que eu por ventura fosse vítima, fosse quem fosse o agressor. Não houve qualquer violência contra mim. Estou bem. Estou forte. À frente da Secretaria da Mulher, Assistência Social e Direitos Humanos (Semmasdh), tive o privilégio de lutar, com confiança do prefeito na minha capacidade de trabalho, e com uma equipe que cresce em qualidade a cada dia, por aquelas convicções, ampliando ainda mais meus princípios de humanidade e

4 Ver site. Disponível em: <uol.com.br/notícias>. Acesso em 13 de jul. 2017.

5 O caso de Vera Lúcia Castelo Branco foi veiculado em vários canais de comunicação local. No blog Taquiprati, por: José Ribamar Bessa Freire conta uma crônica sobre o referido fato. Ver blog. Disponível em: <taquiprati.com.br>. Acesso em 20 de jul. 2017.

de respeito às pessoas, mulheres e crianças em sua grande maioria. (Ver Portal do Marcos Santos, 2016).

Para Kaloustian (2011, p. 60), “a família, como um grupo social, não é percebida com um fim em si mesma, mas pelas suas funções de oferecer condições de desenvolvimento a seus membros”. Nesse sentido, é importante considerar que, por vezes, a mulher vitimada silencia-se, seja para preservar a própria imagem, ou porque sofre ameaças dos agressores.

Um tema atual que ganha destaque nos meios de comunicação é o feminicídio, por se tratar de uma das consequências da violência contra a mulher. De acordo com o IPEA (2017) a Lei do Feminicídio, que incluiu alteração no art. 121 do Código Penal, foi fundamental para dar a visibilidade a essa problemática que se encontrava perdida nos registros oficiais. O Amazonas, conforme os dados do IPEA (2017), apresenta números expressivos de homicídios de mulheres entre os anos de 2005 e 2015. Os maiores índices de homicídios de mulheres no Amazonas dizem respeito aos anos de 2012 e 2015, com 118 e 115 respectivamente. Para Torres (2005, p. 196) *as mulheres nunca saem incólumes das questões que envolvem a sua sexualidade, quer seja no caso de adultério, do estupro ou do assédio sexual.*

No que diz respeito a renda individual das vítimas entrevistadas há uma variação de R\$ 1.500,00 à R\$ 10.000,00. Quanto a renda familiar varia de R\$ 800,00 à R\$ 25.000,00. De acordo com Saffioti (1994, p. 168),

O fenômeno da violência de gênero é transversal à sociedade, ignorando fronteiras de classe social [...]. Obviamente, como as camadas subprivilegiadas são muito mais amplas que as bem posicionadas na estrutura de distribuição da renda nacional, seu comparecimento às delegacias de polícia para apresentação de queixa é maciço em relação às demais.

Ao considerar o número de filhos das mulheres da alta sociedade, encaminhadas ao SAPEM no segundo semestre de 2015, constata-se que 53,33% não possuem filhos, 26,67% possuem 1 filho e, 20% possuem 3 filhos. Quanto ao número de filhos referente ao primeiro semestre de 2016, constatamos o aumento do quantitativo de mulheres que não possuem filhos, sendo equivalente a 60,95%, ademais, 38,10% possuem 1 filho e, 7,62% possuem 3 filhos.

A família de acordo com Barcelos (2011, p. 48), *assume o papel do trabalho de reprodução social e de cuidado, sendo ela o elo invisível dessa trama, predominantemente assumido pelas mulheres.*

Quanto ao perfil do agressor os dados do segundo semestre de 2015 (SAPEM) apresentam as seguintes cifras: esposo 60%; ex-esposo 6,67; companheiro 13,33%; ex-companheiro 20%. No que concerne aos agressores do primeiro semestre de 2016, 26,67% são esposos, 6,67% ex-esposos, 33,33% companheiros e 6,67% outros parentescos. Apesar dos *caminhos dessas relações traduzidas em amor, sedução, engano, desencanto, fuga* (CANCELA, 1997, p. 297), *algumas mulheres buscam capacidades em se libertarem da dominação masculina no seio familiar* (AMORIM, 1997, p. 42).

Os dados do segundo semestre de 2015, apontam que a lesão física acompanhada da lesão moral, atinge cerca de 90,91% das mulheres, os outros 9,09% correspondem somente à lesão moral. E no primeiro semestre de 2016 a lesão física e moral é proporcional a 86,67%, enquanto que 13,33% correspondem somente a lesão moral. De acordo com Góis (1997), esses tipos de agressões se enquadram como características específicas da violência doméstica, incluindo a agressão psicológica e sexual. Os dados obtidos pouco revelam quanto à agressão psicológica e sexual, apesar de sabermos que os danos psicológicos acarretados às vítimas são incontestáveis. Krug EG et al. (2002), consideram que, não é raro ter algumas pessoas sob risco de violência, vivenciando mais de um tipo de violência.

Quando perguntamos às mulheres quais os fatores responsáveis pela violência sofrida obtivemos os seguintes dados: o ciúme (56%) é um dos principais motivadores da violência praticada por companheiro, marido, ex-marido e o pai das vítimas, seguido por motivo não aparente (32%) e bebida alcoólica (11%). De acordo com Bourdieu (2009) o homem impõe, coage a vítima por ter condições de dependência econômica, social ou simbólica. Conforme Krug EG et al. (2002, p 14),

A violência não pode continuar sendo um assunto exclusivo das políticas nacionais, mas deve ser tratada também em nível global - através do agrupamento de Estados, organismos internacionais e redes internacionais de organizações governamentais e não governamentais. Esses esforços internacionais devem visar à utilização dos aspectos positivos da globalização para um bem maior, enquanto lutam para diminuir os aspectos negativos.

Para Góis e Medeiros (2001, p. 327), *a violência doméstica não é um problema que só diz respeito ao casal, muito menos uma questão cultural – é, sim um ato criminoso que deve ser tratado como tal*”. Tulipa 26 anos (entrevista 2017), diz que a violência doméstica “é um fato muito so-

frido”. Conforme Franzoni (2012, p.134), as mulheres vítimas desse tipo de violência *bloqueiam o sofrimento, relegando-o ao esquecimento, numa espécie de ‘entorpecimento emocional’, como forma de resistência e [...], somente enfrentam as situações violentadoras após o acompanhamento terapêutico.*

A exemplo de Tulipa, muitas mulheres sofrem violência física, moral e psicológica por parte de seus companheiros. De acordo com Santos (2008, p.123) *a violência, seja na rua ou na família, é um impacto sobre a saúde física e mental das mulheres.* Além disso, a violência é um mal que *“infunde na mulher o medo, a insegurança, o terror, a ansiedade e uma sensação de abandono e desvalorização, dentre outras consequências* (SANTOS, 2008, p. 123).

Constata-se, por conseguinte, que a sua baixa autoestima também é um problema decorrente da violência doméstica, que teve como agravamento o aumento das crises epiléticas, fragilizando ainda mais a situação de Margarida (42 anos). Quanto a sua opinião sobre a violência doméstica nossa informante relata o seguinte:

Sofremos agressões físicas, verbais. A baixa autoestima surge, mas através dos estudos há libertação desse carma que nos persegue. Ao cursar uma disciplina sobre gênero, fez com que a autovalorização surgisse em minha vida. Em olhar para uma cortina, afastar e dizer “estou aqui”. O estudo liberta, ajuda a curar uma ferida que está machucado a ponto de se transformar em um tumor (MARGARIDA, entrevista, 2017).

Para Lukács (1989, p.227) *a consciência é uma componente necessária, indispensável, constitutiva.* Tomar conhecimento e problematizar os agravos da violência doméstica contra a mulher é fundamental se se quer reverter tal cenário desolador em nossa sociedade. *A transformação não é puramente formal, porque a realização de uma possibilidade, a atualização de uma tendência implica precisamente a transformação objetiva da sociedade* (LUKÁCS, 1989, p. 227).

Girassol (50 anos), é uma vítima do ciúme possessivo de seu ex-marido, sofreu violência física, moral, psicológica e patrimonial. Diferente das demais vítimas entrevistadas, esta informante sofreu a violência patrimonial. De acordo com Platão (2004, p. 44),

Todo homem pensa que a injustiça é individualmente mais proveitosa que a justiça, e pensa isto com razão, segundo os partidários desta doutrina. Pois, se alguém recebesse a permissão de que falei e jamais qui-

sesse cometer injustiça nem tocar no bem de outrem, pareceria o mais infeliz dos homens e mais insensato àquele que soubesse da sua conduta; em presença uns dos outros, elogiá-lo-iam, mas para se enganarem mutuamente e por causa do medo de se tornarem vítimas da injustiça.

Girassol relata que a violência sofrida é *algo muito triste, e dentre outras coisas, teve como consequência doenças psicológicas e mentais, “resultando em tudo de ruim que se possa imaginar”* (Girassol, entrevista, 2017). Para ela “persiste ainda o medo de tudo e de todos” (entrevista, 2017), sendo isto um prejuízo para sua vida.

Conforme Santos (2008, p. 125), *o senso comum avalia erroneamente que as mulheres vitimadas sentem prazer na violência*. Esta pesquisa revela que é um mal-estar que se estabelece na vida da mulher violentada. De acordo com Torres (2005, p. 206-207),

Pode-se dizer que o poder é uma prática que se efetiva no terreno da experiência vivida; portanto, ninguém o possui como uma prerrogativa ou uma função, porque é um exercício que não tem fim, é uma prática ininterrupta sem limites e sem delimitação espaço-temporal [...]. As mulheres tecem uma rede de saberes e significados que se estabelece por fora da formalidade e da institucionalidade [...]. Apropriam-se de um tipo de linguagem horizontalizada que fustiga os clichês de etiqueta, desafiando o poder.

Para Liz (36 anos), *a violência doméstica é algo que deve ser trabalhado, porque sofri agressões do meu marido e do meu sogro por anos, meus filhos presenciaram muitas das brigas, temo que o meu filho reproduza o comportamento machista e agressivo do pai* (entrevista, 2017). Importa percebermos no caso de Liz (entrevista 2017) que, ela não atribuiu nenhum motivo aparente à violência praticada pelos seus agressores. De acordo com Franzoni (2012, p.135), *o agressor utiliza técnicas aprimoradas de domínio, instrumentos e controle, monitoramento das ações, cerceando as liberdades, as atitudes, as ideias, os desejos, o gostar, o vestir, inclusive o convívio com parentes, amigos, vizinhos*. Quando indagada sobre a particularidade dos atos de agressão tanto do marido quando do sogro, ela relatou o seguinte:

Meu sogro queria ter relações sexuais comigo, e como eu me recusava ele denegria minha imagem, constantemente, usava termos ofensivos, e como eu e meu marido morávamos na casa dele eu tinha que aguentar tudo isso. E o meu marido acabava me batendo porque ouvia muitas coisas a meu respeito que não eram verdade. Depois da última agressão

que sofri do meu marido eu resolvi sair de casa com meus filhos e morar com minhas irmãs. Sou autônoma e os ganhos mensais são suficientes para recomençar a minha vida (Liz, entrevista 2017).

A fala de Liz expõe a preocupação das mulheres de classes média e alta quanto ao medo o medo de revelar a identidade dos agressores. Liz, afirma em entrevista que a denúncia de seu agressor prejudicaria os negócios empresariais do marido e do sogro: não busquei apoio dos órgãos especializados antes porque eu não queria mais problemas, apenas que eles parassem com as agressões. A denúncia implicaria em um processo que mancharia seus nomes (LIZ, entrevista 2017).

Silva (2001, p. 82), chama a atenção para o fato de que,

Quando o indivíduo acredita ter seu direito não só separado, mas também oposto aos demais, está encaminhando o fim da existência de normas e princípios éticos universais, capazes de salvaguardar, minimamente, alguns direitos básicos: a moralidade universal se estilhaça em éticas múltiplas.

Durante a pesquisa de campo 02 mulheres de um total de 07 entrevistadas não expuseram sua opinião sobre a violência doméstica, por falta de entendimento da temática, embora tivessem conhecimento acerca da aplicabilidade da Lei Maria da Penha. Isso mostra o nível de naturalização da violência doméstica a ponto de passar despercebido na vida de algumas mulheres.

Os dados coletados junto ao SAPEM, relativos aos anos de 2015 e 2016, dão conta que as profissionais da equipe multiprofissional atuam no âmbito do acolhimento, escuta qualificada e encaminhamento das vítimas às redes de apoio. As principais responsáveis são a assistente social, a psicóloga e a juíza de direito civil. Ademais, contam com o trabalho das profissionais do administrativo e as monitoras que desempenham a função de educadora social, fazendo o acompanhamento das mulheres e dos seus filhos. A ação dessas profissionais exige um dado conhecimento dos mecanismos de intervenção, pois como expõe Faleiros (2011, p.140), *as práticas sociais não são resultadas de uma definição ideal, nem tampouco de uma lei imutável das coisas.*

Conforme Torres (2002, p.189), a intervenção da assistente social *deve ser marcada por uma consciência social e uma formação específica, que lhe autorize pronunciar-se com autoridade sobre algum assunto objeto*

de sua atuação profissional. De acordo com o CRSS (2013), é fundamental que essas profissionais discutam sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões do/da usuário/as, mesmo que sejam contrárias aos seus valores e crenças individuais dos/as profissionais.

Esta pesquisa constata que as mulheres de classes média e alta, geralmente, já vem instruídas de seus advogados particulares. A assistente social S. M. C. (35 anos) informou que,

Não há distinção de classe social no atendimento da instituição, as mulheres de classes média e alta passam pelos mesmos procedimentos que as demais e tem acesso praticamente aos mesmos serviços da rede de apoio socioassistencial, como o acolhimento na Casa Abrigo, o que ocorre quando esta se vê impossibilitada de acessar aos recursos próprios e não encontram de imediato apoio dos familiares, pois o sistema de apoio não é excludente em se tratando de classe social (entrevista, 2017).

Quanto ao trabalho desenvolvido pela psicóloga nessa instituição, ouvimos o seguinte relato: *o atendimento é individualizado e com o apoio do social* (M.P.S, 58 anos, entrevista, 2017). Referente aos obstáculos encontrados na ação da equipe multidisciplinar a psicóloga aponta não haver, porque *o que existe é uma certa dificuldade, pois, muitas mulheres não se percebem dentro do círculo da violência, mesmo conhecendo a legislação que as ampara* (M.P.S, entrevista, 2017). Com isso, reafirmamos a importância do trabalho da equipe multiprofissional e o compromisso das profissionais em intervir na problemática social apresentada. De acordo com Costa (1978, p. 3),

O desenvolvimento do trabalho em equipe obedece a dinâmica uniforme e coerente de um plano bem estudado e não simplesmente o resultado da composição de diversos profissionais interdisciplinares para prestarem uma assistência eficiente e condigna ao paciente [...]. Quando as ações são integradas, as realizações se multiplicam.

Para Teixeira e Nunes (2004, p. 122), *isso exige uma interrelação e cooperação entre outros conhecimentos adquiridos, habilidades, solidariedade e interdependência disciplinar.* No caso do trabalho das assistentes sociais, na interdisciplinaridade *está implícita a inclusão dos determinantes históricos, econômicos, culturais e a fundamentação ética-política, como elementos constitutivos da totalidade* (TEIXEIRA; NUNES, 2004, p. 123).

A nossa pesquisa contata que o trabalho desenvolvido no SA-PEM, locus desta pesquisa, viabiliza *um olhar ampliado das especificidades que se conjugam no âmbito das profissões, através de equipes multiprofissionais, visando integrar saberes e práticas voltadas à construção de novas possibilidades de pensar e agir* (MIOTO; NOGUEIRA, 2006, p.10). Trata-se de um órgão público que é uma referência no Amazonas na atuação de enfrentamento da violência doméstica contra mulheres, não apenas de classes média e alta, mas de todas mulheres que o procuram.

Considerações Finais

A violência doméstica impetrada contra mulheres de classes média e alta, já aparece nos registros institucionais, fato até recentemente mantido em silêncio e na invisibilidade. Muitas mulheres deste segmento não denunciavam os atos de agressão, tendo em vista que isso poderia atingir e/ou prejudicar a imagem de seus maridos e/ou companheiros, em virtude de seu *status* social elevado.

Em Manaus, cresce o número de casos de violência doméstica praticada contra mulheres de classes média e alta, a ponto de essas mulheres procurarem o Serviço de Apoio Emergencial à Mulher. São mulheres advindas de todas as zonas habitacionais da cidade, sendo a Zona Norte a que concentra maior número de denúncias, embora não se trate de uma área nobre, há família abastadas residindo nelas, a contar pelo porte de alguns conjuntos residenciais como é a área do Tarumã. Os resultados obtidos nos anos de 2015 e 2016 apontam que as mulheres de classe alta, média-alta e média-intermediária tem procurado o serviço público, desmistificando assim, o fato de que mulheres deste segmento não são capazes de denunciar seus agressores.

A nossa pesquisa constata que a violência doméstica na maioria dos casos é praticada na relação conjugal. A partir das entrevistas realizadas averiguamos que o medo de denunciar os agressores persiste e a violência simbólica se sobressai. Existem fatores subjetivos (emocionais e psicológicos) que silenciam o ciclo de violência no espaço doméstico. A violência simbólica é preocupante porque interfere no quadro de saúde das vítimas, ocasionando doenças que surgem sem motivo aparente e/ou trazem fatores de agravo, como as dores de cabeça, síndrome do pânico, dores pélvicas, depressão dentre outras.

No que diz respeito às mulheres de classes alta que possuem diploma de curso superior e, mesmo assim, encontram-se submersas no ciclo de violência, esta pesquisa confirma a ideia de que a violência doméstica não tem rosto, classe social, nem *status* ou condição educacional.

A pesquisa revela, por fim, que a intervenção profissional na vida das mulheres atendidas pelo SAPEM é um fator fundamental. Acolher essas mulheres com zelo e atenção necessária é um fator socioassistencial *sine qua non*, na medida em que a segurança transmitida a elas assegura momentaneamente o seu bem-estar.

Referências

AMORIM, Maria Joana Pompeu. Espaços femininos: gênero e identidade em comunidades rurais na Amazônia. In: ÁLVARES, Maria Luiza Miranda; SANTOS, Eunice Ferreira dos. Desafios de identidade: espaço –tempo de mulher. Belém: CEJUP: GEPEM: REDOR, 1997.

ABRANTES, Elizabeth Sousa. Direito de família: mulher e regime dotal na legislação republicana. In: FERREIRA, Maria Mary. Org.(a). Conhecimento feminista e relações de gênero no norte e nordeste brasileiro. São Luís: Redor; NIEPEM, 2012.

BOBBIO, Norberto. Dicionário de política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.

BARCELOS, M. S. A incorporação da família nos serviços de saúde: um debate a partir das concepções dos profissionais num hospital de alta complexidade. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Traduzido por Maria Helena Kuhner. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BRASIL. Lei 11. 340 de 07 de agosto de 2007. Lei Maria da Penha coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, 2008.

CRESS. Coletânea de leis, conselho regional de serviço social: 15ª região Amazonas/Roraima. 3ª edição. Manaus: Editora Valer, 2013.

BRUSCHINI, Cristina. O trabalho da mulher no Brasil: tendências recentes. In: SAFFIOTI Heleith. Iara Bongivani; VARGAS, Mônica Muñoz-. Mulher brasileira é assim. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

CALDAS, Iraildes. Cidadania e política de gênero: um estudo teórico-crítico da ação reivindicativa das mulheres operárias em Manaus. In: ÁLVARES, Maria Luiza Miranda; SANTOS, Eunice Ferreira dos. Org. (as). Desafios de identidade: espaço –tempo de mulher. Belém: CEJUP: GEPEM: REDOR, 1997.

CANCELA, Cristina Donza. Amor e drama na imprensa paraense do final do século XIX. In: ÁLVARES, Maria Luiza Miranda; SANTOS, Eunice Ferreira dos. Desafios de identidade: espaço –tempo de mulher. Belém: CEJUP: GEPEM: REDOR, 1997.

FALEIROS, Vicente de Paula. Metodologia e ideologia do trabalho social. – 12. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

FERREIRA, Maria T. A.; CANUTO, Mary A. de Oliveira; NERY, Inez Sampaio. As causas da violência de gênero no espaço doméstico na percepção das gestoras dos serviços de apoio. In: FERREIRA, Maria Mary. Org.(a). Conhecimento feminista e relações de gênero no norte e nordeste brasileiro. São Luís: Redor; NIEPEM, 2012.

FRANZONI, Gleidismara dos Santos C. de Castro. Violência psicológica contra a mulher na relação conjugal. In: FERREIRA, Maria Mary. Org.(a). Conhecimento feminista e relações de gênero no norte e nordeste brasileiro. São Luís: Redor; NIEPEM, 2012.

GIORDANI, Annecy Tojeiro. Violências contra a mulher. São Paulo: Yendis, 2006 GÓIS, Ivoneide Lima de; MEDEIROS, Valério Augusto Soares de. Violência doméstica na cidade de natal: as parciais de uma realidade. In: FERREIRA, Mary. et al. Org(s). Os poderes e os saberes das mulheres: a construção do gênero. Salvador: Redor, 2001.

GÓIS, Ivoneide Lima de. A maior violência contra a mulher: o estupro. In: ÁLVARES, Maria Luzia Miranda; SANTOS, Eunice Ferreira dos. Org. (as). Belém: CEJUP: GEPEM: Redor, 1997.

KALOUSTIAN, Sílvio Manoug. (Organizador). Família brasileira, a base de tudo. – 10ª. ed. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2011.

KRUG, E. G. et al. World report on violence and health. Geneva, World Health Organization, 2002.

LUKÁCS, G. História e Consciência de Classe: estudos de dialética marxista. 2 ed. Portugal: Publicações escorpião, 1989.

PASINATO, Wânia. “Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. Cad. Pagu, n.37, p. 219-46, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br> > Acesso em 10 de mai. 2017.

PLATÃO. A república. Tradução de Erico Corvisieri. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda, 2004.

SAFFIOTI Heleieth Iara Bongivani; VARGAS, Mônica Muñoz-. Mulher brasileira é assim. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

SANTOS, Ligia Pereira dos. Mulher e violência: história do corpo negado. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2008

SILVA, Ana Márcia. Corpo, ciência e mercado: reflexões acerca da gestão de um novo arquétipo da felicidade. Campinas, SP: autores associados: Florianópolis: Editora da UFSC. 2001.

SILVA, Jercenilde Cunha. Esterilização: uma prática em questão. In: FERREIRA, Mary. et al. Org(s). Os poderes e os saberes das mulheres: a construção do gênero. Salvador: REDOR, 2001.

SILVA, Marlise Vinagre. Violência contra a mulher: QUEM METE A COLHER? São Paulo: Cortez, 1992.

TEIXEIRA, Mary Jane Oliveira; NUNES; Sheila Torres. A interdisciplinaridade no programa saúde da família: uma utopia? In: BRAVO, Maria Inês Souza. et al. Org(s). Saúde e serviço social, São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

TORRES, Iraildes Caldas. As novas Amazônidas. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2005.

TORRES, Iraildes Caldas; OLIVEIRA, Márcia Maria de. As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Tráfico de mulheres na Amazônia. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2012.

Condutas pedagógicas nas relações de gêneros na sala de aula

Nelly Mary Oliveira de Souza

Introdução

Com as transformações decorrentes do processo de globalização e os avanços das inovações tecnológicas, as políticas públicas devem ser voltadas para os anseios e ideais de uma sociedade em busca de melhorias e humanização, sensibilizando a todos a conviverem harmoniosamente dentro de uma perspectiva de respeito e equidade social.

O que se propõe neste artigo não é distinguir a diferença biológica do sexo feminino e masculino mas sim os papéis sociais que foram impostos pela cultura de uma sociedade arcaica que prevalece nos dias atuais, refletindo nas diferenças sociais, econômicas, políticas e culturais.

Em bases legais, a introdução do panorama de gênero, consistiu a partir da Constituição Federal de 1988, em decorrência das lutas históricas do Movimento Feminista, nos quais aos poucos as mulheres foram conquistando o seu espaço e propagando seus objetivos frente aos vários obstáculos decorrentes da formação social de uma sociedade impregnada em seu âmago atitudes de preconceito e discriminação.

Diante de um contexto histórico marcado pelas lutas sociais e a busca pelo direito a igualdade, ao se tratar da questão de gênero, torna-se ainda um assunto que causa divisão de opiniões. Porém, ainda existe uma defasagem em relação a essa discussão principalmente no ambiente escolar, no qual é preciso inserir atitudes sobre os direitos igualitários.

A esse respeito, convém destacar o art. 5º da Constituição de 1988, onde garante que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Na convicção de que vivemos em uma sociedade onde a diversidade cultural, política, econômica e social está refletida nitidamente nas

desigualdades existentes nos anseios da mesma, é preciso levar a compreensão de uma sociedade mais justa e solidária, tendo em vista as peculiaridades existentes. O parecer nº 017/2001 do Conselho Nacional de Educação, considera que,

A consciência do direito de constituir uma identidade própria e do reconhecimento da identidade do outro se traduz no direito à igualdade e no respeito às diferenças, assegurando oportunidades diferenciadas (equidade), tantas quantas forem necessárias, com vistas à busca da igualdade. O princípio da equidade reconhece a diferença e a necessidade de haver condições diferenciadas para o processo educacional. (BRASIL, 2001, p.11).

Apesar das transformações ocorridas no decorrer do processo histórico da humanização, ainda há muitos paradigmas a serem quebrados, diante da aceitação dessas diversidades, sendo que a forma de poder e subordinação fez parte da constituição da sociedade na qual vivemos.

Nesta concepção, a educação é o instrumento chave para implantar propostas que estabeleçam o elo entre as relações sociais de forma humanitária. Sabat (2007, p. 149) salienta que:

A educação, compreendida de maneira ampla, é um dos processos mais eficientes na constituição das identidades de gênero e sexual. Em qualquer sociedade, os inúmeros artefatos educativos existentes têm como principal função com/formar os sujeitos, moldando-os de acordo com as normas sociais.

Como podemos observar a educação amplia espaços para atuação e a formação de cidadãos, que possam refletir sobre sua postura frente à diversidade e gerar posturas nos quais prevaleçam princípios de respeito e igualdade. No Art. 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA (1990) diz que

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Diante dessa realidade de constantes transformações em que vivemos, sendo este ao mesmo tempo globalizado, tecnológico e individuali-

zado, afeta a toda a sociedade, no qual possui diferentes culturas, aspirações e modo de ver o mundo, sendo evidenciados nos comportamentos e relações sociais. Nessa premissa, Nérici diz que:

A educação deve orientar a formação do homem para ele poder ser o que é, da melhor forma possível, sem mistificações, sem deformações, em sentido de aceitação social. Assim, a ação educativa deve incidir sobre a realidade pessoal do educando, tendo em vista explicitar suas possibilidades, em função das autênticas necessidades das pessoas e da sociedade. (NÉRICI, 1972, p.12).

Um dos espaços onde as diversidades predominam em suas relações sociais é a escola, propagando a produção e reprodução da emancipação de preceitos daqueles que lhe impõem.

A escola é uma das esferas sociais onde se reflete os diferentes contextos, sofrendo mudanças repentinas na formação do indivíduo contemporâneo. Garcia (2008) salienta:

[...] na escola, a cidadania, enquanto aprendizagem e exercício social afetivo, precisa se referir, por exemplo, não somente ao acesso a diversas formas de conhecimento, mas também a uma prática social de respeito, de igualdade, de dignidade e de participação (GARCIA, 2008, p.70).

No processo onde as relações de poder encontram-se impregnadas no contexto educacional, emerge-se por uma educação que vise à emancipação de alunos críticos e a busca incessante do reconhecimento das diversidades existentes como direito fundamental, e ainda que este promova instrumentos no respeito às diferenças de gêneros existentes em sala de aula.

Para Scott, Lewis e Quadros (2009, p. 15-16):

A escola, como local privilegiado de exercício de discursos pautados em relações societais, constitui-se como um campo tanto de reprodução quanto de contestação das hierarquias, e é preciso perceber como isto ocorre, para tornar efetivo o combate às desigualdades. O discurso institucional, o material didático, bem como as relações professor-aluno e as estabelecidas entre os grupos de pares apresentam-se como locus de atualizações da sociedade mais ampla, apontando para a necessidade de percebermos a escola como um importante lugar que oferece a sua própria configuração de relações de poder. É neste sentido que o lugar privilegiado para repensar essas hierarquias é no diálogo com as reflexões e interpretações das experiências trazidas por professores, bem como

uma conscientização de suas várias formas de expressão e implicações para os grupos situados em posições diversas [...].

A escola, enquanto instituição social, tem o papel de levar os alunos a refletirem suas posições sociais, dentro do contexto em que se inserem, visando à construção de novas formas de relações onde o respeito e a igualdade prevaleça. No que se refere do direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, o Estatuto da criança e do adolescente assegura no Art. 17:

O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Como vemos, a Educação desempenha um processo complexo diante dos cenários nos quais as relações sociais se permeiam. E ainda independentemente, de classe social, econômica, política e cultural todos tem o direito ao acesso e participação.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais da educação Básica (2013, p.17):

A Educação Básica é direito universal e alicerce indispensável para a capacidade de exercer em plenitude o direito à cidadania. É o tempo, espaço e o contexto em que o sujeito aprende a constituir e reconstituir a sua identidade, em meio a transformações corporais, afetivo-emocionais, socioemocionais, cognitivas e socioculturais, respeitando e valorizando as diferenças.

Nesse contexto, o objetivo deste é refletir sobre as condutas pedagógicas dos professores em sala de aula e o modo como estes lidam a partir das diferenças de gêneros. Diante deste, é necessário compreendermos o conceito de gênero a partir de pressupostos teóricos, a fim de termos uma clareza dos processos que englobam seus preceitos. E ainda, tentar minimizar alguns conceitos gerados da sociedade ocidental, no qual foram apoderados e tidos como fundamentais. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais- PCNS (1998):

O conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos. Enquanto o sexo diz respeito ao atributo anatômico, no conceito de gênero toma-se o desenvolvimento das noções de “masculino” e “femi-

nino” como construção social. O uso desse conceito permite abandonar a explicação da natureza como a responsável pela grande diferença existente entre os comportamentos e lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade. (PCNS, 1998, p.321)

Diante desta concepção, ao tratar sobre gênero no contexto educacional é uma tentativa de ampliar espaços reflexivos, e ainda a ruptura de ideologias e doutrinas que reproduzem mecanismos de desigualdades no contexto escolar. Para Gomes (1998, p.116), “entre preconceitos e discriminações, cabe à escola pública o importante papel de proporcionar a seus alunos um modelo de tolerância a ser aplicado na sociedade”.

Com isso, o conceito de gênero tem sido importante em várias pesquisas no decorrer do processo histórico, com o intuito de identificar esses mecanismos, buscando meios que favoreçam na relação entre mulheres e homens, resgatando os princípios de igualdade e justiça perante a sociedade.

O gênero é considerado uma das principais e primeiras formas de ordenar o pensamento humano. As classificações culturais de gênero são fortes porque ordenam a natureza, a sociedade, as instituições e os modos de ser das pessoas de uma forma que parece envolver toda a vida humana. Ele ordena nossa forma de pensar delimitando qualidades, espaços, atitudes, poderes a serem distribuídos entre homens e mulheres. O conjunto dessas classificações é conformado como moralidade que orienta nosso comportamento, estabelecendo o que é considerado certo e errado, mas não apenas isso, também funciona como um mecanismo de poder, hierarquizando as pessoas e legitimando as desigualdades. (SCOTT, LEWIS e QUADROS, 2009, p.84).

A questão não é a diferença entre homens e mulheres, mas a forma como foram embutidos os valores hierárquicos, dentro de uma perspectiva de poder e dominação. Brasil (2007, p. 20) cita que:

Os seres humanos, enquanto seres vivos, apresentam diversidade biológica, ou seja, mostram diferenças entre si. No entanto, ao longo do processo histórico e cultural e no contexto das relações de poder estabelecidas entre os diferentes grupos humanos, algumas dessas variabilidades do gênero humano receberam leituras estereotipadas e preconceituosas, passaram a ser exploradas e tratadas de forma desigual e discriminatória.

Essa diferença deve-se a diversidade existente no contexto escolar, devendo ainda ser o ponto de partida para o processo de construção

das relações sociais em sala de aula e não a propagação de comportamentos discriminatórios. A esse respeito convém destacar que:

[...] a diversidade pode ser entendida como a construção histórica, cultural e social das diferenças. A construção das diferenças ultrapassa as características biológicas, observáveis a olho nu. As diferenças são também construídas pelos sujeitos sociais ao longo do processo histórico e cultural, nos processos de adaptação do homem e da mulher ao meio social e no contexto das relações de poder. (BRASIL, 2007, p.48)

Neste sentido, cabe ao professor propagar condutas pedagógicas que viabilizem compreender as diferenças entre o masculino e feminino, e que ainda inclua e gerem comportamentos de igualdades entre ambos no contexto escolar. Para Moraes:

Pensar a inclusão social, a construção de uma sociedade justa, igualitária, com vistas à cidadania de homens e mulheres, passa obrigatoriamente pelo reconhecimento das diferenças, da diversidade e pela rejeição de mecanismos discriminatórios de gênero e raça. (MORAES, 2005, p. 17)

Ao professor compete não julgar ou comparar comportamentos adequados e específicos para meninas ou meninos. Vemos claramente essas atitudes, em rotinas trabalhadas pelos professores no contexto escolar, como por exemplos a formação de filas de meninos separadas de meninas. Essa divisão, propaga a diferença de forma não compreensiva para quem executa, cria-se a partir desta, uma visão de desigualdade. Finco (2013), diz que:

A forma como a professora organiza sua prática, deixando disponível e dando acesso a uma diversidade de brinquedos para as crianças experimentarem e conhecerem diferentes papéis, sem determinar posições e comportamentos para meninos e meninas, favorece que não sejam determinados papéis específicos em função de seu sexo. (FINCO, 2013, p. 10).

É fundamental que o professor não classifique ou mobilize ações geradoras de discriminação, no qual geralmente são apresentadas em divisão de equipes para dinâmicas, manuseio de brinquedos, escolha de livros que contemple a submissão e divisão de trabalhos sociais, onde geralmente a mulher é submissa ao homem, material escolar, indução de cores, comportamentos, entre outros. Gomes e SILVA (2006) corroboram:

Mais do que criar novos métodos e técnicas para se trabalhar com as diferenças é preciso, antes, que os educadores e as educadoras reconheçam a diferença enquanto tal, compreendam-na à luz da história e das relações sociais, culturais e políticas da sociedade brasileira, respeitem-na e proponham estratégias e políticas de ações afirmativas que se coloquem radicalmente contra toda e qualquer forma de discriminação. (GOMES; SILVA, 2006, p. 19-20).

Faz-se necessário que o professor motive a concepção de igualdade onde meninos e meninas devem ser oportunizados a vivenciarem as mesmas práticas. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais:

A questão de gênero se coloca em praticamente todos os assuntos trabalhados pela escola, nas diferentes áreas. Estar atento a isso, explicitando sempre que necessário, é uma forma de ajudar os jovens a construir relações de gênero com equidade, respeito pelas diferenças, somando e complementando o que os homens e as mulheres têm de melhor, compreendendo o outro e aprendendo com isso a ser pessoas mais abertas e equilibradas. (PCNS, 1998, p.323).

As condutas pedagógicas dos professores podem influenciar de forma positiva, fazendo com que diante das suas práticas mobilizem atitudes de respeito e igualdade ou de forma negativa, se manifestando na reprodução de atitudes de preconceitos e discriminação. Os PCNS ainda orientam que:

A proposição, por parte do professor, de momentos de convivência e de trabalho com alunos de ambos os sexos pode propiciar observação, descobertas e tolerância das diferenças. Essa convivência, mesmo quando vivida de forma conflituosa, é também facilitadora dessas relações, pois oferece oportunidades concretas para os questionamentos dos estereótipos associados ao gênero. (PCNS, 1998, p.324).

Dependendo das suas práticas o professor pode buscar alternativas que contribuam para que as formas de poder e dominação sejam superadas e que o modo de ser e ver o mundo ao olhar do outro seja respeitada. Assim, Menezes (2005, p. 4) afirma que:

É atribuído à sociedade do *eu* tudo o que for mais elaborado ou civilizado. Já a sociedade do *outro* é marcada pela reificação de ideias etnocêntricas [...] ele é percebido como um 'intruso' que trará a desordem. Portanto, para evitar o possível caos, busca-se manter o *status quo*, para o que é necessário calar o *outro*, mantendo-o excluído e dominado a fim

de permanecer a ilusão do equilíbrio e da ordem vivida na ausência da diferença.

Nessa perspectiva, deve planejar ações de acordo com as necessidades de todos, intervindo de forma consciente na formação de cidadãos que respeitem uns aos outros e sejam livres de preconceitos.

Considerações finais

Diante do contexto político, socioeconômico e cultural, é necessário criar caminhos e alternativas pedagógicas inovadoras, favorecendo na construção do conhecimento, de modo que esta contribua no desenvolvimento das potencialidades humanas e suas relações sociais. Através das práticas inovadoras e até mesmo uma reflexão nas condutas pedagógicas dos professores é possível reafirmar um compromisso de qualidade da educação, tendo em vista ações que quebrem barreiras e atitudes de discriminação e preconceito. A compreensão de gênero em sala de aula requer uma postura e conduta pedagógica dos professores, que estimulem a prática do respeito entre as diferenças em sala de aula, promovendo e criando um espaço para o intercâmbio de saberes e relações sociais.

Considerando as formulações aqui apresentadas, salientamos que, se realmente quisermos uma educação emancipadora desvinculada do poder e da ideologia de doutrinas capitalistas, é preciso formar cidadãos conscientes de seus papéis buscando a essência da humildade e do olhar sobre o outro e ainda levando-os a compreender e refletir sobre equidade de gênero.

Contudo, precisamos desconstruir os preconceitos e estereótipos embutidos nas relações humanas e assumir que a diversidade baseada na igualdade e na diferença consiste em reconhecer que outro possui concepções e anseios divergentes.

Agradecimentos

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, à Universidade Federal do Amazonas-UFAM e a Secretaria Municipal de Educação de Tabatinga-AM pelo apoio em oportunizar a realização de estudos e trabalhos científicos, essenciais para a nossa formação e crescimento profissional.

Referências

- BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília, 2013.
- BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm>. Acesso em: 27 jul.2018.
- BRASIL. Jeanete Beauchamp. Ministério da Educação Secretaria de Educação Básica (Org.). Indagações sobre currículo: diversidade e currículo. Brasília: 2007. 48 p.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 017/2001. Brasília. MEC/CNE, 2001.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação sexual. Brasília: MEC. SEF. 1998, p. 285.
- FINCO, Daniela. Infância, cidadania e igualdade de gênero- desafios para a educação infantil. Santiago – Chile. 2013. Disponível em: <http://acta-cientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT11/GT11_FincoD.pdf> Acesso em: 30 jul. 2018.
- GARCIA, Joe. Indisciplina, incivilidade e cidadania na escola. In: CUNHA, Jorge Luiz da & DANI, Lucia Salete Celich (org). Escola, conflito e violência. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2008.
- GOMES, N. L.; SILVA, P. B. G. (Org.) Experiências étnico-culturais para a formação de professores. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- GOMES, Luis Antônio. Divisões da Fé: as diferenças religiosas na escola. In: AQUINO, Julio Groppa (org.): Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas. 4. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1998. p. 116.
- MENEZES, Waléria. O preconceito racial e suas repercussões na instituição escola. Disponível em: <www.fundaj.gov.br/tpd/147.html>. Acesso em: 2 jan. 2018.
- MORAES, E.L.; Relação Gênero e Raça na Política Pública de Qualificação Social e Profissional. – Construindo Identidades Sociais. V. 1; Brasília: TEM. SPPE.DEQ. 2005.
- NÉRICI, Imídeo G. Lar, escola e educação. São Paulo: Atlas, 1972.
- SABAT, R. Gênero e sexualidade para o consumo. In: LOURO, Guacira,

Lopes, Jane Filipe, Silvana Goellner (Orgs). Corpo, Gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. Petropolis, RJ: Vozes, 2010.

SCOTT, Parry; LEWIS, Liana; QUADROS, Marion Teodósio de. Gênero, diversidade e desigualdades na educação: interpretações e reflexões para formação docente. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

A cronotopia e a exotopia no enunciado verbo-visual da “tourada”, de Kobra, e da “Gloriosa Victoria”, de Rivera⁶

Norma Carvalho Facchini

Ana Carolina Pais

Introdução

Com o crescimento urbano não planejado no mundo contemporâneo, os impactos socioambientais tornam-se inerentes à vida moderna. Entre eles destaca-se o processo de expulsão da população de baixa renda para áreas vulneráveis à criminalidade e à precariedade de mobilização. E um dos impactos dessa degradação ambiental é o sentimento por parte da população da periferia de não pertencimento à sociedade; de isolamento, pois os moradores percebem que os órgãos governamentais não ouvem suas vozes e nem reconhecem seus direitos sociais; mantendo-se distante de seus interesses (LAZZARIN, 2007).

Nesse cenário de instabilidade social, surgem os pichadores e os grafiteiros. Os primeiros assumem uma posição de confronto explícito com as autoridades públicas que não se dispõem a dialogar com as populações de baixo poder aquisitivo. Seus interesses estão focados no enfrentamento às autoridades oficiais e a outros pichadores que não fazem parte de seus grupos, mas que estejam disputando com eles “territórios” para suas manifestações artísticas.

Já os grafiteiros fazem arte na rua quando ocupam espaços urbanos contemporâneos e chamam a atenção de quem esteja transitando pela via pública, provocando-o ou instigando-o a dialogar com a cidade e a se envolver com ela no seu dia a dia. Por meio de suas manifestações artísticas visuais, o grafite expõe críticas que reivindicam mudanças que promovam inclusão de grupos excluídos da sociedade, qualidade de vida digna no

⁶ Este artigo é um desdobramento da versão “A cronotopia e a exotopia no enunciado verbo-visual da ‘Tourada, de Kobra, e da ‘Gloriosa Victoria’, de Rivera”, publicado nos Anais do 7º Seminário Internacional de Linguística - 7 SIL, III Congresso Interdisciplinar de Cortesia e o II Simpósio de Linguística Textual. Tal evento foi organizado em setembro de 2017 pela professoradoutora Ana Lúcia Tinoco Cabral, no Campus Amália Franco, da Universidade Cruzeiro do Sul, e promovido pela Universidade Cruzeiro do Sul, Universidade Aberta-Portugal, Universidade do Porto- Portugal e Universidade Federal do Ceará.

mundo moderno para todos; em síntese, tentam fazer - de uma outra forma - a justiça social (LOPES, 2011).

Nesse cenário é que se insere este artigo; cuja proposta é discutir o funcionamento da cronotopia e da exotopia grafite “Tourada”, de Kobra, e no mural “Gloriosa Victoria”, de Rivera, e demonstrar como as vozes sociais e os fatos históricos presentes em ambas as obras interagem, à luz da análise dialógica do discurso, com as linguagens visual e verbo-visual de cada uma e revelam as consciências e os valores éticos de cada autor criador, cujos sentidos se inscrevem nas obras citadas.

Para tanto, este artigo apresenta princípios dos pressupostos teóricos de Bakhtin, filósofo da linguagem, sobre a cronotopia e a exotopia, particularizando tanto o cronotopo folclórico – que realça o papel singular do bufão na paródia -como a relação intrínseca que há entre o herói, o tempo e os novos acontecimentos, expõe elaborações que vinculam pontos comuns entre as obras citadas, após serem analisadas individualmente.

Desenvolvimento

Condição de produção e de recepção

A escolha da produção verbo-visual ocorreu devido à composição das obras. Enquanto na “Tourada”, de Eduardo Kobra, evidencia-se com precisão a fusão entre o verbal e o visual, em “Gloriosa Victoria”, de Rivera, há a forte presença da praça pública bakhtiniana em seu cenário apenas visual. As duas obras enriquecem a análise e facilitam a percepção do cronotopo e da exotopia.

Eduardo Kobra, muralista da arte urbana, cresceu na periferia de São Paulo, pichando e grafitando paredes da metrópole, transitando pelo universo rap e incorporando elementos do hip hop. Em 1995 criou o Studio Kobra, onde formou uma equipe com doze artistas plásticos com a intenção de realizar painéis artísticos. Em 2005, impressionado pelas obras do artista plástico mexicano Diego Rivera, e dos norte-americanos Jean-Michel Basquiat e Eric Grohe, redireciona seus trabalhos para uma nova vertente da arte pública e ambiental e cria “Muros de Memória”. Em 2011, Kobra - um dos pioneiros da técnica de pintura em 3 D no Brasil - participa de um evento cultural na Flórida, Estados Unidos, cujo desafio era a utilização da técnica 3D para a realização dos trabalhos artísticos. Dos duzentos artistas plásticos inscritos, apenas vinte foram escolhidos, sendo Kobra um deles. No dia 24 de maio de 2016, Kobra recebe a Medalha Anchieta e o Diploma

de Gratidão da Cidade de São Paulo pela realização de seus trabalhos na metrópole.

Em agosto de 2016, o artista retrata no mural “Etnias” os cinco continentes – o maior grafite realizado por um artista no Boulevard Olímpico, com 2,5 mil metros quadrados, considerado até então o maior mural do mundo. Em 2017, Kobra supera essa extensão, ao criar uma obra que faz uma reverência a um chocolate, ocupando uma área de 5.742 metros quadrados, nas margens da Rodovia Castello Branco, na Região Metropolitana de São Paulo. Entre tantas obras que se destacam, uma que teve grande repercussão foi “O Beijo”, de 2012, produzida no High Line, em Nova York, posteriormente apagada. O mural faz referência à fotografia de Alfred Eisenstaedt (1898-1995), tirada em 1945, quando o autor registra a população tomando as ruas da cidade para comemorar o fim da Segunda Guerra Mundial (<http://www.eduardokobra.com/biografia/>)



Figura 1 Eduardo Kobra

Fonte: goo.gl/Zum4AZ

Já Diego Rivera⁷, grandioso pintor e muralista mexicano, foi casado com Frida Khlo - outra artista mexicana talentosa – e juntamente com ela constituiu o grupo de artistas conhecido como *Los Fridos*. De 1907 a 1921 estudou arte na Europa, tendo contato com artistas renomados, tais como: Pablo Picasso, Salvador Dalí, Antoni Gaudí, dentre outros.

Rivera considerava as pinturas de cavalete um símbolo da arte burguesa, uma vez que a população nem sempre tinha acesso às obras que ficavam, muitas vezes, confinadas dentro dos museus. Em contrapartida,

⁷ Como era mais conhecido Diego María de la Concepción Juan Nepomuceno Estanislao de la Rivera y Barrientos Acosta y Rodríguez

a arte de mural tinha para ele uma função muito mais elevada, algo que ia além da beleza da obra e da experiência estética que seu público poderia ter com a contemplação. Assim, junto a dois outros colegas (Orozco e Siqueiros), na década de 20, iniciou um movimento muralista no México com o objetivo de socializar a arte. A ideia era fazer com que a arte ganhasse um compromisso social e fosse uma ferramenta de denúncia dos abusos sofridos pelo povo latino-americano, principalmente o indígena (CARVALHO, 2011).



Figura 2 - Frida Kahlo e Diego Rivera - México, 1933

Fonte: goo.gl/ShlCU6

O muralismo no mundo contemporâneo

Com o crescimento urbano não planejado no mundo contemporâneo, os impactos socioambientais tornam-se inerentes à vida moderna. Entre eles destaca-se a degradação ambiental, cuja consequência é a contribuição para se criar um processo de expulsão da população de baixa renda para áreas vulneráveis à criminalidade e à precariedade de mobilização. Um

dos impactos dessa situação de deterioração é o sentimento por parte da população da periferia de não pertencimento à sociedade; de isolamento, uma vez que percebem que os órgãos governamentais não ouvem suas vozes e nem reconhecem seus direitos sociais, mantendo-se distante de seus interesses (LAZZARIN, 2007).

Nesse cenário de instabilidade social, surgem os pichadores e os grafiteiros. Os primeiros assumem uma posição de confronto explícito com as autoridades públicas que não se dispõem a dialogar com as populações de baixo poder aquisitivo. Seus interesses não estão focados na realização de trabalhos artísticos, mas de provocar e de enfrentar não só as autoridades oficiais como outros pichadores que não fazem parte de seus grupos e que estariam disputando “territórios”.

Nessa competição, o desafio é onde realizar os trabalhos e neles expor as suas assinaturas, *tags*, de forma a demarcar seus espaços. Locais onde os acessos a eles são de difícil mobilização, seja pela topografia, seja pela altura que deverá ser alcançada, são valorizados diante dos desafios a serem enfrentados, sem contar com a possibilidade da chegada da polícia que, com grande probabilidade os expulsará do local. O pichador que enfrenta e responde a todas essas etapas, conquista, por legitimidade, um espaço no grupo que ele quer fazer parte.

Diferentemente dos pichadores, os grafiteiros buscam não apenas realizar formas de manifestação artística que exponham seus posicionamentos diante da vida -seus valores -, mas serem reconhecidos pelos seus trabalhos; e a *tag*, também tem expressiva importância para os grafiteiros, ela é a produção de traços que assinalam suas identidades em suas obras (LAZZARIN, 2007).

Em outras palavras, o grafite é uma das maneiras de se fazer arte na rua, ocupando o espaço urbano contemporâneo, chamando a atenção de quem esteja transitando pela via pública, provocando-o ou instigando-o a dialogar com a cidade e a se envolver com ela no seu dia a dia. Por meio de suas manifestações artísticas visuais, o grafite expõe críticas que reivindicam mudanças que promovam inclusão de grupos excluídos da sociedade, qualidade de vida digna no mundo moderno para todos; em síntese, tentam fazer -de uma outra forma -a justiça social (LOPES, 2011).

Os trabalhos do grafite mostram figuras, personagens, narram fatos do dia a dia, expressa moções, fantasias, expõem ideias, pensamentos, valores, posicionamentos diante da vida, fazendo uso de uma linguagem

verbo-visual, que provocam ora desconforto, ora simpatia, por parte do observador (LOPES, 2011).

No entanto, vale destacar que narrar cenas do cotidiano por meio da pintura não é uma característica do mundo moderno. A civilização do Egito Antigo, em 3200 a. C, já narrava fatos do cotidiano em pinturas nas paredes dos túmulos, por meio dos hieróglifos -uma escrita imagética que engloba um sistema de escrita que, ao incorporar signos, expressa valores e maneiras de se posicionar perante o mundo (SANTOS, 2010).

O grafite começou a ganhar maior visibilidade no mundo moderno na década de 1970 em Nova Iorque, nos Estados Unidos. Os muros grafitados da cidade denunciavam as inquietações de moradores ou de quem passava pelo local e se sentia ameaçado pela criminalidade ou por outra violência que se origina das lutas protagonizadas pelas dezesseis gangues que se enfrentavam por questões raciais nos bairros da cidade.

Na verdade, o grafite começou a ocupar as ruas nos Estados Unidos nos bairros de Bronx e do Brooklin na final década de 1960, mas foi na década seguinte, quando nasce o movimento Hip Hop em Nova Iorque, é que o grafite nesses bairros torna-se um dos pilares do movimento cultural, ao lado do break, dança com os quadris; e do Rap, canto falado (LOPES, 2011).

Um dos artistas de maior destaque entre os artistas do grafite é Jean-Michel Basquiat. Considerado um dos iniciadores do grafite do mundo moderno e da arte urbana, por meio de sua arte criou a “estética da grafiteagem”, que possibilitou fazer ecoar a voz da rua, do mundo do crime, do tráfico de drogas, da delinquência e de grupos sociais marginalizados socialmente. Viveu entre 1960 e 1988 e a repercussão de suas obras foi internacional. Seus trabalhos saíram das ruas e foram para os museus, e essa quebra de paradigmas possibilitou à arte abrir horizontes para olhar e repensar novos conceitos sobre formas de expressão artística (LOPES, 2011).

No mundo ocidental, registros históricos apontam que as primeiras pinturas em paredes das cavernas foram realizadas no período Paleolítico Superior; há aproximadamente 40 mil anos a.C. Nelas aparecem desenhos, alguns de traços simples, outros mais elaborados, representando animais. Ao que tudo indica dedos e mãos foram os primeiros instrumentos usados pelo homem para o desenho; mais tarde há evidências que indicam o uso de pinéis construídos com pelos de animais e penas de aves (GOMBRICH, 2000).

Não se sabe até o momento o que levou o homem desse período a fazer os desenhos nas paredes das cavernas, porém, há indícios que reve-

lam que o acesso a elas era difícil e que não eram poucos os obstáculos para se chegar a elas. Tais evidências indicam que eram necessários empenho e vontade diante de tantos desafios; e a explicação mais coerente para a realização das pinturas em tais circunstâncias estaria na crença da força da imagem (GOMBRICH, 2000).

Muitos anos se passaram e exatamente no século XX, a pintura mural, aplicada à arquitetura, volta a ganhar visibilidade, e ela se destaca por não estar mais focada na decoração, uma característica que se manteve durante séculos, e por apresentar narrativas que tratam de questões sociais (GOMBRICH, 2000).

A maneira como se deu o ressurgimento dessa pintura não foi homogênea em todos os países. Em Paris, foi a forma impressionista com destaque para Pablo Picasso; nos Estados Unidos, houve um movimento de arte mural; e no México, surgiu o Movimento Muralista, proveniente de um movimento revolucionário, que fez da pintura mural uma forma de expressar as manifestações políticas e sociais (GOMBRICH, 2000).

Mas foi nos Estados Unidos, em 1933, que Diogo Rivera, um dos mais relevantes muralistas mexicanos, pintou uma obra de vinte e sete afrescos, denominada Indústria de Detroit, nas paredes de Belas-Artes de Nova York.

Fundamentação teórica

Cronotopia

Bakhtin toma emprestado o conceito cronotopia para expor a relação intrínseca que há entre o tempo e o espaço. Em literatura, o termo associa tempo e espaço em um todo inteligível e concreto (AMORIM, 2012).

Esse todo refere-se a uma produção da história de um lugar frequentado por várias pessoas e está associado aos gêneros do discurso, entendidos como unidade de intercâmbio verbal que incluem tema, composição e estilo (SOBRAL, 2009) e evidenciam temporalidades e visões tópicas (AMORIM, 2012).

Cronotopo folclórico: o tempo, o herói, o bufão, o riso na paródia

Na Idade Média se desenvolveram formas folclóricas de caráter satírico, irônico e paródico. Destaca-se o bufão, que cria em volta de si microcosmos e cronotopos especiais. Seu sentido é figurado. Ele não é o que parece ser. A existência dele é o reflexo de outra existência.

O riso assume o caráter público da praça do povo. São figuras que se tornam objeto de riso. Cria-se um modo de exteriorização do homem por meio do riso paródico (BAKHTIN, 2014).

As raízes da plenitude do tempo do romance estão na plenitude de tempo mitológica e popular. As formas de plenitude de tempo possuem ligação com a descoberta das contradições sociais.

Uma das formas na qual se manifesta atitude para com o futuro é a escatologia: teoria relativa às coisas que devem ocorrer no fim do mundo. Pela perspectiva dessa teoria, o que importa é que o fim seja esperado por tudo o que existe e que seja um fim próximo (BAKHTIN, 2014).

Segundo Amorim (2012), para Bakhtin, a cada temporalidade surgem novos valores e com eles nasce um novo homem. Tempo é a perspectiva de mudanças, de acontecimentos. Pelo tempo, Bakhtin investiga a transformação à qual o herói tem que passar e nessa passagem cabe indagar o que leva o herói a ser identificado como tal.

Para Bakhtin, o tempo, ao integrar passado e futuro, transforma os significados e lança o mundo para um contexto que se distancia do conhecido e representado. É nesse momento que o sentido se inscreve em um espaço-tempo que possibilita a transformação.

A morte é que engendra a vida. A vida é o que vai morrer. Ideais e valores se materializam e tomam forma nos elementos da vida. Morte e nascimento dizem respeito à constituição do indivíduo ou do herói. O herói só pode ser herói para um outro sujeito, para aquele que o totaliza (AMORIM, 2012).

Exotopia

Esse termo também trata da relação espaço-tempo, mas traz o sentido de se situar em um lugar exterior. O autor, após tentar compreender a visão do outro -colocar-se no lugar do outro -, volta ao seu lugar, e com o olhar, a cosmovisão, expressa na obra aquilo que viu no outro, segundo seus valores (AMORIM, 2012).

É um conceito que visa consolidar a interação social marcada sempre por dois olhares, duas vozes, provenientes de seus mundos; cada mundo trazendo consigo um espaço e um tempo que lhes são próprios. É um termo que está ligado à ideia de acabamento, implicando um trabalho de fixação e de enquadramento.

Discussão

Análise do grafite “Tourada”, de Kobra



Figura 3 “Tourada”, de Eduardo Kobra.

Fonte: eduardokobra.com

Para tentar compreender a construção das formas visuais do grafite “Tourada”, é necessário concentrar-se primeiramente na escolha dos elementos visuais. O que mais chama a atenção ao olhar o grafite são o touro e o toureiro que está sendo confrontado pelo mesmo e posteriormente o outro toureiro, que está abaixo do lado direito da obra.

Porém, o que se faz notar nessa composição visual é o fato do toureiro que é enfrentado pelo touro estar assumindo um personagem de caráter de bufão. Sua derrota ultrajante faz com que ele seja ridicularizado e, nesse ato de humor, há um tom de seriedade mesclada ao deboche: ao provocar riso, faz-se uma sátira aos valores vigentes referentes à tourada, caracterizando uma paródia.

Dessa forma, é a postura enérgica do touro que desequilibra, choca e chama atenção do observador ao perceber que é o animal quem expulsa da praça pública o toureiro e, num discurso irônico, faz com que ele despenque sobre o muro, deixando uma de suas sapatilhas no chão.

A presença dos signos vinculados ao touro – a coroa sobre a sua cabeça e a bandarilha fincada em seu corpo – não só reforça sua qualidade individual, como ativa a comparação da relação que se estabelece entre o touro e o toureiro, uma vez que a bandarilha está associada ao toureiro e

não ao touro, segundo os valores vigentes nas touradas na Espanha. E a coroa sobre a cabeça do touro reforça a derrocada do toureiro, que, pela expectativa da tourada, deveria ser ele coroado como um herói no cronotopo da praça pública.

O bufão, que tem raiz popular, folclórica, leva para a praça pública - em todo seu aspecto satírico - um olhar que se diferencia de uma visão vigente na Espanha e em outros países sobre a tourada. Trata-se de outra cosmovisão de mundo, que ocorre no cronotopo da praça pública e lá há espaço para o riso.

No entanto, o cômico, o grotesco torna-se uma manifestação afrontosa e ambivalente, pois, ao instigar o riso no observador, instiga-o a ultrapassar o humor e a provocar desejos de mudança num futuro próximo.

O fantástico do folclore é um fantástico realista. Para dotar de realidade algum ideal, ele é concebido no presente, em algum lugar do mundo. O que importa é que o fim seja esperado e que aconteça num tempo relativamente próximo.

Na obra “Tourada”, quem é o herói neste enunciado? É o touro. É ele quem está com a coroa na cabeça. No folclore, a força e a importância do herói não aparecem separadas da dimensão espacial nem da duração temporal. O herói sozinho - o touro - rechaça o inimigo em plena praça pública. E o bufão, ao parodiar ou satirizar a tourada, rebaixa ou destrói todo o significado de uma visão do homem sobre a tourada, desde o seu surgimento até os dias atuais.

A linha diagonal, de cima abaixo da obra, auxilia a compreender melhor a estrutura da composição visual e do discurso verbo-visual e ativa a comparação de duas interações que ocorrem na obra. A primeira interação é entre o bufão e o touro; a segunda é entre o toureiro que ainda não entrou na praça e o bufão.

Esse toureiro faz uso do capote vermelho e amarelo – cores da bandeira espanhola: signos que confirmam o papel atribuído a ele de enfrentar o touro – numa sinalização de que ele deverá entrar na praça para tourear. Porém, não é possível perceber sequer se ele olha para o rebaixamento do toureiro e da tourada, mas, o que se nota, é uma postura passiva diante do fato; sinalizando uma dúvida em relação à sua atuação diante do enfrentamento do touro.

Os valores do toureiro não estão perceptíveis, porém, mais uma vez torna-se visível o ponto de vista do autor criador sobre o evento, por meio da linguagem verbal está à esquerda da obra a palavra em letras gar-

rafaís APLAUSOS ao touro, reforçando a ideia de que ele é o herói neste episódio. Tal consagração é impulsionada pelo discurso verbal, que está à esquerda na obra: “Não é arte, não é cultura, é TORTURA”.

Até hoje há uma valorização das touradas na Espanha e em outros países europeus nos quais o touro é massacrado. No entanto, na “Tourada”, por meio da paródia, o touro ridiculariza o toureiro e se consagra como herói. É possível perceber no cronotopo da praça pública outro toureiro, que, ainda que paralisado, tudo indica que irá entrar na praça para render o touro. Essa imagem indica que o fim das touradas – tão desejado pela cosmovisão do autor criador – é um imperativo a ser defendido, anunciando a necessidade de mudanças que promovam o surgimento de um novo homem e de um novo tempo.

O discurso verbo-visual da obra é marcado pela ironia e pelo discurso verbal que colabora para criar um poder de veracidade ao exposto no enunciado da obra. O autor criador, do seu ponto de vista exotópico, que observa o evento, volta a si, e expressa seu posicionamento valorativo: as touradas irão continuar e essa prática -uma tortura, e não um ato civilizado –prosseguirá, se nada for feito para que ela seja exterminada o quanto antes.

A linguagem verbal ativa a veracidade do que está sendo exposto pelo autor criador no evento enunciativo - em face da memória discursiva- e colabora para realizar uma compreensão responsiva do sentido da obra.

Análise do mural “Gloriosa Victoria”, de Rivera



Figura 4. “Gloriosa Victoria”, de Diego Rivera.

Fonte: artforachange.com

Gloriosa Victoria é uma obra de forte representação histórica para o povo da Guatemala, pois ilustra o *ethos* social do povo latino e a ideologia contida por trás do olhar do artista (que era trotskista, chegando a hospedar o próprio Trotski em sua casa) sobre a Revolução Guatemalteca. Período este que durou desde a revolta popular, em 1944, que derrubou o ditador Jorge Ubico, até o golpe de estado arquitetado pelos Estados Unidos para retirar do poder o presidente Jacob Árbenz, em 1954 e suas consequências.

Resumidamente, este foi um período no qual, sob o comando do ditador Jorge Ubico, a Guatemala viu seus cidadãos serem massacrados, o povo indígena perder as terras que, em contrapartida, foram passadas para grandes latifundiários, além da crescente exploração das terras e do povo pela empresa norte-americana *United FruitCompany* (UFC) que realizava principalmente a exportação das bananas guatemaltecas.

Porém, em outubro de 1944, Jacob Árbenz (um professor de filosofia) lidera um golpe militar que trouxe para o país dez anos de crescimento e calmaria, conhecidos como os “Dez anos de primavera”, nos quais foram feitas reformas políticas e sociais, tais como a preocupação pela alfabetização do povo, reformas agrárias e a devolução das terras à maioria dos povos indígenas (CARVALHO, 2011).

Essas mudanças, feitas principalmente sob o governo de Árbenz, em 1951, entraram em conflito com as ideias de exploração da UFC que, consequentemente foi perdendo o domínio de muitas terras no país. Desta forma, a companhia acabou pressionando o governo norte-americano e, junto ao Departamento de Estado Americano, organizou um Golpe de Estado. Os americanos, com a ajuda da igreja Católica da Guatemala, alegaram para tal feito que o presidente do país era comunista. Após o golpe, o Coronel Carlos Castillo Armas, apoiado pelos EUA, toma o poder, tornando-se presidente e inaugurando um período de intensa guerra civil que durou de 1960 a 1996, levando à morte muitos inocentes, ao extermínio do povo indígena maia e à violação dos direitos humanos (CHAPMAN, 2007).

Ao ser analisada esta obra, percebe-se uma grande riqueza iconográfica. Rivera conseguiu, com a assistência das artistas Rina Lazo (guatemalteca) e Ana Teresa (mexicana), sobre uma tela enrolável de 2,6 metros de altura por 4,5 metros de comprimento, reproduzir fatores e personagens envolvidos nesta guerra civil, bem como apresentar uma forte crítica aos acontecimentos; algo que requer do observador uma visão de mundo e repertório histórico.

A obra apresenta diferentes interações entre grupos sociais e a que mais chama a atenção por parte do observador, ao olhar o cronotopo da praça pública, são os corpos estendidos no chão; a maioria, crianças. Esta cena estende-se por toda parte inferior da obra, anunciando um massacre, que se torna mais explícito quando se nota a presença de um padre, abençoando a situação.

Atrás do padre, facões estão erguidos por mãos de um homem e de uma mulher que aparecem à direita da obra, numa posição intencional de enfrentar o inimigo. Há ainda uma metralhadora, empunhada por uma mulher de blusa vermelha, e uma espingarda também empunhada por um soldado que está a postos para proteger os senhores que se cumprimentam no centro da imagem.

Nessa cena o cronotopo, compreendido como algo que permite a materialização do tempo no espaço, é de conflitos armados que se manifestam em uma praça pública, onde as interações ocorrem entre diferentes grupos sociais: camponeses, militares, padre, prisioneiros, entre outros.

Há, à direita do mural, uma cela, na qual prisioneiros olham o que acontece na praça: um grupo de pessoas com armas erguidas para enfrentar os americanos que, por sua vez, estão levando as bananas. Outros choram diante dos feridos ou mortos estendidos no chão e tentam ver se há sobreviventes entre eles.

A palavra Quirigua – referência à uma antiga cidade maia que teve a região ao seu entorno vendida à *United Fruit Company (UFC)* no século XX - aparece na lateral do navio, à esquerda da obra. Ela é a referência do cronotopo da praça pública, cuja cidade localiza-se na Guatemala.

Há ainda cumprimentos entre um senhor de cabelos pretos, possivelmente um nativo da Guatemala, e um senhor norte-americano, caracterizado pelo chapéu e pelas roupas, típicos de um turista. Esse aparece com a mão apoiada em uma bomba, signo do poder norte-americano. Nota-se que essa bomba apresenta a caricatura do presidente Eisenhower, ridicularizado ao ser associado à bomba atômica, caracterizando uma paródia por ironizar o seu poder. Desta forma, neste evento enunciativo, o presidente carrega marcas de um bufão. O aperto de mãos sugere a realização de um acordo entre as nações.

O aperto de mãos se dá ao lado de uma penca enorme de bananas, numa referência à Guerra das Bananas – nome dado às intervenções armadas dos EUA na América Central durante o século XX. Eis o cronotopo temático, ou seja, conflitos armados entre os Estados Unidos e a Guatemala.

Há a caracterização de um senhor que sussurra no ouvido de outro e segura uma cadeira, na qual repousa uma penca de bananas, sugerindo que ele tem poder sobre elas. A sua bolsa, repleta de notas de dólares, e a bomba atômica ao seu lado sugerem o poder do governo norte-americano sobre o país latino.

Os signos que marcam a obra são a bandeira americana, a bomba atômica - representando o poder bélico dos EUA - e os dólares, representando o poder de sua moeda no mundo exterior. Já as bananas, ao fundo da pintura, representam a riqueza da Guatemala. Também há um soldado de pele escura, armado, de prontidão para proteger os americanos, bem como um padre que cumpre seu exercício religioso, mas se mostra apático perante os conflitos que ocorrem ao seu redor e com seu país.

O discurso visual irônico do enunciado, materializado por meio das vozes sociais, expõe a cosmovisão do autor criador diante da veracidade dos fatos, da sua posição exotópica, e chama a atenção para a necessidade de uma nova ordem social o quanto antes e apontando como herói para a realização de novos acontecimentos o povo da cronotopia da praça pública.

Nessa paródia, o herói é o próprio povo, que insiste em confrontar o poder do governo norte-americano. A ironia, além de estar presente na imagem da bomba atômica, também chama a atenção pela quantidade de dólares que mal cabem na bolsa do americano, satirizando o evento enunciativo de uma forma grotesca quando se observa o massacre de crianças mortas no chão vermelho, sugerindo sangue, e notam-se trabalhadores carregando bananas com roupas rasgadas. A ironia volta a aparecer na atitude do padre que abençoa aquele momento de conflito armado.

O mural “Gloriosa Victoria” é uma manifestação sociocultural construída numa dimensão temporal que ocorre no cronotopo da praça pública. Conflitos políticos, sociais e culturais estão representados na obra e diferentes vozes sociais dialogam entre si pela ironia, pela forma grotesca, expressando posicionamentos valorativos diante do enfrentamento. Nessa paródia o povo da Guatemala está representado como herói, sugerindo, em contrapartida, os representantes do governo norte-americano como o burlão nesse enunciado.

A visão exotópica do autor criador, formada pelo seu olhar valorativo, manifesta-se no mural, dando voz a todos na praça, e demarcando cada um deles por meio dos signos sociais. Porém, é a luta do povo nativo guatemalteco, ao não se deixar dominar pelas forças governamentais norte

-americanas, que ganha destaque na obra, demonstrando desejos de novos tempos, de outros acontecimentos.

Considerações finais

Na forma de composição da “Tourada”, de Kobra, e da “Gloriosa Victoria”, de Rivera, está expressa a consciência dos autores criadores, ora pelo discurso irônico, ora pela veracidade em seus enunciados, revelando seus valores num posicionamento crítico em relação à exploração do homem pelo homem e à do animal pelo homem.

Tanto Rivera quanto Kobra transformam paisagens, resgatam memórias de grupos sociais e preservam-nas sob outra dimensão axiológica. A intenção de ambos autores criadores é instigar os observadores a dialogar com as obras e seus fatos sociais, demarcados em um tempo e num espaço, incentivando-os a compreendê-los, a posicionarem-se valorativamente diante deles, tornando-se sujeitos responsivos diante de tais acontecimentos, possibilitando, assim, anunciar a chegada de um novo tempo.

Referências

AMORIM, M. Cronotopia e exotopia. In: BRAIT, B. (Org.). Bakhtin: outros conceitos-chave. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 100-104.

ARAÚJO, M.S. Muro + spray: os jovens e os grafites de muros como produções estéticas críticas no ambiente urbano. Antropologia Cultural (PPGSA/IFCS/UFRJ). Florianópolis, 2003. Disponível em: <http://www.ppgartes.uerj.br/seminario/2sp_artigos/marcelo_araujo.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2018.

BAKHTIN, M. Questões de literatura e de estética. A teoria do romance, 7 ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2014.

BEMONG, Nele. Bakhtin e o cronotopo: reflexões, aplicações, perspectivas. Nele Bemong, et al.. 1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BRAIT, Beth. Bakhtin: conceitos-chave. Beth Brait (org.). 3.ed. São Paulo: Contexto, 2006.

CARVALHO, Raul Costa de. A interpretação iconológica da *Gloriosa Victoria* (1954) de Diego Rivera. Porto Alegre, 2011.

CASTELANI, Glauca Rodrigues. Murais Mexicanos: a arte para o povo. S.d. – disponível em: <http://www.klepsidra.net/klepsidra6/muralismo>.

html> acesso em: 19 jul. 2018.

CHAPMAN, Peter. Bananas: How the United Fruit Company Shaped the World. New York: Canongate, 2007.

DONDIS, D.A., Sintaxe da linguagem visual, 3ª ed. SP: Martins Fontes, 2007.

FARACO, Carlos Alberto. Linguagem & diálogo: as ideias do Círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GITAHY, C. O que é graffiti. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1999, p. 11
GOMBRICH, E. H. História da arte. A teoria do romance. 16 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

KOBRA, E. Disponível em: <http://www.saraivaconteudo.com.br/Materias/Post/46117>> Acesso em 21 jul. 2018.

_____. Disponível em: <http://www.eduardokobra.com/biografia/>> Acesso em 19 jul. 2018.

LAZZARIN, L. F. Grafite e o Ensino da Arte. Educação & Realidade, vol. 32, núm. 1, enero-junio, 2007, pp. 59-73. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/4469/1/2011_SuzyMargaretDamascenoNobre.pdf> Acesso em 21 jul. 2018.

LEITE, Francisco Benedito. Cronotopo e folclore: uma contribuição de Bakhtin para análise do romance e das tradições folclóricas. *Cadernos Discursivos*, Catalão – Go, v.1, n.1, p.20-32, ago./dez. 2012.

LOPES, J. G. Grafite e pichação: os dois lados que atuam no meio urbano, 37 f. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social), Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MACHADO, Irene A. A teoria do romance e a análise estético-cultural de M. Bakhtin. Revista USP, Março/Abril e Maio. 1990.

SANTOS, M. E. Hieróglifos Entre o Simbólico e o Mágico, Recanto das Letras, 2010. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/trabalhos-academicos/2478795>>. Acesso em 10 abr. 2018.

Impactos dos projetos de infraestrutura na Amazônia Brasileira: Desenvolvimento, conflitos no campo e desmatamento

Artur de Souza Moret

Rafael Ademir Oliveira de Andrade

Introdução

A Amazônia é um território distinto, seja na perspectiva do Brasil, seja na perspectiva do mundo, porque a Biodiversidade é exuberante e maior do mundo, da mesma forma que as populações tradicionais são diferentes de outros de Territórios e, sobretudo, porque a relação destas e o Ecossistema sejam normalmente balizados no equilíbrio entre as necessidades humanas e as perspectivas cosmogônicas que se estabelecem com a fauna, flora e seres inanimados conhecidos. Entretanto, não há por parte dos governos e, sobretudo, da elite econômica/política brasileira visão alternativa do papel que esse território desempenha na natureza, porque sabemos que a Amazônia media clima e água em todos os cantos do Brasil e ainda tem interferência no mundo.

Esta visão deturpada da elite, enquanto herança do processo colonial e da divisão mundial do trabalho configurado desde então até os dias atuais, encara a Amazônia como um território idêntico àqueles que já foram apropriados no centro sul do Brasil e por isso suscetível à reprodução das atividades econômicas que são consolidadas noutros espaços do Brasil. Vista como um vazio demográfico e de importância simbólica, a Amazônia sempre esteve no imaginário - e nas práticas dessas elites - como um espaço a ser vencido, ocupado, santificado, afinal, estamos falando do “inferno verde” de Euclides da Cunha.

A infraestrutura desempenha papel relevante na empreitada de colonizar/utilizar a Amazônia, porque conecta (estrada, eletricidade, produtos, insumos, industrialização, urbanização) o território ao restante do Brasil, entretanto esse arcabouço incorporado ao território não considerou/considera como um espaço dotado de biodiversidade e Populações Amazônicas que vivem em territórios singulares. Como resultado desta lógica

temos territórios, antes amazônicos e dotados de equilíbrio, incorporados à dinâmica econômica tradicional com impactos na Biodiversidade e, sobretudo, na vulnerabilização das populações tradicionais; esse desequilíbrio é expressado pela consolidação da produção pecuária, soja, cana e dendê, que resultados de áreas desmatadas, muitas ilegais em terras Indígenas e/ou áreas de conservação.

As Populações Amazônicas têm traços culturais marcantes e distintos que determinam a vida vivida, são singulares nas atividades laborais, nos deslocamentos, nas crenças, nas moradias, nas relações com o poder público e com o Estado. A vida vivida tem relação direta com a biodiversidade (rios, florestas, barrancos de rio, várzea de rio e etc.) portanto qualquer alteração nesta modificam o *modus operandis* e os hábitos da População Amazônica.

Os projetos de infraestrutura produzem modificações nos biomas, portanto os impactos nas populações amazônicas são rápidos e muitas vezes irreversíveis porque estas vivem em equilíbrio com a Biodiversidade (não há geração de excedente e de poupança) em uma economia de sobrevivência; por um lado há resiliência na permanência no espaço vivido, por outro lado não há desejo de adaptação a realidades distintas daquelas culturalmente estabelecidas.

Alterando a biodiversidade há consequência direta na vida vivida, provocando perdas econômicas⁸, diminuindo a segurança alimentar, de possibilidade labor/trabalho, vulnerabilidade na saúde, na educação, na segurança; essa alteração pode produzir até deslocamento para as cidades, principalmente para as periferias porque há possibilidade de moradias de baixo custo, de certo modo precárias e vulneráveis porque o Estado não tem presença efetiva. O presente artigo irá estabelecer uma discussão acerca dos impactos desses projetos, focando na questão dos conflitos no campo e do desmatamento.

Procedimentos e pressupostos balizadores

O procedimento utilizado neste texto é o descritivo analítico. Descritivo, porque o problema estudado é mostrado e transcrito como ele aparece/surge na sociedade. Analítico, porque procura as características do problema e estabelece relações causa e efeito, ou seja, são apresentadas

⁸ Na Amazônia ainda há atividades de escambo, que é constituída por inter-relação entre comunidades e pessoas que têm laços de afinidade, de vizinhança e/ou de parentesco.

as causas (porquês) e os efeitos (resultados) explicando assim o problema estudado. O problema científico deste texto se baseia na compreensão da relação entre as interferências na Amazônia e suas consequências no Território. Ou seja, as interferências que ocorrem na Amazônia produzem danos irreversíveis à Biodiversidade representado pelo desmatamento e às populações que viviam na Amazônia, que serão representados pelos conflitos e pelas vulnerabilidades da Amazônia presentes na Região Norte.

O problema de pesquisa se justifica através dos pressupostos, dos dados e das informações apresentadas. A análise do comportamento e da comparação dos dados consistirá na ferramenta utilizada neste texto. São 4 os pressupostos que dão base a este texto:

1- Os impactos causados à Biodiversidade produzem danos irreversíveis ao planeta e mais diretamente aos territórios que dela dependem.

As atividades econômicas introduzidas de forma indiscriminada na Amazônia produzem perda de biodiversidade que não serão recuperadas, bem como introduz desequilíbrio no ecossistema e com resultados muitas vezes catastróficos, excesso ou escassez de chuva, queimadas, mudança de temperaturas, cheias ou secas intensas.

2- O Território tem uma concepção que suplanta a noção única de espaço, ou seja, é composto pelo espaço e pelas relações (econômicas, sociais, culturais, relações de vizinhança, identidade) existentes entre aqueles que nele vivem e a Biodiversidade.

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi (SANTOS, 2002, p. 96).

3- O desmatamento que ocorre na Amazônia é resultado das interferências no Território, bem como elimina Biodiversidade e o equilíbrio existente entre o ambiente e aqueles que vivem historicamente na Amazônia.

O desmatamento na Amazônia brasileira tem como principais causas diretas a pecuária, a agricultura de larga escala e a agricultura de corte e queima. Dessas causas, a expansão da pecuária bovina é a mais importante (RIVERO et al, 2009).

4- Os conflitos no campo água que ocorrem na Amazônia são um dos resultados do desequilíbrio produzido no Território pelas intervenções de Programas e Projetos de Infraestrutura, bem como pela expansão do Capital para a apropriação do Capital que caminham junto com as propostas de governo, porque entre aqueles que habitavam o Território havia o equilíbrio entre estes e o ambiente, entretanto com a intervenção no Território produz o desequilíbrio e por consequência conflitos.

o avanço cada vez maior do agronegócio sobre terras indígenas e de pequenos agricultores, posseiros e sitiantes, fazendo pressão, violência e até assassinatos contra eles. Para estes, o uso do direito é considerado uma provocação. Por outra parte, o número das vítimas tem crescido porque os camponeses começaram a se organizar coletivamente e a resistir, valendo-se de aliados e de todo tipo de leis que os protegessem. O crescimento da violência do latifúndio, em boa parte, se deve a este tipo de resistência coletiva organizada (CPT, 2016).

Os dados analisados de desmatamento e de conflitos no campo deste texto são, na visão dos autores, as maiores consequências das interferências na Amazônia, seja porque por um lado alteram a Biodiversidade Amazônia (desmatamento) com impactos locais/regionais/globais e, por outro, impactam a vida vivida dos moradores da Amazônia (conflitos) com impactos sociais locais. A hipótese que permeia é que exista relação entre as duas questões (interferências e dados), porque aqueles que vivem na Amazônia fazem uso equilibrado da Biodiversidade, assim as interferências produzem desequilíbrio nos ecossistemas e na sociedade.

A máxima de que a infraestrutura induz o desenvolvimento

O Desenvolvimento de povos e nações é um tema controvertido, porque ainda é entendido como crescimento econômico, entretanto este crescimento esbarra em limitações científicas e de ordem estrutural, ou seja, não se pode transformar infinitamente recursos em bens de consumo, sob pena de produzir desequilíbrio no sistema com a geração de resíduos (efluentes sólidos, líquidos e gasosos) que nem sempre podem ser reintroduzidos no ambiente e, sobretudo, com a extinção dos recursos da fauna e da flora.

Por outro lado, o uso intensivo dos recursos naturais é feito com capital intensivo e externo ao ambiente amazônico produzindo desequilíbrio de renda e da vida vivida pelas Populações Amazônicas, mas que é

justificável pela ótica capitalista de captação de recursos naturais com crescimento econômico e com exclusão social, ao passo que as populações tradicionais tendem a serem vistas como impedimentos ao desenvolvimento, como no caso dos licenciamentos de empreendimentos que impactam em cemitérios e outros lugares sagrados para povos indígenas.

A implantação do Desenvolvimento para a Amazônia está pautada em alguns pontos, tais como: ocupação de espaços vazios, uso intensivo de recursos naturais, a instalação de infraestrutura local para conectar a Amazônia ao Brasil, a reprodução de atividades econômicas desenvolvidas no centro sul do Brasil na Amazônia, dentre outros. Becker (2013) destaca que a Amazônia nunca foi um espaço vazio, ocupado por inúmeras populações indígenas e ribeirinhas que construíram uma dinâmica própria de equilíbrio sistêmico entre a vida vivida e a biodiversidade. Entretanto, estes itens não produzem resultados efetivos porque não consideram a biodiversidade local, tampouco, a cultura e a vida vivida das Populações Amazônicas.

Um dos exemplos bem sucedidos de Desenvolvimento Regional foi a implantação do *Tennessee Vale Authority* - TVA iniciado em 1933 nos EUA, na bacia hidrográfica do Rio Tennessee, visando atuar no combate à pobreza e implantar o desenvolvimento regional; a região era uma área pobre dos EUA, agricultores familiares, alto índice de analfabetismo, uma parte sofria de malária- como exemplo no norte do estado do Alabama 1/3 da população sofria com a malária. As principais atividades estruturantes implantadas na região foram: controle de cheias, implantar Usinas Hidrelétricas, navegação, transporte rodoviário, modernização da agricultura, expansão da agricultura, irrigação, industrialização, urbanização e serviços urbanos (BROSE et al, 2015).

A implantação do Desenvolvimento Regional para a Amazônia foi resultado de diversos programas e projetos pouco articulados com a região e, sobretudo, atuando em casos particulares sem a complexidade que um programa de intervenção requer, até porque o espaço era compreendido como não ocupado, sem infraestrutura de escoamento, de transformação e de distribuição e, sobretudo, de mão de obra e mercado locais. Destacam-se as intervenções estatais na Amazônia: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Banco da Amazônia (BASA), Zona Franca de Manaus, POLONOROESTE, PLANAFLORO e Plano Amazônia Sustentável (NETO, CASTRO e BRANDÃO, 2017).

As intervenções na Amazônia mais emblemáticas foram: construção da Transamazônica, criação da Zona Franca de Manaus, fomento e incentivo à Migração (produzindo grilagem de terras públicas), apoio ao corte de madeira produzindo desmatamento e incentivo à atividade agropecuária (aumentando o desmatamento), da soja e da cana de açúcar produzindo contaminação do solo, do ar e dos cursos d'água; por último, podemos destacar o uso do potencial hidrelétrico da Amazônia para fins de geração elétrica, iniciado com as UHE's Samuel, balbina e Tucuruí, e mais recentemente as UHE's do Rio Madeira (Santo Antônio e Jirau), Belo Monte e outras ainda em fase de construção e planejamento, 121 usinas hidrelétricas foram planejadas para a Amazônia pelo Programa de Aceleração do Crescimento, com implantações previstas para as primeiras décadas do século XXI.

Destaca-se assim que, na Amazônia, o crescimento econômico foi a tônica reticente, desde as primeiras intervenções até os dias atuais, sem distinção de território, de populações, de biomas e biodiversidade; os resultados e os impactos desse Desenvolvimento podemos sintetizar: desmatamento enorme e crescente com perda de biodiversidade (dados mostrados no próximo item), crescimento da produção agropecuária, da soja e da cana, conflitos agrários cada vez mais intensos, vulnerabilidade social e ambiental da população Amazônica.

Para demonstrar a situação do Desenvolvimento na Amazônia o IMAZON (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia) produziu o Índice de Progresso Social (IPS) para demonstrar que os índices tradicionais não medem a situação do desenvolvimento social, porque “medidas de desenvolvimento baseadas apenas em variáveis econômicas são insuficientes, já que crescimento econômico sem progresso social resulta em exclusão, descontentamento social, conflitos sociais e degradação ambiental” (SANTOS et al, 2014, p.16).

O Índice, apresentado no quadro 01, é importante ao que se propõe de medir que é Índice de Progresso Social (IPS) porque utiliza as três dimensões: Necessidades humanas básicas (Nutrição e cuidados básicos, Água e saneamento, Moradia digna e segurança Pessoal) Fundamentos para o Bem-Estar (Acesso ao conhecimento básico, Acesso à informação e aos meios de comunicação, Saúde e bem-estar, Sustentabilidade dos ecossistemas) e Oportunidades (Direitos individuais, Liberdade e escolha, Igualdade e inclusão e Acesso à educação Superior).

Olhando especificamente as doze (12) variáveis utilizadas no IPS destacadas no Quadro 01, que são comparadas os IPS para o Brasil e da Amazônia, demonstrando que de todas essas variáveis apenas 3 tem valor para o Brasil menor do que da Amazônia, quais sejam, a Segurança pessoal, a Saúde e bem-estar e Igualdade e inclusão, ou seja, nas 9 variáveis restantes os valores da Amazônia foram menores do que aquelas do Brasil, demonstrando que o Território Amazônico ainda tem baixo progresso social (57,31) em comparação com o valor do Brasil de 67,73. Essa diferença de IPS demonstra desequilíbrio no progresso social, visto que o Território Amazônico é dotado de rica biodiversidade e recursos naturais, demonstrando que o processo de ocupação da Amazônia pressupõe captação de recursos naturais sem contudo distribuir progresso social, como foi destacado por Santos (2014, p.16), ou seja, se essa relação causal ocorre acontecem descontentamento social e conflitos sociais (aqui demonstrado pelos conflitos no campo e pela água) e degradação ambiental (aqui demonstrado pelo desmatamento).

Há que se destacar as maiores diferenças das variáveis entre o Brasil e a Amazônia apresentadas no quadro abaixo: água e saneamento 35,35 na Amazônia e 74,87 para o Brasil; direitos individuais 45,22 para a Amazônia e 65,3 para o Brasil; acesso à educação superior 19,1 para a Amazônia e 33,76 para o Brasil. Entretanto, é importante destacar valores que soam estranho: Moradia digna- 72,48, ou seja, as moradias da Amazônia são vulneráveis, excetuando aquelas áreas urbanas que tem padrões similares aos restantes do Brasil; Acesso à informação e aos meios de comunicação- 53,36, esse valor é controverso porque há imensas áreas da Amazônia que não tem acesso a TV e a Internet; Liberdade de escolha- 64,41, destacam-se poucas oportunidades nas áreas isoladas da Amazônia, bem como nas áreas vulneráveis da área urbana, portanto essa medida me pareceu pouco profunda para as diferentes áreas para a Amazônia.

Quadro 01: Índice de Progresso Social

	Amazônia	Brasil
Índice de Progresso Social (IPS)	57,31	67,73
Dimensão – Necessidades Humanas Básicas	58,75	71,6
Nutrição e cuidados médicos	72,46	80,01
Água e saneamento	35,35	74,87
Moradia digna	72,48	92,03
Segurança pessoal	54,72	39,49
Dimensão – Fundamentos para o Bem-Estar	64,84	70,42
Acesso ao conhecimento básico	60,61	67,13
Acesso à informação e aos meios de comunicação	53,36	63,44
Saúde e bem-estar	70,57	68,35
Sustentabilidade dos ecossistemas	74,85	82,76
Dimensão – Oportunidades	48,33	61,18
Direitos individuais	45,22	65,39
Liberdade e escolha	64,41	81,99
Igualdade e inclusão	64,58	63,59
Acesso à educação superior	19,1	33,76

Fonte: Santos, 2014.

Amazônia como território de experimentos

A ocupação da Amazônia⁹, os projetos de desenvolvimento e de infraestrutura, pressupõem o último território para a reprodução do Capital excedente no Brasil. O extrativismo foi a marca da atuação, iniciaram com as drogas do sertão, a borracha, a castanha, a madeira, o ouro e os minerais, as usinas hidrelétricas, o espaço desmatado para a pecuária, a soja, a cana e o dendê, viabilizado pelos projetos de ocupação, que têm como um dos ícones, os eixos de desenvolvimento propostos na década de 1950 e retomado em 1996 no Programa Brasil em Ação, como destacou Becker (1999):

uma nova tecnologia espacial do poder estatal se desenvolveu, impondo no espaço nacional uma poderosa malha de duplo controle- técnico e político- correspondendo ao conjunto de programas e projetos e governamentais (...) criação de novos territórios diretamente geridos por instituições federais e superpostos à divisão político-administrativa vigente.

⁹ A Amazônia legal foi criada em 1953 como área de atuação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA).

A Amazônia brasileira tem 61% do território brasileiro (área de 5,0 mi km²) e está presente em nove (09) Estados do Brasil (Pará, Amazonas, Maranhão, Goiás, Mato Grosso, Acre, Amapá, Rondônia e Roraima) com biomas distintos do Brasil e, sobretudo, do mundo. O bioma é complexo, mas pode ser caracterizado por vegetação florestal densa e fechada, rios com volume e velocidade de água altas, rica e exuberantes fauna e flora. Historicamente a Amazônia era ocupada por milhões de indígenas divididos em centenas de povos com suas histórias e cosmologias próprias, entretanto a ocupação do homem branco e europeu alterou radicalmente o território amazônico, seja na extinção das populações indígenas, seja na alteração da cobertura e do uso da terra. Por volta de 1540 os Portugueses iniciaram a penetração na Amazônia em busca das drogas do sertão; até 1970 a Amazônia tinha somente 1% da sua área desmatada, entretanto nos 40 anos seguintes desmatou 18%.

Foi no século XX, depois das guerras mundiais, que se intensificou a ocupação das áreas da Amazônia. A região era compreendida como um vazio demográfico, como um espaço a ser ocupado por atividades econômicas tradicionais do centro sul do Brasil; portanto desfocada da cultura local e, sobretudo, expulsando as populações Amazônicas dos seus espaços vividos.

Atualmente, a população é estimada em torno de 25 milhões de habitantes, com 62% vivendo na zona urbana e 38% na zona rural, e tem baixo impacto no PIB Brasileiro com apenas 8% de participação. Dessa forma, a dinâmica da Amazônia pode ser entendida como uma intrincada relação entre urbano e o rural, entre o industrial e o tradicional, entre a densa floresta e as áreas desmatadas e atividades econômicas que a conectam com a economia do restante do Brasil.

Como especificação das interferências na Amazônia, destacamos o Estado de Rondônia, que tem área de 237 mil km² e 4,7% da área total da Amazônia, e é resultado de intervenções diversas desde o século XIX, entretanto, aquelas que modificam o Território tiveram o extrativismo, a migração intensa, a implantação de monocultura e a pecuária, que fez deste Território um espaço de conflito (nem sempre aparente) entre aqueles que impulsionam a Economia e a população local que representa o atraso. Essas dinâmicas econômicas podem ser sintetizadas em: construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (1907-1912), extração de látex para suprir a Segunda Guerra Mundial com borracha (a partir de 1940), extração de

minério (cassiterita e ouro) (a partir da década 1950) extração de madeira (a partir de 1970), aumento da produção agrícola (a partir de 1970), criação de gado (a partir de 1980) e a construção das UHEs no rio Madeira (2002-2014).

A violência no Campo

A violência no campo avança para as áreas de expansão do capital, notadamente a Amazônia e o Cerrado, de modo que temos 57% dos conflitos ocorrendo na Amazônia e 54% famílias envolvidas neste território, como destacado por CPT (2016, p. 11) a terra foi entregue ao arbítrio do grande latifúndio submetendo-a a um modelo composto por desmatamento, monocultura, pecuária, uso defensivos químicos, produzindo mazelas sociais e ambientais.

Segundo Francisco Graziano (SILVA, 1981, p. 11), “a questão agrária deixa de ser uma questão restrita ao campo e envolve a sociedade inteira ... as contradições fazem que as lutas do campo se tornem um problema político para o todo”. Os conflitos que são objeto de catalogação pela Comissão Pastoral da Terra, desde a década de 1990, são definidos como:

as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas. (CPT, 2016, p.16)

As causas do conflito podem ser várias, intrínsecas ao ser humano pela característica pré-existente dual da bondade (dimensão de luz proposto por Jung) e da maldade (pulsão de morte tratado por Freud), entretanto no mundo capitalista o conflito é intrínseco para que este (capital) se reproduza. Os conflitos, no seio das sociedades desiguais, são mais intensos e graves, porque são resultado da exclusão do acesso a bens e recursos naturais necessários à sobrevivência, pautando a manutenção de acesso em detrimento do outro, um conflito de classes, entre aqueles que têm e aqueles que não têm. Como destacado pela CPT (2016), no Brasil há sempre violência por causa de nossa formação social e da exclusão social de parcelas da sociedade no campo e na cidade; nas cidades a maior parte daqueles expulsos do campo estão imersos na miséria e na pobreza povoando as favelas.

A investigação dos crimes que ocorrem no campo é inversamente proporcional a quantidade, porque o Brasil é continental, como dito por

Leonardo Boff em CPT (2016, p.30): “a maioria dos crimes fica impune, seja pelas longas distâncias a serem percorridas pelos averiguadores, seja pela coligação existente entre latifundiários, juízes, delegados e policiais”, ou seja, o aparato do Estado muitas vezes opera a serviço do donos da terra, entretanto, ocorre no Brasil um outro ponto fundamental onde a posse da terra nem sempre está qualificada de maneira legal, porque uma parte das áreas foram/são griladas.

A questão transitória da posse da terra, muitas vezes é implantada pela permanência em áreas em conflito por parte da ocupação, mas muitas nem isso porque o latifundiário quer a posse da terra independente daqueles que nela vivem terem ou não a posse de fato e de direito, portanto essa questão transitória depende dos atores que atuam no Território. A definição da transitoriedade permanente destacada por Rolnik (2015, p. 174):

No entanto, podemos afirmar que têm em comum o fato de constituírem zonas de indeterminação entre legal/ilegal, planejado/não planejado, formal/informal, dentro/fora do mercado, presença/ausência do Estado. Tais indeterminações são os mecanismos por meio dos quais se constrói a situação de permanente transitoriedade, a existência de um vasto território de reserva, capaz de ser capturado “no momento certo” (Rolnik, 2015, p. 174).

Os impactos são mais agudos quando os territórios em disputa pode ser contestado a qualquer momento por autoridades ou agentes locais, agudizando a situação é que os mais pobres não têm as ferramentas institucionais e legais para lutar por direitos, “as formas de nomear (o território) invasão, ocupação, favela, gleba não são inocentes e procuram definir uma situação de alteridade em relação à ordem jurídico-urbanística dominante, representando uma multiplicidade de casos muito distintos” (ROLNIK, 2015, p. 152).

Territórios

Segundo Escobar (2014, p. 88) Território é um “espacio colectivo, compuesto por todo lugar necesario e indispensable donde hombres y mujeres, jóvenes y adultos, crean e recrean sus vidas ... espacio de vida donde se garantiza la supervivencia étnica, histórica y cultural”. Continuando, o Autor destaca que o Território é uma articulação complexa entre aquele que vive no Território e a biodiversidade que o envolve. Essa complexa relação envolve o conhecimento de todas as tramas da natureza, a organização

solidária entre os membros do Território, a sustentabilidade do habitat e como consequência o exercício da sustentabilidade do Território.

O território é mais do que espaço um geográfico, é respeito pela natureza, é vida econômica e cultural, é conhecimento das dinâmicas do território (rio, várzea, floresta), é tradição, é resistência a urbanidade, e mesmo que não haja a explicitação discursiva há sustentabilidade ambiental, ecológica, social, cultural e etc.

Esse equilíbrio é quebrado na desterritorialização, seja porque não há no território (que foi assentado) o mesmo contexto anterior como exemplos: rio, várzea, peixe, floresta, seja porque no novo território prescinde e é necessário adaptação a novas dinâmicas econômicas, sociais, ambientais, produzindo muitas vezes evasões e abandonos.

Nesse contexto de desterritorialização acontecem conflitos, porque muitas vezes esse processo é ilegal, entretanto mesmo quando está envolto em legalidade os problemas causados são tão grandes que podem eclodir conflitos. Não tratarei, com o rigor que merece, dos conflitos de forma geral, porque o foco deste texto que mira apenas nos impactos produzidos pelos grandes empreendimentos na Amazônia.

Apresentação e análise dos dados

Desmatamento na Amazônia

Na Amazônia os estados com maior desmatamento, comparando com o total desmatado, são Mato Grosso (33,8%), Pará (33,9) e Rondônia (13,6) que juntos tem 81,3% do total desmatado da Região (quadro 02) mostra que o comportamento do desmatamento ocorre em moldes parecidos entre os estados, demonstrando duas questões importantes, a primeira é o papel fiscalizador do Estado, a segundo é a influência relação entre os sistemas de governo, sejam eles liberais entre 1994 e 2004 com forte crescimento do desmatamento, e naqueles mais progressistas 2004 e 2015 com queda expressiva do desflorestamento.

Conflitos no Campo

Os conflitos no Brasil, apresentados numericamente no quadro 03, indicam problemas de grande intensidade no que tange ao uso do Território, claramente são disputas entre quem pode mais com aqueles que podem menos, do latifúndio com o pequeno proprietário, daqueles que vão barrar o rio com aqueles que utilizam o rio como fonte de vida, são forças

inigualáveis, são acessos as instâncias distintas, são domínios tecnológicos difíceis de comparar. Os números indicam que a sociedade involuiu, ou seja, ao invés de aumentar a democratização do acesso aos meios de produção visando efetivar o capitalismo, pelo contrário diminui o acesso concentrando renda e deixando na pobreza parcelas cada vez maiores da população.

Quadro 02: Desmatamento na Amazônia 1978-2015

Ano	AC	AM	AP	MA	MT	PA	RO	RR	TO	AM Legal
1978	620	1510	60	2450	5140	6990	2340	290	1650	21050
1989	540	1180	130	1420	5960	5750	1430	630	730	17770
1990	550	520	250	1100	4020	4890	1670	150	580	13730
1991	380	980	410	670	2840	3780	1110	420	440	11030
1992	400	799	36	1135	4674	3787	2265	281	409	13786
1993 (b)	482	370		372	6220	4284	2595	240	333	14896
1994 (b)	482	370		372	6220	4284	2595	240	333	14896
1995	1208	2114	9	1745	10391	7845	4730	220	797	29059
1996	433	1023		1061	6543	6135	2432	214	320	18161
1997	358	589	18	409	5271	4139	1986	184	273	13227
1998	536	670	30	1012	6466	5829	2041	223	576	17383
1999	441	720		1230	6963	5111	2358	220	216	17259
2000	547	612		1065	6369	6671	2465	253	244	18226
2001	419	634	7	958	7703	5237	2673	345	189	18165
2002	883	885	0	1085	7892	7510	3099	84	212	21651
2003	1078	1558	25	993	10405	7145	3597	439	156	25396
2004	728	1232	46	755	11814	8870	3858	311	158	27772
2005	592	775	33	922	7145	5899	3244	133	271	19014
2006	398	788	30	674	4333	5659	2049	231	124	14286
2007	184	610	39	631	2678	5526	1611	309	63	11651
2008	254	604	100	1271	3258	5607	1136	574	107	12911
2009	167	405	70	828	1049	4281	482	121	61	7464
2010	259	595	53	712	871	3770	435	256	49	7000
2011	280	502	66	396	1120	3008	865	141	40	6418
2012	305	523	27	269	757	1741	773	124	52	4571
2013	221	583	23	403	1139	2346	932	170	74	5891
2014	309	500	31	257	1075	1887	684	219	50	5012
2015	264	712	25	209	1601	2153	1030	156	57	6207
Acumulado Amazônia	13318	22363	1518	24404	139917	140134	56485	7178	8564	413882
% da área total desmatada	3,2	5,4	0,4	5,9	33,8	33,9	13,6	1,7	2,1	

Fonte: INPE, 2016

Os números de conflito no Brasil são crescentes, entre 2002 e 2016, partindo de 925 para 1.536 afetando inicialmente 451 mil e chegando a 910 mil pessoas, entretanto o mais grave foram a quantidade de mortos que não parou de crescer, partindo de 43 e chegando a 61, entretanto em 2003 esse número tenha chegado a 73 (aumento de 70% entre 2002 e 2003) e que foi o maior valor desta série histórica (Quadro 03). O Documento da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2016) destaca os Estados de RO e PA como aqueles mais violentos do Brasil. O papel desenvolvido pela elite local (normalmente detentora dos mecanismos institucionais de polícia e justiça) atuam na efetivação do latifúndio, no desmatamento, na produção da monocultura e da produção agropecuária. Rivero et al (2009) demonstraram que a maior contribuição para o aumento da área para a pecuária é resultado de desmatamento, pior é que uma parte destes deste desflorestamento acontece em áreas de reserva indígena e de proteção ambiental.

Quadro 03: Conflito no campo e Conflito pela Água no Brasil: 2002- 2016

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total conflitos	925	1690	1801	1881	1.657	1.538	1.170	1.184
total assassinados	43	73	39	38	39	28	28	26
Pessoas envolvidas	451.277	1.190.579	975.987	1.021.355	783.801	795.341	502.390	628.009
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
Total conflitos	1.186	1.363	1.364	1.266	1.286	1.217	1.536	
total assassinados	34	29	36	34	36	50	61	
Pessoas envolvidas	559.401	600.925	648.515	573.118	817.102	816.837	909.843	

Fonte: CPT, 2016

Dessa forma, a partir de todos os dados apresentados, como fechamento de análise demonstro dados sobre a situação de vulnerabilidade de Amazônia, mesmo com todos os investimentos públicos vinculados à Amazônia e inserções de atividades econômicas com alto grau de investimentos e produtividade econômica, temos no território amazônico privações de renda, de saneamento e água e o Índice GINI que são maiores do que o restante do Brasil.

As vulnerabilidades da Amazônia são várias, entretanto vou apresentar apenas três (privação de renda, de saneamento e água) Quadro 04, que medem acesso a bens que são direitos sociais, portanto os valores, sobremaneira, altos demonstram o qual vulnerável está a região, destacan-

do que todos os valores para a Região Norte são maiores do que aqueles do Brasil, pior são os valores medidos para as regiões rurais que são baixos. Como exemplo, para a privação da renda em 2009 onde a área rural da Região Norte tem valor 59,5 e o valor para o Brasil é de 36,1 assim para o Brasil a privação é menor uma vez e meia, da mesma forma podemos destacar que na privação pelo saneamento no Brasil o valor é três vezes menor do que a área rural do Norte e na privação da água o valor do Brasil é 5 vezes menor do que nas áreas rurais da Região Norte.

Outro indicador que mostra a vulnerabilidade da Região Norte é o Índice GINI, que no quadro 04 estão destacados os anos 1991, 2000 e 2010. Cabe ressaltar que há diferença positiva de valores entre os anos 2010 e 1991, entretanto a diferença entre os anos de 2000 e 2010 são negativas para todos os estados da Amazônia. Há que se destacar que neste mesmo período o desmatamento na região teve decréscimo, assim podemos inferir que as atividades econômicas de monocultura implementadas fortemente na Região Norte (soja, dendê, cana, pecuária) prejudicaram a renda na região, mesmo que as atividades econômicas sejam lucrativas.

Quadro 04: Privação de renda, de saneamento e água

	Brasil		Região Norte		Região Norte Urbano		Região Norte rural	
Privação	2004	2009	2004	2009	2004	2009	2004	2009
renda	33,3	36,1	40,3	45,1	36,0	41,1	53,4	59,5
saneamento	31,2	27,7	49,5	44,9	39,8	36,3	78,7	75,4
água	17,9	15,6	44,9	41,4	32,9	31,4	80,9	76,6

Fonte: Lemos, 2012.

Quadro 05: Índice de Gini da renda domiciliar per capita segundo Região, Unidade da Federação e Região metr Metropolitana

	1991	2000	2010	% 1991-2010	% 2000-2010
Total	0,6383	0,646	0,6086	-3	-3,74
Região Norte	0,6257	0,6545	0,6319	0,62	-2,26
Acre	0,6259	0,6477	0,6394	1,4	-0,83
Amapá	0,585	0,6318	0,6157	3,1	-1,61
Amazonas	0,6282	0,6823	0,6664	3,82	-1,59
Pará	0,6206	0,6512	0,626	0,54	-2,52
Rondônia	0,6155	0,611	0,5686	-4,7	-4,24
Roraima	0,6216	0,6202	0,6398	1,82	1,96
Tocantins	0,6331	0,655	0,6099	-2,32	-4,51

Fonte: IPEADATA, 2017

Fechamento: os impactos mais marcantes na Populações Amazônicas

As maiores causas das interferências de programas e projetos implantados na Amazônia foram o desmatamento, os conflitos no campo e conflito pela água. Além dos danos a Biodiversidade que os programas e projetos produzem, mesmo que estes aconteçam com um discurso importante de conexão da Amazônia ao restante do Brasil, as consequências são graves porque o Território Amazônico é dotado de vida e de equilíbrio por parte das populações tradicionais, portanto qualquer interferência além de destruir recursos naturais destroem *habitats* que nunca serão repostos. A análise dos dados dos temas apresentados neste texto mostra que há crescimento destes sem contudo incluir as populações ou mesmo mudar as condições de vida, visto que a exclusão social e a vulnerabilidade na Amazônia são crescentes e grave.

As vulnerabilidades e os direitos sociais caminharam em sentido contrário as intervenções públicas e aos ganhos econômicos privados. As privações de acessos a água, a educação e a renda estão extremamente altas em comparação aos dados do Brasil, da mesma forma que os direitos sociais são baixos no que tange aos acessos a educação superior e ao conhecimento básico, ao saneamento e a segurança pessoal.

As análises realizadas neste demonstraram que as interferências na Amazônia produziram impactos negativos na Região, seja na perspectiva da diminuição da Biodiversidade, seja na interferência nas populações tradicionais.

Referências

BECKER, Bertha K. A Urbe Amazônida. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2013.

_____. Os eixos de integração e desenvolvimento e a Amazônia. In: Revista Território. Ano IV, nº 6, 1999.

BROSE, Markus E. et al. TVA e Instituições de Desenvolvimento Regional: contribuições para a história das ideias. Markus E. Brose. (org.). Ed. EDUNISC. RS, 2015.

CPFL- Energia. P&D de Tarifas Internacionais: Relatório V- Formação de custos e preços de geração e transmissão de energia elétrica. SP. 2015.

CPT. Conflitos no Campo- Brasil 2016. Coordenação: Antônio Canuto,

Percepções do ambiente amazônico: sociedade e cultura nos fluxos da natureza

*Allan Soljenítsin Barreto Rodrigues
Gleilson Medins de Menezes
Rafael de Figueiredo Lopes*

Introdução

Neste artigo, propõe-se uma discussão sobre percepções do ambiente amazônico, por meio da reflexão sobre processos socioculturais e fluxos da natureza, que configuram modos de ser e estar no mundo de comunidades da Amazônia. O objetivo é relacionar processos sensoriais e cognitivos com construções sociais e representações estabelecidas na interação entre os sujeitos, a natureza e as dinâmicas sociais do cotidiano.

Naturalmente, há uma infinidade de signos de diferentes linguagens ao nosso redor que influenciam decisivamente na configuração socio-cultural e construção de sentidos. Fazer uma leitura interpretativa dessas influências simbólicas constitui tarefa crucial para um bom entendimento e relacionamento com as mais variadas culturas. A cultura das populações amazônicas, especialmente a dos moradores das áreas de várzea, estabelecida em consonância com o regime das águas (cheias e vazantes), constrói relações simbólicas na interação com o ambiente pelos fluxos da natureza. Esse movimento dialógico de significação, que podemos considerar como um processo de semiose (a ação do signo), ao se reconfigurar constantemente cria novas formas de representação.

Nesta perspectiva, qualquer tentativa de compreender a região amazônica e seus povos, a partir de um olhar de fora, impõe o desafio de evitar cair em limitações ou preconceitos. Por isso, propomos uma aproximação com as percepções dos próprios sujeitos amazônicos, pela leitura dos processos que envolvem suas atividades socioculturais e econômicas. Assim, acreditamos que seja possível lançar um olhar multifocal para esta temática.

Não se pode, por exemplo, ignorar o etnoconhecimento¹ dos

¹ A convivência harmônica entre homem e natureza constitui a base do saber adquirido pelos legados da oralidade, dos seus antepassados, e reproduzidos por outras gerações para lidar com a natureza nos seus espaços de vivência e cooperação ecológica, ecossistêmica e social dentro do seu espaço de realidade ribeirinha amazônica. Portanto, o etnoconhecimento é um saber que pertence apenas a eles (os povos ribeirinhos em questão), pois é peculiar à sua organização social e raízes ancestrais. Esse tipo de conhecimento é aplicado em vários âmbitos da vida social desses povos e quase sempre não é levado em consideração pelos olhares do “estranho” ou do “de fora”. É o conjunto étnico e simbólico que sustenta as identidades dos povos

chamados “caboclos ribeirinhos”, que à sua maneira, lidam de forma relativamente tranquila com os desafios peculiares que a natureza os impõe (detalhados ao longo do texto). Fato retratado como “condições sub-humanas” pelos primeiros cronistas da Amazônia, que atestaram status de selvageria ao homem amazônico por adaptar-se às condições (segundo eles) “insalubres” à sobrevivência de qualquer ser humano.

A forma de lidar com a água (que desencadeia fluxos sógnicos de energia e matéria), com os animais, com os recursos naturais da floresta é diferente nas comunidades rurais ribeirinhas, em comparação aos outros grupos sociais constituídos nas cidades ou em outros tipos de ambientes rurais. Quando o etnoconhecimento é colocado como condutor do cotidiano de determinado grupo social, ele elege outras prioridades, desenvolve outras inter-relações com os espaços e as pessoas. É uma experiência empírica de grande sabedoria onde o que prevalece é o valor simbólico do mundo e das coisas. Diferente do “*habitus*” dos sujeitos da cidade, que desenvolvem outras figurações, constroem outros tipos de relações. Quase sempre impulsionados pela tecnização e outras nuances do “processo civilizador” (ELIAS, 1994).

O presente trabalho é um convite à reflexão pela articulação de pressupostos que se apresentam em fase embrionária, mas com possibilidade de aprofundamento e desdobramentos e em estudos posteriores. Afinal, a tentativa de estimular um novo pensamento social sobre a Amazônia e seus povos tradicionais é uma questão emergente e urgente no contexto atual das ciências sociais e das pesquisas acadêmicas proporcionadas por autores sensíveis à tarefa de descolonizar as percepções e representações sobre a Amazônia.

Percepções, representações e construções socioculturais

A percepção é um processo sensorio e cognitivo que se dá na interação entre os sujeitos e os estímulos do ambiente. Assim, a partir de impressões e sensações captadas pelos sentidos orgânicos (tátil, visual, sonoro, olfativo, gustativo e, dependendo das formas de relação dos sujeitos com o universo, podendo ser extra-sensorial, sinestésico, espiritual), o sistema psíquico conduz tais estímulos ao nível da consciência, conferindo-lhes significados.

Portanto, a percepção é um processo comunicacional, já que trata de uma informação transmitida, recebida, processada, decodificada e apreendida. Esta ação desdobra-se diferentemente em cada sujeito, mas

tradicionais da região.

ocorre em fluxo contínuo por meio de sinais, memórias e metamorfoses compreensivas, encarregadas de selecionar e organizar as informações interpretadas (SANTAELLA, 2001).

Ao entrelaçar biologia e ciências cognitivas, Maturana e Varela (1995) refletem sobre a percepção a partir do conceito de *autopoiese* que, conforme os autores, é a característica dos seres vivos se autoproduzirem, se auto organizarem e se renovarem numa rede dinâmica de relações entre relações constantes. A autopoiese é um sistema autônomo, mas mantém interações com o meio (ambiente) e seus fluxos de energia e matéria. Os estímulos externos são importantes no processo perceptivo, mas são as correlações internas dessa experiência que determinam o sentido da interpretação.

Maturana e Varela (1995) sustentam que para explicar o conhecer é preciso explicar o conhecedor. Partem da experiência do observador e do observar, salientando que o processo de conhecer um dado fenômeno precisa admitir que a objetividade também pode ser uma ilusão em função da intersubjetividade das percepções. Conforme os autores, é impossível apartar a racionalidade da emoção e as afirmações cognitivas (inclusive científicas) tem validade no contexto das coerências que a constituem como válidas, pois toda a explicação é uma reformulação da experiência aceita por outro.

Nesse sentido, acreditamos que a compreensão de como o ambiente amazônico é percebido e representado precisa ser elaborada por uma perspectiva multifocal transitando entre a subjetividade e a realidade concreta. Nossa relação com o mundo que nos cerca é mediada por representações sociais e estas permitem esclarecer as concepções dos sujeitos sobre o mundo, estabelecidas pelos processos sensórios e cognitivos da percepção.

As representações podem ser compreendidas como prolongamentos das percepções e se constroem na relação dos sujeitos com os processos socioculturais e simbólicos (a própria natureza é uma construção simbólica). A representação é a sistematização da percepção e pode se expressar materialmente em diferentes linguagens verbais, visuais, sonoras (ou mesmo mentalmente), elaboradas individualmente ou no imaginário social, fazendo do ambiente uma construção sistemática das relações entre o concreto e o simbólico, o objetivo e o subjetivo, o fato e a percepção, o individual e o coletivo (SANTAELLA, 2001).

A perspectiva que nos guia neste artigo preconiza a compreensão dos fenômenos nas suas transversalidades e multiplicidades, sendo assim,

consideramos a coexistência complexa entre o ser humano e o ambiente. Leff (2001) propõe uma ruptura na percepção científica sobre o ambiente e nos traz uma visão de interação e diversidade para reintegrar os conhecimentos produzidos na relação dialógica entre sociedade e natureza. Segundo o autor, a racionalidade instrumental dos métodos necessita incorporar as multiplicidades culturais, identitárias e os saberes ligados às tradições. A construção do conhecimento se dá na interação e, portanto, a percepção ambiental é a tomada de consciência do ambiente pelo ser humano, que não está apartado da natureza, mas integrado e não é mais ou menos importante que os demais elementos que compõem os diferentes ecossistemas.

Isto é fundamental para entender e superar o que Capra (2006) considera como uma “crise da percepção”, decorrente da padronização do mundo e das relações biosocioculturais, que criou uma condição de fracionamento da verdade e a enclausurou em áreas estanques e desvinculadas da vida cotidiana. Na esteira desta problemática, o autor indica o fracasso da modernidade científica e a fragmentação do pensamento, a sociedade do risco, a insustentabilidade do mito do progresso, o consumismo exacerbado, as relações familiares e questões de gênero, subjetividades existenciais, as diásporas, os conflitos bélicos, a degradação dos recursos naturais, etc. Para Capra (2006), é necessário mudar radicalmente nossas percepções, pensamentos, valores e ações. Portanto, a percepção amplifica-se para além dos sentidos e da cognição para tornar-se um sistema (s) de comportamento(s).

O ambiente é natural, humano, social, cultural, histórico, tecido por uma complexa rede de relações instáveis e que formam uma unidade orgânica, conforme Santos (2006). Mas, segundo o autor, cada vez mais percebe-se que a unidade orgânica está sendo transferida pelo caráter agressivo do homem com os demais seres e o ambiente como um todo, causando problemas relacionados à conservação dos recursos naturais e a manutenção das formas de vida. Para Santos (2006), a percepção crítica para acerca dos possíveis cenários futuros deve servir como ignição para a mobilização social e a mudança de comportamentos e ações, sobretudo diante do modelo econômico e de desenvolvimento adotado pela maioria das sociedades.

A globalização da economia e da informação está tornando o espaço (ambiente) cada vez mais racional e tecnicista, destruindo a organicidade das relações em prol da organização social-técnico-econômico-científico-informacional das atividades hegemônicas do capitalismo, na

percepção de Santos (2006). Contudo, é otimista ao sugerir a possibilidade de um outro modelo ou de “uma outra globalização”, que se contraponha ao globalitarismo. De acordo com o autor, ao mesmo tempo em que se globalizam as taxas de juros, a exploração, a miséria, a exclusão social, também é possível promover a globalização e expansão das lutas sociais, a desalienação dos sujeitos, as discussões críticas sobre os processos de globalização e, aos poucos, abrir novos caminhos que tendam a horizontalidade e solidariedade das relações em substituição às verticalidades dos sistemas de dominação hegemônicos.

Como estamos tratando de aspectos conceituais que envolvem as percepções do ambiente amazônico e suas representações, a reflexão sobre a ética da estética torna-se uma ponderação pertinente. Afinal, O sociólogo Michel Maffesoli (2014, p. 26), ao discutir sobre o comportamento social e as experiências estéticas na contemporaneidade, salienta que “a história pode dignificar uma moral (uma política); o espaço, por sua vez, vai favorecer uma estética e produzir uma ética”.

O autor refere-se à pluralidade e sinergia de elementos que conduzem a elaboração das vivências coletivas na sociedade e na organicidade do cotidiano, configurando relações sociocomunicativas. Maffesoli (2014) sugere que a comunicação funciona como uma espécie de cimento social da interação do “nós” com o “outro”, no turbilhão multicultural e polissêmico da sociedade. Seus laços não podem ser considerados necessariamente bons ou maus, pois rompem moralismos metafísicos e estruturas fixas. Dependem do nível ou capacidade interpretativa para cada fenômeno a ser observado, e cujo resultado será configurado num estágio de tensão, jamais será conclusivo, fechado e rígido (MAFFESOLI, 2014).

Maffesoli (1999) diz que a compreensão de um *ethos* social é fundamental para refletir sobre as percepções e representações sociais expressadas na estética do cotidiano, que para ele resulta da fusão criativa entre os sujeitos e diversas ações sociais. O autor salienta que a maneira de viver em sociedade e de perceber o mundo também se transforma conforme a dinâmica dos processos socioculturais.

Ao tratarmos das percepções do ambiente e suas representações também nos aproximamos do sentido imaginal das construções socioculturais. Maffesoli (1999) compreende que a existência de um imaginário determina a existência de conjuntos de imagens, que por si vão configurar uma estética. Portanto, o poder imagético relaciona-se a *aisthesis* (do grego:

percepção, sensação, sensibilidade) - o que afeta os sentidos - e não se restringe à visão. Também é sonoro, olfativo, gustativo, tátil. Flui por canais intersubjetivos, contudo, existe a possibilidade desse imaginário ser filtrado pelo racional e pela objetividade e, assim, se ressignificar a partir de ideologias e contextos.

O imaginário, segundo Maffesoli (1999), é uma categoria difícil de ser conceituada pois transita por inúmeras dimensões correspondentes a universos culturais e ambientais distintos. Não se trata de algo simplesmente racional, sociológico ou psicológico, pois carrega aspectos que estão no âmbito das questões imponderáveis. Portanto, o imaginário não pode ser restrito àquilo que se opõe ao que é considerado real e verdadeiro pelo pensamento tradicional cartesiano.

O filósofo da comunicação Juremir Machado da Silva (2006) segue a perspectiva de Maffesoli e considera que todo o imaginário é real e todo o real é imaginário. Nesse sentido, o imaginário, numa época em que o efêmero e a fragmentação são os registros sociais da cultura, precisa ser compreendido nas suas relações com os fluxos cada vez mais intensos de um cotidiano em transição permanente.

Assim, o imaginário é alimentado por dispositivos que estimulam o ato imaginal. Isto se dá pelo poder de circulação social de ideias (ideologias) e produção de sentidos, como reforça Silva (2006). Contudo, não se pode pensar que os sujeitos são totalmente atomizados, passíveis e indefesos diante da imposição de imagens/ideias, pois há relações e reações diversas. Existe uma potência simbólica que organiza o social pelo repertório construído de um imaginário cultural.

Identidades invisibilizadas

Na esteira da história, inúmeros cronistas, viajantes, naturalistas e artistas relataram a Amazônia a partir de percepções preconceituosas e etnocêntricas. Esses agentes sociais foram responsáveis por semear estereótipos sobre a região e seus povos (GONDIM, 2007). Tal legado alienado ainda frutifica concepções torpes na atualidade, inclusive entre a comunidade científica e nos meios de comunicação. As marcas de estigma são reflexo de construções de imaginários que se propagaram no processo civilizador. Assim, quase sempre, a Amazônia continua sendo percebida e representada de maneira simplista, por discursos e imagens ancorados no exotismo ou na sua diversidade natural e importância ecológica para o planeta.

Mas, não se pode tentar compreender a região sem considerar as percepções de populações humanas que se estabeleceram neste espaço geográfico em diferentes fases de ocupação, misturando as culturas originárias indígenas com as influências advindas das culturas europeias e africanas, até conformar-se na sociedade atual e em suas percepções e representações multiculturais contemporâneas.

A história do ser humano na Amazônia é marcada por silêncios e ausências que acentuam a sua relativa invisibilidade e encobrem os traços e características das identidades dos povos amazônicos que, segundo Witkoski (2007), é configurada por complexas ambiguidades. Antes da chegada dos exploradores europeus, no século XVI, a Amazônia já era uma região povoada com cerca de três milhões de pessoas. Vestígios arqueológicos e conjecturas antropológicas (com base na análise de artefatos cerâmicos, geoglifos, terras genealógicas, pinturas e inscrições rupestres), indicam a presença humana na região há milhares de anos, conforme Prous (2007). Uma das hipóteses mais difundidas é que as populações amazônicas se originam de um longo processo migratório, iniciado entre o extremo leste do continente asiático e o extremo oeste do continente americano.

Especula-se que os primeiros grupos possam ter chegado na região há 13 mil anos, descendentes de povos provenientes da Ásia que alcançaram a América, pelo Estreito de Bering, e povoaram o continente do norte ao sul, acompanhando as grandes manadas de animais, já que sobreviviam como caçadores-coletores. Outras teorias² envolvendo rotas transoceânicas para o povoamento das Américas, por populações da África e Polinésia, foram sugeridas por estudiosos de várias áreas da ciência, por perspectivas complementares que consideram desde registros hereditários deixados por características genéticas e biológicas à registros linguísticos e arqueológicos deixados pelas transformações culturais (PROUS, 2007).

Possivelmente, quando os primeiros grupos humanos chegaram à região amazônica (uma planície sedimentar), a vegetação era formada por savanas com manchas de florestas ciliares, porém, salienta-se que, entre seis e sete mil anos atrás, o planeta passou por profundas mudanças climáticas que impactaram na transformação gradual da paisagem geográfica da re-

2 A antropóloga Niède Guidon, por exemplo, que há mais de 30 anos desenvolve estudos na região da Serra da Capivara (PI), por meio de suas pesquisas apresenta indícios da presença humana no Nordeste do Brasil datados de cerca de 50 mil anos, contestando a teoria de que a América teria sido povoada do Norte para o Sul. Contudo, estudos genéticos indicam similaridade entre populações amazônicas e asiáticas. Portanto, atualmente, acredita-se que o continente possa ter sido povoado por diferentes grupos humanos e correntes migratórias, em períodos distintos.

gião, que se tornou mais quente e úmida. Com isso houve a expansão da floresta equatorial, como indica Prous (2007, p. 14), pois “além dos vestígios culturais, os vestígios naturais informam sobre o paleoambiente: clima, vegetação, fauna e topografia, que mudaram ao longo do tempo, influenciando as coletividades humanas”.

Uma das consequências desse processo natural foi o aumento dos recursos para a alimentação, caracterizando uma segunda fase na ocupação da Amazônia. Os grupos humanos passaram a se fixar em determinadas áreas onde começaram a praticar a agricultura e intensificar a fabricação de objetos e utensílios cerâmicos. Com o surgimento da chamada “Cultura de Floresta Tropical” (com relações sociais, culturais, comerciais e de poder), os povos que habitavam a região diversificaram suas práticas culturais e constituíram-se em diferentes sociedades (também marcadas por conflitos e guerras entre si), segundo Prous (2007).

Neste contexto ocorreu o encontro entre as populações originárias e os europeus, iniciando uma terceira fase de ocupação, no qual os estrangeiros impuseram seus valores aos povos já estabelecidos, sob suas perspectivas etnocêntricas. A partir daí, no decorrer do processo sócio histórico, ideologias hegemônicas passaram a imprimir à região amazônica “estigmas do subdesenvolvimento sobre o homem e a terra” (RIBEIRO, 2015).

Com adaptações e transformações ao longo dos séculos, muitos costumes, hábitos alimentares, soluções arquitetônicas, técnicas de construção de embarcações praticados na atualidade, são herança cultural das antigas populações. Por isso, quando nos referimos ao ambiente amazônico estamos sempre considerando sua sociobiodiversidade.

Neste processo de interação do ser humano com a natureza foram se desenvolvendo experiências socioculturais e modos de ser, estar e compreender o mundo. Contudo, muitas delas foram dizimadas e destribalizadas antes que fosse documentado algo sobre as mesmas (PORRO, 1996), outras se hibridizaram, assim como os sentidos, significados e representações sociais produzidos na relação ser humano e natureza.

Dinâmicas do cotidiano: processos socioeconômicos e culturais

Como já mencionamos, a percepção em relação ao ambiente se dá na experiência cotidiana dos sujeitos e nas relações sociais e universo cultural, o que se modifica em diferentes épocas e contextos culturais. Na

região amazônica, as inter-relações e interdependências das populações com a floresta, as áreas de várzea e os rios proporcionaram uma multiplicidade de saberes e conhecimentos, pois, para sobreviver, os seres humanos adaptaram suas necessidades ao que a natureza e seus ciclos oferecem. Desse modo, na análise de Witkoski (2007), os povos amazônicos inauguraram novas e singulares formas de organização social no trópico úmido.

A força da relação simbiótica de populações amazônicas e seus ambientes tem sido discutida na obra de autores de diferentes áreas do conhecimento. O escritor e historiador Leandro Tocantins (2000) diz que é preciso interpretar o cotidiano sociocultural do homem amazônico a partir da sua relação com a natureza. Em *O Rio Comanda a Vida*, o autor enfoca a influência dos rios na vida das populações amazônicas, salientando que esta particularidade interfere no modo de vida, no comportamento, nos costumes, nas manifestações folclóricas, nas características psicossociais e até mesmo nas crenças religiosas. E faz uma abordagem complexa e multifacetada, sendo que para alguns críticos sua perspectiva é reflexo do imaginário colonizado³.

Tocantins (2000) também chama a atenção para o interesse internacional sobre a Amazônia, levando em consideração a importância de sua biodiversidade e abundância de recursos hídricos. Desse modo, antes da discussão ecológica virar moda, o autor já abria discussões sobre geopolítica, desenvolvimento econômico, integração e sustentabilidade. Conforme Tocantins (2000, p. 278), apesar da luta do homem para dominar a natureza na Amazônia, pelos dispositivos culturais e tecnológicos que se transformaram ao longo dos séculos, percebe-se que a força do meio se impõe de forma poderosa. Pois, existe uma espécie de harmonia e respeito manifestada em *uma associação quase mística* entre o homem e a natureza, na qual o fluxo das águas pode condicionar até mesmo os destinos humanos.

De acordo com Tocantins (2000) a organização social na região se dá em função do poder que os rios exercem sobre as populações amazônicas. A alimentação, a água para as atividades domésticas, o deslocamento espacial, a comunicação e interação social. Os ciclos hidrológicos

3 Alguns pesquisadores reconhecem a percepção avançada de Leandro Tocantins para o contexto da época, mas mantêm ressalvas sobre o trabalho do autor paraense, ao considerarem que o escritor sustenta ideias colonizadas em sua obra e afirmando um pensamento desenvolvimentista. Pacheco (2008, p. 09), por exemplo, sugere que Leandro Tocantins ao longo de suas obras “procurou relativizar as responsabilidades econômicas das elites amazônicas em relação à decadência econômica da região”, ao abordar a modernização capitalista da região.

determinam os modos de vida e as formas de organização socioeconômicas. Somente a experiência de vida nesses lugares estimula as percepções e as mudanças que ocorrem, pois, tempo e espaço particulares no cotidiano.

Por isso, os sujeitos amazônicos percebem e relatam com grande sensibilidade os efeitos dos eventos naturais e suas consequências, como diminuição dos estoques de peixes, alteração na produtividade agrícola, o alargamento entre as margens e assoreamento dos rios em decorrência da erosão, o acúmulo de lixo, e o aumento da criminalidade nos beiradões da Amazônia. O próprio ritmo de vida se dá na cadência da natureza e na percepção de que a manutenção desse lugar/casa/mundo (ecossistema) é fundamental para sua sobrevivência, portanto, respeitam os rios e a floresta e não se imaginam sem esse ambiente, que ao mesmo tempo provém e desafia. Conforme Porro (1996), para muitos sujeitos amazônicos a relação com a natureza é sagrada, caracterizada entre os temores e a devoção, consideram que as dificuldades e adversidades da natureza são provas divinas.

Em um ambiente marcado pela diversidade biosociocultural, podemos dizer que os rios interligam essa rede complexa de relações que se estabelece na Amazônia. Antes da colonização europeia, por exemplo, a navegação via fluvial já era um importante instrumento de comunicação e potencializador de atividades de intercâmbios culturais comerciais entre as populações originárias, o que sinaliza a complexidade destas sociedades e contrapõe-se à ideia do isolamento de uma região inóspita, primitiva e com culturas homogêneas. Das populações originárias às atuais, percebe-se que os maiores contingentes populacionais se desenvolveram às margens dos rios (PORRO, 1996).

A atividade da navegação ainda hoje é essencial para o desenvolvimento social e econômico, com a circulação de pessoas e cargas, adaptando-se às necessidades da matriz socioeconômica de cada período distinto. Pelo fato de proporcionar a mobilidade, também é um importante meio de comunicação e difusão de informações na região. Além disso, a constituição da geo-hidrografia da região que influencia na preponderância da navegação em relação a outras formas de circulação (como estradas e ferrovias), também contribui para a conservação da natureza já que evita o desmatamento para a implementação de malhas viárias terrestres.

Becker (2004) salienta a importância da conservação sustentável da floresta amazônica para o fortalecimento socioeconômico regional, evitando o uso predatório dos recursos naturais, resgatando e mantendo os saberes populares tradicionais de uma região continental marcada pelas

multiplicidades. Nesse sentido, acreditamos na possibilidade dos saberes tradicionais estabelecidos empiricamente nos processos socioculturais e a biodiversidade dialogarem com os avanços tecnológicos e, desse modo, promover ações para evitar a degradação de uma região que tem um papel fundamental para a manutenção das formas de vida.

Superlativos em uma região de multiplicidades regidas pelo regime das águas

A Amazônia é a região com maior biodiversidade e recursos hídricos do planeta. Por isso, a abundância de água ou a sua falta determinam as dinâmicas ambientais, socioculturais e econômicas. A bacia amazônica cobre cerca de 40% da América do Sul e é formada por mais de mil rios, correspondendo a cerca de 20% da água doce existente no planeta. O rio Amazonas é o principal com quase sete mil km de comprimento desde a nascente na região dos Andes no Peru até a foz no Oceano Atlântico. No território brasileiro é chamado de rio Solimões até o encontro com o rio Negro, na altura da cidade de Manaus, quando passa a se chamar Amazonas⁴.

Entre seus principais afluentes podemos citar, na margem direita os rios Javari, Jutai, Juruá, Madeira, Purus, Coari, Tapajós e Xingu; e na margem esquerda os rios Napo, Içá, Negro, Jari, Paru, Japurá e Trombetas (IBGE, 2018).

A região amazônica apresenta os maiores índices de precipitação pluviométrica no mundo. Na floresta, quando chove, parte da água evapora e sobe para atmosfera devido as altas temperaturas. Outra parte escorre para o solo e penetra na terra, inclusive levando nutrientes das árvores. Parte da camada orgânica umedecida novamente evapora, outra parte vai para o lençol freático abastecendo os mananciais subterrâneos, e outra parte escorre para os igarapés e rios. Ou seja, a floresta respira e transpira mandando vapor de água, gás carbônico e compostos orgânicos voláteis (substâncias e partículas biogênicas) para atmosfera. Assim, a floresta retira gás carbônico da atmosfera e ajuda na redução do aquecimento global (NOBRE, 2014).

Devido à grande extensão territorial da região amazônica a distribuição das chuvas não ocorre de maneira regular e também se percebe que os períodos de secas e cheias também variam nas microrregiões. Quando a dinâmica florestal é alterada por algum motivo (como desmatamento,

4 Da sua nascente até a foz recebe oito denominações: Ucayali, Apurímac, Carhuasanta, Lloqueta, Rio Ene, Rio Tambo, Solimões e Amazonas.

construção de barragens, queimadas, até influência natural de fenômenos (como o *El Niño* ou o *La Niña*) há reflexos no ambiente, que podem ser percebidos por períodos mais secos em algumas áreas ou alagamentos em outras, que vão impactar tanto na formação de chuvas quanto nas atividades socioeconômicas das comunidades, pois cerca de 50% das chuvas na Amazônia decorre do processo de evotranspiração da floresta e seus processos fisiológicos (NOBRE, 2014).

Nesse contexto, é importante destacar que não é somente a umidade gerada na floresta que contribui para as chuvas na região, mas os ventos vindos do Oceano Atlântico trazendo vapor d'água são fundamentais na manutenção do equilíbrio térmico e a distribuição da umidade na Amazônia, sendo responsáveis por cerca de 75% das chuvas amazônicas.

Diante desta breve caracterização, observa-se, por meio de estudos científicos (MORAN, 1990; WITKOSKI, 2007; MATOS, 2016), que os conhecimentos acumulados diante das vivências e dinâmicas da natureza, desde os povos originários até as sociedades contemporâneas, normalmente, tendem ao manejo adequado dos recursos disponíveis, sem causar impactos negativos ao ambiente. Nesse sentido, o conhecimento dos ciclos hidrológicos é fundamental para o planejamento das atividades socioeconômicas na região.

O regime das águas⁵, entre cheias e vazantes, determina o local e a forma da construção das moradias, o período de plantar determinadas culturas agrícolas e o tempo de colher, para caçar e pescar, o momento certo de transferir o gado de áreas de várzeas para áreas de terra firme ou marombas, os itinerários de navegação, altera a paisagem, as atividades de trabalho colaborativo envolvendo as comunidades, as festas, as manifestações folclóricas, as práticas de lazer... Portanto, a relação das populações amazônicas com o regime das águas além de refletir-se na organização socioeconômica também influencia nas percepções, memórias, produção dos sentidos simbólicos e suas representações.

A maior parte da população do interior do Amazonas vive às margens dos rios ou em áreas entrecortadas por igarapés e lagos. Entre os períodos de cheias e vazantes adaptam suas atividades e desenvolvem estratégias para sobreviverem economicamente nestes ambientes. As terras de

5 A relação com os rios e o regime das águas é um fator determinante na constituição das sociedades amazônicas. O regime das águas é caracterizado pela regularidade anual da subida e descida dos rios amazônicos. As águas começam a subir em novembro que é o período inicial da cheia, até junho, quando começa o movimento de descida das águas. A vazante, ou período de seca, costuma ir até novembro e o ciclo recomeça.

várzea (onde há ligação direta entre água e terra, pois numa época do ano o solo fica seco e noutra época fica inundado) apresentam solos mais férteis para a agricultura, devido os sedimentos que são depositados e se decompõe entre subida e descida das águas.

A ocupação destas áreas, pela proximidade com os rios lagos e igarapés, facilita as atividades pesqueiras e por também estar próxima às áreas de floresta favorecem à caça, às atividades extrativistas vegetais e criação de animais. Para as populações, portanto, tanto no período de seca quanto de cheia desenvolvem processos produtivos para atender suas necessidades de consumo e a comercialização de excedentes ou troca com outros grupos e diferentes produtos. Assim, tanto o período de chuvas quanto o período de estiagem são percebidos como complementares e mantém uma relação de interdependências ecossistêmicas. Mas, quando essa dinâmica é alterada por algum fator interfere na harmonia do sistema.

Moran (1990) explica que o ser humano e seu ambiente formam um sistema em interação, assim o ambiente físico do ser humano é modificado pelas suas atividades e a cultura se modifica pelas necessidades de sobrevivência em dado ecossistema. No caso da Amazônia, no processo civilizador, as populações migrantes foram incorporando as estratégias adaptativas para lidar com o ambiente físico a partir das experiências das populações tradicionais, as quais demonstram um notável equilíbrio na exploração dos recursos naturais e apresentam mecanismos reguladores que indicam até a época para guerrear e comer determinados alimentos.

No início, os fluxos migratórios se deparam com as adversidades da floresta, o isolamento, o medo de animais. Mas, com o tempo, os colonos foram se familiarizando com o ambiente e incorporando os hábitos das populações indígenas, como o consumo de frutos silvestres, animais de caça e a adotar um estilo de vida autossuficiente ligado a economia extrativista. Nesse processo, foram sendo desenvolvidas formas de agricultura, pecuária, práticas de caça, pesca e coleta de frutas, vegetais e resinas silvestres.

Portanto, conforme Moran (1990), o processo de adaptabilidade humana além de biológico é sociocultural, assim, o organismo humano se molda às condições do ambiente, numa espécie de plasticidade genética, influenciando no modo de vida, hábitos, comportamentos, habitações e vestuário. Por isso, segundo o autor, é preciso considerar os saberes das populações tradicionais sobre o ambiente natural como uma importante forma de conhecimento.

Matos (2006) enfatiza que os habitantes das áreas de várzea convivem naturalmente com as oscilações da água e sabem que durante o ano poderão ter momentos de fartura ou escassez de alimentos, mas quando essas oscilações são extremas mudam, influenciam até no comportamento dos sujeitos e em suas práticas socioeconômicas. Dependendo da intensidade das cheias e vazantes surge a dificuldade de transitar pelos rios e igarapés (o que também influencia nas atividades de caça e pesca), as roças precisam ser feitas em outros locais, assim como a extração de madeiras, a criação de animais e as atividades de lazer, como os jogos de futebol.

No caso da criação de gado, por exemplo, o pasto é escasso nas áreas de várzea, no início do período de estiagem, porque a maior parte foi soterrada ou levada pela correnteza nos períodos de cheias prolongadas. A situação, observada por Matos (2016), pode acarretar no enfraquecimento dos rebanhos e até provocar a mortandade de animais pela falta de alimento. Ao mesmo tempo, o período de seca também é o prenúncio de recomeço, pois com a descida das águas o solo está fertilizado e propício ao cultivo das roças. Além disso, conforme Matos (2016), a estiagem proporciona aos pescadores mais facilidade de encontrar os cardumes de peixes e a caça de algumas espécies.

Com o ressurgimento das terras que passaram meses alagadas, intensificam-se as atividades comunitárias e as brincadeiras entre as crianças. Por outro lado, a diminuição da água dificulta o deslocamento e aumenta a distância para as áreas de trabalho, outras comunidades e municípios. Contudo, na percepção de quem mora no interior a seca é considerada um período de fartura (MATOS, 2016).

A força familiar para o trabalho garante a manutenção destes modos de vida. Há, nesta conjuntura, lógicas de organização e hierarquização que levam em consideração a posição social ocupada por cada sujeito, sexo, idade etc., contudo, estas atividades produtivas familiares ou de grupos colaborativos apresentam maior informalidade quando comparadas às práticas de produção agroindustrial de modelo capitalista, com regras rigidamente estabelecidas.

Laços afetivos e ações comunitárias

Conforme Matos (2016) é vantajoso para o modo de vida e organização socioeconômica manter famílias com grande número de filhos tendo em vista as práticas de cultivo e colheita de culturas agrícolas, a pro-

dução de farinha, a criação de animais, o extrativismo e as trocas comerciais. Segundo o autor as famílias grandes superam a produção das famílias menores e esta condição também se reflete no plano simbólico que define parâmetros sociais e relações de poder.

O ambiente natural e sociocultural também propicia as ações colaborativas, que são frequentes no interior da Amazônia. Os mutirões, chamados de ajuri ou puxirum, são promovidos para beneficiar uma família ou grupos, que depois retribuem o auxílio promovendo outro mutirão e assim sucessivamente. O puxirum pode ser voltado para limpeza de áreas para o roçado, plantio, colheita, construção ou deslocamento de moradias, entre outras atividades que fortalecem os laços afetivos e consolida o espírito comunitário.

Para Matos (2016) o apego afetivo com o lugar e os laços familiares, de compadrio e comunitários permitem aos sujeitos amazônicos se beneficiarem dos recursos naturais sem que os conflitos ou tensões se instalem nas comunidades. A animosidade é observada quando as práticas se tornam predatórias ou em relação aos que vem de fora e tentam se instalar ou retirar de forma indiscriminada os recursos tidos como pertencentes a dadas comunidades.

Nas comunidades, as práticas socioculturais, políticas, econômicas, religiosas, estão interligadas, constituindo símbolos, significados e representações sociais do mundo, com base nos saberes tradicionais. Estas representações, que são socialmente concebidas e compartilhadas, se expressam de diferentes maneiras e formas de comunicação (oral, escrita, pictórica, musical, corporal, etc.). Se apropriam da realidade exterior de forma objetiva e subjetiva, revelando suas percepções nas experiências da diversidade do cotidiano e na afirmação da identidade como forma de representar ou simbolizar o (seu) mundo.

A manutenção de um modo de vida regido pelos ciclos da natureza não significa que as populações do interior do Amazonas tenham ficado estagnadas ou estejam em descompasso comparadas a outras estruturas sociais. Witkoski (2007) entende que os povos amazônicos não vivem e nunca viveram isolados no tempo e no espaço, pois sempre estabeleceram relações de trocas materiais e simbólicas com as comunidades em seu entorno e, na contemporaneidade, com agentes mediadores da cultura entre o urbano, o rural e a sociedade global.

Matos (2016) destaca que as populações incorporam no seu cotidiano as transformações que ocorrem no mundo. Têm acesso à energia

elétrica, embarcações motorizadas, televisão, celular, ensino universitário. Contudo, o autor acredita que as políticas públicas de fixação das populações no interior ainda não são satisfatórias para atender as aspirações individuais e coletivas dos sujeitos.

Nesse contexto, o “progresso” também trouxe impactos negativos a muitos lugares, pois com a motosserra foi possível derrubar mais e abrir áreas de pastagens, com a refrigeração foi possível estocar grandes quantidades de peixe para a comercialização, o despejo de resíduos químicos e óleos combustíveis nos rios, o consumo de produtos industrializados resultou no descarte indevido de suas embalagens na natureza. Enfim, muitas práticas que se mostram danosas ao ambiente e interferem na harmonia da dinâmica biosociocultural do interior amazonense. Portanto, novamente vemos a ação de redes de inter-relação e interdependências nos processos socioculturais que se entrelaçam neste contexto.

Considerações finais

Compreender a(s) cultura(s) amazônica(s) não é tarefa simples. A complexidade desta região precisa ser analisada de maneira interdisciplinar por um olhar multifacetado e aberto às subjetividades. Quem decide se embrenhar pelas trilhas e teias da floresta e circundar sua rede de rios, necessita se despojar das concepções preexistentes e deixar-se embeber pelos fluxos de energia e matéria que resultam dos processos de interação entre a sociedade, a cultura e a natureza, o concreto e o simbólico, o mítico e o místico.

Uma concepção apartada desses processos encobre possibilidades e oportunidades de nos aproximarmos do *ethos* amazônico e seus desdobramentos socioculturais, ambientais, religiosos e étnicos. Não se quer impor aqui nenhum reducionismo bairrista sobre uma verdade amazônica e/ou decretar barreiras intelectuais a quaisquer concepções ideológicas exógenas sobre esta região. Contudo, a partir dos apontamentos levantados e problematizados nesta breve reflexão, pretende-se propor uma perspectiva descolonizada sobre a Amazônia e seus povos.

Se buscarmos conceituar a Amazônica sob o prisma de relatos reducionistas (ancorados em narrativas estereotipadas e definições exóticas), sua apropriação conceitual se torna cada vez mais difusa. Isto porque o seu próprio fechamento ou enquadramento conceitual é difuso, por conta das inúmeras trocas simbólicas culturais que ocorreram e ainda ocorrem nas

diferentes realidades socioculturais que a constitui, tornando tênues seus limites de interpretação, que sempre estiveram em movimento constante.

Referências

BECKER, Bertha. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

CAPRA, Fritjof. A Teia da Vida. São Paulo: Cultrix, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <https://www.ibge.gov.br>> Acesso 28 jun. 2018.

ELIAS, Norbert. Sociedade dos Indivíduos. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

GONDIM, Neide. A invenção da Amazônia. Manaus: Valer, 2007.

LEFF, Enrique. Epistemologia Ambiental. São Paulo: Cortez, 2001.

MAFFESOLI, Michel. No fundo das aparências: por uma ética da estética. Petrópolis: Vozes, 1999.

MAFFESOLI, Michel. O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

MATOS, Gláucio. Ethos e figurações na hinterlândia amazônica. Manaus: Valer, 2016.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. A árvore do conhecimento: as bases biológicas do entendimento humano. Campinas: Psy II, 1995.

MORAN, Emilio. A ecologia humana das populações da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1990.

NOBRE, Antonio Donato. O futuro climático da Amazônia. Relatório de Avaliação, 2014.

PACHECO, Alexandre. O discurso histórico interpretativo de Leandro Tocantins. In: MATA, Sérgio Ricardo da; MOLLO, Helena Miranda; VARELA, Flávia Florentino (org.). Anais do 2º. Seminário Nacional de História da Historiografia. Ouro Preto: EdUFOP, 2008.

PORRO, António. O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

PROUS, André. O Brasil antes dos brasileiros: a pré-história do nosso país. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

RIBEIRO, Odenei de Souza. Tradição e modernidade no pensamento de Leandro Tocantins. Manaus: Valer, 2015.

SANTAELLA, Lucia. Matrizes da linguagem e pensamento: sonora, visual, verbal. São Paulo: Iluminuras/FAPESP, 2001.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, Juremir Machado da. Tecnologias do imaginário. Porto Alegre: Sulina, 2006.

TOCANTINS, Leandro. O rio comanda a vida - uma interpretação da Amazônia. Manaus: Valer/Edições Governo do Estado, 2000.

WITKOSKI, Antônio Carlos. Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus: Edua, 2007.

A capoeira em uma dimensão de linguagem e performance.¹

Tharcisio Santiago Cruz

Introdução

Em nossa sociedade impera a noção de que as: falas, discursos, línguas e linguagens devem obedecer a um modelo oficial, formal de acordo com as normas gramaticais, jurídicas, textuais, científicas, etc.

No entanto, nosso país em sua formação sociocultural teve e tem a inegável contribuição de sociedade e culturas, cujas as formas de comunicação estão alicerçadas em tradições orais, seja, indígenas, africanas, afro-brasileiras e mesmo comunitárias que trazem as contribuições destes grupos, como de migrantes e suas línguas e formas de comunicação e sociabilidade.

Os exemplos seriam inúmeros, mas neste ensaio, pretendo pontuar a linguagem na capoeira, em uma tentativa ensaística de demonstrar elementos componentes presentes na forma de comunicação, transmissão de regras e valores, compreensão e participação em seus rituais e de forma mais enfática expor as formas como os *capoeiristas* e praticantes de *capoeira* conseguem estabelecer um diálogo ainda pouco compreendido por quem está de fora do fenômeno.

Para os iniciados com relação ao conceito de capoeira, capoeiristas, o folclorista Câmara Cascudo (2002) define como “... jogo de destrezas que tem sua origem mais remotas em Angola...”, apesar de concordar parcialmente com esta definição, discutimos na capoeira e na antropologia proposta, a origem afro-brasileira desta prática cultural.

Dentre as várias alternativas de investigação sobre a linguagem na capoeira, é possível se pensar também em sua relação como situações de debate. Explico este fator pelo fato de que a capoeira é uma criação da cultura afro-brasileira segundo (REGO, 1968 e SOARES, 2004). Construída ao logo dos séculos de colonização portuguesa no Brasil, envolve assim, além do próprio processo de colonização, os inúmeros discursos oficiais ao

¹ Texto elaborado a partir de indicações de leituras propostas na disciplina Leitura e Escrita Etnográfica, ofertada pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social – PPGAS/UFAM, no primeiro semestre de 2018.

longo dos séculos, seja da Igreja Católica, monarquia lusitana, legislações em torno do tráfico.

Com a vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808, ocorreu um adensamento dos discursos oficiais em seus modelos legal, externando as decisões régias para a colônia, como em meados do mesmo século XIX os discursos médicos, visto que a coroa se vê diante heterogeneidade de sua população: índia, negra, branca e mestiça. Um outro fator a ser mencionado é sobre a proximidade dos discursos administrativos, políticos e médicos protagonizados e proferidos a partir do mundo europeu e suas experiências e vivências coloniais na: Ásia, África e Oceania.

Ao longo dos séculos adensam-se discursos médicos-legais, na medida em que outras formas discursivas são introduzidas para tentar explicar por parte do Estado monárquico a diversidade de situações sobre sua administração.

Desta forma, são construídos modelos de interpretação: jurídicos, médicos, políticos e mesmo culturais, alicerçados nas formas interpretativas europeias, como a eugenia, o conceito de raça ou superioridade branca europeia sobre as demais populações humanas.

Nina Rodrigues (2010) é um interprete no século XIX, em se tratando das culturas africanas e afro-brasileiras, em sua fala externa parte deste pensamento,

Bem arredio do meu espírito andava, por certo, o pensamento de que os modestos ensaios, tentados em 1890 a benefício da clínica sobre imunidades mórbidas das raças brasileiras e, mais tarde, prosseguidos nas suas aplicações médico-legais às variações étnicas da imputabilidade e da responsabilidade penal, viessem colocar-me um dia face a face com essa esfinge do nosso futuro - o problema “o Negro” no Brasil. (RODRIGUES, p.9, 2010)

Percebe-se na fala de Nina Rodrigues², um posicionamento médico e oficial sobre o que ele denominou de “O problema do Negro no Brasil”, “O problema da Raça Negra na América Portuguesa” (p.4). É possível encontrar na produção científica do autor a investigação sobre a diversidade linguística africana no Brasil e elege assim o *Negro* como um “objeto da ciência”. Desta forma, Nina Rodrigues externa, parte da relação entre metrópole e colônia, uma preocupação das ciências médicas para com a

2 - Nina Rodrigues, já debatia este tema em “Antropologia patológica: Os mestiços”, in *Brasil –Médico*, 1890. Nina Rodrigues, *As raças humanas e responsabilidade penal no Brasil*, Bahia, 1894), ou como ele próprio definia em seus escrito

heterogeneidade humana e cultural nos países colonizados, como o Brasil. Neste caso, um problema a ser apreciado pelos poderes instituídos, distante de uma possibilidade de compreensão dos inúmeros grupos humanos em suas potencialidades de comunicação, língua ou linguagem.

Neste texto, visualizo a possibilidade de explorar este evento por uma leitura e escrita antropológica, tentando correlacioná-los a uma abordagem estética. Tento construir uma análise e escrita antropológica fazendo uso da memória do evento e registro de várias imagens, pressupondo que o acontecimento de caráter internacional, teve significado e significância para os participantes, pelo seu caráter internacional principalmente para mim como capoeirista. Parto da contribuição de teóricos que desenvolveram a reflexão sobre: linguagem e performance na capoeira.

As formas de linguagem e denominações

Para melhor correlacionar o evento em destaque com as leituras antropológicas, recorro a autores suas contribuições, numa tentativa de evidenciar a compreensão sobre as múltiplas dimensões do fenômeno da capoeira.

Destaco, nestes termos, sua origem afro-brasileira, o que demanda adentrar no universo de acontecimentos e escolhas socioculturais marcantes no processo de formação sociocultural brasileiro, como exemplo, o escravismo, a colonização, os discursos sobre os grupos sociais trazidos da África, os desdobramentos destas alternativas de poder e estabelecimentos de poder na Américas, principalmente no Brasil.

Homi Bhabha (1998) constrói a análise do efeito e construção do discurso colonial. Há, segundo Bhabha, a existência de um “conceito de fixidez”, como signo da diferença cultural, histórica/racial no discurso do colonialismo, e um modo de representação paradoxal: conota rigidez e ordem imutável como também desordem, degeneração e repetição demoníaca.

Emerge segundo o autor, o estereótipo como “principal estratégia discursiva, também uma forma de identificação, um denominador de lugares, ao mesmo tempo ambivalente e tem efeito, “...como uma das estratégias discursivas e psíquicas mais significativas do poder discriminatório - seja racista ou sexista, periférico ao metropolitano...” (p.106)

Neste sentido, Homi Bhabha (1998) propõe uma analítica da ambivalência por meio da compreensão dos processos de subjetivação. Trata-se assim de uma possibilidade de ir contra esta normatividade po-

lítica demonstrada através do discurso político instituído. O autor nega e ultrapassa os limites de uma normalização e normatização dos discursos estereotipados sobre os sujeitos sob a égide do Colonialismo.

Quando tematizamos a *linguagem e performance* na capoeira, trazemos para o debate o questionamento sobre o porquê da existência desta forma de linguagem e comunicação, tal fator revela como exemplo, parte do estigma e preconceito para com as populações africanas e afro-brasileiras, das quais a capoeira tem sua origem.

Apesar da grande presença da diversidade linguística oriundas do continente africano, por parte de populações e grupos trazidos deste continente pela prática escravista no Brasil, esta contribuição linguística foi negada no processo de construção e normatização das línguas no país, em detrimento do modelo oficial português.

Como exemplifica Castro (2002) que entre os séculos XVI a XIX, a prática do escravismo trouxe para o país mais de cinco milhões de africanos, em sua maioria oriundos das regiões banto e sudanesa e do tronco linguístico Níger-Congo.

A região banto compreende um grupo de 300 línguas muito semelhantes, faladas em 21 países: Camarões, Chade, República Centro-Africana, Guiné Equatorial, Gabão, Angola, Namíbia, República Popular do Congo (Congo-Brazzaville), República Democrática do Congo (RDC ou Congo-Kinshasa), Burundi, Ruanda, Uganda, Tanzânia, Quênia, Malawi, Zâmbia, Zimbábue, Botsuana, Lesoto, Moçambique, África do Sul.

Neste processo, há uma grandiosa participação da região africana do Congo, e Norte de Angola, precisamente do rio Congo, e assim falantes do: *quicongo*, o *quimbundo* *Umbundo* falado em Angola e Zâmbia. Para se ter uma ideia o **berimbal**³, instrumento musical da capoeira no Brasil, no continente africano nestas regiões é denominado de *urucongo*.

Ainda segundo Castro, outra importante região dentro da geografia africana situa-se no Golfo do Benin, em que para o Brasil a grande representação dos povos Iorubás, dentro da família linguística *Kwa* e “os povos de línguas do grupo *ewe-fon* que foram apelidados pelo tráfico, de *minas* ou *jejes*.” No caso do Iorubá, trata-se de uma língua única

...constituída por um grupo de falares regionais concentrados no sudoeste da Nigéria (ijexá, oió, ifé, ondô, etc.) e no antigo Reino de Queto

3 - Em Edison Carneiro, Capoeira. Cadernos de Folclore.nº01. Campanha de Defesa do Folclore brasileiro. Rio de Janeiro: Funarte, 1975. E Câmara Cascudo. Dicionário do Folclore Brasileiro. São Paulo: Global, 2002. p. 64. encontramos definições conceituais sobre este instrumento musical.)

(Ketu), hoje, no Benim, onde é chamada de nagô, denominação pela qual os iorubás ficaram tradicionalmente conhecidos no Brasil. Já o ewe-fon é um conjunto de línguas (mina, ewe, gun, fon, mahi) muito parecidas e faladas em territórios de Gana, Togo e Benim. Entre elas, a língua fon, numericamente majoritária na região, é falada pelos fons ou daomeanos, concentrados geograficamente no planalto central de Abo-mé, capital do antigo Reino do Daomé, no Benim atual. (p.03)

O próprio Nina Rodrigues em *Os Africanos no Brasil*, já debatia sobre a temática da linguística africana em nosso país, apesar de um posicionamento que questionava o mestiçamento no Brasil, emitia pareceres sobre a distribuição das línguas africanas, pensando a

...África em três zonas linguísticas: (a) zona ao sul do equador, das línguas do grupo Bantu; (b) zona do centro, entre o equador, o Sahara e o Nilo, com as línguas do centro ou do Sudão; (c) zona do norte entre o Saara e o Mediterrâneo, com as línguas chamitas. Como ponto que nos possa interessar, merece dizer-se que aqui, no grupo das líbicas, colocou ele o Tuareg e o Haussá. (136)

Em seu parecer Nina Rodrigues propunha que se conhecesse as línguas africanas em uso no Brasil, além do conhecer a influência sobre a língua portuguesa no Brasil. Apesar do autor se referir a línguas faladas, no Brasil, estas línguas estavam neste período em outras dimensões de uso, como: escrita islâmica, presentes nas religiões africanas e afro-brasileiras, nas inúmeras práticas culturais, músicas, dentre outras situações e denominações cotidianas.

Linguagem na Capoeira

Torna-se pertinente refletir sobre a capoeira desde seu surgimento no Brasil Escravista e colonial, inserida em forma de discursos, normalmente oficiais, a partir do Estado Monárquico e posteriormente Republicano, sempre com denominações pejorativas de enquadramento desta prática cultural em cenários de violência, banditismo, traição, vadiagem e criminalidade.

Possibilitando a capoeira, segundo MAINGUEANEU (2013) sua inserção em modalidades de *discurso direto e assim imersa em* formas de discurso constitui, “uma série de enunciações” e desta forma, refém de inúmeros pontos de vista, em sua maioria compartilhados pela sociedade e Estado, normalmente Segundo a autora, “o discurso direto não relata neces-

sariamente falas pronunciadas efetivamente.”, assim o “discurso direto trata de uma encenação, visando criar um efeito de autenticidade uma imitação.” (p.181), com a capoeira refém de denominações como as apontadas acima.

A capoeira teve que se construir respeitando um modelo de linguagem com alicerces nas tradições de oralidade, como as inúmeras sociedades e grupos africanos e afro-brasileiros, e possibilitou a emergência de um fenômeno de comunicação, muito semelhante ao que Bakhtin (1997), analisa como várias formas de linguagem nas atividades humanas e os vários gêneros discursivos.

De acordo com Bakhtin, os gêneros discursivos estão ligados a padrões relativamente estáveis de determinados enunciados. Tudo isto tem muito a ver da forma como falamos, ouvimos, ou seja, construímos nossas comunicações, os gêneros de certa forma moldam tal uso. Há segundo o autor uma relação muito próxima entre gêneros do discurso e nossa língua materna, em nosso caso, o português e suas várias formas de discurso ligados também a nossa construção histórico-cultural.

Segundo Bakhtin a uma relação entre a palavra e língua, como formas complementares do que compreendemos do mundo e que faremos uso desta compreensão dentro de um determinado contexto discursivo.

Existe também nesta análise, o que o autor denomina de estilística que está ligada as formas típicas de enunciados, que tem um caráter individual e coletivo, sempre dentro de condições de se produzir a fala e suas interpretações. Para isto faz-se uso de formas padronizadas da língua e da escrita, assim, “... a definição de um estilo em geral e de um estilo individual em particular requer um estudo aprofundado da natureza do enunciado e da diversidade dos gêneros do discurso.”

Bakhtin ressalta ainda a importância das vozes em cada ato de comunicação, pois comporta o conjunto de assimilações, para ele, cada discurso traz outros discursos, ou seja, uma polifonia, que são vozes e falas no interior do discurso. Pode-se refletir também que há o discurso e o contra - discurso.

Este discurso polifônico, é claro é construído social e culturalmente, movimentam-se aí as consciências dos faltantes estas não são apenas individuais mas incorporam o conjunto de: e representações, símbolos e signos sociais. Um outro elemento importante apontado pelo autor, é pelo fato de que o enunciado é construído por alguém, para um receptor, ou seja, o discurso e enunciados não são neutros, mas estão interligados dentro de no mínimo u dialogo e que apresenta caracteres racionais e emocionais.

Marcel Mauss e os corpos

Adentrando na discussão sobre linguagem e performance recorreremos a leitura das Técnicas do Corpo de Marcel Mauss, que ele define como, “Entendo por essa expressão as maneiras pelas quais os homens, de sociedade a sociedade, de uma forma tradicional, sabem servir-se de seu corpo.” (Mauss, p. 402), em que o auto inicia a reflexão a partir de exemplos de observações sobre organização do corpo em tropas francesas e inglesas, além de práticas esportivas como natação e corridas.

Mauss estabelece uma aproximação entre sua análise sobre as técnicas do corpo e o conceito de “**hábitos**”, neste caso se refere a uma matriz grega do conceito, e o define como, “hábito”, que está relacionado a “*exis*”, ou seja, o que é adquirido.

Esses “hábitos” variam não simplesmente com os indivíduos e suas imitações, variam sobretudo com as sociedades, as educações, as conveniências e as modas, os prestígios. É preciso ver técnicas e a obra da razão prática coletiva e individual, lá onde geralmente se vê apenas a alma e suas faculdades de repetição. (404)

Há uma aproximação entre o conceito de “hábitos” de Mauss, *habitus* de Pierre Bourdieu e as técnicas da capoeira, objeto de investigação em destaque.

Esclareço melhor, a partir da definição inicial de Mauss sobre hábitos de origem grega, não muito distante da de Bourdieu em o Poder Simbólico (1998), como um *modus operandi* “que funciona em estado prático”, e constrói seu conceito também a partir desta matriz filosófica grega, quando define Mauss “

Técnicas da atividade, do movimento. —Por definição, o repouso é a ausência de movimentos, o movimento, a ausência de repouso. Eis aqui uma enumeração pura e simples: Movimentos do corpo inteiro: rastejar; pisar, andar. A *marcha*: *habitus* do corpo em pé ao andar, respiração, ritmo da marcha, balanceio dos punhos, dos cotovelos, progressão do tronco adiante do corpo ou por avanço alternado dos dois lados do corpo (estamos habituados a avançar com o corpo todo de uma só vez). Pés para fora, pés para dentro. (p. 418)

Na capoeira este “hábitos” se relacionam a *habitus*, por transcenderem aos aspectos fisiológicos, adentrarem aos elementos culturais e possibilitarem a construção de verdadeiras identidades dentro e para com

esta prática cultural, do contrário toda criança, jovens e adultos no Brasil por exemplo seriam no mínimo praticantes de capoeira

O fato de existirem técnicas corporais e de luta, tornaram a capoeira fenômeno histórico passível de interesse e investigação, paralelamente no decurso de sua história aliada a fenômenos sociopolíticos e culturais, contribuíram para a sua existência e continuidade nos séculos seguintes à sua origem e que perdura até os dias atuais.

No entanto, interessamos neste ensaio apresentar os elementos que demonstrem os aspectos da linguagem e performance. Entendemos que ambos estão próximos, se pensamos que na capoeira o corpo: fala uma linguagem, traduz conhecimentos, transmite valores e cultura, guarda práticas e segredos, revela tradição.

Performance e capoeira

Na capoeira é possível perceber diversas formas de representações, comportamentos, práticas ligadas a performance. Em certa medida percebe-se a manifestação de uma linguagem, forma de comunicação, de percepção do interior do grupo e pelos que estão de fora deste universo.

A performance na capoeira pode ser percebida, no caso do evento citado, no lugares em que estão ocorrendo eventos, como o de Leticia, os personagens ou capoeiristas, deixam de lado, durante este período, suas posições sociais, profissões, estudos, papéis na sociedade e assumem uma identidade de grupo, performática, visivelmente, nos trajes e uniformes, como a calça preta e a camisa amarela, indumentárias, nos comportamentos, na forma de falar e principalmente na atenção só que diz o mestre de capoeira, no caso o mestre convidado.

Os capoeiristas, ou seja, aqueles sujeitos com maior vivência na capoeira, atuam como organizadores do evento e assumem determinados papéis, como: organizar os instrumentos, preparar os berimbaus, organizar os participantes, escolher um lugar mais condizente para as crianças, se posicionar com relação ao uso dos instrumentos musicais.

O mestre então inicia o evento, profere as saudações, explica o trabalho a ser realizado, posteriormente, conta um pouco de sua história de vida na capoeira, elege um aluno mais antigo, normalmente que já é professor, para atuar como seu auxiliar, nas atividades iniciais, normalmente prepara o corpo para os exercícios de capoeira realizando alongamentos, trabalhando a flexibilidade dos participantes.

No evento, percebi o detalhamento das ações, funcionando no sentido de uma orquestração, o mestre é o maestro, determina o andamen-

to do evento, realiza performance, ilustradas pelos exercícios de capoeira, alguns extremamente difíceis para o praticante, mas que ele realiza com verdadeira tranquilidade e maestria, ou seja, um corpo já treinado e acostumado pelos anos na capoeira.

Ao longo do evento, as atividades de preparação vão sendo substituídas por outras em que se mesclam exercícios físicos, ou seja, os movimentos de capoeira, ou os golpes, há sempre o cuidado, na medida em que os golpes são apresentados e ensinados, daí a importância do professor que auxilia o mestre, a partir dos movimentos dos dois é que se darão as demonstrações.

Os espectadores normalmente são familiares, convidados e pessoas que de certa forma auxiliam na realização do evento, quando se trata de um curso com a participação de um mestre conhecido nacionalmente e internacionalmente, a participação o público tende a ser maior.

Na verdade, o trabalho de treino, exercícios, práticas, comunicação antecede a determinados rituais ⁴e suas cerimônias, no andamento normal da capoeira, há um tempo mínimo de pelos menos um ano de preparação, no caso do evento em Letícia esta preparação é mais resumida, o ritual em si é a própria roda de capoeira. O mestre prepara os participantes para adentrar e atar na roda, que numa aproximação de uma reflexão performativa tem o sentido de um palco, em que os comportamentos serão testados na apresentação.

Schechener (2006) define performance nas artes como na vida cotidiana com possibilidades de “exibir-se, chegar a extremos”, ações elaboradas para aqueles que assistem, assim como num show ou dança, “Realizar performance” também pode ser entendida em relação a capoeira, ou mesmo a:

“...sendo; fazendo; mostrar fazendo; explicar “mostrar fazendo”. “Sendo” é a existência por ela mesma. “Fazendo” é a atividade de todos que existem, dos quarks até seres conscientes e cordas supergalácticas. “Mostrar fazendo” é desempenhar: apontar, sobrelinhar, e exibir fazendo.” (p.02)

Schechener constrói sua análise a partir do campo da arte, a performance “marcam vidas”, ao mesmo tempo constroem as identidades, estão presentes na vida cotidiana, na vida como na arte, é preciso treino, prática,

4 Dentre rituais na capoeira soa conhecidos os Batizados, troca de graduações ou de cordas, Ascensão a condição de professor, contramestre e mestre, no caso da capoeira regional. As cerimônias envolvem a preparação e andamento dos rituais e envolvem a participação de integrantes dos grupos como de pessoas de fora, como jornalista por exemplo

ensaio, ou seja, significa também aprender “determinadas porções de comportamentos culturais, de ajustar e atuar os papéis da vida de alguém em relação às circunstâncias sociais e pessoais.” (p.03)

A longa infância e a meninice específicas da espécie humana é um período estendido de treinamento e ensaio para desempenho de sucesso na vida adulta. A “graduação” para a maioridade é marcada em muitas culturas por ritos de passagem. Mas, mesmo antes de atingida a maioridade, algumas pessoas melhor se adaptam à vida que vivem do que outras, que resistem e se rebelam. A maior parte das pessoas vive a tensão entre aceitação e rebelião. As atividades da vida pública – algumas vezes calma, outras tumultuada; algumas vezes visível, outras mascaradas – são performances coletivas.

O autor argumenta que esse conjunto de atividades e práticas cotidianas, variam num universo de ajustamento de papéis, “Estas atividades variam, desde política sancionada até demonstrações populares e outras formas de protesto, e até mesmo a revolução.”. Há segundo Schechener, os realizadores querem de certa forma mudar as coisas, alterar os padrões que estão estabelecidos, uma não conformidade. Performances, segundo Schechener “afirmam identidades”: artísticas, rituais ou cotidianas, permitem o que ele denomina de “comportamentos restaurados”.

Podemos pensar também o evento como instância preparatória para futuros Ritos de Passagem, como as trocas de graduação ou condição dentro da capoeira, nos aproximamos aqui de Turner (2005) em sua análise sobre ritos de passagem, bem ais evidentes, segundo o autor, em sociedades que ele define de “pequena escala” em que os processos de mudança obedecem a outras dinâmicas, aproximo desta proposta a possibilidade de inserir os grupos de capoeira, como tentativa de explica-los em suas situações esperadas de mudanças de estado, que o autor esclarece,

Por “estado” entendo, aqui, “uma condição relativamente fixa ou estável”, e tenderia a incluir, no seu significado, certas constantes sociais, como estatuto legal, profissão, cargo público ou ocupação habitual, posição ou categoria. Considero que o termo designa, também, a condição de uma pessoa tal como é determinada pelo seu grau de maturidade culturalmente reconhecido, como quando se fala do “estado de casado ou solteiro” ou do “estado de infância”. O termo “estado” pode aplicar-se, igualmente, às condições ecológicas, ou à condição física, mental ou emocional em que uma pessoa ou grupo se encontra num determinado momento. Um homem pode estar em estado de boa ou má saúde, uma sociedade em estado de guerra ou paz, fome ou fartura. (p.137)

Para Gennep (1960), a noção de passagem é central para a compreensão de mudanças dos indivíduos dentro do grupo e dos próprios grupos. Nestes termos, os ritos de passagem configuram uma condição *limiar*, que representa uma “fase intermediária”, período também que ir demonstra o tipo de domínio cultural por parte do sujeito, aqui o entendemos como o acúmulo de conhecimento adquirido por anos de treinamento, que serão postos à prova em futuros rituais de passagem na capoeira e que podem ser interpretados de acordo com a proposta teórica do autor, como “indivíduos liminares”.

Turner (1974) constrói a noção de *liminaridade*, voltados para a análise das pessoas (*personae*) em situações ambíguas e de mudança em seu espaço cultural, estas entidades liminares, ou pessoas, estão no meio de antigas e novas posições dentro do grupo social, dentro de um universo de ordenamento regido por costumes, convenções ou mesmo em cerimônia como as apresentadas em situações-evento na capoeira,

Seus atributos são ambíguos e indeterminados exprimem-se por. Uma única variedade de símbolos, naquelas várias sociedades que ritualizam as transições sociais e culturais. Seu comportamento é normalmente passivo e humilde. Devem, implicitamente, obedecer aos instrutores e aceitar punções arbitrárias, sem queixa. E como se fossem reduzidas ou oprimidas até a urna condição uniforme, para serem modeladas de novo e dotadas de outros poderes, para se capacitarem a enfrentar sua nova situação de vida. (Turner, p.118)

Considerações Finais

O evento de capoeira organizado pelo projeto *Selva Angola* foi uma rica oportunidade de compartilhamento, aprendizado e troca de conhecimentos e acima de tudo mostrou que a capoeira está ou pode estar em todos os lugares basta ser chamada, muitas vezes nem é necessário.

As performances de rua, os rituais, as cerimônias, no evento em si, a capoeira demonstrou uma força motivadora incomparável, retornamos para nossas casas mais fortes, felizes, com novos conhecimentos, renovados.

Em se tratando de um texto sobre capoeira que compartilhar que faz falta o aspecto de movimento na escrita, devido ao seu caráter dinâmico, de ocupação e compartilhamentos de espaços, histórias, ensinamentos.

A capoeira, entendo como essencialmente dialógica, principalmente por não ser possível sua prática sem a participação no grupo, mesmo que seja numa apresentação ou performance de rua, sempre é necessário compartilhar os aprendizados, até mesmo como teste ou verdadeiros rituais.

Compartilho aqui com a contribuição de Schechener, de que a vida se mistura com a arte de forma cotidiana, a capoeira é esta arte que faz parte de muitas vidas, grupos, movimenta de forma dinâmica verdadeiros atores, sempre como sujeitos atuantes em uma relação dialógica cujo o corpo é elemento dinamizador de uma linguagem própria, continua, aberta para as mudanças que esta arte compartilha com o mundo.

Referências

BAKHTIN, Mikhail Mjkhailovitch, 1895-1975. Estética da criação verbal — 2. ed. — São Paulo Martins Fontes, 1997.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CARNEIRO, Edison. Capoeira. Cadernos de Folclore. nº01. Campanha de Defesa do Folclore brasileiro. Rio de Janeiro: Funarte, 1975.

CASCUDO, Luís da Câmara. Dicionário do Folclore Brasileiro. São Paulo: Global, 2002

CASTRO, Yeda Pessoa de. Influência das línguas africanas no português brasileiro, Salvador, 1990.

GENNER, Arnold Van. Os ritos de passagem: estudo sistemático dos ritos... Petrópolis, Vozes, 2011

HOMI. K. BHABHA. Local da Cultura. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

MAINGUEANEAU, Dominique. Analise de textos de comunicação. São Paulo: Cortez, 2013.

RODRIGUES, Raymundo Nina. Os Africanos no Brasil. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

SCHECHNER, Richard. 2006. “O que é performance?”. Performance studies. New York & London: Routledg.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

TURNER, Víctor W. O Processo Ritual: estrutura e antiestrutura. Petrópolis, Vozes, 1974.

TURNER, Víctor W. *Floresta de Símbolos: Aspectos do Ritual Ndembu*. Rio

de Janeiro: EDUFF, 2005.

TURNER, Victor. Dewey, Dilthey e Drama: um ensaio em Antropologia da Performance (primeira parte) Tradução. *Cadernos de Campo*, 13. 2005.

WALDELOIR, Rego. *A Capoeira Angola: ensaio sócio- Etnográfico*. Salvador, 1968.

Sobre as/os autores

Allan Soljenítsin Barreto Rodrigues

Doutor e mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM), Diretor da Faculdade de Informação e Comunicação da UFAM (FIC/UFAM), escritor, jornalista, professor de graduação e pós-graduação. Líder do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Cultura e Amazônia (UFAM/CNPq). E-mail: allan30@gmail.com

Ana Carolina Pais

Especialista em “Ensino de Língua Inglesa e Uso de Novas Tecnologias” pela Universidade Gama Filho/São Paulo; e-mail: anacarolpais@gmail.com

Ana Maria de Mello Campos

Antropóloga – INC/UFAM - Doutoranda em Antropologia pela Universidade de Lisboa.

Andreza da Silva Dorzanio

Professora da Rede Estadual de Educação do Amazonas e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA).

Artur de Souza Moret

Professor no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Fundação Universidade Federal de Rondônia. Coordenador do Grupo de Pesquisa Energia Renovável Sustentável-GPERS.

Elenilson Silva de Oliveira

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, UFAM.

Ellem Cristiane Moraes de Sousa Contente

Engenheira sanitária. Professora Adjunta da Faculdade de Tec-

nologia (FT) da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGS-CA) do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais - IFCHS/UFAM.

Francisco de Assis Coelho e Pinho

Presbítero Anglicano (Diocese Anglicana no Brasil). Graduações em Humanidades, Especialista em Ciências Ambientais e em Didática e Metodologia do Ensino Superior. É jornalista profissional e Docente das disciplinas Filosofia e Sociologia na rede pública de ensino de Manaus, Amazonas. Mestrando em Sociedade e Cultura na Amazônia, na Universidade Federal do Amazonas. e-mail: assis-pinho@outlookl.com

Gilvânia Plácido Braule

Docente-pesquisadora do INC/UFAM. Email:gilvaniabc@gmail.com

Gleilson Medins de Menezes

Mestrando em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM), jornalista, técnico audiovisual e coordenador administrativo da FIC/UFAM. Integrante do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Cultura e Amazônia (UFAM/CNPq). E-mail: audiovisualufam2@gmail.com

Iraíldes Caldas Torres

Possui graduação em Licenciatura Plena em Filosofia pelo Instituto Superior de Filosofia, Teologia, Pastoral e Ciências Humanas da CNBB (1987); Bacharelado em Teologia pelo Instituto Superior de Filosofia Teologia Pastoral e Ciências Humanas da CNBB (1989); Bacharelado em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas (1991); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Amazonas (1998) e doutorado em Ciências Sociais/ Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003), e Pós-Doutorado na Université Lumière de Lyon 2, na França (2015) com a tese A experiência estética da poiesis Sateré-Mawé, a face aurática/ancestral de sua cultura sob orientação do professor Dr. Jorge Santiago. Atualmente é professora associada da Universidade Federal do Amazonas. Possui experiência nas áreas de Sociologia, Antropologia, Etnologia Indígena e Serviço Social atuando principalmente nos temas de gênero e manifestações simbólicas; trabalho, movimentos e práticas sociais na Amazônia. Coordenou a pesquisa Gênero, etnicidade, práticas sociais e

corporais das mulheres Sateré-Mawé em duas comunidades indígenas no Amazonas com financiamento da Fapeam, 2013-2015. Exerceu o cargo de Diretora da Editora da Universidade Federal do Amazonas (EDUA) no período de 2009 à 2013. É Membro da Academia de Letras do Brasil. É Vice-Presidente da ABEPPA - Associação Brasileira de Escritores e Poetas da PAN- Amazônia. Atualmente exerce o cargo de coordenadora do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas.

Ivanete Santos

Graduada em Serviço Social - Centro Universitário do Norte – UNINORTE em 2015. Atua como Assistente Social da SEDUC 2016-2018.

João Bosco Ladislau de Andrade (org.)

Engenheiro civil. Professor Associado da Faculdade de Tecnologia (FT) da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Professor no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA) do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais - IFCHS/UFAM. E-mail: boscoladislau@mandic.com.br

João Clovis de Oliveira Costa

Economista. Especialista MBA em Gestão Empresarial com Estratégia de Mercado Industrial. Aluno Especial das disciplinas de Mestrado – UFAM, e-mail: jarteverde@hotmail.com

José Lino do Nascimento Marinho

Possui graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1996). Pós-graduação em Filosofia e Existência pela Universidade Católica de Brasília (2000). É Mestre em Ciências da Educação pela Universidade San Carlos - MERCOSUL (2011). Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia e doutorando na mesma área, pela Universidade Federal do Amazonas. Foi professor titular da Universidade do Estado do Amazonas no período de 2004 a 2010, ministrando as disciplinas de História Antiga, Medieval, Moderna, Contemporânea, do Brasil Colônia, Império e República; Subsecretário de Educação do município de Tefé-AM por vezes, Secretário de Comunicação e Vereador. É também, professor concursado da Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino – SEDUC-AM há

33 anos. Escritor, poeta, compositor, intérprete, contista e radialista profissional há 34 anos. Atualmente, pesquisa e escreve relacionado aos seguintes temas: etnohistória, etnocentrismo, etnolinguística, História Oral, imaginário, memória e subjetividade.

Josenildo Santos de Souza (autor da foto da capa)

Licenciado em Filosofia, Especialista em Ética pela Universidade Federal do Amazonas e Mestre em Estudos Amazônicos pela Universidad Nacional de Colômbia - UNAL. Professor do Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas – INC/BC/UFAM. Email: josenildo01@bol.com.br

Judilene Andrade Barbosa

Docente da Educação Básica. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas – INC/UFAM.

Kamilla Ingrid Loureiro e Silva

Economista. Especialista em Logística. Aluna regular do mestrado de Sociedade e Cultura da Universidade Federal do Amazonas, Bolsista CAPES, e-mail: kamila.loureiro@gmail.com

Márcia do Carmo das Chagas de Castro Guimarães

Graduada em Serviço Social – Centro Universitário do Norte – UNINORTE em 2015. Pós-graduada em Políticas e Gestão em Serviço Social – Centro Universitário Leonardo da Vinci em 2016. Atua como Pesquisadora Grupo de Estudos e Pesquisa História, Educação, Sociedade e Política – GHESP – Contexto de Formação e Inserção Profissional de Professores no Curso de Formação de Docentes : A Proposta Pedagógica, suas Condicionantes e Perspectivas, Pesquisa -Programa de Iniciação Científica– PIC; Impactos do PIBID – 2017 - 2020; Grupo de Pesquisa : Educação a Distância no Ensino Superior no Brasil : Metodologias e Tecnologias -Centro Universitário Internacional – UNINTER, 2017 -2020; Grupo de Pesquisa : A Contribuição da Prática Profissional do Assistente Social para o Desenvolvimento de Tecnologias Sociais - Centro Universitário Internacional – UNINTER, Curitiba – PR, 2018 -2020. Grupo de Estudos: Processo Civilizador PPGSCA – UFAM. Atua como Assistente Social na Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro – AMARN, 2018. E-mail: mcccguimaraes81@gmail.com

Maria Cavalcante

Graduada em Serviço Social - Centro Universitário do Norte – UNINORTE em 2015.

Mariane Júlia dos Santos

Mestra em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e graduada em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). e-mail: ane.hst.arq.ep@gmail.com

Marluce Amorim Filipe

Mestrado em Educação pela Universidad de Los Pueblos da Europa. Especialista em Metodologia e Didática do Ensino Superior/FEM e Gestão Pública UFAM. Graduada em Pedagogia/UNIRG. Professora Formadora da UEA e SEMED.

Mérlin Gomes Cavalcanti

Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas. Membro do GEPOS – Grupo de Estudo, Pesquisa e Observatório Social: gênero, política e poder.

Michel Justamand (org.)

Bacharel e Licenciado em História pela PUC/SP (1999); Habilitado em Filosofia (2001) e em Sociologia (2002) ambos pela PUC/SP; Mestre em Comunicação e Semiótica pela PUC/SP (2002); Licenciado em Pedagogia pela UniNove/SP (2003); Doutor em Ciências Sociais/Antropologia pela PUC/SP (2007); Pós-Doutor em História pela PUC/SP (2012); e Pós-Doutor em Arqueologia Pré-Histórica pela UNICAMP (2017). Foi professor de História e Geografia no Ensino Fundamental e de História e Sociologia no Ensino Médio da Rede Pública Estadual de São Paulo de 1995 a 2009. Foi professor voluntário de História no Cursinho Pré-Vestibular dos discentes da PUC/SP, de 1997 a 1999. Foi professor da Universidade Bandeirante/UNIBAN de São Paulo, entre 2002 e 2007. Foi professor do Curso de História da Universidade do Estado do Amazonas/UEA, em Tefé, de 2008 a 2009. É docente do Curso de Bacharelado de Antropologia da Universidade Federal do Amazonas/UFAM, na unidade acadêmica do Alto Solimões, na cidade de Benjamin Constant. É professor permanente do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia/PPGSCA, desde 2014.

Participo de grupos de pesquisas na UFAM, UNICAMP e PUC/SP. Dirige a Coleção FAAS, em parceria com a Profa. Gilse Elisa Rodrigues, desde 2012.

Nelly Mary Oliveira de Souza

Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA. Pós-Graduação em Psicopedagogia Institucional e Formação em Educação à Distância pela Universidade Paulista-UNIP. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM. Pedagoga da Secretaria Municipal de Educação de Tabatinga-AM e da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino-SEDUC. mel_tbt@hotmail.com

Nilza Araújo

Graduada em Serviço Social - Centro Universitário do Norte – UNINORTE em 2015. Pós-graduada em Direito e Proteção Social, Centro Educacional do Norte – EDUCANORTE em 2016. Atua como Assistente Social no CETAM-PRONATEC. E-mail: nilzamaríaaraujo@hotmail.com

Norma Carvalho Facchini

Mestre em Linguística pela Universidade Cruzeiro do Sul; e-mail:normacfb@yahoo.com.br

Rafael Ademir Oliveira de Andrade

Mestre e doutorando no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente na Universidade Federal de Rondônia. Docente no Centro Universitário São Lucas. Membro do Grupo de Pesquisa Energia Renovável Sustentável- GPERS.

Rafael de Figueiredo Lopes

Doutorando em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM), mestre em Ciências da Comunicação (UFAM), jornalista e professor do curso de Jornalismo (UFAM/ICSEZ/Parintins). Integrante do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Cultura e Amazônia (UFAM/CNPQ). E-mail: rafaflopes@bol.com.br

Rita Silva

Graduada em Serviço Social - Centro Universitário do Norte – UNINORTE em 2015. E-mail: praritasilva1969@gmail.com

Sebastião Melo Campos

Docente da Educação Básica e Superior. Pós-graduando na UFPA – Campus Guamá, s-melocampos@hotmail.com

Sílvia Silva

Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2011). Graduada em Serviço Social pelo Instituto Cultural de Ensino Superior do Amazonas atualmente Uninorte/Laureate (2003) e especialista em Gestão de Pessoas por Competências (2008). Atualmente atua como professor de ensino superior do Centro Universitário do Norte - Uninorte/Laureate. Nesta IES desenvolvimento de atividades como coordenadora de estágio supervisionado do curso no período 2008-2009, atuação como coordenadora adjunta do curso de Serviço Social no período de 2009 a 2011, membro do NDE (Núcleo Docente Estruturante do Curso) desde o ano de 2009.

Stephanie Belém

Licenciada em Artes Visuais pela Universidade Federal do Amazonas (2018), com interesse em estudos de gênero, arte contemporânea, cultura amazônica, feminismo, performance arte, fotografia, cinema e pintura.

Tharcísio Santiago Cruz (org.)

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amazonas (2002). Mestrado em Ciências do Ambiente e sustentabilidade na Amazônia pelo Centro de Ciências do Ambiente - UFAM. Especializações Latu sensu em Ética e Projeto Kantiano da crítica. Professor assistente da Universidade Federal do Amazonas. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia do trabalho e Agrária, Antropologia, atuando principalmente nos seguintes temas: trabalho, educação indígena, Antropologia e ações afirmativas, Folclore, Populações de Várzea e de fronteira na Amazônia. Doutorando do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social - PPGAS/UFAM desde 2017.

Vina Santos

Graduada em Serviço Social - Centro Universitário do Norte
– UNINORTE em 2015. Pós-graduada Direito e Proteção Social, Centro
Educacional do Norte – EDUCANORTE em 2016.

Coleção FAAS

Fazendo Antropologia no Alto Solimões

Dirigida por Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand

Antropologia no Alto Solimões.
Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand (orgs.), 2012
ISBN 978-85-63354-17-4

Fazendo Antropologia no Alto Solimões.
Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand (orgs.), 2012
ISBBN 978-85-63354-18-1

Fazendo Antropologia no Alto Solimões 2
Adailton da Silva e Michel Justamand (orgs.), 2015
ISBN 978-85-63354-31-0

Fazendo Antropologia no Alto Solimões: gênero e educação
Gilse Elisa Rodrigues, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2016
ISBN 978-85-63354-49-5

Fazendo Antropologia no Alto Solimões: diversidade étnica e fronteira
Gilse Elisa Rodrigues, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2016
ISBN 978-85-63354-50-1

Fazendo Antropologia no Alto Solimões: diálogos interdisciplinares.
Gilse Elisa Rodrigues, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2016
ISBN 978-85-63354-49-5

Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 7
Michel Justamand, Renan Albuquerque Rodrigues e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2017
ISBN 978-85-63354-66-4

Fazendo Antropologia no Alto Solimões: diálogos interdisciplinares II.
Michel Justamand, Renan Albuquerque Rodrigues e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2017
ISBN 978-85-63354-52-5

Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 9
Michel Justamand, e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.). 2017
ISBN 978-85-63354-99-0

Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 10
Carmen Junqueira, Michel Justamand, e Renan Albuquerque (orgs.), 2017
ISBN 978-85-63354-99-0

Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 11

Michel Justamand, Renan Albuquerque e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2018

ISBN 978-85-5467-010-8

Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 12

Iraildes Caldas Torres e Michel Justamand (orgs.), 2018

ISBN 978-85-5467-012-2

Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 13

Antonio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2018

ISBN 978-85-5467-017-7

Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 14

Ana Beatriz de Souza Cyrino, Dorinethe dos Santos Bentes, Michel Justamand (orgs.), 2018

ISBN 978-85-5467-024-5

Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 15

Antônia Marinês Goes Alves, Elenilson Silva de Oliveira e Michel Justamand (orgs.), 2018

ISBN 978-85-5467-031-3

Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 16

José Lino do Nascimento Marinho, Maria Isabel Araújo e Michel Justamand (orgs.), 2018

ISBN 978-85-5467-031-3

Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 17

Walmir de Albuquerque Barbosa, Marilene Corrêa da Silva Freitas, Artemis de Araujo Soares e

Michel Justamand (orgs.), 2018

SBN 978-85-5467-050-4

Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 18

Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2018

ISBN 978-85-5467-051-1

Coleção FAAS TESES

Fazendo Antropologia no Alto Solimões - Teses

Dirigida por Adailton da Silva e Michel Justamand

Os Kamaiurá e o Parque Nacional do Xingú

Carmen Junqueira, 2018

ISBN - 978-85-5467-027-6

Da cana ao caos - Usos sociais do meio ambiente em perspectiva comparada

Thereza Menezes, 2018

ISBN - 978-85-5467-045-0

**Órfãos das letras no contexto amazônico:
memórias de uma prática docente na Tríplice Fronteira**

Brasil-Peru-Colômbia

Maria de Nazaré Corrêa da Silva

no prelo

Os Rikbaktsa: mudança e tradição

Rinaldo Sergio Vieira Arruda

no prelo

**Seringueiros do Médio Solimões:
fragmentos e memórias de vida e trabalho**

José Lino do Nascimento Marinho

no prelo

Obras afins

Coleção Diálogos Interdisciplinares

Dirigida por Josenildo Santos de Souza e Michel Justamand

1 - É possível uma escola democrática?

Michel Justamand (org.).

2 - Políticas Educacionais: o projeto neoliberal em debate.

Lilian Grisolio Mendes e Michel Justamand.

3 - Neoliberalismo: a máscara atual do capital.

Michel Justamand.

4 - História e representações: cultura, política e gênero.

Lilian Grisolio Mendes e Michel Justamand (orgs.).

5 - Diálogos Interdisciplinares e Indígenas.

Maria Auxiliadora Coelho Pinto, Michel Justamand e Sebastião Rocha de Sousa (orgs.).

6 - Diálogos Interdisciplinares I: história, educação, literatura e política.

Êmerson Francisco de Souza (org.)

7 - Diálogos Híbridos.

Camilo Torres Sanchez, Josenildo Santos de Souza e Michel Justamand (orgs.).

8 - Diálogos Híbridos II.

Camilo Torres Sanchez, Josenildo Santos de Souza e Michel Justamand (orgs.).

9 - A educação ambiental no contexto escolar do município de Benjamin

Constant – AM

Sebastião Melo Campos

10 - Políticas Públicas de Assistência Social: moradores em situação de rua no município de Benjamin Constant – AM

Sebastião Melo Campos, Lincoln Olimpio Castelo Branco, Walter Carlos Alborado Pinto e

Josenildo Santos de Souza

11 - Tabatinga: do Conhecimento à Prática Pedagógica

Maria Auxiliadora Coelho Pinto (org)

12 - Tabatinga e suas Lendas

Maria Auxiliadora Coelho Pinto e Cleuter Tenazor Tananta

13 - Violência sexual contra crianças, qual é a questão? Aspectos constitutivos

Eliane Aparecida Faria de Paiva

14 - A implantação do curso de antropologia na região do Alto Solimões - AM

Adolfo Neves de Oliveira Júnior, Heloísa Helena Corrêa da Silva e Paulo Pinto Monte (orgs.)

- 15 - Estudos Clássicos e Humanísticos & Amazonidades - Vo.l. 2
Renan Albuquerque e Weberson Grizoste (org)
- 16 - Ars moriendi, a morte e a morte em si
Miguel A. Silva Melo, Antoniel S. Gomes Filho, Emanuel M. S. Torquao e Zuleide F. Queiroz (org)
- 17 - Reflexões epistemológicas: paradigmas para a interpretação da Amazônia
Salatiel da Rocha Gomes e Joaquina Maria Batista de Oliveira (org)
- 18 - Diálogos Híbridos III - Agroecologia
Camilo Torres Sanchez (org.)
- 19 - Processos psicossociais na Amazônia
Marcelo Calegare e Renan Albuquerque (org.)
- 20 - Teoria e prática em administração e ciências contábeis I:
intercâmbios nordestinos
Antoniell dos Santos Gomes Filhos, Antonio Wilson Santos, Marcos Jonaty Rodrigues Belo Landim e Maria Erilúcia Cruz Nacedo
- 21 - Teoria e prática em administração e ciências contábeis II:
intercâmbios nordestinos
Antoniell dos Santos Gomes Filhos, Antonio Wilson Santos, Marcos Jonaty Rodrigues Belo Landim e Maria Erilúcia Cruz Nacedo (org)
- 22 - Reinvenção do rádio: tecnologia, educação e participação
Guilherme Gitahi de Figueiredo, Leni Rodrigues Coelho e Núbia Litaiff Morix Schwamborn (org)
- 23 - Afeto & Comum: reflexões sobre a práxis psicossocial
Bader B. Sawaia, Renan Albuquerque e Flávia R. Busabello (org.)
- 24 - Crimes de ódio e violência contra LGBT no Brasil: um estudo a partir do
Nordeste do Brasil
Miguel Ângelo Silva de Melo
- 25 - Reflexões sobre violência e justiça
Ernandes Herculano Saraiva, Guilherme José Sette Júnior e Neuton Alves de Lima
- 26 - Política de educação do surdo: problematizando a inclusão bilíngue em
escolas da rede municipal de ensino de enjamin Constant-AM
Maria Francisca Nunes de Souza e Maria Almerinda de Souza Matos

Coleção Arqueologia Rupestre

Dirigida por Gabriel Frechiani de Oliveira e Michel Justamand

1 - As pinturas rupestres na cultura: uma integração fundamental.

Michel Justamand

2 - Pinturas rupestres do Brasil: uma pequena contribuição.

Michel Justamand.

3 - As relações sociais nas pinturas rupestres.

Michel Justamand.

4 - Comunicar e educar no território brasileiro: uma relação milenar.

Michel Justamand.

5 - O Brasil desconhecido: as pinturas rupestres de São Raimundo Nonato –

PI

Michel Justamand.

6 - A mulher rupestre.

Michel Justamand.

7 - Arqueologia da Sexualidade.

Michel Justamand, Andrés Alarcón-Jiménez e Pedro Paulo A. Funari.

8 - Arqueologia do Feminino.

Michel Justamand, Gabriel Frechiani de Oliveira, Andrés Alarcón-Jiménez e Pedro Paulo A.

Funari.

9 - Arqueologia da Guerra.

Michel Justamand, Gabriel Frechiani de Oliveira, Vanessa da Silva Belarmino e

Pedro Paulo A. Funari.

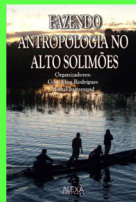
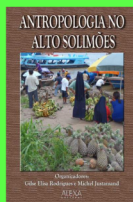
10 - Arqueologia e Turismo.

Michel Justamand, Pedro Paulo A. Funari e Andrés Alarcón-Jiménez

Coleção FAAS

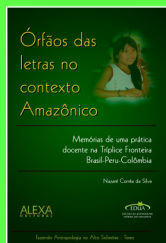
Fazendo Antropologia no Alto Solimões

Dirigida por Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand



Coleção FAAS TESES

Dirigida por Adailton da Silva e Michel Justamand



ALEXA
CULTURAL



EDUA
EDITORA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAZONAS

ABEU
Associação Brasileira
das Editoras Universitárias



ISBN 978-85-5467-062-7

